

SÉRIE V . VOLUME 8/9

O ARQUEÓLOGO PORTUGUÊS



MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA
IMPRESA NACIONAL

LISBOA, 2018-2019

O ARQUEÓLOGO PORTUGUÊS



Revista fundada em 1895 por José Leite de Vasconcelos

SÉRIE V . VOLUME 8/9

O ARQUEÓLOGO PORTUGUÊS



Inclui as Atas do 3.º Encontro Nacional de Museus
com Coleções de Arqueologia



MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA
IMPRESA NACIONAL

LISBOA, 2018-2019

DIRETOR

António Carvalho

COORDENAÇÃO

Livia Cristina Coito

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Doutor Armando Coelho F. da Silva – Universidade do Porto

Prof. Doutor João Luís Cardoso – Universidade Aberta

Prof. Doutor José d'Encarnação – Universidade de Coimbra

Dr. Luís Raposo – Museu Nacional de Arqueologia

Prof. Doutor Nuno Bicho – Universidade do Algarve

Prof.ª Doutora Rosa Varela Gomes – Universidade Nova de Lisboa

Prof. Doutor Victor S. Gonçalves – Universidade de Lisboa

DESIGN GRÁFICO

Artlandia

PAGINAÇÃO

Undo

PRÉ-IMPRESSÃO E IMPRESSÃO

Imprensa Nacional-Casa da Moeda

TIRAGEM

1000 exemplares

Impresso em dezembro de 2023

Periodicidade anual

ISSN 0870-094X

Depósito legal n.º 3161/83

Solicita-se permuta – On prie l'échange – Exchange wanted – Tauschverkehr erwünscht – Sollicitiamo scambio

As opiniões expressas em texto e imagens são da exclusiva responsabilidade dos seus respetivos autores, salvo quando devidamente assinalado.

© Toda e qualquer reprodução de texto e imagem é interdita, sem a expressa autorização dos autores ou dos detentores dos direitos legais, nos termos da lei vigente, nomeadamente o DL 63/85, de 14 de março, com as alterações subsequentes.



Museu Nacional de Arqueologia
Praça do Império
1400-206 Lisboa
Portugal
Tel.: 213 620 000 Fax: 213 620 016
E-mail: diretor@mnaarqueologia.dgpc.pt
www.museuarqueologia.pt

Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A.
Av. António José de Almeida
1000-042 Lisboa
Portugal
Tel.: 217 810 700
E-mail: editorial.apoiocliente@incm.pt
www.incm.pt

Sumário

- 9 Da materialidade à leitura social de um tipo particular de suporte da epigrafia funerária romana do planalto mirandês (Miranda do Douro, Bragança, Portugal)
From materiality to the social analysis of a particular type of Roman funerary epigraphic monument on the Miranda plateau (Miranda do Douro, Bragança, Portugal)
ARMANDO REDENTOR
- 35 Fragmento de estela islâmica do Monte de São Luís e de duas outras do Castro da Cola (Ourique, Beja, Baixo Alentejo)
Fragment of an islamic stela from Monte de São Luís and of two others from Castro da Cola (Ourique, Beja, Baixo Alentejo)
CARMEN BARCELÓ, MÁRIO VARELA GOMES, JOSÉ MALVEIRO
- 51 Luís Chaves, um arqueólogo (sobretudo) das tradições. A *villa* romana de Santa Vitória do Ameixial revisitada à luz do epistolário de José Leite de Vasconcelos (1915-1916)
Luís Chaves, an archaeologist (mainly) of traditions. The Roman villa of Santa Vitória do Ameixial, revisited through José Leite de Vasconcelos epistolography (1915-1916)
ANTÓNIO AMARO ROSA
- 103 Ocupação da Serra do Socorro (Mafra, Torres Vedras) durante a Idade do Ferro
Iron Age occupation in Serra do Socorro (Mafra, Torres Vedras)
ELISA DE SOUSA, JOÃO PIMENTA, ÍRIS DIAS, ANA CATARINA SOUSA
- 3.º ENCONTRO NACIONAL DE MUSEUS COM COLEÇÕES DE ARQUEOLOGIA
- 148 Programa
- 150 Lista de participantes
- 151 A Casa de Bragança e a arqueologia: Personagens e coleções
The House of Braganza and archaeology: Persona and collections
MARIA DE JESUS MONGE

- 167 O Museu Arqueológico do Carmo e a coleção de arqueologia de Vila Nova de São Pedro: Inventário, gestão, conservação e conhecimento
The Carmo Archaeological Museum (Lisbon, Portugal) and the archaeological collection of Vila Nova de São Pedro: Artifact inventory, collection management, conservation, and scientific knowledge
CÉSAR NEVES, CÉLIA NUNES PEREIRA, JOSÉ MORAIS ARNALID, MARIANA DINIZ, ANDREA MARTINS
- 191 Os museus de arqueologia e a arqueologia nos museus: Análise de exposições no norte de Portugal
Museums of Archaeology and Archaeology in Museums: Exhibition analysis in the North of Portugal
LEILANE PATRICIA DE LIMA, ALICE SEMEDO
- 223 Museu Interativo de Mora: O Megalitismo MORA aqui...
Mora Interactive Museum: The Megalithism lives here...
LEONOR ROCHA, DANIELA ANSELMO, MAFALDA LOPES
- 239 O Museu de Lisboa – Teatro Romano e o projeto de investigação «Saudades da Rua da Saudade»
The Museum of Lisbon – Roman Theatre and the research project «Saudades da Rua da Saudade»
LÍDIA FERNANDES, CAROLINA GRILO, DANIELA ARAÚJO, MARIA MIGUEL LUCAS, ANA COSME
- 269 Da leitura do território ao envolvimento comunitário. Experiências e expectativas do Museu Municipal de Arqueologia de Serpa
From reading the territory to community involvement. Experiences and expectations of the Municipal Museum of Archeology of Serpa
MIGUEL SERRA
- 291 Luís de Castro do Rio: Um rosto com história
Luís de Castro do Rio: A face with history
ANA RAQUEL SILVA, FILIPE FRANCO, LUÍS FILIPE LOPES, NATHALIE ANTUNES-FERREIRA
MIGUEL SERRA
- 303 Normas de redação

Da materialidade à leitura social de um tipo particular de suporte da epigrafia funerária romana do planalto mirandês (Miranda do Douro, Bragança, Portugal)

From materiality to the social analysis of a particular type of Roman funerary epigraphic monument on the Miranda plateau (Miranda do Douro, Bragança, Portugal)

ARMANDO REDENTOR*

RESUMO

É apresentado um conjunto de epígrafes funerárias com identidade morfotipológica que se encontra territorialmente circunscrito ao planalto mirandês (NE de Portugal). Na sequência do reconhecimento autóptico, é realizado o seu estudo analítico em termos morfológicos, metrológicos e epigráficos.

Designadas genericamente por cipos na bibliografia, constituem a parte central de suportes não monolíticos, com paralelo noutras latitudes hispânicas, definindo localmente um horizonte epigráfico muito concreto.

Em complemento à apresentação dos suportes, são analisados os epitáfios, mormente do ponto de vista onomástico, visando-se uma aproximação de natureza jurídica aos utilizadores deste tipo de epígrafes, descortinando-lhes uma pertença social. Apura-se a sua vinculação a uma fração populacional privilegiada, maioritariamente de estatuto quiritário, com evidente poder económico e hegemonia política na organização territorial antiga.

Palavras-chave: Suportes não monolíticos – Epitáfios – Sociedade – Elites – Meio rural

* Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra / Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes. Palácio de Sub-Ripas, 3000-395 Coimbra (Portugal).
E-mail: aredentor@uc.pt.

ABSTRACT

A set of funerary epigraphs with morphotypological identity, territorially circumscribed to the plateau of Miranda (NE of Portugal), is presented. Following an auto-optic recognition, it is performed an analytical study in morphological, metrological and epigraphic terms.

Usually assigned as *cippi* in the bibliography, they represent the central element of non-monolithic supports, with parallels in other Hispanic latitudes, but defining locally a particular epigraphic horizon.

In addition to the presentation of the supports, the epitaphs are analyzed, mainly from the point of view of the onomastics, aiming at a legal and social approach to the users of this type of inscriptions. Their linkage to a privileged fraction of the population, mainly Roman citizens, with obvious economic power and political hegemony in the ancient territorial organization, is verified.

Keywords: Non-monolithic supports – Epitaphs – Society – Elites – Rural environment

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A existência de um conjunto de suportes epigráficos de um tipo característico e de natureza funerária disseminados por algumas localidades do planalto mirandês (Miranda do Douro, NE de Portugal) motiva a análise que se apresenta. Apesar de algumas das peças em questão terem entrado no domínio dos estudos epigráficos desde finais do século XIX, fruto do olhar atento de José Leite de Vasconcelos, insigne etnólogo e arqueólogo, proponente do Museu Ethnographico Portuguez (atual Museu Nacional de Arqueologia) e seu primeiro diretor, que, durante excursão científica por terras transmontanas, em setembro de 1883, identifica algumas delas na povoação de Duas Igrejas, esse conjunto de inscrições não foi, até hoje, suficientemente valorizado – mais concretamente, do ponto de vista do estudo morfotipológico dos suportes e da leitura social que os epitáfios permitem esboçar.

Vasconcelos fez a publicação das suas observações referentes a essas epígrafes na *Revista Lusitana* (1887)¹, apelidando-as aí de granitos retangulares. Hodiernamente vêm sendo catalogadas com a designação de cipos, que, apesar de não ser imprópria, atendendo às características morfológicas dos suportes conservados, é, todavia, pouco específica, sabendo-se que, na terminologia antiga, o termo *cippus* designa de modo geral o suporte funerário e pode inclusive ser sinónimo de *lapis* (Encarnação, 1979, p. 7; Bonneville, 1984, p. 128; Di Stefano Manzella, 1987, p. 89).

¹ Correspondem ao n.º 1-4 do apêndice epigráfico deste artigo.

2. O SUPORTE

As peças em causa têm sido amiúde mencionadas na bibliografia de diversos modos, sem que se tenha precisado uma classificação para o suporte dentro de um indefinido referenciamento como inscrição e sem que se tenha consciencializado cabalmente a sua integração tipológica. Como se referiu, oscila-se entre a designação atípica de granitos retangulares e a classificação como cipos. A mais recente descoberta epigráfica da área mirandesa correspondente a este tipo de suporte aconteceu em 2008, também na aldeia de Duas Igrejas, e os seus editores classificaram-na expressamente como cipo com inscrição funerária romana (Encarnação e Salgado, 2008), aliás na sequência de anteriores atribuições a peças semelhantes (cf. Mourinho, 1986, p. 14-15, 17, 34, 35, em alusão àquelas epígrafes de Duas Igrejas e a outras referentes a Picote, que igualmente analisaremos).

Os suportes de que falamos correspondem genericamente a prismas quadrangulares verticais sem qualquer lavor (cf. apêndice epigráfico e fig. 2-4). As suas faces são totalmente lisas e apenas uma serve de campo epigráfico, recebendo a inscrição na metade superior, sem qualquer delimitação para além das arestas. A face do topo, quando observável, apresenta, em posição central e mais ou menos perpendicular à anterior, entalhe alongado destinado à utilização de ferros de luva ou de tesoura para içamento².

Em termos metrológicos, apresentam medidas compreendidas entre os 127 e os 172 cm de altura (intervalo situado entre 4 e 6 pés romanos) e espessuras claramente superiores a dois terços das concernentes larguras, oscilando entre 44 cm e 56,5 cm e entre 49 cm e 56,5 cm (intervalos entre, praticamente, o cúbito romano e os 2 pés), respetivamente.

Se na sua maioria são rigorosamente paralelepípedos, nota-se, em alguns, tendência troncopiramidal por ténue estreitamento da largura e da espessura, da base para o topo (cf. n.º 3 e 4).

A matéria é granítica, sendo que na maior parte dos exemplares se destaca o grão fino e a tonalidade clara, surgindo imprecisamente referida na bibliografia arqueológica atinente a estas peças como granito rosado (v. g. Mourinho, 1986, p. 34).

Conhece-se, hoje, no contexto do planalto mirandês, uma dúzia de suportes com idênticas características morfológicas e metrológicas, e com textos epigráficos (concretamente epitáfios) de estrutura similar, aspetos que permitem diferenciar uma produção localizada e que definem um horizonte epigráfico muito concreto³. Esta produção de suportes funerários graníticos de forma prismática

² Sobre esta questão das técnicas de içamento, Adam (1984, p. 50-52). A propósito da inscrição n.º 1, Mourinho (1986, p. 35) imaginou esse entalhe para colocação de busto, estátua ou pirâmide honorífica, considerando, assim, estar-se perante realização honorífica, identificando também imprecisamente o orifício como associado ao uso do fórfix.

³ Sobre a noção de horizonte epigráfico, seguimos Susini (1968, p. 68-69).

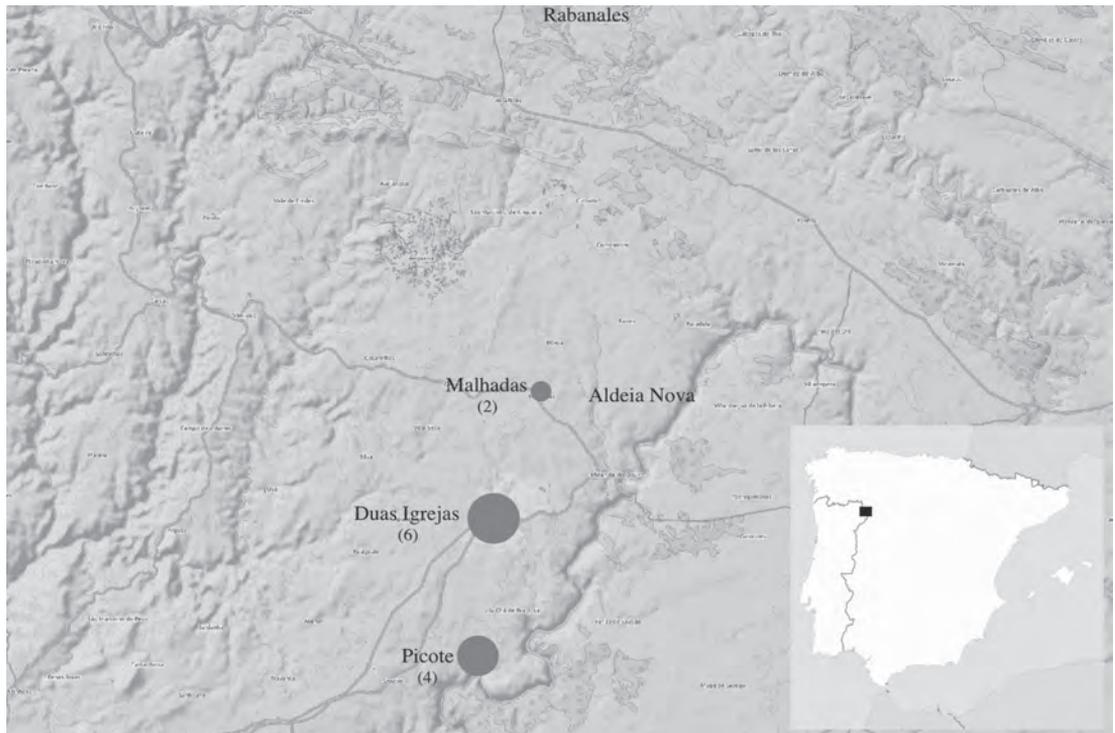


Fig. 1 – Mapa com a distribuição das epígrafes. Base cartográfica: OCM Landscape data.

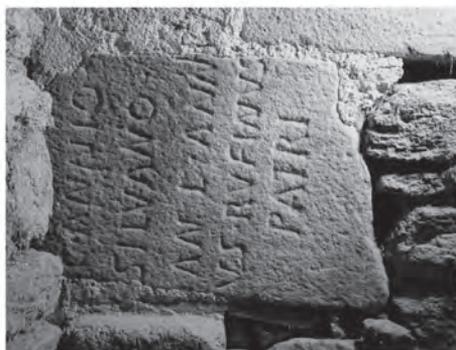
ou muito próxima tem uma distribuição que enlaça três localidades desta fímbria planáltica paralela ao curso do Douro (fig. 1): Duas Igrejas, onde se concentra a maioria dos exemplares (6 ex.), Picote (4 ex.) e Malhadas (2 ex.).

Já referimos que o entalhe da face superior apenas indicia a necessidade de utilização de aparelho para movimentação do bloco, dado o seu volume e massa não permitirem um manuseamento expedito. Não obstante, estes cipos não figurariam nos espaços sepulcrais tal como hoje se nos apresentam, uma vez que constituem tão-só a parte central de suportes compostos.

Reconhecem-se na aldeia de Picote alguns elementos de fábrica romana, conforme denuncia, para lá da molduragem, a existência de entalhes para uso de ferros de luva em pelo menos três dos cipos, que bem poderão ter tido função associada àqueles que também se documentam nesta localidade. Os elementos identificados, apesar de não os conhecermos na sua total tridimensionalidade, corresponderão verosimilmente a três cornijas e a uma base. Esse desconhecimento não facilita a sua relação metrológica, por exemplo, com os cipos em reaproveitamento na Capela de Santo Cristo (n.º 8 e 9), o que é agravado pelo facto de estes não se encontrarem completos, quer na largura, quer na espessura. A incompletude de outro monólito de Picote de idêntica matéria (n.º 10) redonda na mesma dificuldade, enquanto o que se encontra completo (n.º 7) é distinto



1



2



3



4

Fig. 2 – Epígrafes de Duas Igrejas (n.º 1-4): 1. Epitáfio de *Silvanus Apilici f.*; 2. Epitáfio de *C. Annus Silvanus*; 3. Epitáfio de *Silvius Silvanus*; 4. Epitáfio de *Silvia Calvina e Cornelius (?) Silvius*. Fotografias do autor.

no respeitante à granulação do granito. A peça mais singela (fig. 5, n.º 1), que conjecturamos constituir uma base (25 × 86 × 80), é, como as restantes, retangular e apresenta quarto de círculo reverso como única moldura, tendo a face superior plana e igualmente quadrilonga (64 × 58). As outras afiguram-se como cornijas (fig. 5, n.º 3-4), todas elas com entalhe para prensão na face maior, tendo distinta molduragem: uma apresenta escócia direta e friso (34 × 83 × 74,5; face inferior: 56 × 47); outra, quarto de círculo côncavo e rebaixo diretos (25,5 × 74 × 67;



1



2



3



4

Fig. 3 – Epígrafes de Duas Igrejas (n.º 5-6) e Picote (n.º 7-8): 1. Epitáfio de *Valerius Rufus Attianus*; 2. Fragmento de suporte sem inscrição visível; 3. Epitáfio de *Avilia*; 4. Epitáfio de *Flaccilla Flacci f.* Fotografias do autor.

face inferior: 67×57); a terceira, sequência composta por listel, cavado, bocel e filete ($18 \times 75 \times 56$)⁴.

Na ausência de um tratamento das superfícies dos cipos de modo a receber um ajustamento dos elementos basais e de coroamento, admite-se que possam ter sido utilizadas argamassas a cimentar essa união, uma vez que também não se

⁴ Com exceção desta última, em reaproveitamento na fachada principal de edifício sito no Largo do Toural, as restantes peças, incluindo a base, encontram-se dispersas em frente à Capela de Santo Cristo, tendo estado, possivelmente, em reaproveitamento neste templo.



1



2



3



4

Fig. 4 – Epígrafes de Picote (n.º 9-10) e Malhadas (n.º 11-12): 1. Epitáfio de *Ammia Calvina Calvi* [f.]; 2. Epitáfio do pai de *Iulianus* e de *Mustarus*, da *gens Iulia*; 3. Epitáfio de *Cornelia Prisca*; 4. Suporte sem inscrição visível. Fotografias do autor.

vislumbra nestes últimos – presumindo a sua relação com os primeiros – saliência ou rebaixamento.

Contrariamente à generalidade dos monólitos relativos a bases ou pedestais tripartidos correntes em *Tarraco* e *Barcino*, os suportes em análise não ostentam inscrições honoríficas (Bonneville, 1984, p. 135)⁵, mas sim de natureza funerária⁶. Por este facto, não se enjeita que possam ter correspondido a altares de

⁵ Em *Tarraco*, contrariamente a *Barcino*, alguns destes monumentos ostentam inscrições funerárias, parecendo tratar-se de uso local minoritário e de cronologia tardia, posterior aos meados do século II.

⁶ Embora a utilização do dativo lhes confira uma conotação de honorificência, como expressaram Encarnação e Salgado (2008, p. 77) a propósito do cipo epigrafado de Duas Igrejas de conhecimento mais recente (n.º 5).



Fig. 5 – Elementos volantes de Picote: 1. Base (Capela de Santo Cristo); 2. Cornija (Capela de Santo Cristo); 3. Cornija (Capela de Santo Cristo); 4. Cornija (Largo do Toural). Fotografias do autor.

constituição quadripartida, sendo, assim, complementados por bases, cornijas e cimácios volantes.

Um dos exemplares de Duas Igrejas (n.º 4) aparenta exibir uma variação morfológica ditada pelo rebaixamento da parte mediana do topo, fazendo como que estilização de cimácio de altar, a qual poderia reforçar que corresponderiam a altares não monolíticos, mas é aspeto a desvalorizar, pois trata-se de um volume com o topo e a base paralelos, que se encontra retalhado em virtude de reutilização como sustentáculo de uma trave que, decerto, encaixava nessa reentrância aberta entre a face anterior e a posterior.

Não obstante, os cipos prismáticos de âmbito funerário conhecidos em pontos distintos do Ocidente lusitano, como bem exemplificam os do *ager Olisiponensis*, mas também os de *Conimbriga* ou os de *Aeminium*⁷, podem ser a este propósito ilustrativos do tipo de suporte para que remeterão as peças mirandesas.

⁷ Sobre a relação entre os setores lusitanos em causa relativamente ao tipo de monumentos referidos, veja-se Gamer (1989, p. 56, dando enfoque aos n.º BEL 1, BEL 3 e ES 16 do seu catálogo). Campos (2012, p. 465-466, fig. 15) alude aos suportes em causa exatamente como cipos prismáticos, apesar de referir tratar-se de monumentos compostos por quatro diferentes elementos: base, fuste, imposta e capeamento, filiando-os numa tipologia que indica «em forma de ara». Veja-se também:

Aproveitamos, ainda, o ensejo para, em virtude da sua morfologia, trazer à colação um pequeno paralelepípedo vertical procedente do povoado fortificado de São João das Arribas, em Aldeia Nova, também granítico, mas de dimensões mais reduzidas (Alves, 1938, p. 760-761). A rondar a metade da largura e da espessura dos cipos em análise, a sua altura é bem mais diminuta, pelo que, em face dessas medidas ([36] × 27 × 23), é provável que não se esteja perante uma série de tamanho mais contido e, naturalmente, mais económico, mas de singelo bloco arquitetónico epigrafado⁸.

3. UMA LEITURA SOCIAL

Os epitáfios gravados distinguem-se pela simplicidade e brevidade. É notória a ausência da consagração aos deuses Manes em todas as inscrições, bem como de fórmulas de clausura, aspetos que parecem característicos destes suportes⁹. Apenas um dos textos ultrapassa a exiguidade da identificação do(s) defunto(s) – para a qual se emprega o dativo –, quase sempre acompanhada da idade de falecimento¹⁰, mas que maioritariamente é ampliada pela menção dos dedicantes¹¹, amiúde completada pela expressão da relação com o(s) indivíduo(s) memorado(s). No caso desse texto (n.º 9), a referência à relação familiar assume-se como singela declaração: *tib(i) u(xori) s(anctissimae)*. Estes aspetos, em geral, associados à onomástica e à paleografia apontam uma cronologia para as epígrafes centrada na segunda centúria e dificilmente prévia aos finais do século precedente (cf. apêndice epigráfico).

Ribeiro (2002, p. 544-545, n.º 282) e Fernandes (2003, p. 28-29). Relativamente aos paralelepípedos verticais de natureza funerária, com decoração, de *Conimbriga* e *Aeminium*, ver Étienne et al. (1976) e Redentor (2016), respetivamente.

⁸ A matéria granítica deste suporte é, inclusive, distinta da utilizada nos cipos referidos. Apareceu, em junho de 1936, a cerca de 50 m da Capela de São João das Arribas, em Aldeia Nova, encontrando-se depositado no Museu do Abade de Baçal, em Bragança. Tem a seguinte inscrição, que ocupa totalmente a face anterior: [A]mm[il]o · Valerio · 'an'(norum) LXX / Ammale · Vale[ri] f[iliae]? 'an'(norum) XV?.] O editor da inscrição indica que na última linha constaria o numeral XV, correspondente à idade, o que não é possível confirmar na atualidade. A paleografia aponta para a primeira metade do século III, datação que a onomástica não contraria. Com localização exterior ao planalto mirandês, já a ocidente do Rio Sabor, há a registar um suporte com morfologia e dimensões – [147] × 44 (42 = topo) × 32,5 – idênticas às dos que analisamos, com a espessura pouco superior a dois terços da largura, mas elaborado em mármore, cuja relação com outras produções marmóreas, nomeadamente da área de Saldanha, deve ser preferentemente considerada. Datável entre os finais do século II e os inícios do III, foi identificado na Capela do Senhor da Fraga de Castro Vicente (Mogadouro), em reaproveitamento, onde ainda permanece (Afonso e Morais, 1984, p. 679-688; Sánchez-Palencia et al., 2014, p. 82-83). O seu texto é o seguinte: *D(is) M(anibus) · Rufin[a] / Carisio / Capit[on]i m(arito) / 'an'(norum) · XXXV // D(is) M(anibus) / Val[er]ia · Rufina / Cerenio / Rufino pa[tr]i / pi[en]tissimo · 'an'(norum) · L · / s(it) · vo(bis) · t(erra) l(evis)*.

⁹ Sobre a presença da dedicatória aos Manes na epigrafia funerária da região, veja-se Navarro Caballero (1998, p. 190), que aponta para a sua introdução por volta dos meados do século II, pelo menos ao nível das estelas de *tipo Picote*. Há óbvia vantagem em conferir as observações tipológico-cronológicas relativas a estes suportes esteleiformes consubstanciadas nesse ensaio pela coincidência geográfica com a área de distribuição das peças em análise. Sobre a datação epigráfica no contexto do Noroeste pode consultar-se síntese em Redentor (2017).

¹⁰ A exceção está apenas em dois dos epitáfios (n.º 1 e 8) que conhecemos completos.

¹¹ Também são dois os casos em que não surgem referenciados os dedicantes: num, o epitáfio resume-se ao nome do defunto (n.º 1); noutro, a identificação vai acompanhada da idade de falecimento (n.º 7).

Numa análise breve aos conteúdos onomásticos deste conjunto epigráfico, fica claro que, no respeitante aos indivíduos referenciados – quer como defuntos, quer como dedicantes –, se está esmagadoramente em face de fração populacional privilegiada ao nível jurídico, em concreto perante cidadãos romanos.

O estatuto de cidadania romana implica uma distinção relativamente à restante população livre, de estatuto peregrino, que é considerada estrangeira, não se regendo pelo direito romano, mas por outras formas jurídicas, puramente consuetudinárias ou, a partir de 71 d. C., pelo *ius Latii* estendido por Vespasiano a toda a Hispânia e que é em si mesmo um elemento promocional. É exatamente por via desta benesse que os indivíduos das comunidades autóctones (*civitates*) passam a dispor de um novo mecanismo de promoção jurídica. A qualquer peregrino que tivesse exercido na sua comunidade, organizada ao modo romano, uma magistratura era franqueado o acesso à cidadania romana, isto é, à *civitas per honorem*, da qual também beneficiavam determinados familiares. Fora deste contexto político, as naturalizações só terão acontecido *viritim*, isto é, por promoção individual – a carecer, originalmente, de ratificação pelo senado e pelo povo, mas da qual, entretanto, lançaram mão diversos magistrados e generais, inclusive os imperadores – ou por via militar, após o cumprimento de 25 anos de serviço nos corpos auxiliares abertos à população peregrina (Chastagnol, 1995a; 1995b; Le Roux, 1995, p. 92-96; 2010, p. 79-83; Kremer, 2006)¹².

Em 19 indivíduos identificados (quadro 1)¹³, apenas três não usufruem da cidadania romana, aspeto que nos remete, desde logo, para a ideia de que este tipo de suporte está intimamente ligado a fração populacional privilegiada que, decerto, terá tido segura hegemonia política na organização territorial antiga e, também, indispensável poder económico.

Se observarmos com maior atenção os nomes conservados nas inscrições, verificamos que algumas *gentes* se distinguem: à cabeça, os *Silvii*, pelo número de indivíduos documentados com este gentílico, mas também os *Annii*, os *Cornelii*, os *Valerii*, os *Iulii* e os *Ammii*.

¹² Sobre a diferenciação das estruturas onomásticas da população livre em função do estatuto jurídico: Chastagnol (1990) e Dondin-Payre e Raepsaet-Charlier (2001).

¹³ Não se incluem neste número aqueles que indiretamente podem ser inferidos através das filiações, que são três: dois decorrentes das nomenclaturas peregrinas – um *Apilicus*, pai de *Silvanus* (n.º 1) e um *Flaccus*, pai de *Flaccilla* (n.º 8) – e um de nomenclatura quiritária – *Calvus*, pai de *Ammia Calvina* (n.º 9).

<i>Cives Romani</i>	<i>Peregrini</i>	<i>Incerti</i>
<i>Ammia Calvina Calvi f.</i>	<i>Silvanus Apilici f.</i>	<i>Avilia</i>
<i>C. Annius Silvanus</i>	<i>Flaccilla Flacci f.</i>	
<i>Annius Rufinus</i>		
<i>Attianus Rufus</i>		
<i>Cor(nelia) Prisca</i>		
<i>C(ornelius)? Silvius</i>		
[.] <i>Iul(ius) Iulianus</i>		
<i>C. Iul(ius) Mustarus</i>		
<i>Silvius Silvanus</i>		
<i>Silvius Calvus</i>		
<i>Silvia Calvina</i>		
<i>Silvius Calvinus</i>		
<i>Silvius Reburus</i>		
<i>(Valeria) Procula</i>		
<i>(Valeria) Rufina</i>		
<i>Valerius Rufus Attianus</i>		

Quadro 1 – Nomes presentes nos epitáfios (defuntos e dedicantes).

Num dos cipos de Picote (n.º 7) encontra-se o epitáfio de uma *Avilia*. Identificada somente por este nome único, o seu entendimento em termos sociais e jurídicos não se afigura simples, sendo teoricamente possível pensar – considerando uma nomenclatura reduzida – tratar-se de peregrina, cidadã, liberta ou, inclusive, escrava. A simplificação da onomástica quirritária é um processo que aparece além dos meados do século III (Kajanto, 1977), pelo que, atendendo a que o suporte não terá, à partida, cronologia tão avançada, comportaria o desenvolvimento da estrutura onomástica completa, afigurando-se-nos, assim, mais atrativa a possibilidade de que se trate de uma mulher de condição servil ou com essa origem, que neste cenário seria ou teria sido pertença de uma das famílias destacadas com assento nessa paragem. A não indicação do estatuto de escrava ou da *libertinatio* poderia ter justificação pela junção do suporte do seu epitáfio num mesmo espaço funerário da família em que se enquadraria, aspeto, assim sendo, extremamente significativo em termos de sociabilidade.

A sua relação com grupo familiar de estatuto quirritário afigura-se coerente com o resultado da análise dos restantes suportes, pois só em dois temos referência indubitável a indivíduos de condição peregrina, mas também nestes casos a ligação com pessoas daquela categoria sociojurídica é facilmente rastreável. De um lado, uma *Flaccilla Flacci f.*, por sinal casada com um indivíduo de estatuto privilegiado, *Attianus Rufus* (n.º 8), verosimilmente da *gens Valeria*; de outro, *Silvanus Apilici f.* (n.º 1), personagem que estará na origem de duas das famílias mencionadas, como se explanará.

Do ponto de vista linguístico, merece destaque a quase plena opção por antroponímia latina por parte dos indivíduos com estatuto de cidadania romana. Apenas dois ostentam cognomes de origem autóctone: *Silvius Rebur-*

*rus*¹⁴ e *C. Iulius Mustarus*¹⁵. Curiosamente, parece ser no núcleo de Picote que se verifica este maior apego à onomástica indígena, correspondendo ambos os casos a nomenclaturas masculinas, quando se sabe da importância do papel da mulher na salvaguarda da antroponímia nativa em meios romanizados do Noroeste (Tranoy, 1981, p. 367-368; Redentor, 2017, p. 348-349). A opção pelo gentílico *Annius*, apesar de latino, pode significar alguma proximidade ao patri-mónio antropónimo indígena, por via da sua homofonia com idionimos já existentes nestas terras (Navarro Caballero, 1998, p. 186; Vallejo Ruiz, 2005, p. 147-148), não sendo claro que o mesmo se passe com *Amnius*, que poderá ter uma base hispânica¹⁶.

O nome *Avilia*, que vimos associado a mulher de possível estatuto servil ou com essa origem, afigura-se, também, de proveniência latina, radicando em *Avil(l)ius*¹⁷, não sendo estranha a utilização idionímica ou cognominal de formas gentilícias no contexto regional.

Também ao nível das nomenclaturas peregrinas se verifica penetração clara da onomástica latina, o que diz bem de um processo de aculturação maduro. Tanto *Flaccilla* como o seu pai, *Flaccus*, ostentam antroponímia latina (Kajanto, 1965, p. 240; Abascal Palazón, 1994, p. 365-367), sendo evidente a escolha para a filha de um nome derivado do que corresponde ao progenitor. No caso de *Silvanus Apilici f.*, apenas o patronímico tem raiz indígena de distribuição lusitano-galaica (Vallejo Ruiz, 2005, p. 162 e 164)¹⁸.

No respeitante à onomástica latina documentada, é, ainda, de salientar que, quer entre os cognomes das estruturas onomásticas de cidadãos romanos, quer entre os idionimos de *peregrini*, há uma considerável representação de antropónimos cuja semântica atende a características físicas (*Calvus/Calvina*, *Flaccus/Flaccina*, *Rufus/Rufina*), aspeto que é bem conhecido no contexto das comunidades autóctones, inclusive no regional (Albertos Firmat, 1976, p. 65; Redentor, 2002, p. 218).

A análise dos nomes, conjugada com o facto de estes nos serem transmitidos por um mesmo tipo de suporte epigráfico que assume particularidade no contexto territorial em causa, permite, com maior grau de confiança, ir mais além no

¹⁴ Antropónimo hispânico bem documentado no Noroeste e também em território lusitano, com destacada presença no curso final do Douro (Abascal Palazón, 1994, p. 480-482; Vallejo Ruiz, 2005, p. 384-390).

¹⁵ Este nome parece não contar com paralelos na onomástica latina, mas marca presença em território ásture e lusitano (Kajanto, 1965, p. 17-18; Abascal Palazón, 1994, p. 434; Vallejo Ruiz, 2005, p. 364).

¹⁶ Assim entende Vallejo Ruiz (2005, p. 130-131), considerando a sua distribuição hispânica sobretudo setentrional e a escassa presença em Roma como sinais de uma possível base indígena, apesar de tradicionalmente apontado como latino (Solín e Salomies, 1988, p. 14; Navarro Caballero, 1998, p. 186).

¹⁷ Sobre este gentílico latino, veja-se Solín e Salomies (1988, p. 30).

¹⁸ Relativamente ao nome latino *Silvanus*, veja-se Kajanto (1965, p. 57-58 e 216) e Abascal Palazón (1994, p. 512-513).

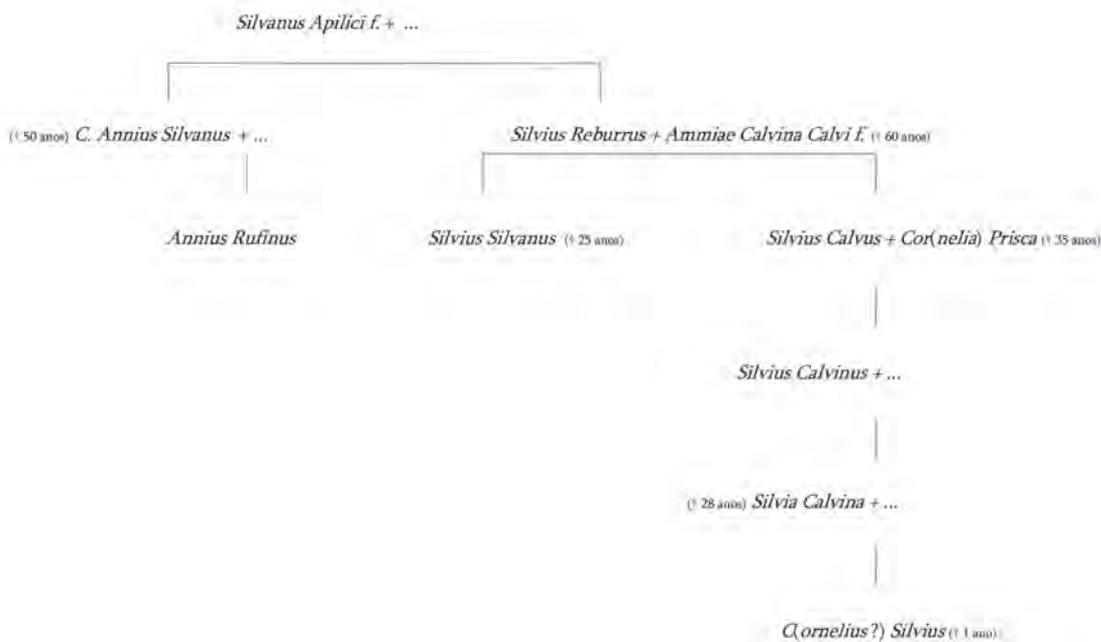


Fig. 6 – *Stemma* referente aos *Silvii* e *Annii*.

enfoque social, pois abre-se-nos a possibilidade de elaboração de *stemmata* (fig. 6 e 7).

Tomemos, então, em análise o caso dos *Silvii*, cujo gentílico devemos considerar eleito por via similar à da patronímia. Não sendo diretamente forjado a partir do idiónimo do patriarca da família – considerando tratar-se de *Silvanus Apilici f.* (n.º 1), tanto pela relação com um mesmo contexto arqueológico centrado em Duas Igrejas, como pela apontada coincidência morfológica dos suportes epigráficos –, recorda-o pela partilha da mesma raiz (cf. Kajanto, 1965, p. 58). Não obstante, entroncará neste indivíduo uma outra família, a dos *Annii*, por idênticas razões de contexto, epigráficas e onomásticas. Neste último aspeto, torna-se relevante a coincidência entre o cognome de *C. Annius Silvanus* (n.º 2) e o idiónimo daquele.

Assim, do peregrino *Silvanus Apilici f.* descenderão *C. Annius Silvanus*, *Silvius Silvanus* e *Silvius Calvus*, embora os dois últimos, contrariamente ao primeiro, não os consideremos descendentes imediatos, mas verosimilmente filhos de um irmão deste representante dos *Annii* que, como ele, terá ascendido à cidadania romana *per honorem* no contexto de comunidade beneficiária do *ius Latii*. Esta via de naturalização justifica a escolha de *nomina gentilicia* distintos (Chastagnol, 1995a). O cenário compagina-se, inclusive, melhor com uma leitura em termos cronológicos quanto ao facto de o primeiro se identificar com *tria nomina* e os

Silvii por *duo nomina* – especialmente *Silvius Silvanus*, que assim é identificado no seu epitáfio (n.º 3) – e concilia a circunstância de dois deles ostentarem o idió-nimo do patriarca familiar como cognome, desta forma transmitido a um filho e a um neto.

A possibilidade de o pai de *Silvius Silvanus* e de *Silvius Calvus* – que sabemos irmãos pelo epitáfio antes referido – ser *Silvius Reburus*, casado com *Ammia Calvina Calvi f.*, como documenta epígrafe de Picote (n.º 9)¹⁹, afigura-se altamente atrativa, pois, deste modo, se encontram refletidos no cognome dos filhos os idió-nimos de ambos os avós.

A diferença de estatuto jurídico em relação ao patriarca poderá entender-se equacionando a ocorrência das promoções fora de um quadro municipal²⁰, sendo também possível pensar, simplesmente, no facto de essas naturalizações terem ocorrido após o seu falecimento.

A linha de análise que vimos seguindo indicia que *Silvius Calvus* terá tido, pelo menos, um filho, *Silvius Calvinus*, pai de uma *Silvia Calvina* (n.º 4). Esta terá contraído casamento com alguém que associamos a uma *gens Cornelia*, do qual resulta o nascimento de *C(ornelius?) Silvius*, que falecerá com a idade de um ano e que recebe o gentílico materno como cognome, numa provável estratégia de corroboração desse laço familiar. É de aclarar que se considera improvável que a inicial que antecede o nome *Silvius* da criança falecida seja, atendendo à datação da epígrafe não anterior aos meados do século II, correspondente ao seu *praenomen* (cf. Vasconcelos, 1887, p. 68; Alves, 1934, p. 191), mesmo sabendo que a prática amiúde contradiz o preceito de este elemento onomástico, ainda que dado pelos pais à criança no nono dia após o nascimento, apenas ser oficializado depois da receção da toga viril (Cagnat, 1914, p. 44). Deste modo, afigura-se mais coerente considerá-la indicativa do gentílico paterno. Em face dessa inicial, tanto *Claudius* como *Cornelius* podem considerar-se hipóteses aceitáveis, mas, atendendo à não documentação do primeiro no contexto regional referente ao planalto mirandês (cf. Sastre Prats, 2002, p. 161-165), a preferência vai para o segundo, que aí tem comprovação.

Silvius Calvus surge, ainda, como dedicante do epitáfio de uma *Cornelia Prisca*, em inscrição existente em Malhadas (n.º 11), pelo que se entrevê a existência de laço com uma *gens Cornelia* que não temos forma de precisar, mas aceitamos a possibilidade de se tratar de relação conjugal. É possível que seja um ramo dis-

¹⁹ Também se integra nesta *gens* uma mulher memorada em estela funerária dessa localidade com peculiar ornamentação zoomórfica, concretamente uma representação de fêmea de bovídeo: *Silvia Anulla* (Alves, 1934, p. 70-71, n.º 36). Sobre a questão iconográfica, veja-se Redentor (2003, p. 174 e 189, n.º 20).

²⁰ Sobre a possibilidade de a *mutatio civitatis*, por via do benefício do *ius Latii*, apenas ser extensível aos pais dos magistrados no quadro do funcionamento de lei municipal, não decorrendo do édito de Vespasiano, pode ver-se Kremer (2006, p. 146-148). Quanto à problemática da municipalização flávia no *conventus Asturum*, veja-se Andreu Pintado (2004, p. 144, 147 e 149-50).

tinto, ou já afastado, do que equacionámos associado ao bisneto deste *Calvus* que nos aparece duplamente documentado.

A datação do cipo de *Silvanus Apilici f.* na primeira metade do século II ou, quando muito, nos finais do anterior parece-nos a mais adequada, sendo a paleografia condizente com essa possibilidade. A cronologia das restantes inscrições que documentam indivíduos que envolvemos neste esboço genealógico avança pelo século II adentro²¹.

Um outro caso de análise, não anterior aos meados do século II, prende-se com os *Valerii*. O cipo de Duas Igrejas de aparecimento mais recente (n.º 5) identifica um *Valerius Rufus Attianus*. Trata-se do seu epitáfio, dedicado pelas filhas *Procula e Rufina*.

Não obstante, considera-se crível que este indivíduo seja o mesmo que surge como dedicante no epitáfio de *Flaccilla Flacci f.*, identificada como sua esposa, gravado sobre idêntico suporte existente na Igreja de Santo Cristo (n.º 8), em Picote, ainda que no texto haja inversão onomástica na sua identificação cognominal, cuja duplicação não deixará de denunciar a preeminência deste indivíduo no contexto da sua comunidade²².

Esta identificação é reforçada pelo facto de, também no mesmo aglomerado populacional, se conhecer peculiar estela funerária marmórea (*EE IX 292a*) dedicada a um *Fronto*, liberto de *Rufus At(t)ianus*, precisamente por uma *V. Rufina*, que será filha deste – o patrono – e que, como vimos, igualmente surge como dedicante no seu epitáfio. Mas se esta inscrição assegura a extensão geográfica da representação familiar a Picote, uma outra estende essa presença mais para norte e reforça a identificação.

Na povoação zamorana de Rabanales, documenta-se um epitáfio, gravado sobre esta estela reconhecível como do tipo *Picote* (Tranoy, 1981, p. 34-350; Navarro Caballero, 1998), mandado lavar por um *Attianus Rufus* ao pai, *Valerius Rufinus* (*CIRPZa* 127). Cremos que, apesar da inversão onomástica cognominal, o facto de o enquadramento familiar ser o da *gens Valeria* justifica claramente tratar-se do mesmo indivíduo que se identifica nas inscrições de Duas Igrejas e de Picote. Será, também, de referir que a circunstância de este indivíduo apresentar um dos cognomes em *-anus* não deverá indicar origem servil (Encarnação e Salgado, 2008, p. 178-179) – olhando ao mecanismo onomástico de utilização de um segundo cognome com aquela terminação como reflexo da identificação

²¹ Refira-se que Sastre Prats (2002, p. 54), aludindo aos *Silvii* como a *gens* mais bem representada na região mirandesa e realçando também a sua relação com *Anni* e *Cornelii*, supõe o seu enquadramento familiar no século I.

²² A utilização do duplo cognome pode aqui revelar-se como estratégia de ampliação dos pergaminhos familiares. É também tendência onomástica cronologicamente bem enquadrada, pois é sobretudo a partir do século II que se desenvolve (Haley, 1991, p. 127).

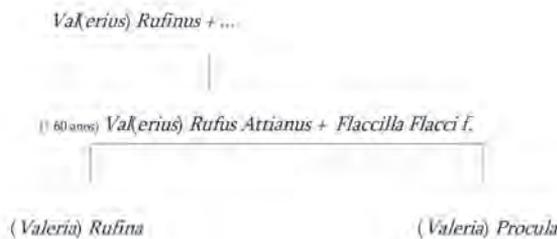


Fig. 7 – *Stemma* referente a *Valerius Rufus Attianus*.

de um antigo *dominus* (Crespo Ortiz de Zarate, 1994, p. 365-374) –, aspeto que verosimilmente esclarece a epígrafe de Rabanales²³.

Assim, a estrutura onomástica da filha *Rufina*, para além de incluir cognome derivado do seu, evoca ainda o do avô paterno.

Em Picote, este tipo de suporte foi ainda eleito por uma *gens Iulia*. *C. Iulius Mustarus* e o irmão *Iulianus* optam por ele para mandar gravar o epitáfio do pai, cujo nome desconhecemos devido à incompletude com que nos chegou a inscrição (n.º 10).

Dos *Ammii* de São João das Arribas, cuja lembrança nos chega por um suporte também paralelepipedico, mas de dimensão bastante mais pequena, a que acima aludimos de forma breve, não dispomos de informação suficiente para considerar que integram a mesma *gens* que a *Ammia Calvina Calvi f.* de Picote, unida aos *Silvii* (n.º 9), mas é, obviamente, uma possibilidade.

4. NOTAS FINAIS

Fica expressa a importância do estudo sistemático das inscrições para o conhecimento da organização social antiga, dos mecanismos de mobilidade no seu interior e das formas de autorrepresentação e afirmação política.

O lote de epígrafes apresentado e que se afigura particular na paisagem monumental epigráfica de cariz funerário da região, na qual o predomínio da estela como suporte de epitáfios é expressivo, aponta para a identificação de um conjunto de indivíduos que, sem reticências, podemos considerar parte das elites locais.

É, sobretudo, ao século II que devemos atribuir este conjunto de peças, pelo que se afigura verosímil que na promoção de alguns destes indivíduos tenha sido atuante o *ius Latii*, como exemplarmente nos parecem ilustrar os casos dos *Silvii* e dos *Annii*.

²³ O enquadramento familiar local é também considerado por Sastre Prats (2002, p. 70).

Estes, bem como os *Ammii*, os *Iulii* e os *Valerii*, terão sido, decerto, famílias proeminentes na região, onde a atividade agropecuária, tirando partido dos bons solos cerealíferos, terá tido papel relevante na acumulação de riqueza que suportou a intervenção política por parte das elites num território periférico e eminentemente rural. Numa matriz de povoamento estruturado por destacados povoados abertos, que parecem suplantar parte dos povoados fortificados da época pré-romana e beneficiar de um fenómeno de concentração populacional, a qual claramente se desenvolve após a conquista, é com as necrópoles desses grandes arqueossítios que é possível relacionar os suportes epigráficos em causa²⁴.

A escolha dos suportes epigráficos analisados nas páginas precedentes para perpetuação da memória destas famílias e indivíduos em ambiente funerário parece ter sido orientada para, pela sua diferença e monumentalidade, dar continuidade na morte ao esplendor alcançado em vida. A sua singularidade no contexto geográfico em que se inserem, a denotar influência dos hábitos funerários do mundo urbano e de paragens mais distantes, como exemplificam o litoral lusitano ou a extremidade oriental da *Hispania citerior*, revela também a inserção destas elites num mundo amplificado que ultrapassou os horizontes suavemente ondulados de um território amparado na garganta do Douro.

²⁴ De acordo com F. S. Lemos (1993, IIa, p. 212-213, 222-223 e 230-231), destacam-se, pela sua grandeza, no planalto mirandês, que era sulcado por eixo viário de norte a sul, povoados de referência que coincidem exatamente com os locais de onde procedem as peças em análise: a Faceira da Granja, arqueossítio situado na periferia da aldeia de Duas Igrejas; o Castelar, que tem correspondência com a aldeia de Picote; e Trás da Torre, associado à aldeia de Malhadas.

APÊNDICE EPIGRÁFICO

1. Duas Igrejas (fig. 2, n.º 1)

Granito. 127,5 × 60 (56,5 = topo) × 60 (56,5 = topo).

Estava, em 1883, na parede exterior da residência paroquial, perto do caminho, integrado numa esquina, junto ao chão. Encontra-se no Museu da Terra de Miranda (Miranda do Douro) desde 1983, por intermédio do P.º A. M. Mourinho.

Silvano · / Apilici · f(ilio)

Bibliografia: Vasconcelos, 1887, p. 67, n.º 3; *CIL* II 5660; Alves, 1934, p. 190; 1938, p. 814; Mourinho, 1986, p. 34-35, n.º 26 (= *AE* 1987, 585; *HEp* 3, 445); García Martínez, 1996, p. 1616-1617, n.º 348.

Datação: 75-150.

2. Duas Igrejas (fig. 2, n.º 2)

Granito. [68] × 44 × [33].

Encontrava-se, em 1883, num curral (dito dos Piçoulos), por detrás da Igreja de Santa Eufémia, hoje propriedade de Jacinto Ferreira, que adquiriu o prédio nos anos 70 do século passado. Permanece no mesmo local.

C(aio) · Annio · / Silvano · / an(norum) L · An'ni'/us · Rufinus / patri

Bibliografia: Vasconcelos, 1887, p. 67, n.º 1; *CIL* II 5657; Alves, 1934, p. 190; Mourinho, 1986, p. 36, n.º 28 (= *AE* 1987, 586); García Martínez, 1996, p. 1432-1433, n.º 44.

Datação: 101-150.

3. Duas Igrejas (fig. 2, n.º 3)

Granito. [147,5] × 60 (54 = topo) × 54 (51 = topo).

Encontrava-se, em 1883, num curral (dito dos Piçoulos), por detrás da Igreja de Santa Eufémia, hoje propriedade de Jacinto Ferreira, que adquiriu o prédio nos anos 70 do século passado. Permanece no mesmo local, mas a inscrição encontra-se quase totalmente oculta.

Silvio · Silvano / ann(orun) · XXV · / Silvius · Calvus / fratri

Bibliografia: Vasconcelos, 1887, p. 67, n.º 2; *CIL* II 5658; Alves, 1934, p. 190; García Martínez, 1996, p. 1618, n.º 351.

Datação: 131-175.

4. Duas Igrejas (fig. 2, n.º 4)

Granito. 158 × 56 (55 = topo) × 48,5.

Encontrava-se em 1883 num curral, o qual, nos anos 30 do século transato, era propriedade de Manuel Joaquim Pêra, e serviu de suporte a uma trave. Permanece na posse da mesma família (sendo atuais herdeiras as irmãs Isabel Maria Pêra e Guiomar de Jesus Marcos Pêra Afonso) e encontra-se, presentemente, em jardim de habitação, sita na Rua do Santo, 11.

Silviae Calvinae · 'an'(norum) · XXVIII / et · C(ornelio?) · Silvio 'an'n(orum) I / Silvius C'al'vinus / fili'ae' et 'ne'poti ·

Bibliografia: Vasconcelos, 1887, p. 68, n.º 4; *CIL* II 5659; Alves, 1934, p. 190-191; 1938, p. 814-815; García Martínez, 1996, p. 1617-1618, n.º 350.

Datação: 151-200.

5. Duas Igrejas (fig. 3, n.º 1)

Granito. 156 × 52 × 46.

Apareceu em outubro de 2008, durante obras realizadas em edifício correspondente ao n.º 2 da Rua de Amador, pertença de Augusto Oliveira. Permanece na sua posse.

Val(erio) · Rufo / Attiano / Procula · et / Rufina / patri / an(norum) · LX

Bibliografia: Encarnação e Salgado, 2008 (= *HEp* 17, 216).

Datação: 151-200.

6. Duas Igrejas (fig. 3, n.º 2)

Granito. [36] × 49 × 47.

Fragmento em reaproveitamento na parede do curral de Jacinto Ferreira (antigo curral dos Piçoulos), juntamente com as peças n.º 2 e 3. Sem qualquer vestígio de inscrição visível, corresponde à parte superior de um cipo, cujo topo tem entalhe para utilização de ferro de luva. Foi por nós identificado em visita ao imóvel, em 26 de março de 2017.

Bibliografia: inédito.

Datação: 101-200.

7. Picote (fig. 3, n.º 3)

Granito. 143 × 53 × 50.

Serviu de banco no interior da Capela de Santo Cristo. Tendo passado para o exterior aquando da realização de obras no pavimento do templo, foi dado a

conhecer pelo P.^e António Maria Mourinho. Permanece na proximidade desse edifício.

Avili/e an(norum) / LX

Bibliografia: Mourinho, 1986, p. 14-15, n.º 7 (= AE 1987, 569; HEp 3, 451);
García Martínez, 1996, p. 1456, n.º 82.

Datação: 151-200.

8. Picote (fig. 3, n.º 4)

Granito. [158] × [41] × [41].

Enquadrado em coluna do interior da Capela de Santo Cristo, tendo sido identificado pelo P.^e António Maria Mourinho em 1945.

[F]laccillae / [F]lacci f(iliae) / [A]ttianus / [R]ufus · uxori

Bibliografia: Mourinho, 1986, p. 15-16, n.º 8 (= AE 1987, 570; HEp 3, 452);
García Martínez, 1996, p. 1509-1510, n.º 174.

Datação: 151-200.

9. Picote (fig. 4, n.º 1)

Granito. 143 × [41] × [41].

Enquadrado em coluna do interior da Capela de Santo Cristo. O seu conhecimento remonta, pelo menos, à década de 90 do século transato.

*Ammiae · Ca[l]vinae · Calvi [f(iliae)?] / an(norum) · LX · / Silvius Rebur'ru'[s] /
· tib(i) u(xori) s(antissimae) ·*

Bibliografia: García Martínez, 1996, p. 1426-1427, n.º 36.

Datação: 131-175.

10. Picote (fig. 4, n.º 2)

Granito. [53] × 51 × 44.

Encontrava-se à porta da Capela de Santo Cristo, tendo sido depositado no Museu da Terra de Miranda (Miranda do Douro) por intervenção do P.^e António Maria Mourinho.

---] / [--- Iul(ius)] / Iulianus · et / C(aius) Iul(ius) Musta/rus patri

Bibliografia: Mourinho, 1986, p. 17-18, n.º 10 (= *AE* 1987, 571; *HEp* 3, 453);
García Martínez, 1996, p. 1577, n.º 283.

Datação: 131-175.

11. Malhadas (fig. 4, n.º 3)

Granito. 172 × 55 × [47].

Encontra-se em reaproveitamento na estrutura exterior da Igreja de Malhadas.

Cor(neliae) · Priscae / ann(orum) · XXXV / Silvius · Calvos (!)

Bibliografia: Alves, 1913, p. 1; 1934, p. 459-460; García Martínez, 1996,
p. 1490, n.º 139.

Datação: 131-175.

12. Malhadas (fig. 4, n.º 4)

Granito. 150 × 52 × 43,5.

Integrado na estrutura da igreja paroquial de Malhadas, não tendo inscrição visível.

Bibliografia: inédito.

Datação: 101-200.

BIBLIOGRAFIA

- ABASCAL PALAZÓN, J. M. (1994) – *Los nombres personales en las inscripciones latinas de Hispania*. Murcia: Universidad, Secretariado de Publicaciones; [Madrid]: Universidad Complutense. (Anexos de Antigüedad y Cristianismo; 2).
- ADAM, J.-P. (1984) – *La construction romaine: matériaux et techniques*. Paris: Picard. (Grands manuels Picard).
- AFONSO, B.; MORAIS, J. M. (1984) – Património arqueológico na Aldeia de Castro Vicente: Pré-história e Romanização, estelas funerárias. *Brigantia*. Bragança. 4:4, p. 679-688.
- ALBERTOS FIRMAT, M. L. (1976) – La antropomínia prerromana de la Península Ibérica. In *Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica*, 1, Salamanca, 1974. Actas. Salamanca: Universidad, p. 57-86.
- ALONSO ÁVILA, Á.; CRESPO ORTIZ DE ZÁRATE, S. (2000) – *Corpus de inscripciones romanas de la provincia de Zamora: fuentes epigráficas para la historia social de Hispania romana*. Valladolid: autorres. [= CIRPZa].
- ALVES, F. M. (1913) – Epigrafia bragançana. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 18, p. 1-2.
- ALVES, F. M. (1934) – *Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança*. Porto: Tip. da Empresa Guedes. vol. IX: Arqueologia, etnografia e arte.
- ALVES, F. M. (1938) – *Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança*. Porto: Tip. da Empresa Guedes. vol. X: Arqueologia, etnografia e arte.
- ANDREU PINTADO, J. (2004) – *Edictum, Municipium y Lex: Hispania en época Flavia (69-96 d. C.)*. Oxford: Archaeopress. (BAR International Series; 1293).
- ANNÉE ÉPIGRAPHIQUE, L' [= AE]. Paris: CNRS; Université de Paris I.
- BONNEVILLE, J.-N. (1984) – Le support monumental des inscriptions: terminologie et analyse. In *Épigraphie hispanique: problèmes de méthode et d'édition*. Table Ronde Internationale du C. N. R. S., Bordeaux, 1981. Actes. Paris: De Boccard, p. 117-152. (Publications du Centre Pierre Paris; 10. Collection de la Maison des pays ibériques; 15).
- CAGNAT, R. (1914) – *Cours d'épigraphie latine*. Paris: Fontemoing et Cie.
- CAMPOS, R. (2012) – As *cupae* de *Olisipo* e do *ager Olisiponensis*. In ANDREU PINTADO, J., ed. lit. – *Las cupae hispanas: origen, difusión, uso, tipología*. Tudela: UNED; Fundación Uncastillo, p. 449-474. (Serie Monografías Los Bañales; 1).
- CHASTAGNOL, A. (1990) – L'Onomastique de type pérégrin dans les cités de la Gaule Narbonnaise. *Mélanges de l'École Française de Rome*. Roma. 102:2, p. 573-593.
- CHASTAGNOL, A. (1995a) – Considérations sur les gentilices des pérégrins naturalisés romains dans les Gaules et les provinces des Alpes. *Bulletin de la Société Nationale des Antiquaires de France*. Paris. 1993. p. 167-183.
- CHASTAGNOL, A. (1995b) – Les changements de gentilité dans les familles romanisées en milieu de tradition celtique. In *La Gaule romaine et le droit latin: recherches sur l'histoire administrative et sur la romanisation des habitants*. Lyon; Paris: Université; De Boccard, p. 167-180. (Scripta varia; 3. Collection du Centre d'Études Romaines et Gallo-Romaines; 14).
- CRESPO ORTIZ DE ZARATE, S. (1994) – Doble *cognomen* en *-anus/-ianus* como forma de filiación en el régimen esclavista. In SÁEZ, P.; ORDÓÑEZ, S., ed. lit. – *Homenaje al Professor Presedo*. Sevilla: Universidad. p. 365-374.
- DI STEFANO MANZELLA, I. (1987) – *Mestiere di epigrafista: guida alla schedatura del materiale epigrafico lapideo*. Roma: Edizioni Quasar. (Vetera; 1).
- DONDIN-PAYRE, M.; RAEPSAET-CHARLIER, M.-TH. (2001) – L'Onomastique dans l'Empire romain: questions, méthodes, enjeux. In DONDIN-PAYRE, M.; RAEPSAET-CHARLIER, M.-Th., éd. lit. – *Noms, identités culturelles et romanisation sous le Haut-Empire*. Bruxelles: Le Livre Timperman. p. I-VIII.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1979) – *Introdução ao estudo da Epigrafia latina*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. (Cadernos de Arqueologia e Arte; 1).

- ENCARNAÇÃO, J. d'; SALGADO, M. (2008) – Inscrição funerária romana de Duas Igrejas. *Tierra de Miranda*. Miranda do Douro. 3, p. 77-79.
- ÉTIENNE, R.; FABRE, G.; LÉVÊQUE, P. e M. (1976) – *Fouilles de Conimbriga*. Paris: De Boccard. Vol. II: Épigraphie et sculpture.
- FERNANDES, L. S. (2003) – Incrições romanas do termo de Loures. *Máthesis*. Viseu. 12, p. 27-55.
- GAMER, G. (1989) – *Formen römischer Altäre auf der Hispanischen Halbinsel*. Mainz am Rhein: Verlag Philipp von Zabern. (Madrider Beiträge; 12).
- GARCÍA MARTÍNEZ, S. M. (1996) – *La romanización de los Conuentus Asturum, Bracaraugustanus y Lucensis: su estudio epigráfico* [CD-ROM: *Tesis doctorales 1996, Universidad de León*]. León: Universidad.
- HALEY, E. W. (1991) – *Migration and Economy in the Roman Imperial Spain*. Barcelona: Universitat. (Aurea Saecula; 5).
- HISPANIA EPIGRAPHICA [= Hep]. Madrid: Archivo Epigráfico de Hispania, Universidad Complutense.
- HÜBNER, E. (1869) – *Corpus Inscriptionum Latinarum*. Berolini: apud Georgium Reimerum. II: Inscriptiones Hispaniae Latinae. [= CIL II].
- HÜBNER, E. (1892) – *Corpus Inscriptionum Latinarum*. Berolini: apud Georgium Reimerum. II: Inscriptiones Hispaniae Latinae. Supplementum. [= CIL II].
- HÜBNER, E. (1903) – *Additamenta nova ad corporis*. volumen II. Berolini. 9, p. 12-185. *Ephemeris Epigraphica*. [= EE IX].
- KAJANTO, I. (1965) – *The Latin Cognomina*. Helsinki: Helsingfors. (Commentationes Humanarum Litterarum. Societas Scientiarum Fennica; 36, 2).
- KAJANTO, I. (1977) – The emergence of the late single name system. In *L'Onomastique latine: Colloques Internationaux du C. N. R. S. n.º 564*, Paris, 1975. Paris: Centre National de Recherche Scientifique, p. 419-430.
- KREMER, D. (2006) – *Ius Latinum: le concept de droit latin sous la République et l'Empire*. Paris: De Boccard. (Romanité et Modernité du Droit).
- LE ROUX, P. (1995) – *Romains d'Espagne: cités et politique dans les provinces, IIe siècle av. J.-C. – IIIe siècle ap. J.-C.* Paris: Armand Colin.
- LE ROUX, P. (2010) – *La péninsule ibérique aux époques romaines (fin du IIIe s. av. n. è. – début du VIe s. de n. è.)*. Paris: Armand Colin. (Collection U Histoire).
- LE MOS, F. S. (1993) – *O povoamento romano de Trás-os-Montes Oriental*. Braga. Tese de doutoramento policopiada, Universidade do Minho.
- MOURINHO, A. M. (1986) – Epigrafia latina de entre Sabor e Douro desde o falecimento do Abade de Baçal – 1947. *Brigantia*. Bragança. 6:1-3, p. 3-36.
- MOURINHO, A. M. (1987) – Epigrafia latina de entre Sabor e Douro desde o falecimento do Abade de Baçal – 1947 (continuação). *Brigantia*. Bragança. 7:1-2, p. 101-130.
- NAVARRO CABALLERO, M. (1998) – Las estelas en brecha de Santo Adrião: observaciones tipológico-cronológicas. *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*. Valladolid. 64, p. 175-206.
- REDENTOR, A. (2002) – *Epigrafia romana da região de Bragança*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. (Trabalhos de Arqueologia; 24).
- REDENTOR, A. (2003) – Representações zoomórficas na epigrafia funerária transmontano-zamorana ocidental da época romana. In *Congresso Internacional de Arqueologia Iconográfica e Simbólica: livro de actas*. [Condeixa-a-Velha]: Liga de Amigos de Conímbriga. p. 163-199.
- REDENTOR, A. (2016) – Sobre a epigrafia romana de *Aeminium*. *Conímbriga*. Coimbra. 55, p. 53-85.
- REDENTOR, A. (2017) – *A cultura epigráfica no conventus Bracaraugustanus: percursos pela sociedade brácara da época romana*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. (Série Investigação).
- RIBEIRO, J. C. (2002) – Cipo prismático, de *Galla*. In RIBEIRO, J. C., ed. lit. – *Religiões da Lusitânia: Loquuntur saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 543-544, n.º 282. Catálogo.
- SÁNCHEZ-PALENCIA RAMOS, F.-J.; BELTRÁN ORTEGA, A.; ROMERO PERONA, D.; PECHAR-

- ROMÁN FUENTE, J. L.; SASTRE PRATS, I. (2014) – *Concelho de Mogadouro: investigación y valorización de las zonas mineras y civitates del noreste de Portugal. Informes y trabajos (Excavaciones en el exterior 2012)*. Madrid. 11, p. 73-90.
- SASTRE PRATS, I. (2002) – *Onomástica y relaciones políticas en la epigrafía del conventus Asturum durante el Alto Imperio*. Madrid: CSIC, Instituto de Historia, Departamento de Historia Antigua y Arqueología. (Anejos de Archivo Español de Arqueología; 25).
- SOLIN, H.; SALOMIES, O. (1988) – *Repertorium nominum gentilicium et cognominum Latinorum*. Hildesheim [etc.]: Olms. (Alpha-Omega: Lexika, Indizes, Konkordanzen zur klassischen Philologie, Reihe A; 80).
- SUSINI, G. (1968) – *Il lapicida romano: introduzione all'epigrafia latina*. Roma: L'Erma di Bretschneider.
- TRANOY, A. (1981) – *La Galice romaine: recherches sur le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*. Paris: De Boccard. (Publications du Centre Pierre Paris; 7. Collection de la Maison des pays ibériques; 7).
- VALLEJO RUIZ, J. M. (2005) – *Antroponimia indígena de la Lusitania romana*. Vitoria-Gasteiz: Servicio editorial, Universidad del País Vasco. (Anejos de *Veleia*. Series minor; 23).
- VASCONCELOS, J. L. (1887) – *Miscellanea V: inscripções luso-romanas*. *Revista Lusitana*. Lisboa. 1, p. 67-68.

Fragmento de estela islâmica do Monte de São Luís e de duas outras do Castro da Cola (Ourique, Beja, Baixo Alentejo)

Fragment of an islamic stela from Monte de São Luís and of two others from Castro da Cola (Ourique, Beja, Baixo Alentejo)

CARMEN BARCELÓ*, MÁRIO VARELA GOMES**, JOSÉ MALVEIRO***

RESUMO

Estudam-se três epígrafes funerárias. Uma delas foi encontrada reutilizada no Monte de São Luís (Ourique, Beja), enquanto outra surgiu durante as escavações arqueológicas que Abel Viana (1958; 1959) efetuou no denominado Castro da Cola e a terceira foi já anteriormente dada a conhecer por Nykl (1941; 1946). Trata-se de estelas islâmicas, com função funerária e com textos incisos em letra cífica simples, possivelmente procedentes do cemitério do Castro da Cola. A primeira das estelas referidas assinalava a sepultura de Mūsà (ou ʿĪsà) b. Aḥmad, falecido no século XI da nossa era. As outras duas, uma delas muito fragmentada, não conservam o nome do defunto. As três inscrições podem ser datadas dos últimos anos do século XI, quando o Baixo Alentejo foi governado pelos abádidas de Sevilha.

Muitos investigadores que se dedicam ao estudo da presença islâmica medieval no Ocidente consideram o Castro da Cola (Ourique, Beja) um sítio arqueológico com muitas incógnitas por resolver.

Palavras-chave: Arqueologia islâmica – Epigrafia árabe – Inscrições funerárias – Ourique – Taifas

* Docente do Departamento de Filologia Catalana da Faculdade de Filologia, na Universidade de Valência (Av. de Blasco Ibáñez 32, 46010 Valencia, Espanha. *E-mail*: carme.barcelo@uv.es).

** Professor jubilado da Universidade Nova de Lisboa (Av. de Berna, 26C, 1069-061 Lisboa, Portugal, *E-mail*: mv.gomes@fcsh.unl.pt). Membro da Academia Portuguesa da História, da Academia Nacional de Belas-Artes e do Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa.

*** Mestre em Arqueologia. Membro do Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa. *E-mail*: jdbmalveiro@gmail.com.

ABSTRACT

This paper studies three funerary epigraphs, one recently found reused in Monte de São Luís (Ourique, Beja). Another, from Castro da Cola, was previously published by Nykl (1941; 1946), and a third one, from the same site, appeared during the archaeological excavations led by Abel Viana (1958; 1959).

They are Islamic gravestones, with their inscriptions engraved in simple kufic letters, possibly found in the cemetery of the Castro da Cola. One of the stelae marked the grave of a certain Mūsā (or ʿĪsā) b. Aḥmad, deceased in the 11th century. The other two don't retain the name of the deceased. The three inscriptions can be dated from the last years of the 11th century, when Baixo Alentejo was ruled by the Abbadids of Seville.

Many of the researchers who study the medieval Islamic presence in the West consider Castro da Cola (Ourique, Beja) an archaeological site with many questions to be solved.

Keywords: Islamic Archaeology – Arabic Epigraphy – Gravestones – Ourique – Taifas

1. OS ACHADOS

O Monte de São Luís localiza-se a sudoeste do cerro com o mesmo nome e é um dos relevos que rodeia a vila de Ourique, situando-se a cerca de 2 km para sul desta povoação. Tanto quanto sabemos, dali não provém qualquer outro testemunho da presença medieval islâmica ou de outras idades. Todavia, Ourique já foi identificada com *ḥiṣn al-Wikā'*, «o Castelo dos Combates», e parece que ali foram encontrados restos de duas lápides islâmicas (Labarta e Barceló, 1987, p. 414; Borges, 1998, p. 242; Macias, 2006, p. 170).

Situado a 12 km para sudoeste de Ourique, o denominado Castro da Cola corresponde a sítio com longa ocupação humana, desde a Proto-História, onde se conservam restos de fortificação islâmica referida desde, pelo menos, o século XVIII (Cenáculo, 1791, p. 384; Gomes, 2002, p. 135, 136; Macias, 2006, p. 174-178).

Os documentos medievais, islâmicos e cristãos, identificam aquele arqueosítio com o topónimo Marachique (Ibn Baṣkuwāl, séc. XII, *Marāḡīq*). Durante os trabalhos arqueológicos ali dirigidos por Abel Viana (1958 e 1959) apareceram «seis fragmentos de pedras com inscrições árabes, pertencentes a quatro lápides» (Viana, 1959, p. 19), hoje em paradeiro desconhecido. Este autor divulgou duas fotografias, únicos documentos que se conhecem, onde se pode verificar que aqueles testemunhos possuíam caracteres cúficos (Labarta e Barceló, 1987, n.º 33, 34, p. 414, 415).

2. ESTELA DO MONTE DE SÃO LUÍS

Há algumas décadas a ilustre advogada, Dr.^a Margarida Charraz Godinho, moradora em Ourique e a quem cumpre agradecermos a autorização para estudarmos este testemunho arqueológico, encontrou casualmente, utilizado como

batente de porta de casa no Monte de São Luís, o fragmento de estela agora dado a conhecer, que guarda na sua residência de Ourique.

2.1. O suporte

Trata-se de fragmento de laje, de xisto argiloso, com cor cinzenta (7.5YR 5/1)¹, oferecendo contorno trapezoidal, derivado das direções de clivagem daquela rocha.

A face epigrafada foi regularizada por fina picotagem e polimento, enquanto a face oposta mostra a superfície original da rocha, com coloração de cor castanha (7.5YR 4/4).

Mede 0,240 m de altura, 0,195 m de largura máxima, no volume mesial, e 0,052 m de espessura, em um dos bordos.

2.2. A epígrafe

O texto árabe distribui-se por quatro linhas horizontais incompletas; a primeira conserva apenas pequeno setor lateral e perdeu a qualidade das gravações por abrasão de batente de porta ou de janela. As letras empregadas correspondem ao alfabeto árabe de estilo cúfico, tendo sido incisas, com ponta metálica, depois regularizadas por abrasão e com profundidade superior ao normal. A qualidade da pedra permitiu gravar as letras com traços suaves e bem travados. Falta a letra *alif*, pelo que o *lām* mede 0,032 m de altura média.

O texto árabe encontra-se corretamente escrito, embora tenham desaparecido pelo menos três linhas antes da que agora se considera como a primeira. Apesar de ter ocorrido perda considerável de material do suporte nos lados superior esquerdo, mesial esquerdo e inferior, direito e esquerdo, não resulta muito arriscado tratar de recuperar quase toda a inscrição do epitáfio, a partir dos restos de escrita que se conservam das quatro linhas e da estrutura que é comum aos epitáfios do al-Andalus.

Propomos o texto árabe seguinte:

1 [بسم الله الرحمن] 2 [الرحيم هذا قبر] 3 [... ..] 4 توفي [رحمة الله عليه] 5 [سبع] [عشرة] [يوما] 6
 خلت من [ذي القعدة] 7 [سنة ثلاث] [وتسعين] 8 [وأربع مائة]

Tradução:

(1) [Em nome de Deus, Clemente, (2) Misericordioso. Esta é a sepultura de (3)] (4) *Morreu*, [a misericórdia de Deus seja sobre ele,] (5) *a sete* [e dez dias] (6) *passados de* [dū-l-qa'da] (7) *do ano três* [e noventa (8) e quatrocentos (1100, setembro, 23)].

¹ Os códigos cromáticos referem-se às *Munsell Soil Color Charts* (2009), pelo que devem ser entendidos como aproximados.

Como se aprecia, através da tradução e edição do texto árabe, trata-se da estela funerária que demarcava a sepultura ou o cenotáfio de um homem, de quem não consta o nome por ter desaparecido essa parte da lápide. É frequente a falta do nome do defunto em epitáfios de época islâmica da Península Ibérica, pois muitas estelas foram quebradas para uso ulterior dos seus fragmentos como material de construção.

A lápide reúne as características dos epitáfios do al-Andalus provenientes das zonas rurais: pedra da região; epígrafe ocupando a metade superior da pedra, embora só possamos suspeitar de tal, já que o protocolo do texto se encontra muito fragmentado; inscrição incisa; letra cúfica simples de tipo anguloso; e composição do epitáfio diferente da conhecida nas áreas urbanas. O texto completo confirmaria a descrição que se fez sobre a estrutura literária destes monumentos funerários durante os Reinos de Taifas (Barceló, 1990, p. 44, 50; 1998, p. 82, 84).

Ainda que hipotética, propomos a restituição das três linhas iniciais ou primeiras. Embora seja muito arriscado restituí-las, baseamo-nos na textualidade de outras epígrafes mortuárias islâmicas e contamos com os padrões dimensionais das lápides do al-Andalus. No que concerne às dimensões da lápide, quando completa, encontram-se paralelos em outras zonas e é provável uma relação com o módulo métrico usual no mundo artesão de então: um cúbito ou braça, com aproximadamente 0,600 m de comprimento (Barceló, 1998, p. 66, 67).

Podemos deduzir, a partir do fragmento existente e da extensão dos textos quando restituídos, que a estela teria formato retangular, para disposição na vertical, fixada no solo, e que em teoria deveria medir, quando completa, três quartos do cúbito de altura por dois quartos do cúbito de largura, quer dizer, cerca de 0,450 m por 0,300 m, ou seja, correspondendo a estela de tamanho médio (Barceló, 1998, p. 68).

2.3. A restituição da epígrafe

Os signos da primeira linha, onde só se pode gravar uma *basmala* completa, permitem a datação da lápide em ano anterior a 1095, quando se documenta, pela primeira vez em todo o al-Andalus, o uso da *taşliya* pelo profeta Maomé depois da *basmala* (Barceló, 1990, p. 45).

Imediatamente após a jaculatória de introdução, é segura a presença na lápide do enunciado *hādā qabr*, «este é o túmulo de» (Barceló, 1990, p. 46), que desde os tempos do Califado se converteu na quase obrigatória citação gravada na segunda linha (62% dos casos, segundo C. Barceló, 2004a, p. 179).

Apesar da jaculatória mais abundante no al-Andalus a favor de um defunto ser «Deus tenha misericórdia dele», a variante da súplica dedicada ao falecido utilizada neste epitáfio, «a misericórdia de Deus seja sobre ele», é de uso também muito frequente, documentando-se ambas no ocidente do al-Andalus em todos

os tempos (Barceló, 1990, p. 46; 1998, p. 80; Barceló e Gomes, 2014-2015). Esta exclamação conclui-se na quarta linha, a primeira no fragmento que se conserva.

A restituição do texto permite também determinar a amplitude ou largura do campo epigráfico, o que pelo menos garante que no primeiro trecho da escrita só se pode gravar uma *basmala* completa e que a introdução *hādā qabr*, «este é o túmulo de», foi gravada numa segunda linha. Não foi possível restituir o texto da terceira linha, que incluiria o nome completo do defunto. A leitura *tuwuffiya* do verbo «morreu», que assinalava o óbito na quarta linha, é segura nos quatro signos da grafia da primeira linha conservada. Aquele é também o verbo mais frequente nas estelas (Barceló, 1998, p. 80).

Quanto ao dia da semana, apenas há lugar para colocar as letras do seu nome no final da primeira linha conservada. Apesar de a datação ser a parte da inscrição que apresenta maior incerteza quando se trabalha com a reconstrução do formulário de um epitáfio fragmentado (Barceló, 1998, p. 80), as palavras propostas para o nome do mês e do ano são a única possibilidade que cabe nas dimensões hipotéticas que temos dado à lápide.

2.4. Comentário do texto

Comparada a estrutura do epitáfio em apreço com os textos funerários conhecidos, detetam-se coincidências que o permitem situar em área rural e colocar a data da morte do indivíduo cuja sepultura assinalava no período dos Reinos de Taifas, ou seja, na quinta centúria da Hégira (400-499 H), que coincide com o século XI da era cristã. Para esta cronologia apontam também, além das dimensões propostas para o monólito, os caracteres cúficos que guardam maiores similitudes com os daquelas inscrições datadas do final do século XI (Ocaña, 1983, fig. 12, Córdoba, Sevilha). Não existem traços que situem o seu desenho no Período Almorávida, pois mantêm características da Época Taifa (Barceló, 2004b, p. 141). Assim, é comum naquelas a rigidez na união dos nexos, que se realiza através de traços horizontais retos, conforme estelas conservadas do sul de Portugal deste período (Barceló, Gomes e Gomes, 2011, p. 153, 154; Barceló e Gomes, 2014-2015, p. 421, 423).

O fragmento de epitáfio guarda semelhanças com outras peças com textos incisos da região ocidental e datadas da segunda metade do século XI. As terras do Baixo Alentejo e do Algarve, nesta época, pertenciam ao poderoso governo dos abádidas de Sevilha. Duas epígrafes da Puebla de Guzmán (Huelva) usam caracteres árabes semelhantes, mas com os ápices da letra *alif* orientados à direita (Martínez Núñez e Pérez Macías, 2014, p. 247, 248, fig. 2 e 3). Também apresenta afinidades com outra lápide, datada do ano 483 H/1091 A. D., possuindo texto inciso sobre xisto, descoberta no Castillo del Cuerno (Fuentes de León, no sul da província de Badajoz)

e reutilizada como elemento de construção na fábrica da muralha almóada daquela fortificação (Martínez Núñez, 2013, p. 7, n.º 4).

No sul de Portugal, existem dois exemplares como paralelos, cujas larguras oscilam em redor dos 0,300 m, e com traços cúficos muito semelhantes ou quase idênticos às letras árabes da lápide agora dada a conhecer. A descoberta das duas epígrafes na antiga Marachique (Castro da Cola, Ourique, Beja), uma no ano de 1933 (Museu Arqueológico do Carmo, Lisboa, sala 2, inv. esc. 227) e outra nos trabalhos a que procedeu Abel Viana em 1958 e 1959 (Viana, 1958, p. 33; 1959, p. 19), faz-nos pensar na hipótese de a estela do Monte de São Luís proceder do mesmo lugar, o que iria ajudar a demonstrar que houve ali uma oficina epigráfica, com conhecimento desenvolvido do idioma árabe e apuro técnico no respeitante ao desenho e gravação dos textos.

3. EPÍGRAFES DO CASTRO DA COLA (OURIQUE, BEJA)

Tanto quanto se conhece, os primeiros sinais de *habitat* islâmico no Castro da Cola podem ser atribuídos à primeira metade do século x. Naquele tempo estabeleceu-se em «*ḥiṣn Maraḡīq*» Šākir b. Ğanāḥ, homem de Beja que estudou com Ibrāhīm b. Muḥammad al-Bāḡī (m. 350 H) e ali trabalhou como mestre de consultas jurídicas em direito civil (*fatwà*) (Ibn al-Faraḏī, n.º 594; Velho, 1966, p. 56). A identificação do sítio que os autores árabes chamam *ḥiṣn Maraḡīq* com o Castelo de Marachique, e hoje Castro da Cola, deve-se ao arabista David Lopes, embora seja algo improvável que a palavra «Cola» tenha origem árabe, conforme aquele defendeu (Lopes, 1911, p. 233, 235, 241, 242).

O castelo foi visitado pelo cordovês Ibn Lubbāḡ (m. 436 H/1044 A. D.), anteriormente ao ano 391 H/1000 A. D., quando aquele permaneceu no Algarve, fazendo *ribāt* em Arrifana, Badajoz, Silves e Marachique (Ibn Baškuwāl, n.º 593; Velho, 1966, p. 82). Ali nasceu Ibn Šabrīn (m. 503 H/1109 A. D.), que veio a ser nomeado juiz em Sevilha e foi elogiado pela sua boa conduta (Ibn Baškuwāl, n.º 1135; Velho, 1966, p. 78).

Nas escavações ali realizadas, Abel Viana descobriu cerâmica decorada nas cores «verde e manganês», estudada por S. Gómez Martínez (1998), que considerou, através de paralelos, dada a sua descontextualização, poder ser datada da segunda metade do século x e até aos finais do século xi. Nestas amostras de cerâmica surgem tipos com características afins de outras encontradas em Jerez de la Frontera, Sevilha, Mértola e Silves, cujas inscrições usam alfabetos datados da segunda metade do século xi e que têm sido relacionadas com a cerâmica produzida na Tunísia pelos Aghlabidas (Gomes, 1988; 1998; Gómez Martínez, 1998; Macias, 2006, p. 178; González, Aguilar e Barrionuevo, 2015, p. 50, 77).

As cerâmicas islâmicas com decoração nas cores «verde e castanho», de mananês, foram datadas dos séculos X e XI através do método estratigráfico, corroborado por sequência de análises de radiocarbono de materiais a elas associados, pela primeira vez no sul de Portugal, no Castelo de Silves (Gomes, 1988, p. 114; 1998, p. 53; 2002, p. 50).

3.1. Estela funerária do Museu do Carmo (inv. esc. 227)

São poucas as referências feitas à inscrição descoberta na antiga Marachique em 1933 (Labarta e Barceló, 1987, p. 413, n.º 30; Borges, 1998, p. 240, n.º 290; Barroca, 2000, p. 58, n.º 11). De acordo com as indicações de A. R. Nykl, apareceu perto da Capela de Nossa Senhora da Cola, na freguesia de São Salvador de Ourique (Baixo Alentejo). O seu achador, o Dr. Francisco António Chichorro Marcão, informou que a pedra cobria uma ossada humana (Nykl, 1941, p. 11, 12; Nykl, 1946, p. 176, IV-C). Talvez devido a esta informação, S. Macias (2006, p. 177) colocou a hipótese de o cemitério islâmico ter existido na planície onde hoje se ergue a ermida cujo orago é Nossa Senhora, o que, em nosso entender, contraria alguns preceitos canónicos relacionados com a localização de tais estruturas.

A lápide, de xisto castanho-esverdeado, apresenta-se danificada na parte superior e nos bordos. Constam apenas quatro linhas com inscrição (0,250 m), que se encontram bem conservadas, e restos de uma primeira linha no lado esquerdo, com as duas primeiras letras da palavra «faleceu» (*tuwuffiya*), que hoje estão quase perdidas. Mede 0,590 m de altura máxima, 0,250 m a 0,350 m de largura e 0,070 m de espessura. A letra *alif* mede 0,035 m de altura média.

Na metade inferior observa-se, finamente gravado, tabuleiro de jogo do tipo alquerque de nove, certamente ulterior ao uso primário da lápide, ao que parece ainda depois reutilizada como tampa de sepultura cristã.

O texto árabe, gravado através de incisão, com letra cúfica simples, ainda mantém a data da morte, mas perdeu-se o nome do falecido, ali se lendo:

1 [...] تو 2 [في] رحمة الله عليه و 3 على الإسلام ليلة البد 4 [ر] في النصف من ذي القعدة 5 [سنة ست وثمانين واربعمائة

Tradução:

(1) [...] Mor (2) [reu], Deus tenha piedade dele e (3) o Islão, na noite da lua cheia (4) [ia] na metade do mês *ḏū al-qa'da* (5) do [a] no quatrocentos e oitenta e seis (1093 A. D., dezembro, 7).

O texto árabe encontra-se corretamente escrito, embora falem pelo menos três linhas antes da que agora é considerada como a primeira. Faltam, como no fragmento da lápide do Monte de São Luís, a *basmala*, a introdução *hādā qabr* e o nome do defunto. Por outro lado, a alusão de que a morte ocorreu na noite de lua cheia consente que a data possa ser reduzida ao dia 7 de dezembro do ano 1093 da era cristã.

Naquele ano de 1093, o Castelo de Marachique já se tinha rendido aos Almorávidas, sabendo-se que todos os territórios a oeste de Sevilha deixaram de pertencer ao abádita al-Mu'tamid (1069-1091) e que o seu filho, o governador de Mértola, também tinha submetido a cidade e a província aos novos senhores. No entanto, o alfabeto usado nesta lápide mantém as características da epigrafia oficial sevilhana ao tempo de al-Mu'tamid (1069-1091), como pode ser visto nos textos pintados na cerâmica dourada produzida na Alcáçova de Sevilha (Heidenreich e Barceló, 2017, p. 99, fig. 8).

3.2. Fragmento de lápide

Durante as escavações dirigidas por Abel Viana no Castro da Cola, em 1958 e 1959, foram encontrados seis fragmentos em epigrafia árabe, pertencentes a quatro ou cinco lápides diferentes. Em 1958, surgiram dois fragmentos da mesma lápide e um de uma outra (Viana, 1958, p. 33), ainda inéditos. Um deles foi fotografado e reproduzido em artigo assinado por aquele arqueólogo sobre os trabalhos ali efetuados (Viana, 1959, p. 19, est. XIII-139).

O conhecido arqueólogo não forneceu dados sobre as medidas dos fragmentos ou as circunstâncias da sua descoberta, reproduzindo fotograficamente apenas um, não esclarecendo se ele pertenceu ao mesmo monumento de algum dos restantes cinco fragmentos (Viana, 1959, p. 19). Não temos notícia de nas restantes campanhas de trabalhos, que decorreram até 1962, terem surgido novos fragmentos de lápides epigrafadas islâmicas.

A imagem reproduzida por A. Viana é a única prova que temos da inscrição que há algum tempo desapareceu com os outros cinco fragmentos. O arqueólogo mencionado escreveu que alguns fragmentos de lápides estavam em sua casa (em Beja?), outros no Museu Regional de Beja e que ainda havia exemplares depositados com a coleção arqueológica das Minas de Aljustrel (Viana, 1958, p. 33).

O fragmento agora estudado corresponde a parte do lado esquerdo de uma lápide e apresenta duas linhas incompletas, escritas com letras árabes incisas de estilo cúfico simples.

Lê-se o seguinte:

1 [بِسْمِ اللَّهِ الرَّحْمَنِ الرَّحِيمِ 2] هَذَا قَبْرُ ... [مُسَى بْنِ أَحْمَدَ 3] [تُوفِيَ رَحِمَهُ اللَّهُ 4] ...

Tradução:

(1) [Em nome de Deus, Clemente, Misericordioso. (2) Esta é a sepultura de [...]sà bn Aḥmad (3) [Morreu, tenha piedade dele Deus, (4) ...

Trata-se de estela funerária que demarcava sepultura ou cenotáfio de um homem, filho de Aḥmad, chamado Mūsà, 'Īsà ou outro nome terminado em -sà. Os nomes próprios conservados nos epitáfios islâmicos da Península Ibérica poucas vezes se podem identificar com os onomásticos de textos literários das mes-

mas épocas, e não foi possível encontrar qualquer referência a defunto em crónicas e dicionários biográficos. Este aspeto constitui facto frequente em epitáfios do al-Andalus conservados muito fragmentados, pelo que não é possível fazer, em tais casos, suposições sobre a trajetória de vida dos falecidos.

Sem conhecermos as dimensões do fragmento da lápide não podemos adivinhar o que foi gravado na quarta linha. Antes da jaculatória existe espaço que podemos substituir pela palavra «morreu». O epitáfio inicia-se com a *basmala* completa, «esta é a sepultura», seguida do nome do falecido e de jaculatória em seu nome. Neste caso, apenas se conserva uma pequena fração do nome e a oração a ele dedicada. A segunda linha mostra um erro do lapicida, pois omite o *alif* de *Allāh*. Depois de perceber o seu esquecimento, gravou um *alif* sobre a palavra anterior, no sentido horizontal, tratando-se de recurso que foi usado, durante a Idade Média, por copistas de manuscritos, como pode ser visto nos álbuns de paleografia árabe.

Embora a inscrição tenha apenas duas linhas incompletas, segue o formulário dos epitáfios rurais do tempo acima indicado nas duas lápides já estudadas, ou seja, o Período das Taifas. O alfabeto, muito reduzido, assemelha-se aos empregados nas estelas do Ribāt da Arrifana (Aljezur), de Messejana (Aljustrel), Noudar (Barrancos) e Ourique, um caso do Algarve e três do Baixo Alentejo, datadas entre 461 e 490 da Hégira, ou seja, entre 1068 e 1096 da era de Cristo.

4. CONCLUSÕES

É evidente que não se poderá averiguar o contexto arqueológico em que foi produzida e usada a lápide do Monte de São Luís que, sem qualquer dúvida, se fragmentou e cujos pedaços foram reutilizados na construção ou reparação de alguma casa, em período que também desconhecemos. Outra inscrição apareceu nas escavações arqueológicas efetuadas no Castelo de Marachique, hoje denominado Castro da Cola, mas a sua localização precisa é desconhecida. Poder-se-ia supor que surgiu nas ruínas da muralha da fortificação, reutilizada durante a Idade Média cristã. Todavia, outra hipótese é que ambas as epígrafes a que se atribui aquela procedência tenham sido encontradas na área do antigo cemitério islâmico. Este deveria situar-se próximo da porta da muralha da povoação ou castelo, como era então comum acontecer.

Quanto às inscrições, podemos concluir que elas não fornecem dados específicos importantes, e o seu principal interesse reside no valor como documentos históricos, porque provam a existência de população muçulmana letrada, além de aumentarem o número – não muito abundante – de lápides islâmicas encontradas em Portugal. Elas constituem ainda evidência do uso da língua e do alfabeto árabe naquela região. A sua grafia constitui um novo testemunho a ser tido em conta quando sejam estudadas as características e a evolução da epigrafia árabe do

al-Andalus, juntando-se aos cinco epitáfios islâmicos encontrados no Baixo Alentejo, alguns também datados dos últimos anos do século XI (Labarta e Barceló, 1987, p. 413, 415, n.º 30-34).

As peças agora estudadas constituem um novo elemento que ilustra o Período Islâmico do Castelo de Marachique, ou Castro da Cola, anexado, com outros territórios do atual sul de Portugal, à taifa sevilhana dos abádidas no ano de 455 H/1054 A. D. Elas são testemunho do tipo de estelas funerárias que foram usadas, quiçá no cemitério daquela povoação, entre 455 H e 499 H, ou 1054 A. D. e 1105 A. D.

BIBLIOGRAFIA

- BARCELÓ, C. (1990) – Estructura textual de los epitafios andalusies (siglos IX-XIII). In *Homenaje a Manuel Ocaña Jiménez*. Córdoba: Diputación Provincial de Córdoba. p. 41-54.
- BARCELÓ, C. (1998) – *La escritura árabe en el país valenciano*. Valencia: Universidad de Valencia. I. Inscripciones Monumentales.
- BARCELÓ, C. (2004a) – El cúfico andalusí de provincias durante el califato (300-403/912-1013). *Cuadernos de Madīnat al-Zahrā'*. Córdoba. 5, p. 173-197.
- BARCELÓ, C. (2004b) – Los escritos árabes de la Rábita de Guardamar. In *Fouilles de la Rábita de Guardamar I. El ribāṭ califal. Excavaciones e investigaciones (1984-1992)*. Madrid: Casa de Velázquez. p. 131-145.
- BARCELÓ, C.; GOMES, M. V. (2014-2015) – Fragmento de inscrição islâmica de Silves. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. V., 4/5, p. 413-425.
- BARCELÓ, C.; GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (2011) – Estela funerária epigrafada, do ribāt da Arrifana (Aljezur). In *Cristãos e Muçulmanos na Idade Média Peninsular. Encontros e Desencontros*. Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências. p. 147-156.
- BARCELÓ, C.; GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (2013) – Lápides islâmicas da necrópole do Ribāt da Arrifana (Aljezur). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. V., 3. p. 305-323.
- BARROCA, M. J. (2000) – *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. vol. III (Anexos, Índices, Bibliografia e Estampas).
- BORGES, A. G. M. (1998) – Epigrafia árabe no Gharb. In *Portugal Islâmico. Os Últimos Sinais do Mediterrâneo*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. p. 227-255. Catálogo.
- CENÁCULO, M. do, Fr. (1791) – *Cuidados Literários do Prelado de Beja em Graça do seu Bispo*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira.
- GOMES, R. V. (1988) – Cerâmicas muçulmanas do Castelo de Silves. *Xelb. Revista de Arqueologia, Arte, Etnologia e História*. Silves. 1.
- GOMES, R. V. (1998) – Contributo para o estudo das cerâmicas com decoração a «verde e castanho» de Silves. In *Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, 2*, Tondela, 1995. Actas. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 43-55.
- GOMES, R. V. (2002) – *Silves (Xelb), uma Cidade do Gharb Al-Andalus: Território e Cultura*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. (Trabalhos de Arqueologia; 23).
- GÓMEZ MARTÍNEZ, S. (1998) – A cerâmica de verde e manganés do Castro da Cola (Ourique). In *Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, 2*, Tondela, 1995. Actas. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 57-65.
- GONZÁLEZ RODRÍGUEZ, R.; AGUILAR MOYA, L.; BARRIONUEVO CONTRERAS, F. J. (2015) – *Los Colores del Poder. La Cerámica en «Verde y Manganeso» de Jerez de la Frontera (Cádiz)*. Madrid: Peripecias Libros.
- HEIDENREICH, A.; BARCELÓ, C. (2017) – El inicio de la loza dorada autóctona en la Península Ibérica. Una aproximación desde sus epigrafías. In *Las Artes en al-Andalus y Egipto: Contextos*

- e *Intercambios*. Madrid: Ediciones de la Ergástula. p. 85-110. (Colección Arte y Contextos; 2).
- LABARTA, A.; BARCELÓ, C. (1987) – Incripciones árabes portuguesas: situación actual. *Al-Qanṭara*. Madrid. 8. p. 395-420.
- LOPES, D. (1910-1911) – Os árabes nas obras de Alexandre Herculano. Notas marginais de língua e história portuguesa. *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*. Lisboa, 3. p. 50-84, p. 198-253, p. 323-377; 4. p. 321-402.
- MACIAS, S. (2006) – Mértola. *Le Dernier Port de la Méditerranée*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. Tome I.
- MARTINEZ NÚÑEZ, M. A. (2013) – *Epigrafía Árabe del Museo Arqueológico Provincial de Badajoz*. Badajoz: Museo Arqueológico Provincial.
- MARTÍNEZ NÚÑEZ, M. A.; PÉREZ MACÍAS, J. A. (2014) – Fragmentos de inscripciones árabes hallados en Puebla de Guzmán (Huelva). *Onoba: Revista de Arqueología y Antigüedad*. Huelva. 2. p. 245-254.
- NYKL, A. R. (1941) – Incrições árabes no Museu Arqueológico do Carmo. *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa. 5, p. 11, 12.
- NYKL, A. R. (1946) – Arabic inscriptions in Portugal. *Ars Islamica*. Ann Arbor. 11-12. p. 167-183.
- OCAÑA, M. (1983) – La epigrafía hispano-árabe durante el periodo de taifas y almorávides. In *Coloquio Hispano-Tunecino*, 4, Palma de Mallorca, 1979. Madrid: Instituto Hispano-Árabe de Cultura. p. 197-204.
- VELHO, M. (1966) – Varões árabes ilustres do Andaluz Occidental. Biografias traduzidas das obras de Ibn Al-Faradí e Ibn Bashkuwal. *Boletim Anual de Cultura*. Évora. 7. p. 35-95.
- VIANA, A. (1958) – Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo. I – tijolos, telhas e outros materiais cerâmicos de construção. *Arquivo de Beja*. Beja. 15. p. 3-56, XII est.
- VIANA, A. (1959) – Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo. 1 – Castro de Nossa Senhora da Cola (Ourique) (campanha de 1959). *Arquivo de Beja*. Beja. 16. p. 3-48, XVI est.
- VIANA, A. (1962) – *Algumas Noções Elementares de Arqueologia Prática*. Beja: Minerva Comercial.

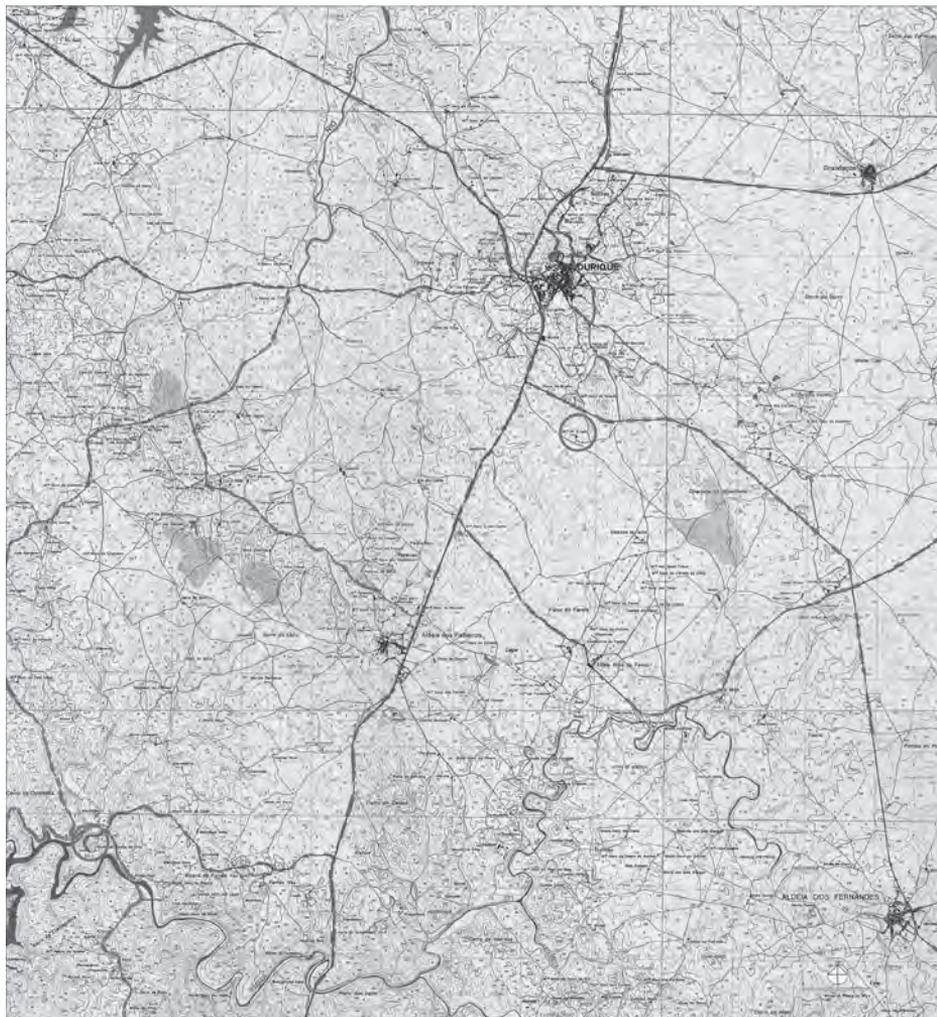


Fig. 1 – Localização do Monte de São Luís e do Castro da Cola (segundo a *Carta Militar de Portugal*, à escala 1:25000, folha n.º 555, pormenor).



Fig. 2 – Fragmento de estela do Monte de São Luís (Ourique, Beja). Fotografia de J. Gonçalves, 2018.

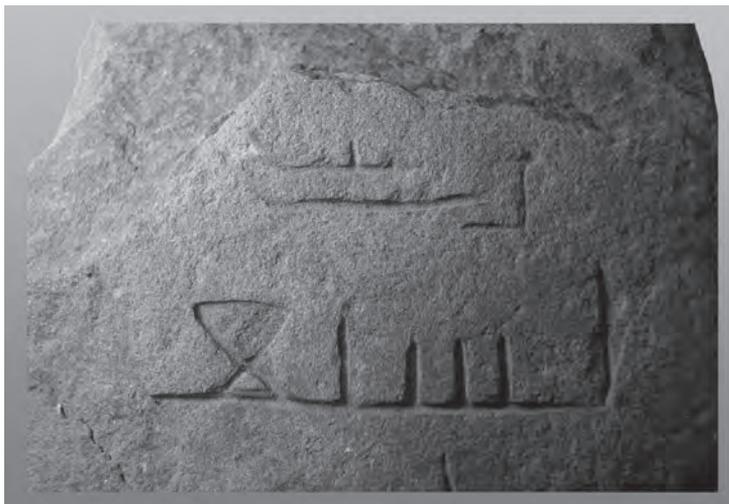


Fig. 3 – Pormenor da zona superior da epígrafe. Fotografia de J. Gonçalves, 2018.



Fig. 4 – Pormenor da zona inferior da epígrafe. Fotografia de J. Gonçalves, 2018.

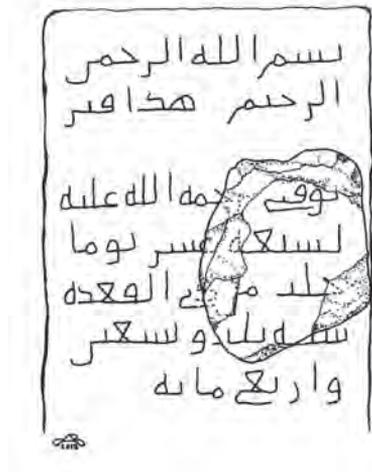


Fig. 5 – Epígrafe do Monte de São Luís restituída. Desenho de C. Barceló.



Fig. 6 – Epigrafe do Castro da Cola (ano 486 H/1093 A. D.). Museu Arqueológico do Carmo. Lisboa. Fotografias de J. Pessoa e A. Labarta.



Fig. 7 – Fragmento de lápide do Castro da Cola (Ourique, Beja). Fotografia de A. Viana, 1959, est. XIII-139.

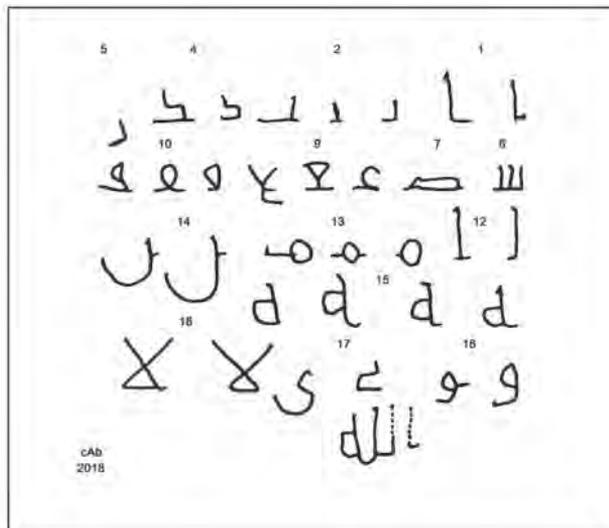


Fig. 8 – Alfabeto do Castro da Cola (ano 486 H/1093 A. D.). Desenho de C. Barceló.

Luís Chaves, um arqueólogo (sobretudo) das tradições. *A villa* romana de Santa Vitória do Ameixial revisitada à luz do epistolário de José Leite de Vasconcelos (1915-1916)

Luís Chaves, an archaeologist (mainly) of
traditions. The Roman villa of Santa Vitória
do Ameixial, revisited through José Leite de
Vasconcelos epistolography (1915-1916)

ANTÓNIO AMARO ROSA*

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo essencial conhecer a atividade arqueológica desenvolvida por Luís Chaves. Apesar dos trabalhos de campo e dos estudos arqueológicos que realizou ao longo da vida, a sua figura encontra-se frequentemente associada ao estrito campo da etnografia, sobretudo durante o Estado Novo, ficando, assim, relegada para plano secundário a sua contribuição fora deste âmbito. Partindo do epistolário de José Leite de Vasconcelos, revisitam-se as duas campanhas realizadas por Luís Chaves na *villa* romana de Santa Vitória do Ameixial, em 1915 e 1916. Estas campanhas não representaram apenas os trabalhos de maior relevo arqueológico levados a cabo por Luís Chaves, tendo coincidido com um período fulcral do seu percurso pessoal e profissional no Museu Etnológico Português (MEP). A correspondência trocada entre o então preparador Luís Chaves e o diretor do museu revela o progresso dos trabalhos e as sucessivas descobertas de espólio, mas também os problemas, as desilusões e as angústias sentidas durante as duas campanhas, a par das amizades e inimizades na esfera do próprio MEP, fornecendo, assim, outras perspetivas que não são possíveis de extrair do relatório publicado n' *O Arqueólogo Português*, em 1938.

* E-mail: antoniorosa@netcabo.pt.

Palavras-chave: Luís Rufino Chaves Lopes – Museu Etnológico Português – Outeiro da Assenta (Óbidos) – Santa Vitória do Ameixial (Estremoz)

ABSTRACT

This work's main goal is to explore Luís Chaves archeological activity. Despite the field research and archeological studies developed throughout his life, he is often solely regarded within the field of ethnography, mostly during the Estado Novo era, thus deeming his contributions outside of this realm secondary. Starting from José Leite de Vasconcelos epistolography, this study will revisit two campaigns by Luís Chaves in the Roman villa of Santa Maria do Ameixial, in 1915 and 1916. These campaigns are not just the most significant of Luís Chaves archeological works, they also coincide with his most relevant period at the Portuguese Ethnological Museum (MEP), both personally and professionally.

The letters exchanged between then-preparer Luís Chaves and MEP's director reveal the progressing works and the ongoing discoveries, but also the problems, the disappointments and the anguishes felt throughout the two campaigns, alongside the amities and enmities within the scope of the museum, thus providing perspectives otherwise imperceptible in the report published in *O Arqueólogo Português* magazine in 1938.

Keywords: Luís Rufino Chaves Lopes – Portuguese Ethnological Museum – Outeiro da Assenta (Óbidos) – Santa Vitória do Ameixial (Estremoz)

1. INTRODUÇÃO

A necessidade de aprofundar diversos aspetos etnográficos relacionados com as raízes geográficas do autor deste estudo levou-o, desde cedo, a cruzar-se com a obra legada por três etnógrafos durante o século XX: José Leite de Vasconcelos, por força da sua monumental *Etnografia Portuguesa* (10 volumes, 1933-1989); Jaime Lopes Dias, pela sua incontornável *Etnografia da Beira* (11 volumes, 1926-1971); e, por último, Luís Chaves, pela sua extensa obra dispersa, nomeadamente sobre os pelourinhos portugueses. Normalmente, o conhecimento de uma determinada obra estruturante ou de referência acaba por gerar a curiosidade do leitor em torno da vida e da restante produção bibliográfica do autor daquela obra.

Apesar da sua relativa antiguidade, a vida e a obra de José Leite de Vasconcelos (1858-1941) foram e continuam a ser alvo de estudo e de rememoração, pelo que é relativamente fácil a qualquer leitor saciar a sua curiosidade. Salvaguardada a devida comparação, o mesmo se pode afirmar relativamente a uma personalidade de relevância local e regional, como é o caso de Jaime Lopes Dias (1890-1977).

Porém, quando o leitor faz o mesmo exercício em torno da figura de Luís Chaves (1888-1975), o panorama é outro. Por um lado, depara-se com meros verbetes inseridos em obras bastante datadas e difíceis de encontrar numa normal biblioteca. Por outro, a bibliografia passiva mais recente sobre aquele autor resume-se a alguns artigos inseridos em publicações periódicas, designadamente nos anos imediatos à sua morte, a par de mais alguns verbetes em obras de temática transmontana. Salvo uma ou outra exceção, a descrição da vida e obra de Luís Chaves efetuada nestas obras não atinge a profundidade que seria desejável.

Luís Chaves começou por notabilizar-se essencialmente no plano da etnografia portuguesa logo na 1.^a República, mas assumiu maior projecção

durante o Estado Novo. Todavia, também desenvolveu atividade arqueológica, quer enquanto «arqueólogo de campo» ao serviço do então Museu Etnológico Português, quer enquanto «arqueólogo de gabinete», através da publicação de vários estudos. Apesar desta vertente profissional, o certo é que a sua figura encontra-se frequentemente associada ao estrito campo da etnografia, ficando, assim, relegada para plano secundário a sua contribuição fora deste âmbito.

O presente trabalho visa precisamente conhecer a atividade desenvolvida por Luís Chaves no campo da arqueologia portuguesa, a qual, desde já se adianta, teve o seu ponto principal nos trabalhos realizados em Santa Vitória do Ameixial, em 1915 e 1916. Enquanto funcionário do MEP, Luís Chaves foi encarregue, por José Leite de Vasconcelos, de proceder à escavação daquela *villa* romana, situada no concelho de Estremoz. No entanto, somente em 1938 foi publicado o desenvolvido relatório destes trabalhos arqueológicos, n' *O Arqueólogo Português*.

Em que condições foram realizadas aquelas escavações? O que justificou o intervalo de 22 anos entre a conclusão dos trabalhos e a publicação dos resultados? E quais os restantes contributos prestados por Luís Chaves à arqueologia portuguesa? Estas serão as principais questões a que se procurará dar resposta ao longo do presente estudo.

2. ORIGENS E FORMAÇÃO

Luís Rufino Chaves Lopes nasceu em Chaves, na Rua de Santo António, a 9 de maio de 1888, sendo filho de João Maria Lopes e de Maria das Dores Guerreiro Chaves Lopes. Proveio de uma família com tradição militar. O pai foi coronel de cavalaria em Bragança, tendo sido companheiro de Mouzinho de Albuquerque na guerra com Gungunhana, em 1895. Da parte materna, era neto do general Luís Rufino Lopes, ao qual veio a dedicar, anos mais tarde, o seu livro *Subsídios para a História da Gravura em Portugal*. De acordo com Júlio Montalvão Machado, Luís Chaves era ainda «(...) descendente de uma tradicional família flaviense, neto do Par do Reino e notável Presidente da Câmara, António José Antunes Guerreiro» (2014, p. 139).

Frequentou os liceus de Vila Real, Porto e Coimbra. De acordo com o índice de alunos da Universidade de Coimbra, matriculou-se na Faculdade de Matemática daquela universidade a 8 de outubro de 1907. No entanto, algumas notas biográficas referem que ele se formou em estudos matemáticos pela Universidade de Coimbra e pela Escola Politécnica de Lisboa, acrescentando ainda que frequentou as faculdades de Direito e de Letras. Aparentemente, durante a sua estada em Coimbra também terá iniciado o curso de preparação para admissão na Escola

do Exército, que concluiu em Lisboa, em 1909, ano em que fixou residência na capital¹.

Um pouco à semelhança das descrições em torno da sua formação académica, as curtas biografias de Luís Chaves também carecem de algum rigor quanto ao seu percurso castrense. A generalidade delas refere que ele foi oficial do Exército, chegando uma delas a acrescentar que participou na Primeira Guerra Mundial. Da consulta dos jornais oficiais publicados na fase final da Monarquia Constitucional e na 1.ª República, não há dúvida quanto ao primeiro facto².

Quanto ao segundo, não deverá ser tomado na verdadeira acepção da palavra. No fundo pessoal de Luís Chaves, depositado no Museu Nacional de Arqueologia (MNA), não foi detetado qualquer dado que indiciasse a sua participação em teatro de guerra, embora não possa ser olvidada a circunstância de o fundo estar em processo de classificação e, à data da sua consulta, a qualidade e quantidade do acervo ser bastante lacunar para uma personalidade cuja vida foi tão longa e profícua. Por outro lado, também nenhum dado sobre esta questão existe no epistolário de José Leite de Vasconcelos, na parte referente a Luís Chaves, cujas datas extremas vão desde junho de 1913 a julho de 1938. Na correspondência enviada pelo segundo ao primeiro, entre 1914 e 1918, nenhuma menção há relativa a um cenário castrense fora do país, sendo certo que as missivas de Luís Chaves eram bastante regulares e o hiato temporal máximo registado durante aquele período não ultrapassou os seis meses. Na realidade, o arqueólogo apenas foi mobilizado para o Exército em agosto de 1917.

Além da sua formação militar e em matemática, Luís Chaves realizou o curso de bibliotecário-arquivista (1915) e possuía conhecimento das línguas francesa, inglesa, alemã, italiana e espanhola, além do latim.

No testemunho de Paulo Caratão Soromenho (1976/1977, p. 97-98), aquele etnógrafo e arqueólogo era um

«Homem de pequena estatura – pouco além do metro e sessenta –, de aparência franzina: sempre o vi magro até ao seu desaparecimento, quando octogenário. Essa condição permitia-lhe que se movimentasse bem, com certo nervosismo, que se lhe notava na rapidez oral: pronunciava com clareza, mas exprimia-se velozmente, quer em conversa amena quer em exposição culta. Tal característica mostra-se na própria linguagem escrita, pois

¹ Aqui, viveu grande parte da sua vida na Rua Dr. Teófilo Braga, n.º 21, 1.º dto.

² O *Diário do Governo* e o *Diário da Câmara dos Deputados* permitem conhecer um pouco a evolução da carreira militar de Luís Chaves: cadete primeiro-cabo do 2.º Esquadrão (1908), primeiro-sargento cadete da companhia de alunos da Escola do Exército (1908), primeiro-cabo cadete, após perda da graduação (1909) e primeiro-cabo cadete do Regimento de Cavalaria n.º 4 (1914). De acordo com descrição documental *online* disponível no Arquivo Histórico Militar, Luís Chaves era alferes miliciano de artilharia à data da sua saída do Exército, em 1920.

possuía uma feição, que podemos designar por “agilidade estilística” e consistia em exprimir ideias e proporcionar informações em frases e períodos curtos. Transmitia também um tom pitoresco que vinha a ter correspondência, quando falava, num sorriso quase permanente. O olhar era vivíssimo, o que, com quanto fica dito, lhe ocasionava um jogo fisionómico de aliciação. Quem o ouvia prendia-se, fossem adultos ou gente miúda. Qualidades necessárias e fundamentais para o professor e para o etnógrafo, tornaram-no um excelente mestre e um excepcional investigador.»

Faleceu na cidade de Lisboa, a 9 de abril de 1975, a um mês de completar 87 anos. À data da sua morte, Luís Chaves encontrava-se viúvo, tendo deixado três descendentes. Encontra-se sepultado num jazigo no cemitério do Alto da Ajuda, na capital.

3. PERCURSO PROFISSIONAL DE LUÍS CHAVES

3.1. O ingresso inicial no MEP

A pesquisa efetuada em torno da figura de Luís Chaves revela que ele ingressou como preparador no MEP, em 1912. Não foi possível apurar a altura e a forma através das quais a personalidade aqui em causa transitou de oficial do Exército para a vida civil.

Infelizmente, não é só quanto a este facto que as pequenas biografias sobre Luís Chaves são lacunares, dado que, em regra, as referências ao seu percurso profissional não são acompanhadas de dados temporais que permitam traçar essa evolução com as necessárias certezas. Lamentavelmente, também o seu fundo pessoal depositado no MNA não fornece elementos aptos a esclarecer tal dúvida.

Esta primeira fase da ligação de Luís Chaves ao MEP iniciou-se formalmente a 31 de agosto de 1912, data em que foi contratado por José Leite de Vasconcelos, diretor daquele estabelecimento, como preparador. Tinha, então, 24 anos de idade.

De acordo com a biografia traçada por João Saavedra Machado (1971, p. 1), o ingresso de Luís Chaves no MEP deu-se no seguimento do concurso de provas públicas para o lugar de conservador do museu, o qual veio a ser ganho por Vergílio Correia (1888-1944).

À época, o quadro de pessoal do MEP era bastante reduzido, dado que apenas era constituído pelo seu diretor, auxiliado por um conservador, dois preparadores, dois guardas e três serventes. Contrariamente ao exigido para o lugar de conservador (que só podia ser preenchido através de um concurso de provas escritas), a contratação de preparadores dependia apenas da escolha do diretor do

museu, desde que observados os requisitos exigidos pelo Regulamento do MEP: «(...) pessoas idóneas e que pelo menos possuam certidão de exames de português, francês, latim, história e geografia, e tenham boa caligrafia»³.

Não foi possível apurar se e em que medida José Leite de Vasconcelos e Luís Chaves já se conheciam pessoalmente em momento prévio ao ingresso do segundo no MEP. No entanto, não deve oferecer grande dúvida que Luís Chaves reunia os requisitos legais, dado que possuía formação superior, conhecimentos de várias línguas (latim incluído) e, efetivamente, as missivas por ele enviadas a José Leite de Vasconcelos, e que hoje incorporam o epistolário deste último no MNA, confirmam o cumprimento da exigência de uma boa caligrafia.

De acordo com o referido regulamento, competia aos dois preparadores do quadro de funcionários do MEP:

«1.º Saírem para fora do Museu para colheita de objectos para êle, ou em estudo.

2.º Repararem os objectos do Museu que disso necessitarem, e instalá-los e acomodá-los convenientemente.

3.º Auxiliarem ou substituírem o conservador nos trabalhos de campo (escavações e excursões arqueológicas), quando pelo director isso fôr julgado necessário, e elaborarem os respectivos relatórios.

4.º Auxiliarem ou substituírem o conservador no serviço da biblioteca, da secretaria, das contas, do expediente, das publicações do Museu, da disposição, arrolamento, rotulação, numeração e catalogação dos objectos, e das compras, quando tudo isso fôr julgado necessário.

5.º Elucidarem os visitantes do Museu acêrca de perguntas que a respeito dos objectos dêste eles lhes fizerem.

6.º Concorrerem, quanto possam, para tudo o que constituir aumento e importância do Museu, e brilho das publicações dêste.

7.º Executarem desenhos e fotografias de objectos do Museu, quando para isso tiverem habilitação, e pintarem objectos de deminutas dimensões.

8.º Cumprirem as ordens superiores em tudo quanto respeitar ao Museu.»⁴

Reservando para momento próprio a análise do seu trabalho arqueológico, o cumprimento destas principais competências em torno do preparador Luís Chaves encontra-se evidenciado não só na obra científica publicada durante esta fase que decorreu até 1919, através das páginas d'*O Arqueólogo Português* e de diversas

³ Cf. artigo 21.º do Regulamento do MEP, de 1914.

⁴ Cf. artigo 22.º do Regulamento do MEP, de 1914.

outras publicações da época, mas igualmente no epistolário de José Leite de Vasconcelos. Efetivamente, na correspondência por ele remetida ao diretor do museu, deteta-se a presença de diversos assuntos relacionados com a parte administrativa do MEP, bem como a preocupação na recolha de materiais para o integrarem.

Apesar de ter publicado alguns estudos na área da arqueologia, o certo é que logo nesta primeira fase o seu percurso no MEP ficou marcado pelo predomínio da investigação no campo etnográfico, conforme sintetiza Maria de Bragança (2016, p. 95):

«[Luís Chaves] revela de início o interesse pela arqueologia, mas, em paralelo, efetua pesquisas etnográficas (de acordo com a orientação de L. Vasconcelos). Ainda nos primórdios da sua atividade profissional, Luís Chaves mostra a orientação filológica, patente ainda na fase embrionária da sua obra; no entanto, o interesse pela arte popular leva-o a enveredar, com vigor, por esta área do saber, pelo que, nos anos 20, escreve textos que aliam o interesse pela arte popular a uma retórica nacionalista, de contornos mais vincados.»

Portanto, nesta fase inicial, Luís Chaves integra-se na visão leitiana do MEP⁵, desenvolvendo simultaneamente pesquisas arqueológicas e etnográficas, embora com preferência por esta última área.

Além do diretor, José Leite de Vasconcelos, o quadro do MEP era ainda constituído por um conservador, cargo que, à altura do ingresso de Luís Chaves, era ocupado por Vergílio Correia.

Conforme oportunamente se verá, no decurso de 1915 tornou-se claro que o contencioso pessoal existente entre o diretor e o conservador gerou uma quebra de confiança entre ambos, com óbvias repercussões no desenvolvimento das relações no estabelecimento. Esta situação acabou por levar Vergílio Correia a optar por deixar o MEP e a procurar uma alternativa profissional, o que, de facto, veio a conseguir através do seu ingresso, novamente como conservador, mas no Museu de Arte Antiga.

A saída do conservador gerou um vazio no quadro de funcionários do MEP que, naturalmente, teria de ser preenchido. Tal veio a acontecer em 1916, com a nomeação de Luís Chaves a título de conservador interino do museu⁶. Contudo,

⁵ «Com o “Folklore” corre naturalmente parelhas a Ergografia ou Ergologia. O Museu Etnologico Português, fundado em fins de 1893, tem servido (e ainda bem!) para despertar ou afervorar no espirito de alguns moços o amor à Arqueologia e à Etnografia. Um d’esses moços é Luís Chaves (...)» (Vasconcelos, 1994, p. 287).

⁶ De acordo com o regulamento de 1914, eram competências do conservador do MEP: «Substituir ou representar o director na ausência ou impedimento dêste, no que toca ao expediente, ou a assuntos que reclamem urgente resolução; Velar pelo bom estado do edificio, e pelo asseio e boa disposição das colecções do Museu, e propor ao director as melhorias que nesse sentido julgar convenientes; Dirigir as escavações e excursões de que fôr encarregado, e apresentar relatórios delas;

o exercício daquele cargo terminou de forma súbita em junho de 1919, altura em que Luís Chaves, monárquico filiado na corrente do Integralismo Lusitano, foi demitido do lugar de conservador, em resultado da sua participação na sublevação monárquica conhecida por «Revolta de Monsanto», conforme se verá com maior pormenor mais adiante.

A sua saída forçada pôs fim a este primeiro ciclo da sua vida profissional no MEP, ao fim de quase sete anos ao serviço daquele estabelecimento científico.

3.2. Reconversão laboral e ativismo político

O período de 1919 a 1931 corresponde a uma readaptação laboral de Luís Chaves face à sua saída forçada do museu situado em Belém.

Tal como resulta de algumas missivas remetidas a José Leite de Vasconcelos nesta época, Luís Chaves dedicou-se ao ensino após a sua saída do MEP. Apesar de aquela correspondência não o especificar, a literatura produzida sobre esta personalidade indica que ele foi professor liceal, designadamente no Colégio Académico, onde lecionou Matemática, ou seja, a sua formação de base. Chegou inclusivamente a integrar a direção deste estabelecimento de ensino.

Segundo a biografia traçada por Fernando Castelo-Branco (1979, p. 1178), Luís Chaves manteve a sua ligação a este estabelecimento de ensino particular mesmo após o seu reingresso no MEP:

«Quando, pelos anos de 1950, começámos a frequentar o Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, cuja sede era no Museu Etnológico, disseram-nos que as sessões se realizavam ao domingo, porquanto Luís Chaves, para compensar as ausências devidas às suas funções docentes, trabalhava no Museu ao domingo. E na verdade, quando aí chegávamos para tomar parte nas reuniões, invariavelmente já se encontrava trabalhando.»

Alguns verbetes biográficos indicam, embora sem localizar temporalmente, que Luís Chaves chegou também a trabalhar como bibliotecário da Casa Cadaval.

Além do ensino liceal, este período da vida pública de Luís Chaves é ainda marcado pelo facto de ter dirigido e colaborado em vários jornais e revistas ligados à causa monárquica, nomeadamente ao movimento do Integralismo Lusitano. Paralelamente, continuou a prosseguir as suas investigações, sobretudo no

O serviço da secretaria, da biblioteca, das contas e do expediente das publicações do Museu; Arrolar, numerar, rotular, catalogar os objectos do Museu; Auxiliar o director em tudo quanto concorrer para o aumento e importância das colecções do Museu e biblioteca; Elucidar os visitantes que lhe pedirem informações acerca dos objectos do Museu; Promover, quanto em si caiba, o aumento das colecções, de acordo com o director; Auxiliar o director nas publicações do Museu, quando for necessário; Cumprir as ordens do director em tudo quanto respeitar ao serviço do Museu» (cf. artigo 20.º do Regulamento do MEP, de 1914).

campo etnográfico, tendo-se tornado, no final da 1.^a República, numa das suas figuras de referência.

3.3. O reingresso no MEP

Foram necessários 12 anos e um novo regime político para Luís Chaves regressar ao MEP⁷, que entretanto tinha passado a ser dirigido por Manuel Heleno, discípulo de José Leite de Vasconcelos.

Após um procedimento concursal⁸, a 29 de agosto de 1931, Luís Chaves, contando agora com 43 anos de idade, reingressou no museu para preencher o cargo de conservador efetivo, anteriormente ocupado pelo próprio diretor do MEP⁹.

Nos termos da lei que procedeu à reorganização do MEP em 1930, o acesso ao cargo de conservador só podia ser alcançado através de concurso de provas escritas, perante um júri nomeado pelo governo, composto pelo diretor do museu e por dois professores da Faculdade de Letras de Lisboa, sendo que apenas podiam ser admitidos dois tipos de candidatos: por um lado, detentores de um curso superior e, por outro, o preparador do MEP que fosse autor de algum trabalho valioso de arqueologia, etnografia ou antropologia.

O concurso versava «(...) principalmente sôbre assuntos de arqueologia (com inclusão da epigrafia e da numismática) e etnografia portuguesa, mas também abrangerá de modo geral a antropologia; além disso os candidatos devem mostrar que sabem escrever francês e traduzir latim»¹⁰. A formação académica de Luís Chaves, os seus conhecimentos culturais e a sua já então considerável produção científica tornavam-no num candidato natural ao cargo¹¹.

Este retorno à instituição e ao cargo que ocupou durante a 1.^a República marcou o início da terceira fase da vida profissional de Luís Chaves, que, aliás, acabou por ser a mais longa da sua carreira ao serviço de uma instituição, dado que se prolongou durante praticamente 26 anos, durante o Estado Novo.

Uma carreira longa e profícua, como ressalta da obra *Subsídios para a História do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos*. Nesta monografia dedicada ao MEP, o seu autor, João L. Saavedra Machado, enumera, com bastante exaustividade, o trabalho desenvolvido pelos principais funcionários do MEP, constituindo um interessante repositório de informação, para o que aqui releva, sobre o trabalho

⁷ Entretanto redominado «Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos», por força do Decreto n.º 16 624, de 1929-03-18. Por simplificação, ao longo deste trabalho continuar-se-á a utilizar a referência «MEP» para designar a mesma realidade.

⁸ O júri do concurso para provimento do lugar de conservador do MEP foi constituído pelo diretor do museu e pelos professores da Faculdade de Letras de Lisboa Luís Filipe de Lencastre Schwalbach Lucci e João António de Matos Romão. Cf. *Diário do Governo*, 2.^a série, n.º 252, de 1930-10-28.

⁹ Decreto de 1931-08-29, publicado no *Diário do Governo*, 2.^a série, n.º 223, de 1931-09-26.

¹⁰ Cf. artigo 18.º do Decreto n.º 18 237, de 1930-04-23.

¹¹ O elenco de competências do conservador do MEP, previstas na legislação de 1930, era praticamente idêntico ao estabelecido no regulamento de 1914 (cf. artigo 19.º do Decreto n.º 18 237, de 1930-04-23).

desenvolvido por Luís Chaves. Com base nessa obra, é possível proceder a uma delimitação do tipo de atividades por ele desenvolvidas sob a égide do MEP, ao longo de um quarto de século.

Em primeiro lugar, Luís Chaves manteve uma intensa investigação na área em que era especialista, em linha, aliás, com a atuação que teve durante a sua primeira fase no MEP. Uma investigação pautada por sucessivas saídas de campo, por todo o território continental português¹², com vista à recolha de informações e de espólio. Uma prática que, acrescente-se, se regista quase desde a data do seu reingresso no museu até à sua aposentação, um pouco à semelhança do que havia feito o seu «Exmo. Amigo e prezado Mestre», José Leite de Vasconcelos, embora, certamente, agora em condições menos penosas, dado o desenvolvimento que se foi, entretanto, registando nas redes e nos meios de transporte.

Em segundo lugar, regista-se um considerável crescimento da sua bibliografia ativa nesta fase, a qual ora não só assumiu uma natureza técnico-científica, como também adotou uma faceta de divulgação cultural ou de sensibilização. Casos houve em que Luís Chaves manteve colaborações bastante duradouras em algumas publicações periódicas, designadamente na revista *Ocidente* (com a rubrica «Nos Domínios da Etnografia») e no *Mensário das Casas do Povo* (com a secção «Coisas e Lousas»).

Vários fatores poderão ter pesado em toda esta produção: a missão do museu, a crescente especialização do autor, as saídas de campo (ainda que rápidas), a rede de contactos resultante daquelas saídas e a estabilidade profissional, bem como o facto de o próprio MEP possuir uma importante biblioteca.

«Publicou mais de oitenta livros e folhetos, além de muitas mais centenas de trabalhos, que ficaram pelas principais revistas portuguesas e algumas estrangeiras e inúmeros jornais (pois pertencia àquele grupo de estudiosos que não desdenhavam colaborar na imprensa provinciana – circunstância relevante, se atendermos a que os estudiosos das gerações seguintes condicionavam e condicionam a publicação dos seus trabalhos à importância dos títulos dos periódicos: ele procedia como Leite de Vasconcelos, de quem foi discípulo considerado, e Teófilo Braga)» (Soromenho, 1976/1977, p. 98).

¹² Damaia, Alfragide e Sacavém, em 1932; Lisboa e arredores, em 1934; Queluz e arredores, em 1936; Mafra, em 1937; Alenquer, Caldas da Rainha e Alcobaça, em 1938; Oeiras, em 1939; Sintra, em 1939; Parede, em 1940; Estoril e Sintra, além de uma volta a Portugal, em 1940; Trás-os-Montes, em 1941; Algarve e Trás-os-Montes, em 1942; Lisboa e Mafra, em 1943; Lisboa e seus arredores e Trás-os-Montes, em 1944; Cascais, Sintra, Massamá e Praia das Mações, em 1945; Mafra, Lisboa, Oeiras, Douro Litoral, Minho e Trás-os-Montes, em 1946; Sintra, em 1947; Besteiros e Caramulo, em 1948; Vouzela e Viseu, em 1949; Mafra, Caramulo, Vouzela, Viseu, Águeda, Ribatejo, Penafirme, Alenquer e Beja, em 1950; Lisboa, Caramulo, Besteiros, Vouzela, Viseu, Águeda e norte do Douro, em 1952; Vouzela, Viseu, Águeda, Colares, Massamá e Praia das Mações, em 1953; Oeiras, Cascais, Sintra, Mafra, Lisboa, Beira Alta, Beira Baixa, Trás-os-Montes, Minho, Lagos, Alvor, Portimão e Idanha-a-Velha, entre 1954 e 1957.

Paralelamente, verifica-se a participação de Luís Chaves em diversos congressos nacionais e internacionais, sobretudo no campo da etnografia, em representação do MEP, e que, invariavelmente, acabam por ser alvo de publicação. No entanto, casos houve em que Chaves participou em representação do próprio país¹³.

Em terceiro lugar, há ainda a registar nesta fase um maior envolvimento de Luís Chaves nas atividades museológicas do MEP. De novo segundo João L. Saavedra Machado, o etnógrafo participou ativamente nas remodelações do museu, melhorou a exposição dos objetos arqueológicos, enriqueceu a secção etnográfica, procedeu à inventariação e ordenação dos «registos de santos» e elaborou o catálogo de etnografia e de ex-líbris. Tarefas que, em algumas situações, exigiram vários anos até serem concluídas.

Ainda no plano das atividades museológicas, coube a Luís Chaves orientar umas «Lições de Vulgarização», isto é, um programa de visitas públicas guiadas a várias secções do MEP e a alguns dos seus objetos mais significativos. Foi ainda professor¹⁴ – «que dava aulas (nunca faltava)» (Soromenho, 1976/1977, p. 98) –, designadamente do estágio para conservadores de museus, palácios e monumentos nacionais no MEP, juntamente com Manuel Heleno e Scarlet Lambrino.

Este maior envolvimento de Luís Chaves na parte museológica do MEP encontra, obviamente, justificação na circunstância de exercer o cargo de conservador do estabelecimento. Contudo, Maria de Bragança (2016, p. 295-296) também chama a atenção para o facto de aquele ter reingressado num museu que já não era exatamente o mesmo que tinha sido forçado a deixar em 1919:

«Se, por um lado, Luís Chaves começara por conjugar, no início da sua carreira, a realização de pesquisas de campo nos domínios arqueológico e etnográfico – integrando-se na orientação leitiana adotada pela instituição à época –, por outro, em virtude da opção de Manuel Heleno de privilegiar o campo quase exclusivo da arqueologia para o Museu, o etnógrafo Chaves, ainda que tenha realizado trabalho de campo limitado no domínio etnográfico, vê reduzida a sua ação no Museu. Nesta perspetiva, no quadro de

¹³ 3.º Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências (Lisboa, 1932); 1.º Congresso Nacional de Antropologia Colonial (Porto, 1934); Congresso Colonial (1937); Congrès International d'Anthropologie (Bucareste, 1937); 1.º Congresso de História da Expansão Portuguesa no Mundo (Lisboa, 1938); Congresso de Casas de População (1940); 1.º Congresso Nacional de Ciências Naturais (1941); 1.ª Exposição de Artesania Espanhola (Madrid, 1941); Congresso de Córdova (1944); 3.º Congrès International de Toponymie et Anthroponymie (Bruxelas, 1949); Congresso Luso-Espanhol (1950); Congresso de São Paulo, no Brasil (1954); Congresso Internacional de Ciências Onomásticas (Toponímia e Antroponímia, em Salamanca, 1955); e Congresso Etnográfico de Braga (1956). Elaborou ainda três estudos destinados ao 16.º Congrès International d'Anthropologie (Bruxelas, 1935). Foi também representante da Santa Sé no 16.º Congresso Internacional de História da Arte, em Lisboa.

¹⁴ Algumas biografias indicam também que foi docente da cadeira de História de Arte e Iluminura do curso superior de bibliotecário-arquivista, mas não foi possível determinar em que data e contexto essa leção ocorreu.

uma caracterização global das atividades do setor etnográfico no Museu – pesquisa, trabalho de campo, incorporação –, cremos que estas devam considerar-se como passivas e diminutas. Aliado a estes condicionalismos, se analisarmos a política museológica da instituição em causa, o campo das aquisições, por compra ou oferta, de objetos etnográficos para o Museu, sob a direção de Heleno na década de trinta, registamos que o domínio da oferta é o escolhido (...). Será interessante notar que, nesse caso, a incorporação na área da etnografia de objetos (oferta) indicia, quanto a esta atividade museológica, uma inoperância e inércia da instituição, a que certamente nem Chaves nem o Museu de “outrora” estavam habituados.»

Além desta reorientação do MEP, acrescenta Fernando Castelo-Branco (1979, p. 1178) a reduzida assiduidade de Manuel Heleno no museu que dirigia, o que também contribuiu para que as tarefas administrativas, burocráticas e a parte museológica recaíssem quase inteiramente sobre Luís Chaves.

A 10 de maio de 1957, Luís Chaves, com 69 anos, atingiu o limite de idade para continuar a exercer funções públicas:

«Neste dia realizou-se no Museu Etnológico uma pequena cerimónia íntima, com a presença de todos os funcionários, e o Prof. Manuel Heleno, num breve improviso, fez o elogio da acção notável de Luís Chaves no estabelecimento que sempre serviu com muita competência e dedicação, convidando-o a elaborar ali a continuação dos seus trabalhos» (Machado, 1964, p. 100).

3.4. A vida além do MEP

Apesar da sua formação matemática e de não ter ligação ao meio universitário, os conhecimentos de Luís Chaves e a sua extensa obra publicada (que não se reduzia apenas à etnografia, mas que abarcava áreas tão distintas como a arqueologia, a epigrafia, a numismática, a medalhística, a história, a história da arte, a filologia e a literatura) proporcionaram-lhe um amplo reconhecimento, confirmável, aliás, pelo elenco de sociedades científicas de que foi sócio¹⁵.

¹⁵ V.g. Academia de Córdoba; Academia Nacional de Heráldica e Genealogia; Associação dos Arqueólogos Portugueses; Grupo Português de História das Ciências; Institut International d'Anthropologie de Paris; Instituto de Coimbra; Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia; Sociedad Malagueña de Ciencias; Sociedade Brasileira de Folclore; Sociedade de Geografia de Lisboa; Sociedade Martins Sarmento; Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia; e Société d'Ethnographie de Paris. Além destas ligações a organismos científicos, foi sócio da Acção Católica, da Sociedade de São Vicente de Paula, da Ordem Terceira de São Domingos e da Educação Popular. É expectável que este elenco peque por defeito.

O antigo conservador era, desde há muito, não só uma personalidade respeitada ao nível nacional e uma autoridade em matéria etnográfica¹⁶, mas também alguém com algum reconhecimento internacional, conforme demonstram a participação que teve em congressos europeus, a publicação dos seus trabalhos em periódicos além-fronteiras e alguma correspondência trocada com figuras e instituições estrangeiras.

A aposentação de Luís Chaves e o fim da sua relação laboral com o MEP só se efetivaram a 25 de novembro de 1957. Mas não houve um afastamento abrupto nem definitivo da instituição à qual esteve ligado cerca de 33 anos, nem tão-pouco o fim da sua produção científica. Apenas significou o prosseguimento de uma relação noutros moldes.

A funcionar no próprio MEP encontrava-se o Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia (IPAHE), criado a 30 de novembro de 1932. De acordo com o seu diploma constituinte, aquele instituto tinha por objeto «(...) o estudo destas ciências em toda a sua extensão, relações e aspectos (...)»¹⁷.

Previamente à sua aposentação, já Luís Chaves tinha integrado aquele instituto, «(...) que funcionava graças especialmente aos seus esforços e à sua dedicação» (Castelo-Branco, 1979, p. 1179), designadamente como 1.º secretário e conservador das coleções. Contudo, após a sua desvinculação do MEP, o antigo conservador e sócio fundador do IPAHE ascendeu a vice-presidente deste organismo, cargo que exerceu, pelo menos, até 1970.

Não obstante o exercício das funções de vice-presidente, Luís Chaves continuou, como já tinha feito no passado, a apresentar comunicações no seio do IPAHE¹⁸.

Paralelamente, até 1964 representou oficialmente este instituto na Junta Nacional de Educação, onde também já tinha desempenhado funções, durante a década de 40, como vogal na 2.ª Subsecção da 6.ª Secção¹⁹.

De resto, praticamente até ao final da sua vida, Luís Chaves não cessou de publicar trabalhos em diversas publicações periódicas, fruto das recolhas nas

¹⁶ Por exemplo, Fernando Castelo-Branco refere (1980, p. 72) que o conjunto dos artigos publicados por Luís Chaves sobre a capital dava-lhe o direito de ser «(...) considerado o grande etnógrafo de Lisboa, e, graças a ele, esta é a cidade portuguesa mais e melhor estudada nesse campo, a que dispõe de uma maior e melhor bibliografia etnográfica».

¹⁷ Cf. artigo 1.º do Decreto n.º 22 338, de 1933-03-20.

¹⁸ Através do volume 4 da revista *Ethnos* (1965), é possível conhecer o conjunto das comunicações apresentadas por Luís Chaves no IPAHE, no período compreendido entre 1935 e 1964.

¹⁹ Algumas descrições documentais *online* disponíveis no Arquivo da Secretaria-Geral da Educação e Ciência evidenciam parte da atividade por ele então desenvolvida, nomeadamente um *Relatório elaborado pelos Vogais da Junta Nacional da Educação, José Maria Cordeiro de Sousa e Luís Chaves Lopes sobre a leitura das inscrições do pavimento da igreja gótica de Santo André e da pia baptismal da igreja matriz* (1947) e um *Parecer elaborado pelo relator Luís Rufino Chaves favorável à cedência de salas desocupadas pela Biblioteca Municipal de Beja ao Museu Regional de Arte e Arqueologia* (1954).

variadas saídas de campo (particulares e oficiais) que realizou durante a sua longa vida profissional, das pesquisas efetuadas e dos conhecimentos adquiridos:

«Mesmo depois de aposentado e quando as condições de vida, de isolamento, a doença, a dor pela morte da mulher, o deviam acabrunhar tão profundamente, mesmo assim continuou a escrever os seus trabalhos até quase à hora da morte, ocorrida em 1975» (Castelo-Branco, 1979, p. 191).

3.5. Luís Chaves, «etnógrafo do regime»?

Uma análise das trajetórias profissionais de Luís Chaves ficaria necessariamente incompleta sem uma abordagem, por mínima que fosse, à questão do papel ou da ligação que o mesmo teve com organismos do Estado Novo.

De facto, entre os finais da década de 30 e meados da década de 40, o nome de Luís Chaves aparece associado a várias iniciativas desenvolvidas por entidades oficiais ligadas ao regime do Estado Novo, nomeadamente o «Concurso das Aldeias mais Portuguesas» (1939), o «Centro Regional da Exposição do Mundo Português» (1940), a «Exposição de Arte Popular» (em Madrid, 1941), o 1.º Congresso Luso-Brasileiro de Folclore (1948) e a criação do Museu de Arte Popular (1948), além da sua colaboração quer em obras editadas pelo Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) e pela Agência Geral das Colónias, quer em periódicos alinhados com o regime político. A tudo isto acresce o facto de lhe ter sido concedido o grau de comendador da Ordem Militar de Cristo²⁰.

A sua ligação a diversas iniciativas desenvolvidas pelo SPN (posteriormente reorganizado e redenominado Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo [SNI]), sobretudo nos campos da arte popular e do folclore, terá justificado o paulatino esquecimento da figura de Luís Chaves durante a 3.ª República e a sua classificação como «etnógrafo do regime do Estado Novo»²¹.

Mas serão estes factos suficientes para se rotular o antigo conservador do MEP como um «etnógrafo do regime»?

Naturalmente que sai fora do âmbito do presente estudo desenvolver esta questão, conforme ficou expresso na parte introdutória. Trata-se, aliás, de um assunto bastante complexo e cuja análise dependerá, desde logo, da existência de várias fontes e da sua suficiência, a par do levantamento integral da sua obra e do cruzamento de ambas. Ainda assim, quanto à questão do rótulo de «etnógrafo

²⁰ Decreto de 1941-09-30, publicado no *Diário do Governo*, 2.ª série, n.º 237, de 1941-10-10. Esta distinção ficou a dever-se ao papel que Luís Chaves, enquanto secretário-geral, teve na organização do 2.º Congresso Transmontano.

²¹ Por exemplo, Joana Damasceno refere que Luís Chaves era «(...) considerado mesmo como etnógrafo de serviço ao regime (...)» (2010, p. 29). Por seu turno, Rui Gomes Coelho, citando Vera Marques Alves, conclui que «(...) os seus trabalhos etnográficos procuraram refletir o mundo rural e orgânico do “homo traditionalis” idealizado pelo Estado Novo» (2018, p. 26).

do regime», importará reter, para já, três chamadas de atenção por parte de outros tantos autores.

A primeira provém de João Leal, que alerta para o facto de o período de desenvolvimento da antropologia relativo às décadas de 1910 e 1920, no qual despontou Luís Chaves, ter sido negligenciado no estudo da história da antropologia em Portugal, sendo que

«(...) A etnografia destas duas décadas marca não apenas uma inflexão importante no desenvolvimento histórico da antropologia em Portugal, como é essencial para a compreensão da etnografia do Estado Novo, que se situa na sua sequência imediata. (...) Em Portugal a descontinuidade política entre a 1.^a República e o Estado Novo não exclui que, noutros planos, não se possam detetar importantes continuidades. É o que se passa com a etnografia. Quer isto dizer que a cultura popular continua a ser vista durante o Estado Novo como sinónimo da arte popular, e a etnografia frequentemente classificada como etnografia artística.» (Leal, 2000, p. 34 e 47.)

A segunda é apresentada por Vera Marques Alves, que aponta o facto de parte da antropologia contemporânea ter, no fundo, criado a categoria de «etnografia do regime» ou «etnografia do Estado Novo», assente na ideia de que a atividade dos etnógrafos de então e as representações etnográficas realizadas na época eram uma consequência natural da ideia ruralista do regime.

Contudo, na opinião desta autora (2011, p. 4 e 6), esta categorização nunca foi verdadeiramente alvo de uma análise mais cuidada. E recorrendo justamente ao exemplo de Luís Chaves, a autora salienta, em linha com João Leal, o facto de ele e outros etnógrafos já terem um percurso feito na etnografia à data da instauração do Estado Novo.

Mais recente é a chamada de atenção, ainda que sob a forma de dúvida ou de hipótese de trabalho, desenvolvida por Maria de Bragança (2016, p. 297):

«Visto termos focado alguns dos aspetos sobre o percurso museológico de Chaves, e, em particular, ligados à falta de consistência ou mesmo inexistência de propostas avançadas, no domínio da Etnografia, na instituição, será legítimo apresentar a seguinte questão: poderá essa escassez de trabalho de campo e de atividades etnográficas (que o próprio Museu não desenvolveu, porque era outra a orientação pretendida) ter levado Chaves a procurar fazê-lo noutra organização, no qual se avizinhava um interesse em torno do desenvolvimento da área da Etnografia? (...)

Em síntese, parece-nos plausível adivinhar um novo cenário, propício e aliciente ao desenvolvimento das suas atividades etnográficas, levando Cha-

ves a aderir às propostas de colaboração, avindas do SPN. No entanto, Chaves trabalhava numa instituição oficial, e, decerto, estaria igualmente interessado em obter dividendos da sua colaboração com o SPN que viessem a beneficiar o Museu. Tenhamos ainda presente que Chaves, enquanto funcionário e colaborador, se situava entre dois organismos oficiais que deveriam cooperar entre si, institucionalmente, como o fizeram em diversas ocasiões.»

A estas chamadas de atenção poderá acrescentar-se o facto de Luís Chaves se ter mantido fiel às suas convicções políticas, conforme o demonstram a sua ligação a organismos e iniciativas relacionadas com a causa monárquica e a colaboração que prestou em periódicos integralistas.

Em conclusão, Luís Chaves foi, efetivamente, um etnógrafo *no* regime, permanecendo ainda por validar a sua rotulagem como etnógrafo *do* regime.

4. O ARQUEÓLOGO LUÍS CHAVES

4.1. Considerações introdutórias

Chegados a este ponto, entramos, finalmente, no cerne do presente trabalho que, como referido na introdução, tem como objetivo essencial conhecer a atividade arqueológica desenvolvida por Luís Chaves. Conforme ali se expressou, o seu principal contributo nesta área foram as duas campanhas realizadas em Santa Vitória do Ameixial, em 1915 e 1916, enquanto funcionário do MEP.

Como se verá, as duas campanhas levadas a cabo nas imediações da aldeia do concelho de Estremoz não representaram apenas os trabalhos de maior relevo arqueológico efetuados por Luís Chaves. Na realidade, coincidiram com um período fulcral do seu percurso profissional no MEP e, posteriormente, pessoal, o que se repercutiu no atraso da divulgação pública daqueles trabalhos através da revista editada pelo museu.

Naturalmente que a *villa* romana de Santa Vitória do Ameixial não se traduziu na única atividade arqueológica desenvolvida por Luís Chaves na sua longa vida. Apesar do destaque e do desenvolvimento dado no âmbito deste capítulo a esse episódio da sua carreira profissional, não deixaremos de aflorar os contributos por ele prestados nos momentos anterior e posterior.

Importa também esclarecer que não constitui objetivo deste estudo fazer uma síntese ou, sequer, um balanço da primeira exploração da referida *villa* romana e do seu espólio, à luz dos nossos dias, tendo como base o já referido extenso relatório produzido pelo arqueólogo Luís Chaves. Aquilo que se propõe aqui realizar é uma abordagem suportada principalmente em documentação inédita produzida por aquele autor, quer no decurso dos trabalhos, quer posteriormente.

O epistolário de José Leite de Vasconcelos, à guarda do MNA, contém um considerável volume de correspondência endereçada por Luís Chaves ao diretor do MEP²². Dessa correspondência, constam algumas dezenas de missivas (cartas, bilhetes-postais e telegramas) em que o preparador Luís Chaves relata ao seu «Exmo. Amigo e prezado Mestre» José Leite de Vasconcelos o progresso dos trabalhos e as sucessivas descobertas de espólio, mas também os problemas, as desilusões e as angústias sentidas durante as duas campanhas²³.

Da análise desta parcela do epistolário de José Leite de Vasconcelos obtêm-se outras perspetivas que não são possíveis de extrair do relatório publicado por Luís Chaves n' *O Arqueólogo Português*, em 1938.

Por um lado, ela fornece relatos cronológicos e bastante descritivos sobre o andamento dos trabalhos arqueológicos e de todo o processo em que eles decorriam, designadamente do ponto de vista da logística. Por outro, através da leitura das missivas consegue aferir-se não só o grau de relacionamento pessoal entre o diretor José Leite de Vasconcelos e o então preparador Luís Chaves, mas também as amizades e inimizades na esfera do próprio MEP. Por fim, e como já referido, a correspondência relata acontecimentos que, como acima se antecipou um pouco, se repercutiram na evolução profissional e pessoal desta personalidade.

Em suma, a abordagem que aqui se inicia é uma revisitação das campanhas realizadas em Santa Vitória do Ameixial, mas fundamentalmente à luz da correspondência remetida pelo funcionário e discípulo Luís Chaves ao seu diretor e mestre, José Leite de Vasconcelos, embora sem prejuízo de outra documentação.

4.2. O tirocínio de Luís Chaves no Outeiro da Assenta (1913)

Segundo Fernando Castelo-Branco (1979, p. 1179), Luís Chaves despertou cedo para a arqueologia, dado que «algumas vezes nos referiu ter o costume, quando ainda militar, de aproveitar as idas ao campo, para realizar prospecções arqueológicas».

Oficialmente, o primeiro trabalho de campo protagonizado por Luís Chaves terá decorrido no Outeiro da Assenta, cerca de um ano depois da sua entrada no MEP.

Ao contrário do que viria a suceder em Santa Vitória do Ameixial, o trabalho que ele desenvolveu no concelho de Óbidos não foi uma intervenção inicial, mas o prosseguimento de uma segunda campanha arqueológica no local.

²² Cento e vinte e dois documentos produzidos entre 1913-06-12 e 1938-08-07.

²³ Infelizmente, não foi possível encontrar no Arquivo Pessoal de Luís Chaves (que integra o acervo do MNA) as missivas remetidas por José Leite de Vasconcelos ao encarregado das escavações em Santa Vitória do Ameixial. Aquele fundo ainda se encontra em fase de tratamento e apresenta-se, para já, bastante incompleto para uma figura cuja vida foi longa e profícua. Relativamente aos trabalhos arqueológicos realizados naquela *villa* romana, o fundo do arqueólogo apenas integra um pequeno conjunto de documentos formado por notas, apontamentos, fichas de leitura, fichas bibliográficas e estampas especificamente desenhadas para ilustrar o relatório que veio a ser publicado n' *O Arqueólogo Português*.

De facto, a descoberta daquele povoado pré-histórico ficou a dever-se a Félix Alves Pereira (1865-1936), quando este, em abril de 1911, se encontrava nas Caldas da Rainha. Apesar de ali se encontrar em licença por motivo de saúde, o então conservador do MEP aproveitou a ocasião para bater o terreno na zona dos concelhos de Óbidos e das Caldas da Rainha²⁴.

Uma vez descoberto, Félix Alves Pereira começou a explorar o antigo povoado de imediato. Os trabalhos começaram a 24 de maio de 1911 e prolongaram-se por mais de uma semana. O relatório dos mesmos foi posteriormente publicado em dois números d'*O Arqueólogo Português*, em 1914 e 1915. No primeiro número, o arqueólogo relatou essencialmente os trabalhos diários realizados no Outeiro da Assenta (Pereira, 1914), ao passo que no segundo efetuou uma descrição e análise do espólio ali encontrado (Pereira, 1915).

Depois da escavação inicial, o Outeiro da Assenta só voltaria a ser explorado cerca de um par de anos depois, por dois funcionários do MEP: o preparador Luís Chaves e o coletor Fulgêncio Rodrigues Pereira. Apesar de encarregue de prosseguir esta nova campanha, Luís Chaves teve ao seu lado a figura tutelar de Félix Alves Pereira em moldes que, muitos anos mais tarde, e a propósito do seu desaparecimento, descreveria nos seguintes termos:

«Foi em 1914 o meu padrinho no batismo de fogo dos trabalhos de escavações arqueológicas. Passava a estação calmosa nas Caldas-da-Rainha; as escavações foram no Outeiro-da-Assenta, perto de Óbidos, a caminho da lagoa. Ali me acompanhou, e interessaram-lhe sempre os trabalhos, dos quais amiúde me pedia informações» (Chaves, 1938, p. 34).

²⁴ No Arquivo Pessoal de Luís Chaves consta um documento manuscrito intitulado «Nota dos trabalhos nos concelhos de Óbidos e Caldas da Rainha (1911)», composto por quatro fólios. Trata-se de um interessante apontamento pessoal, em jeito de diário, no qual o autor descreve as suas diversas deslocações naquela zona, em busca de indícios arqueológicos, a par da aquisição de espólio etnográfico e arqueológico e da reprodução de inscrições epigráficas para futuros artigos. Porém, o documento não se encontra assinado. Estamos convictos de que o seu autor é Félix Alves Pereira. Por duas razões: em primeiro lugar, porque aquele apontamento diário contém vários factos e referências temporais que coincidem com alguns que existem no relatório que Félix Alves Pereira acabou por publicar, mais tarde, nas páginas d'*O Arqueólogo Português*; e, em segundo lugar, porque confrontando aquele documento com, por exemplo, a carta de Félix Alves Pereira reproduzida por João Luís Cardoso e Filipe Martins (2009, p. 262), constata-se que a caligrafia é idêntica. Como se explica, então, a existência deste apontamento de natureza pessoal de Félix Alves Pereira no espólio de Luís Chaves? Crê-se que a explicação residirá na relação de amizade que existiu entre aqueles dois arqueólogos e antigos funcionários do MEP («Residindo em Sintra e tendo passado aqui mais de um ano ininterrupto, raríssimas vezes me alongo para zonas além da Rocha. Há muitos meses que não vou ao Museu, onde apenas tenho um amigo e também dos melhores, o L. C. (...)», lê-se numa carta de Félix Alves Pereira a João Saavedra, datada de novembro de 1932, parcialmente reproduzida por João Saavedra Machado na sua monografia sobre o MEP [1964, p. 59]). O primeiro terá cedido estes apontamentos pessoais ao seu amigo e sucessor no prosseguimento das escavações no Outeiro da Assenta. A ter sido feita sem a reserva de uma cópia pelo seu autor, a cedência deste documento envolvia necessariamente um elevado grau de confiança entre as duas partes, pois implicava a perda de alguma informação relevante para Félix Alves Pereira. Note-se que, em 1914, no relatório dos trabalhos em Outeiro da Assenta publicado n'*O Arqueólogo Português*, Félix Alves Pereira (1914, p. 135) refere que «não é éste o único estudo, que resultou da minha estada nas Caldas em 1911. Pelo menos mais dois espero publicar, com o que vi nesse ano e depois».

Nas palavras de José Leite de Vasconcelos, as escavações foram «(...) feitas com felicidade (...)» (1915, p. 333) e decorreram entre os dias 15 e 31 de agosto de 1913, ou seja, na época aconselhada pelo descobridor do povoado²⁵. Já João Luís Cardoso e Filipe Martins (2009, p. 267-268) sintetizam com maior objetividade esta segunda campanha arqueológica do MEP:

«As explorações efetuadas por Luís Chaves deram continuidade às do seu antecessor, alargando o sector já aberto por este no plaiño correspondente ao topo da elevação, procedendo depois a diversas sondagens naquela área, no que designou por valas, realizadas segundo linhas paralelas entre si, ao comprido e ao través (entenda-se, do eixo da elevação), em número de seis, completadas por sondagens pontuais, em número de 14 (Chaves, 1915). Só aquelas deram espólio arqueológico, descrito ao longo do artigo, repartido entre o Calcolítico e a Época Romana, não sendo, porém, abundante a recolha, o que poderá ter determinado a suspensão dos trabalhos. Com efeito, o autor considerou inútil a abertura de mais sondagens para além das realizadas na plataforma superior do Outeiro. A última vala foi aberta na base de rochedo na encosta poente, depois da realização de várias sondagens infrutíferas. Ali recolheu materiais pré-históricos, proto-históricos e romanos.»

Por fim, a divulgação pública dos resultados alcançados ocorreu em 1915, através da publicação do artigo «Segunda exploração arqueológica do Outeiro da Assenta (termo de Óbidos)», da autoria de Luís Chaves, ao longo de 13 páginas da revista científica editada pelo MEP²⁶.

4.3. A descoberta de Santa Vitória do Ameixial (Estremoz)

Cerca de dois anos após o seu tirocínio no Outeiro da Assenta, Luís Chaves foi encarregue de explorar umas ruínas que existiam nas imediações da aldeia de Santa Vitória do Ameixial, no concelho de Estremoz. A existência dessas ruínas já há muito estava documentada, nomeadamente no *Dicionário Geográfico* de Luís

²⁵ «Por informação que tomei, convem mais que a exploração do Outeiro da Assenta se faça mais em Agosto do que em Setembro, porque neste mês há maior dificuldade em obter trabalhadores por preço razoável. Também, se o Chaves não for muito exigente, há em Óbidos casa decente p.^a se hospedar e Óbidos é mais próximo do lugar dos trabalhos do que as Caldas. Isto quase me faz esquecer que já não sou um estranho ao Museu», pode ler-se numa carta de Félix Alves Pereira datada de 7 de agosto de 1913 e transcrita no trabalho de João Luís Cardoso e Filipe Martins (2009, p. 263).

²⁶ A propósito desta publicação, Luís Chaves (1938, p. 34) recordará, anos mais tarde, a lealdade e amizade existente entre o arqueólogo e Félix Alves Pereira: «Quando [este último] mais tarde publicou em dois volumes de *O Arqueólogo Português* o relatório da exploração, e eu a seguir publiquei o meu, disse-me com bondade: – “O meu amigo foi muito hábil”. Se o fui ou não, ignoro-o; fui-o pelo menos para a sua bondade, e assim me pagou do receio justificado em que eu estava, tanto por continuar a exploração de outrem, sem saber como correria e o que mostrara, como por ser um mestre quem eu ia completar em trabalho para mim de iniciação. Distinguiu-me sempre com amizade tam terna e sincera como nem sei se a encontrei para além do círculo familiar em que me encerrei mais ou menos em tôda a vida, e a que de todo me confino hoje.»

Cardoso, nas memórias paroquiais de 1758 e no *Portugal Antigo e Moderno* de Pinho Leal. Aliás, a *villa* encontrava-se muito destruída devido ao reaproveitamento de pedra por parte da população local. No entanto, somente após 1912 foi tomada a decisão de proceder a escavações na zona.

O que precipitou esta tomada de decisão? A resposta a esta questão não é clara, pois a literatura consultada não é totalmente linear.

De acordo com uma ficha de inventário n.º 18 192 do MNA, a descoberta da *villa* romana deu-se na sequência dos trabalhos de exploração de uma pedreira. O proprietário dos terrenos comunicou esse facto ao diretor do MEP, embora José Leite de Vasconcelos já suspeitasse da existência de vestígios arqueológicos no local.

No entanto, Luís Chaves (1938, p. 23) narra o descobrimento em contornos ligeiramente diferentes:

«Como todos os encontros destas cousas, êste foi também casual. É certo que já o S.^o D.^o Leite de Vasconcellos tinha conhecimento da existência de ruínas romanas ali. Mas, nem por isso deixou de ser casual o achado do mosaico. Uma menina da aldeia tinha vindo a Lisboa, onde viu o Museu Etnológico. De regresso a casa, viu no fundo duns buracos, abertos em procura de pedra num ferragial de seu pai, “pedrinhas” de mosaico, parecidas com as que tinha visto no Museu.

Os alviões não venciam a resistência do mosaico. A menina tratou de o salvar, conseguiu sustar as obras, e mandou a informação para Lisboa.»

Não existe qualquer dúvida quanto ao prévio conhecimento de vestígios arqueológicos na zona por parte de José Leite de Vasconcelos, o qual está documentado nas páginas d’*O Arqueólogo Português* em várias ocasiões. Com base nelas, afigura perceber-se melhor o que terá precipitado a decisão de explorar as ruínas.

Num artigo publicado em 1931, José Leite de Vasconcelos (1930/1931, p. 196) refere que, em 1890, quando ainda era diretor do MEP, falaram-lhe pela primeira vez da existência «(...) d’estas ruínas, isto é, disseram-lhe que numa herdade da aldeia de Santa Vitoria estava “enterrada uma povoação” (...).

Na hipótese de não se tratar de uma gralha tipográfica, a data inserida naquele texto não estará correta. Por um lado, em 1890, o museu de Belém ainda não havia sido criado e, por outro, num artigo publicado em 1896, também nas páginas d’*O Arqueólogo Português*, o mesmo autor refere que essa notícia foi por ele apontada no seu caderno precisamente em 1896, acrescentando que as ruínas estavam localizadas «(...) na herdade de Ferreiros, pertencente a Graça Zagalo (...). *E parece que se encontram por lá fragmentos de barro arretino*» (Vasconcelos, 1918, p. 360).

Seja como for, mais tarde José Leite de Vasconcelos chegou, efetivamente, a visitar o local, por ocasião de uma das muitas deambulações que fez por todo o país com o objetivo de recolher espólio e informações para o MEP. Em concreto, a observação direta em Santa Vitória do Ameixial, por parte do então diretor do MEP, deu-se no âmbito de uma excursão arqueológica pelo Alentejo que ocorreu em agosto de 1912 e que foi pormenorizadamente descrita n' *O Arqueólogo Português*, na edição desse ano:

«Dia 6 de Agosto de 1912. – Às cinco horas da manhã partimos em trem para Avis. Às seis horas e meia passámos nos campos de Santa Vitória do Ameixial, local da batalha que D. Afonso VI deu contra os Castelhanos, ganha a D. João da Áustria pelo conde de Vila-Flor, como consta de um padrão erecto à esquerda da estrada. Na povoação de Santa Vitória o Rev.^{do} Manuel Diogo Grego, prior da frêguesia, teve a bondade de me mostrar umas ruínas romanas, e de me dar um instrumento de ferro, que julgo também romano (...)» (Vasconcelos, 1912, p. 284).

Apesar dessa visita, a justificação para a exploração do local só veio a ocorrer mais tarde, já que José Leite de Vasconcelos «(...) depois d'isso soube, por informações que um amigo lhe enviara do Alandroal, do fortuito aparecimento de um extenso mosaico romano no mesmo sitio» (1930/1931, p. 196).

Portanto, o que precipita a decisão de explorar arqueologicamente o local é a descoberta de um considerável mosaico romano. Fica, no entanto, por perceber com maior certeza o carácter fortuito do achado: se foi o proprietário das terras e/ou os seus trabalhadores quando buscavam por pedra, se a filha do proprietário das terras que, por coincidência, havia visitado o MEP algum tempo antes e que, também por coincidência, passou pela invulgar pedreira.

Como se verá mais adiante, José Leite de Vasconcelos só voltará a visitar Santa Vitória do Ameixial aquando das escavações levadas a cabo por Luís Chaves. Porém, enquanto isso não sucedeu, às mãos do diretor chegaram, entretanto, um colunelo de mármore e algumas moedas de cobre do século IV provenientes das ruínas da *villa* romana, ofertadas pelo médico municipal do Alandroal, quando José Leite de Vasconcelos se deslocou àquele concelho na Páscoa de 1915 (Vasconcelos, 1916, p. 162).

4.4. A primeira campanha de Luís Chaves em Santa Vitória do Ameixial (1915)

Como referido, é a descoberta de um considerável mosaico romano em Santa Vitória do Ameixial, no concelho de Estremoz, que precipita a decisão do MEP de explorar arqueologicamente o local. O então preparador do museu, Luís Chaves (com a experiência de campo no Outeiro da Assenta, em Óbidos), ficou

encarregue dessa missão inédita por José Leite de Vasconcelos, numa altura em que ainda não tinha ocorrido a entrada de Portugal na Primeira Guerra Mundial. A acompanhar o preparador vai também o ajudante de preparador, Manuel Pedro Madeira²⁷.

No relatório que viria a ser publicado em 1938, Luís Chaves indica que a primeira campanha em Santa Vitória do Ameixial decorreria no verão e outono de 1915. No entanto, o arqueólogo terá efetuado uma visita prévia ao local a 17 de abril do mesmo ano, a avaliar por uma carta remetida ao diretor do MEP:

«Acabo de chegar de Sta. Victoria do Ameixial. Venho muito bem impressionado; o mosaico é lindissimo, e o pouco mutilado, que está, muito mais lhe aumenta o valor. (...) O mosaico ficou quasi todo descoberto; apenas um canto ainda se não descobriu, mas pela quantidade de terra q tem por cima, e a sequencia dos pedaços que estão á vista, deixam esperar que esteja intacto. (...) Para guloseima, direi a VEx.^a que ha retratos (2 com nomes) e inscrições...»²⁸

Apesar da qualidade do achado, na mesma missiva Luís Chaves alerta José Leite de Vasconcelos para o pagamento de um preço que o museu não poderia suportar. Fica a dúvida se o remetente estaria a referir-se ao preço do mosaico em si ou à operação logística no seu todo. Em todo o caso, e como se verá, o alerta era em tudo premonitório.

A confirmação da compra do mosaico pelo MEP resulta de uma curta menção num bilhete-postal enviado a 13 de junho de 1915 pelo preparador do museu ao seu diretor. Contudo, naquele documento não há referência ao montante em causa²⁹. Por seu turno, José Leite de Vasconcelos (1930/1931, p. 196) refere, num artigo publicado n' *O Arqueólogo Português*, que o Estado português adquirira o direito da exploração total das ruínas, sem precisar os contornos dessa aquisição³⁰.

O arranque dos trabalhos deverá ter ocorrido em julho de 1915³¹, dado que é no dia 23 daquele mês que aparece a primeira carta de uma sequência de várias missivas remetidas de Santa Vitória do Ameixial para José Leite de Vasconcelos.

²⁷ Funcionário do MEP desde 1912. Mais tarde, ascendeu ao quadro de pessoal técnico do museu durante a direção de Manuel Heleno, tendo-o acompanhado em vários trabalhos de campo.

²⁸ MNA, Epistolário de José Leite de Vasconcelos, correspondência recebida de Luís Chaves (787), documento n.º 5015.

²⁹ Id., documento n.º 5016.

³⁰ Nos termos do artigo 6.º do Regulamento do MEP, de 1914, «ao Museu Etnológico é assegurado o direito de exploração e escavação de todas as estações arqueológicas situadas em terrenos públicos (paroquiais, municipais, distritais e do Estado), montes, campos, matas, caminhos e outros, cumprindo às autoridades administrativas e policiais impedir que êle, na pessoa dos seus agentes, seja estorvado nesses trabalhos de exploração e escavação. § único. As estações de que trata êste artigo são, por exemplo, as seguintes: (...) 4) Ruínas de quaisquer povoações ou edifícios, que pertençam a épocas anteriores à actualidade».

³¹ MNA, Epistolário de José Leite de Vasconcelos, correspondência recebida de Luís Chaves (787), documento n.º 5017.

Nela, Luís Chaves relata que se limitou a limpar o mosaico, a pôr os muros a descoberto (com limites bem definidos) e a cavar a terra não deslocada. Não obstante, os trabalhos causariam viva impressão, pois «(...) tem vindo gente de Extremoz a espreitar (...)», pelo que o arqueólogo vê-se na necessidade de rodear o mosaico de uma dupla linha de arame e colocar um letreiro a proibir a entrada à multidão. Perante a impossibilidade de obter um carrinho de mão para o transporte de terras, Luís Chaves lembra-se de escrever

«(...) Ao presidente da Camara Municipal de Extremoz, a pedir-lhe que me cedesse dois carros dos cantoneiros. Disse-lhe que era serviço do Estado e bom favor prestado ao Estado e à Sciencia, attendendo o meu pedido; pois mandou perguntar-me se era serviço directo do Estado ou por empreitada, e só depois de lhe repetir o serviço que era me cedeu os carros.»

Além dos trabalhos arqueológicos, Luís Chaves informa que aproveitou a oportunidade para proceder a várias recolhas na área etnográfica³² – «Tenho colhido um bom numero de cantares e dizeres do Ameixial (...)» –, oferecendo-se para, com base nelas, elaborar um trabalho para a *Revista Lusitana*. Paralelamente, copia as legendas dos «milagres» da capela paroquial, regista dados sobre ex-votos e adquire para o museu diversas peças de produção artesanal (cortiça, louça e ferros).

Cerca de uma semana depois, a 1 de agosto³³, o arqueólogo faz novo ponto da situação, começando por declarar que estava a habituar-se à leitura corrente do alemão e que ainda não tirara qualquer fotografia, apesar de estar munido de máquina e chapas, pois pretendia esperar pelo aparecimento de toda a construção. Entretanto,

«Em frente do mosaico, em opposição á entrada, descobri do lado esquerdo uma piscina: é toda revestida de marmore até metro e meio, e está a dois metros e tal a baixo do plano do mosaico, para o qual sobem tres degraus em toda a largura, sempre revestidos de marmore bem como o pavimento da piscina. (...) Uma das lages de revestimento na parede do fundo é cortada em bico saliente na parte superior; é lisa e apesar de grande, como é única, levo-a como especimen. A carranca fontanaria já está na minha mão; é de marmore, de tamanho quasi natural; falta-lhe um bocadinho muito

³² A este propósito, importa salientar que, no parágrafo 2.º do artigo 27.º do Regulamento do MEP de 1914, estipulava-se que «quando algum empregado estiver fora do Museu em serviço de exploração, escavação ou estudo, não tem horas fixas de trabalho, fixar-se-há às circunstâncias do momento, de modo que o serviço do Museu não se prejudique, e pelo contrário lucre».

³³ MNA, Epistolário de José Leite de Vasconcelos, correspondência recebida de Luís Chaves (787), documento n.º 5018.

miudo para estar completa nos tres fragmentos em que appareceu; o trabalho é bom, cabelos crespos, olhos varados.»

Nesta carta, além de enumerar os vários objetos encontrados naquela área, Luís Chaves relata que recebeu a visita do conservador do MEP, Vergílio Correia, que «(...) ficou contente com o mosaico», terminando com uma referência sobre a dureza do trabalho: «O sol está de assar os peixes dentro d'água; na semana passada subiu um dia a 45 °! *Armei barraca, e não me cresto.*»

A 9 de agosto, o arqueólogo enviou nova carta ao diretor do MEP³⁴, começando por dizer que já elaborara uma planta do mosaico. À medida que as escavações avançam, novos espaços e materiais são encontrados, nomeadamente um tijolo com inscrição. «Será VIBVLVS = VIBULUS?», coloca a dúvida ao mestre. Numa nota manuscrita a lápis, de que se deduz ser do próprio destinatário da carta, a solução é «Vibulanus».

À semelhança da missiva anterior, Luís Chaves terminou a carta salientando as dificuldades do meio ambiente e social: «Calor a 47 ° por quatro e cinco horas constantes ao sol. Estudo, aponto, e escrevo impressões, etc. e aturo os homens. Tenho tido visitas e oferecimentos.»

Cerca de duas semanas depois, a 23 de agosto³⁵, Luís Chaves comunica que os trabalhos continuam bem, «(...) mesmo agora melhor que nunca. Para ella chegou hoje o dinheiro que VEx.^a me mandou». Contudo, lamenta o atraso desse recebimento, que o obriga a adiantar o seu próprio dinheiro para pagar as jornas aos trabalhadores.

Informa ainda que ao lado da piscina grande encontrara outra de igual profundidade, bem como a sala de preparação do ar quente, com abóbadas de tijolo. Entre o diverso espólio encontrado (carvão, ferros, faca escopro, machado, asa de sítula, pedaços de louça e vidro), o arqueólogo destaca «(...) uma figurinha como aquellas hespanholas do Museu, achadas em Merida(?): é de osso, do tamanho daquellas, e muito bem desenhada e conservada: a cara bem feita, coroada, collares, fossa umbilical, traços sexuaes cruzados, e com um orificio transversal no pescoço para suspensão».

Segue-se nova carta no primeiro dia de setembro³⁶. Habitualmente, Luís Chaves começa por proceder, em cada missiva, a uma atualização do estado dos trabalhos, descrevendo com bastante pormenor as escavações e enumerando o espólio encontrado, reservando para o fim, e de forma breve, os assuntos mais pessoais.

³⁴ Id., documento n.º 5019.

³⁵ Id., documento n.º 5020.

³⁶ Id., documento n.º 15 843.

Nesta carta, o grau de desenvolvimento dos assuntos inverte-se, em resultado de um revés deontológico.

O arqueólogo começa por narrar que já concluiu a limpeza de uma das salas e que durante os trabalhos o capataz teve um acidente. «Eu mesmo tenho cavado; até, depois do homem cair, fui quem descobriu, da terra e pedras, os arcos de tejo e parede a que se encosta.» Depois, elenca os objetos encontrados: cinco figurinhas de osso gravadas, uma lucerna, uma cápsula de bronze, uma marca de jogo de osso, uma fíbula romana grande, um ferro de lança e um machado, entre vários outros.

Segue-se, então, um desenvolvido relato sobre a atuação do conservador do MEP, no seguimento da visita feita ao local e referida na carta de 1 de agosto. Luís Chaves é alertado para o facto de Vergílio Correia ter publicado num jornal um artigo a propósito do mosaico encontrado em Santa Vitória do Ameixial, relatando, assim, em primeira mão o achado:

«Bem dizia eu que não gostava da vinda delle. Já conheço e sinto, quasi dizia telepathicamente, o valor moral desse homem. Afinal nem sei quem faz a exploração, se elle, se eu! (...) E por cúmulo nem diz quem procede á operação do arrancamento do mosaico, e annuncia de má fé que se seguem indicações do Sr Rosendo Carvalheira; (...). O que é a delicadeza e a seriedade professional!»

Na carta seguinte, enviada a 9 de setembro³⁷, Luís Chaves começa por agradecer as palavras de consolação entretanto recebidas de José Leite de Vasconcelos, a propósito do incidente com o conservador do MEP, o qual, entretanto, fizera nova visita às escavações em Santa Vitória do Ameixial. Porém, a atitude do encarregado das escavações é outra quanto à visibilidade dos achados, pelo que, desta vez, Vergílio Correia sai do Alentejo

«(...) Convencido da esterilidade das excavações, do desprazer de VEx.^a por essa inutilidade de esforços e dinheiro; até foi dizer, á mulher do proprietario da terra do mosaico, que VEx.^a não faria que a exploração continuasse, (porque elle não perde occasião de falar); foi a mulher quem mo disse!! (...) A proposito, guarde-se VEx.^a da intriga que vae mover-me.»

Além de sugerir as melhores ocasiões para o diretor do museu visitar o local e inteirar-se pessoalmente dos trabalhos arqueológicos, o preparador do MEP pro-

³⁷ Id., documento n.º 5021.

cede, como é habitual nas suas missivas, à enumeração do espólio encontrado e termina prevendo a conclusão dos trabalhos no fim de setembro.

No entanto, esta previsão começa a falhar a partir do momento em que Luís Chaves resolve pesquisar noutra área, onde deteta restos de muros e pedaços de mosaico vulgar. Em carta remetida de Estremoz, a 16 de setembro³⁸, o arqueólogo solicita autorização ao diretor do MEP para escavar no novo local, suspeitando, por agora, «(...) que não é mais que uma dependencia da nossa villa. Vou na pista do proprietario, e já os arrendatarios concederam licença». Paralelamente, a 300 m da entrada da aldeia, Luís Chaves detetou uma esplanada onde já foram encontradas sepulturas romanas e de onde retirou uma turquês de ferro, topos de ladrilho, flancos de piçarra e uma conta azul miúda furada de losangos, entre outros objetos.

Além da correspondência até aqui resumida, aparecem pelo meio algumas outras onde o encarregado solicita o envio de fundos, com vista ao pagamento dos custos locais com a exploração.

Contudo, a partir de finais de setembro de 1915 verifica-se que a tónica financeira começa a ser cada vez mais frequente na troca de correspondência. Ao pedido de maior economia por parte de José Leite de Vasconcelos, o arqueólogo responde-lhe nos seguintes termos, no último dia de setembro³⁹:

«Pede-me VEx.^a economia, e eu creio que não fiz o minimo desperdicio; se na aldeia se não vive mais barato a culpa não é minha, e a somma de pensões é grande porque são duas. (...) Agora, por fim, parecerá desperdicio o que se gastar, mas para concluir temos: 14 homens, um carpinteiro (700), um carro para encher os buracos (carro de duas mulas, a 1400 diarios), aluguer de uma zorra quando se levarem os caixotes para a estação (2000 por dia), madeira, etc. (...)

Tambem vae uma colleção de primeiro valor, para o Museu.»

Entretanto, a exploração no outro local detetado por Luís Chaves revela outros espaços da *villa* romana, vários objetos e uma estátua. «Não são dinheiros velhos, Sr. Chantre. É uma estátua de marmore, Sr. Dr.», que representa uma mulher vestida, deitada num leito sobre o braço esquerdo e sustentando uma bola na mão direita, informa entusiasticamente o preparador em carta remetida a 8 de outubro⁴⁰. Na mesma ocasião, Luís Chaves comunica que pretende apresentar-se ao serviço em Lisboa daí a dez dias. Em Santa Vitória do Ameixial

³⁸ Id., documento n.º 5022.

³⁹ Id., documento n.º 5025.

⁴⁰ Id., documento n.º 5027.

ficará o funcionário do MEP, Manuel Pedro Madeira, a tratar do encaixotamento de todo o espólio.

Mas o ajudante de preparador fez algo mais do que o encaixotamento, durante a ausência do encarregado, pois descobriu um outro mosaico no seguimento das indicações dadas por Luís Chaves⁴¹. O achado é relatado numa missiva redigida por este último a 23 de outubro:⁴²

«É realmente muito curioso. Mais reduzido que o numero 1, com 5 × 3,50 plus minus, tem ao centro uma coroa de louros com as letras que o Madeira deu no esboço; à volta, circunscritos por hexagonos alongados, vêem-se: ao S. uma pantera caminha ou bebe um *Kalyx*; dos lados, uma cobra enrolada em um nó, á direita, dois chocos à esquerda. Tem mais umas figuras avulsas (flores, laçarias, etc.), e o campo é dividido em losangos e quadrados, estes com as diagonaes traçadas, e os quartos de côr alternada. Encerram-se estes motivos em emoldurados de trança e triângulos. As pedras são de quatro côres: amarello, branco, vermelho e preto.»

Na mesma carta, o arqueólogo informa que o vereador da instrução do município de Estremoz pedira um pedaço de mosaico para o museu local. Luís Chaves confirma ter acedido ao pedido, justificando tal atitude a José Leite de Vasconcelos no facto de que «(...) uma amostra (...) num museu provincial pode prestar bom serviço à archeologia, e fez-nos a Câmara a fineza de emprestar quatro carrinhos de mão. Por isto, me prestei ao favor». Por último, a carta alude novamente à questão do encaixotamento e expedição, a par do sempre constante problema do atempado envio de fundos para pagamento das despesas.

A partir desta altura, a correspondência remetida por Luís Chaves ao diretor do museu situado em Belém deixa de aludir aos trabalhos arqueológicos. Basicamente, todas as missivas remetidas da aldeia de Santa Vitória do Ameixial ou da então vila de Estremoz para o MEP resumem-se a dois problemas: por um lado, a logística inerente ao acondicionamento e transporte do espólio até Lisboa e, por outro, os custos relacionados com todas as operações na *villa* romana. Como se verá mais adiante, este último problema continuaria a perseguir o encarregado das escavações mesmo depois da conclusão destas.

Relativamente à questão da logística, a mesma prolonga-se por bastante tempo, a avaliar pelo teor da sucessiva correspondência. O fim das escavações não

⁴¹ «Cumpre-me aqui mencionar a inteligência e zelo do funcionário Pedro Madeira, do Museu Etnológico Português, que me acompanhou em todos os trabalhos. E, tendo eu vindo a Lisboa, continuou êle as escavações na direcção que lhes imprimi e conforme as instruções que lhe deixei; seguindo-as à risca, descobriu este mosaico da sala E, – honra lhe seja –, e libertou-o da terra que o cobria, limpou-o, cuidadosamente, até meu regresso.» (Chaves, 1938, p. 77).

⁴² MNA, Epistolário de José Leite de Vasconcelos, correspondência recebida de Luís Chaves (787), documento n.º 5028.

se traduz numa diminuição imediata das despesas, mas fundamentalmente na alteração do seu tipo. Torna-se necessário comprar quantidades consideráveis de pregos e madeira (esta última, aparentemente, nem sempre disponível na região), construir caixotes, adquirir palha e cimento para o acondicionamento, contratar carros para transporte e um «(...) serviço nocturno de guarda ao mosaico, actualmente mais necessario do que antes»⁴³, além da habitual hospedagem para os dois funcionários do MEP.

Em carta remetida de Estremoz, a 10 de outubro⁴⁴, Luís Chaves informa José Leite de Vasconcelos de que as operações serão concluídas na segunda-feira seguinte e descreve a forma como se desenrolará o transporte de todo o espólio (que foi sendo depositado na estação ferroviária de São Bento de Ameixial⁴⁵) até ao museu situado em Belém:

«Enchem quatro vagões, a completar-lhes a lotação taxada. (...) Vão pela via fluvial, do Barreiro ao Terreiro do Paço; naquella estação ha bons guindastes, e em S.^{to} Amaro é que terão de ser descarregados. O unico inconveniente é este, e só elle prejudica os nossos calculos; em vez de irmos a S.^{to} Amaro mandar transportar os caixotes, tencionavamos ir a Belem, de harmonia com as primeiras informações. É isto no nosso país, cada um informa como ignora.

Na 3.^a feira são requisitados os vagões pelo chefe da estação, que logo começa a carrega-los. Como vão em pequena velocidade, temos tempo de fazer a viagem e descansar d'ella muito à vontade, para depois fiscalizar o desembarque dos caixotes.»

Por fim, a 16 de dezembro de 1915, é remetida a última missiva de terras alentejanas⁴⁶. Tendo recebido um último vale para pagamento dos custos, Luís Chaves informa José Leite de Vasconcelos de que «saio amanhã (17) e no dia 18 procurarei VEx.^a em sua casa».

Mas, conforme se adiantou acima, a conclusão das operações em Santa Vitória do Ameixial não se traduz no fim dos problemas. O considerável custo dos trabalhos ali realizados, de que Luís Chaves tinha consciência e para o qual vinha pedindo compreensão nas comunicações enviadas do local, gera novo conflito pessoal entre o arqueólogo e o conservador do MEP, logo após a sua chegada a

⁴³ Id., documento n.º 5033.

⁴⁴ Id., documento n.º 5036.

⁴⁵ De acordo com o artigo 7.º do Regulamento do MEP, de 1914, os objetos destinados ao museu eram transportados gratuitamente nas vias-férreas, marítimas e fluviais do Estado. No caso concreto, o transporte parece ter sido assegurado pela então companhia de Caminhos de Ferro do Sul e Sueste.

⁴⁶ MNA, Epistolário de José Leite de Vasconcelos, correspondência recebida de Luís Chaves (787), documento n.º 5039.

Lisboa, conforme relata numa carta, ou, melhor dizendo, numa participação ao diretor do museu a 19 de dezembro⁴⁷:

«Tendo chegado de regresso dos trabalhos de excavação em S.^{ta} Victória do Ameixial (Extremoz), fui informado de que o Conservador do Museu Etnológico, Snr. Vergílio Correia Pinto da Fonseca, levantára contra mim, entre o pessoal do mesmo Museu, a suspeita ofensiva de eu ter gasto em madeira uma quantia exagerada, mais do que poderia esperar-se necessária para o encaixotamento do mosaico romano, que eu fôra gostosamente incumbido de extrair.

É desgostante, e em absoluto desanimador, que se grangeie por compensação uma calúnia, depois das pesadas canceiras de quatro meses em plena charneca alentejana, pelo período de maiores calores (Julho a Setembro) e o das primeiras chuvas (Outubro), alojado em aldeia sem recursos, onde por vezes sofri de fome, longe das vilas de Extremoz ou Sousel, a que recorresse diariamente. (...)

Peço por isso a VEx.^a se digne, quando o achar mais conveniente, tomar as providências que o caso na sua gravidade requer, para bem da disciplina do Museu, que a VEx.^a incumbe manter, para satisfação devida ao meu funcionar e reconhecimento de serviços prestados, uma vez que foi em comissão do Museu que a calúnia me feriu.»

Com o regresso de Luís Chaves a Lisboa e ao MEP, naturalmente que a periodicidade da correspondência entre o discípulo e o seu mestre diminuiu nesta altura, pelo que não foi possível apurar, através dela, se e quais foram as providências tomadas por José Leite de Vasconcelos relativamente à participação do seu discípulo. Apesar disso, o epistolário leitiano continua a fornecer alguns elementos que permitem, sobretudo agora, compreender a progressão profissional de Luís Chaves no museu.

Tal como já se referiu neste estudo, ao longo de 1915 tornou-se claro que o contencioso pessoal existente entre o diretor José Leite de Vasconcelos e o conservador Vergílio Correia gerou uma quebra da confiança entre ambos. Por outro lado, da leitura das missivas enviadas por Luís Chaves denota-se não só o surgimento de, pelo menos, dois conflitos entre este preparador e o conservador, mas também, nas entrelinhas, que Vergílio Correia estaria desprovido de outros aliados no museu, nomeadamente de João Saavedra⁴⁸.

⁴⁷ Id., documento n.º 5040.

⁴⁸ João Saavedra Machado (1887-1950) foi preparador e desenhador do MEP (de 1912 a 1920), tendo posteriormente ocupado o cargo de conservador do Museu de Anatomia. Foi pintor, desenhador, escultor, poeta, dramaturgo, ensaísta,

A insustentabilidade deste quadro terá levado Vergílio Correia a procurar uma alternativa profissional ao MEP, o que começou a acontecer no início de 1916, com a possibilidade do seu ingresso no Museu de Arte Antiga, para ocupar idêntico cargo, conforme relatou Luís Chaves a José Leite de Vasconcelos em carta enviada a 18 de janeiro daquele ano⁴⁹:

«É caso para nos felicitar, só pelas boas esperanças do nosso amigo. Diz que não podia haver melhor ocasião para sair. E que sae.

Já me considero semiconservador, á espera de o ser totalmente. E pode crer VEx.^a que não terá melhor funcionario do que eu. Nem mais obediente, nem mais agradecido.»

Porém, a perspetiva de progressão profissional de Luís Chaves no MEP foi temporariamente abalada por um revés pessoal: a morte do seu pai, em fevereiro de 1916, vítima de tuberculose.

Aliás, é na participação deste falecimento a José Leite de Vasconcelos, no dia 27 daquele mês, que se encontra a última referência a custos relacionados com os trabalhos desenvolvidos em Santa Vitória do Ameixial⁵⁰. Aparentemente, com o pagamento dos valores referentes ao transporte entre a estação ferroviária e o museu e a gratificação aos carregadores, ficaram encerradas, no dizer de Luís Chaves, as «(...) infindáveis contas do mosaico»⁵¹.

O desgosto pela perda do seu progenitor e a exposição ao perigo da tuberculose levaram Luís Chaves a dar parte de doente e a mudar de ares para fora de Lisboa, por recomendação médica, conforme comunica em carta de 1 de março de 1916. «Passarei, em viagem de ares, por isso rápida como a das andorinhas, pelos horizontes confortantes da seiva, poesia e força, do Alto Alentejo.»⁵²

Graças à missiva seguinte, remetida 15 dias depois, percebemos que Luís Chaves decidiu recuperar o ânimo em Estremoz, acompanhado pela sua irmã. Na carta, o preparador do MEP relata que efetuou recolhas etnográficas durante o caminho e aproveitou para explorar umas construções na zona de Sousel, «(...) como as de S.^{ta} Victoria. Enchi-me de curiosidade. Agora, depois de tantas peripécias, as ruínas de S.^{ta} Victoria tem para mim uma aureola romantica de solar desfeito». Contudo, as construções resumiram-se, na realidade, a um reservatório e a uma corrente subterrâneos⁵³.

crítico e historiador de arte. Ilustrou diversas obras, nomeadamente de José Leite de Vasconcelos e de Luís Chaves. Por várias ocasiões acompanhou o diretor do MEP nas suas viagens pelo país.

⁴⁹ MNA, Epistolário de José Leite de Vasconcelos, correspondência recebida de Luís Chaves (787), documento n.º 5041.

⁵⁰ Id., documento n.º 5042.

⁵¹ Id., documento n.º 5036.

⁵² Id., documento n.º 5043.

⁵³ Id., documento n.º 5044.

A avaliar pelas cartas enviadas por Luís Chaves a José Leite de Vasconcelos ao longo do mês de julho, o MEP aguardava a saída iminente do seu conservador. Denota-se agora alguma pressão, por parte do discípulo junto do seu mestre, no sentido de que a futura vaga, criada pela saída de Vergílio Correia, venha a ser ocupada por Luís Chaves. Sintomática disto mesmo é a carta remetida a 8 de julho:

«Agora que o assumpto do Museu vae em caminho de boa solução, creio chegado o momento opportuno de pedir a VEx.^a que não se esqueça de mim. (...)

Não encontrará VEx.^a quem mais precisamente e cuidadosamente olhe pelo Museu, que para VEx.^a é como casa de familia.

O meu concurso, o meu tirocínio de quatro longos annos a viver de esperanças, os meus mosaicos, as minhas villas, de Santa Victoria, devem ser o meu diploma. (...)

Tenho sido tão infeliz, sempre! Sei lá que desillusões me conserva escondidas o dia de amanhã!»

A correspondência seguinte não é totalmente clara quanto à data em que Vergílio Correia deixou definitivamente o MEP. Deduz-se que terá ocorrido no decurso de agosto de 1916, mas não sem antes se ter verificado novo conflito pessoal entre aquele conservador e o preparador Luís Chaves, conforme este relata em carta datada de 2 de agosto⁵⁴.

No mesmo documento aparece, pela primeira vez, a questão da publicação do relatório referente aos trabalhos arqueológicos realizados em Santa Vitória do Ameixial, aparentemente levantada por José Leite de Vasconcelos.

Porém, Luís Chaves discorda, chamando a atenção para dois factos. Em primeiro lugar, porque não terminara a exploração das segundas ruínas encontradas no local, onde apparecera a estátua, sendo necessário retomar os trabalhos em Santa Vitória do Ameixial em princípios de setembro de 1916, antes das sementeiras. E, em segundo lugar, pelos inconvenientes decorrentes de publicar dois relatórios distintos: «(...) insisto na superioridade scientifica, museologica, economica, de demorar dois meses até completar a exploração. Faltam desenhos, photographias de algumas coisas que estão encaixotadas (columnas, estatua), e se isto demora, pela accumulção de serviço, perderia com a espera, que proponho, solucionar-se».

⁵⁴ Id., documento n.º 5057.

Pelas cartas seguintes, percebe-se que a argumentação do arqueólogo convenceu o diretor do MEP⁵⁵ e que era chegada a altura de regressar a Santa Vitória do Ameixial.

4.5. A segunda campanha de Luís Chaves em Santa Vitória do Ameixial (1916)

A avaliar pelo teor e pelos anexos da primeira missiva remetida do Alentejo, a 29 de agosto⁵⁶, Luís Chaves voltou à *villa* romana localizada em Santa Vitória do Ameixial no final da primeira quinzena de agosto de 1916.

Não é claro, apenas com base nas cartas remetidas pelo arqueólogo, se nesta segunda campanha foi acompanhado de outro funcionário do MEP. Evidente é a ausência de qualquer menção expressa ao ajudante de preparador Manuel Pedro Madeira ao longo da sucessiva correspondência, ao contrário do que sucedera durante a campanha realizada no ano anterior.

A carta inicial revela uma tendência que se verificará, regra geral, nas seguintes: a preocupação em relatar periodicamente os gastos incorridos com os trabalhos. Desconhece-se se terá sido uma imposição prévia por parte do diretor, no sentido de melhor controlar o orçamento do MEP, ou se será uma preocupação de maior transparência por parte de Luís Chaves, face ao mal-estar gerado no final da primeira campanha. Independentemente de se tratar de uma ou até de ambas as hipóteses, o facto só por si demonstra o ensinamento retirado da primeira experiência em Santa Vitória do Ameixial⁵⁷.

À parte esta diferença, a missiva (assim como geralmente as posteriores) retoma o estilo adotado por Luís Chaves na correspondência enviada em 1915: começa por descrever os espaços que iam sendo resgatados à terra, passa depois a enumerar o espólio descoberto e acaba no pedido de envio atempado de fundos para satisfazer os compromissos financeiros locais. Mas aquilo que se destaca nesta primeira informação remetida da vila de Estremoz é a dificuldade sentida pelo arqueólogo na extração do mosaico:

«O mosaico vae-se tirando, com o maximo cuidado. Está acente muito mal e grosseiramente. Sobre uma base grossa de terra argilosa solta, em chão de piçarra, estenderam uma camada de 0,05 de formigão vem presa de pedra e tejo, massa de cal é que é, onde foram postas as tessellas. Veja a dificuldade de sahir bem. Venha a verdade que os pedaços cortados são pequenos, e só um se escangalhou; concertei-o, e lá está tambem engradado.»

⁵⁵ Id., documento n.º 5058.

⁵⁶ Id., documento n.º 5067A.

⁵⁷ Numa comunicação apresentada em 1933 a propósito desta *villa*, o arqueólogo refere que as escavações não se completaram, por falta de verba (1932, p. 251).

No mês de setembro seguinte, as escavações terão decorrido sem a presença de Luís Chaves, dado que as cartas por ele dirigidas a José Leite de Vasconcelos dão-no como presente em Lisboa. No entanto, a partir do início de outubro⁵⁸ e até ao final da primeira quinzena de dezembro de 1916, encontramos o arqueólogo, ora na aldeia de Santa Vitória do Ameixial, ora na vila de Estremoz.

Em carta datada de 12 de outubro⁵⁹, o ainda preparador do MEP informa que continuava a descobrir o mosaico e que abriu uma sanja ao longo do caminho, com o objetivo de apurar se existia uma ligação entre a primeira *villa* e a segunda. Por outro lado, aproveitava para justificar a considerável despesa com o pessoal, provavelmente reflexo de alguma chamada de atenção por parte do diretor do museu:

«Os homens que admitti, até iniciar o transporte para a estação, em que são necessarios mais dois ou três, são sete. Bem dizia que haviam de ser caros: 1.º por causa das vindimas; – 2.º por causa das obras do caminho de ferro para Portalegre, que estão activas; – 3.º pella aproximação das sementeiras, e em que é necessario fixar homens; – 4.º por causa da mobilização, que trouxe desfalques de pessoal. Por este sommatorio de razões, o pessoal (a familia) é pago a 500 rs. Por isso, 7 homens a 500 diarios são diariamente $7 \times 500 = 3\$500$; e na semana $6 \times 3\$500 = 21\000 . Os fornecimentos de material (cimento, madeira, pregos, gesso, etc.) combinei-os a requisições, contra guias, a conferir no auto de entrega e a confrontar em dias de pagamento. Assim evitam-se confusões e esquecimentos.»

Na missiva seguinte, enviada no dia 21 do mesmo mês⁶⁰, Luís Chaves relata que, entretanto, foi bem-sucedido na descoberta da ligação entre a casa escavada em 1915 e a casa que estava a ser escavada em 1916:

«Aquella a Poente, digo a Nascente d'esta, liga-se com ella por extenso corredor, estreito e pavimentado de opus signinum. Foi a solução do problema, que tive occasião de apresentar a VEx.^a. Este é o achado principal. Descobri mais uns pavimentos curiosos, nivelados pela interposição de imbrices, entremeados de lateras, cobertos de opus signinum.»

Pela leitura desta correspondência, parece, entretanto, perspetivar-se a ascensão do encarregado da escavação à categoria de conservador interino, pelo que o

⁵⁸ Num verbete de despesas, Luís Chaves refere que chegou na noite de 8 de outubro (MNA, Epistolário de José Leite de Vasconcelos, correspondência recebida de Luís Chaves [787], documento n.º 5062A).

⁵⁹ MNA, Epistolário de José Leite de Vasconcelos, correspondência recebida de Luís Chaves (787), documento n.º 5071.

⁶⁰ Id., documento n.º 5072.

mesmo aproveita a oportunidade para agradecer a José Leite de Vasconcelos «(...) tudo o que fez para o bom exito desta nomeação. Creia VEx.^a no meu maior reconhecimento. Sei bem quanto trabalhou, e quanto se incommodou pelos incidentes que surjiram.»⁶¹ E termina dizendo que ainda não atingiu o ponto culminante da escavação, ocasião em que convidará o diretor do MEP para visitar novamente o local.

A 5 de novembro é expedida nova carta, onde informa que as escavações prosseguem, tendo sido encontrado espólio interessante, como um ábaco etrusco de mármore, um grande vaso de bronze, um fragmento de uma tábula ornamental e telhões intactos, entre outros. Refere ainda que dentro de duas semanas tenciona já ter retirado o mosaico, pelo que «para a semana, se VEx.^a quiser aventurar-se ao frio e á chuva, poderá vir vêr os meus trabalhos».

De acordo com a nota biográfica de João L. Saavedra Machado, foi por esta altura, mais precisamente a 7 de novembro de 1916, que Luís Chaves tomou posse como conservador interino do MEP, no seguimento da saída de Vergílio Correia (Machado, 1971, p. 1). Talvez por isso não tenha tido lugar a visita do diretor do MEP a Santa Vitória do Ameixial, a avaliar pelo facto de a carta de 12 de novembro começar por referir que passou mais uma semana de trabalhos e que o arqueólogo contava concluí-los no final do mês. Paralelamente, o encaixotamento do mosaico (dividido em 73 pedaços) prosseguia a bom ritmo⁶².

Mas a grande novidade relatada nesta missiva prendia-se com a descoberta de mais um espaço e de um novo mosaico:

«(...) Encontrei em uma sala pequena, de 3^m por 3^m, pouco mais ou menos, outro mosaico. Ainda não dou pormenores, porque não está desaterado por completo. É de pedras miudas, bem combinadas, variadas e finas.

Se levar este mosaico, o que pouco mais tempo levará, e não conto ir além do fim do mês, apesar d'isso, S.^{ta} Victoria fornece quatro mosaicos completos ou quasi completos, e quatro fragmentados. Boa colheita!»

Na missiva seguinte, datada de 15 de novembro⁶³, o arqueólogo informa que já tem vários caixotes prontos para expedição e que contratou mais um carpinteiro, pelo que solicita ao diretor do MEP que diligencie junto da companhia ferroviária a reserva de uma carruagem. Não obstante, Luís Chaves refere que as escavações irão continuar até ao final do mês.

⁶¹ O arqueólogo foi nomeado conservador interino, por conveniência de serviço público, através de Decreto de 1916-10-14, publicado no *Diário do Governo*, 2.^a série, n.º 260, de 1916-11-03.

⁶² Id., documento n.º 5074.

⁶³ Id., documento n.º 5075.

A 24 de novembro, o encarregado das escavações faz novo ponto da situação dos trabalhos e das contas⁶⁴. Na estação de São Bento do Ameixial já se encontravam quatro carregamentos de caixotes, mas havia que contar com mais duas ou três semanas para a conclusão do transporte do restante espólio e o encerramento das contas dos fornecimentos e dos serviços. Porém, a grande novidade foi a descoberta de mais um mosaico:

«Depois do mosaico, que disse ter encontrado, fui ontem dar com outro. O primeiro estava escangalhado, mas aproveitei espécimens curiosos. Este de agora está também muito fraccionado, e o pedaço, que levo, é precioso; as tessellazinhas d'elle são tão miudas, que parece impossível como se talhavam de feição; formam torçaes, de pedras negras, brancas e vermelhas, com cinquenta centímetros de largura, pouco mais ou menos.»

As quatro missivas seguintes resumem-se a insistências de Luís Chaves junto do diretor do MEP, no sentido de serem enviados fundos para pagamentos, salientando a conveniência de deixar pagos todos os fornecimentos.

O encerramento definitivo dos trabalhos e o consequente regresso de Luís Chaves a Lisboa dá-se a 16 de dezembro⁶⁵. Para trás, deixa uma das *villas* romanas mais ricas do Alentejo, que o arqueólogo assim descreve numa carta dirigida a Joaquim Fontes, três dias depois:

«Recebi em Sta. Victoria um postal seu. Era muito tarde já para que pudesse fazer uma viagem até lá. Tivesse eu conhecido a sua vontade, que mesmo o convidava. Ia gostar. Era esplendido passear por aquellas salas, que foram pisadas por sandalias leves de patricios. Seria uma lição magnifica, de grandiosidade em tudo, e habilidade de construir. Veria mosaicos e mosaicos, estendidos como tapetes, e teria a voluptuosidade artistica e archeologica de os pisar também, mas democraticamente de botas de duas solas, por causa da humidade! Uma villa morta! Sem a larva de Cassandra, nem os thesouros de Agamemnon, mas com alfinete gracioso de toucador à maneira das Cesarinas» (Cardoso e Melo, 2005, p. 276).

A «*villa* morta» de Santa Vitória do Ameixial só voltaria a ser explorada a partir de 1970.

⁶⁴ Id., documento n.º 5076.

⁶⁵ Id., documento n.º 5080.

4.6. A divulgação dos resultados das campanhas em Santa Vitória do Ameixial

As duas campanhas realizadas em 1915 e 1916 revelaram uma antiga residência romana, que proporcionou ao MEP um considerável espólio composto por mosaicos (nomeadamente o de Ulisses), uma estátua, moedas, cerâmicas, vidros, utensílios e adornos.

Mas a conclusão dos trabalhos de campo não significou o encerramento do capítulo de Santa Vitória do Ameixial para Luís Chaves. Com o seu regresso ao museu, era chegada a altura de elaborar o relatório de divulgação do trabalho desenvolvido e do espólio encontrado, para posterior publicação nas páginas d'*O Arqueólogo Português*.

Como ponto prévio sobre a questão daquela publicação, importa salientar que, uma vez regressado ao MEP, naturalmente diminuíram as cartas remetidas por Luís Chaves a José Leite de Vasconcelos. Consequentemente, o epistolário leitiano não nos fornece dados completos sobre o processo de elaboração do relatório dos trabalhos arqueológicos realizados no Alentejo. Porém, não é totalmente lacunar.

Tal como acima já se referiu, em vésperas da ida de Luís Chaves para a segunda campanha de escavações na *villa* romana, o arqueólogo procurou convencer José Leite de Vasconcelos sobre a conveniência de apenas se publicar o relatório dos trabalhos após a conclusão daquela etapa, o que, efetivamente veio a merecer a concordância do diretor do MEP.

Pelo teor da carta de 6 de agosto de 1916, tudo indicava que o relatório estaria adiantado, embora somente no que à primeira campanha dizia respeito. Sintomático disto é também o facto de Luís Chaves ter publicado o artigo «*Villa dos Mosaicos*», no jornal *O Século da Noite*, em março de 1916, e posteriormente o ter republicado no periódico *Terra Nossa*, no mês seguinte, sob o título «*Ruínas de Romanos: a villa dos mosaicos*».

A descrição integral dos trabalhos efetuados ao longo de duas campanhas (que se prolongaram por vários meses), bem como a análise de todo o espólio encontrado traduziam-se, obviamente, numa tarefa morosa para Luís Chaves, que implicava a consulta de extensa bibliografia, reflexão e síntese, além da contribuição de João Saavedra Machado ao nível das ilustrações. A tudo isto acrescia a necessidade de conciliar a realização daquele trabalho científico com o cumprimento diário dos deveres inerentes aos de um conservador do MEP.

Contudo, Luís Chaves nunca chegaria a concluir o relatório enquanto funcionário do museu de Belém, em resultado do seu envolvimento político na causa monárquica e da sua ligação ao movimento do Integralismo Lusitano⁶⁶.

Com efeito, em janeiro de 1919, o arqueólogo tomou parte na sublevação que ficou conhecida como a «Revolta de Monsanto»⁶⁷. «Rocha Martins, na [obra] “Monarquia do Norte”, inclui o seu nome entre os combatentes monárquicos de Artilharia, Grupo de Cavalo» (Castelo-Branco, 1979, p. 1177).

Fracassada a tentativa de restauração monárquica, Luís Chaves foi preso, tendo cumprido pena no presídio militar da Trafaria. Daqui comunicou com José Leite de Vasconcelos, a 19 de março de 1919⁶⁸, para lhe dar conta do sucedido e, simultaneamente, lhe assegurar que faria o relatório referente a Santa Vitória do Ameixial que, afinal, permanecia por concluir decorridos mais de dois anos sobre o fim das escavações:

«Ora veja no que deu a minha saída, imposta aliás, do Museu para o regimento! Quem me diria que da serena paz dos mortos havia de vir parar à suprema agitação dos vivos!

Não que esteja arrependido de dar o passo por que me condenam. Isso não, porque ninguém de carácter se arrepende de cumprir com lealdade o seu dever. E eu, metendo-me nisto, que foi o movimento de Monsanto, fi-lo por obediência aos meus deveres militares. (...)

Depois d’isto tudo, voltarei para o Museu? Sei cá. Espero antes da Pascoa estar em liberdade e não ser demitido de oficial. (...) O relatório de S.^{ta} Victoria ha de fazer-se, quer eu esteja dentro ou fóra do Museu.»

⁶⁶ O Integralismo Lusitano foi um movimento doutrinário que surgiu no início da 1.ª República. De um movimento de ideias centrado numa revista fundada em abril de 1914 (*Nação Portuguesa*), em 1916 evoluiu para um movimento político. O objetivo do Integralismo Lusitano não visava apenas o derrube do regime republicano e a restauração monárquica. Advogava o regresso de Portugal a uma monarquia orgânica tradicionalista, antiparlamentar, de tendência concentradora e poder pessoal do rei. A influência do movimento integralista conheceu bastante destaque, sobretudo durante o Sidonismo. Com a morte de Sidónio Pais e as fracassadas tentativas de restauração monárquica («Monarquia do Norte» e «Revolta de Monsanto», ambas em 1919), o Integralismo Lusitano acaba por desistir de uma restauração pela força das armas. Na sequência do Pacto de Paris, celebrado em 1922, o Integralismo Lusitano suspendeu a sua atividade política, a qual foi retomada em 1926. Com a morte de D. Manuel II e a subsequente união monárquica, o Integralismo Lusitano extinguiu-se enquanto movimento político, permanecendo, contudo, como um movimento doutrinário até ao presente (Ferreira, 1984a; Quintas, 2004; Cruz, 1982).

⁶⁷ A tentativa de restauração monárquica principiou no Porto, a 19 de janeiro de 1919, quando as forças da sua guarnição ali proclamaram o regresso à monarquia, que rapidamente se estendeu a quase toda a região norte do país, tendo sido formada uma Junta Governativa do Reino. Por sua vez, a 23 de janeiro, parte da guarnição militar de Lisboa afeta à causa monárquica acampou na serra de Monsanto e dali bombardeou a capital, intimando o governo republicano à rendição. As duas tentativas, que ficaram conhecidas como a «Monarquia do Norte» e a «Revolta de Monsanto», não tiveram êxito (Ferreira, 1984b; Quintas, 2004).

⁶⁸ MNA, Epistolário de José Leite de Vasconcelos, correspondência recebida de Luís Chaves (787), documento n.º 5089.

De acordo com Fernando Castelo-Branco (1979, p. 1177), o conservador do MEP foi julgado por um tribunal especial a 29 de agosto de 1919 e condenado a seis meses de prisão, mas saiu em liberdade por já ter ultrapassado esse período de detenção.

À perda da liberdade no presídio da Trafaria pela sua participação na «Revolta de Monsanto», seguiu-se, em junho de 1919, a pena de demissão do lugar de conservador do MEP, em resultado de o arqueólogo «ter tomado parte directa em insurreição contra as instituições vigentes ou tê-la favorecido», à luz do Decreto n.º 5203, de 5 de março do mesmo ano⁶⁹. «Luís Chaves contou-nos que fora Leonardo Coimbra, Ministro da Instrução (2-4-1919 a 28-6-1919), que o demitiu, exarando o despacho numa folha de papel onde havia apenas o recorte de um jornal, que referia certamente a sua actuação revolucionária» (Castelo-Branco, 1979, p. 1177).

Apesar de decretada por lei, a demissão não terá sido imediatamente efetiva. Por um lado, o decreto em causa admitia o recurso contra tal pena e, por outro, a avaliar pelo teor de uma carta enviada a José Leite de Vasconcelos, a 9 de setembro de 1919, Luís Chaves refere que ficava à espera que o primeiro o avisasse da data para se apresentar no MEP, embora pressentisse que não o deixariam permanecer por muito tempo⁷⁰. Ou seja, tudo leva a crer que o arqueólogo recorreu legalmente contra a pena de demissão.

Todavia, tendo ou não reagido contra a pena, certo é que, a dada altura, a demissão tornou-se efetiva, já que, numa missiva datada de 22 de dezembro daquele ano, Luís Chaves informa que estava a lecionar, pelo que oportunamente passaria no MEP para reunir os seus papéis e elaborar o relatório relativo à *villa romana*⁷¹. Por esta altura, assinalavam-se três anos sobre a conclusão dos trabalhos em Santa Vitória do Ameixial.

O final de 1919 marca o início de um período que corresponde não só a uma readaptação laboral de Luís Chaves após a demissão, mas também a uma fase marcada por um maior ativismo político por parte do arqueólogo.

Ainda em 1919, encontramos Luís Chaves a ocupar o cargo de redator do jornal *A Monarquia* e, no ano seguinte, a dirigir o jornal semanário *A Ideia Nacional: Semanário monárquico-sindicalista*.

Esta atividade trouxe-lhe novos condicionamentos à sua liberdade de movimentos. De acordo com uma nota biográfica publicada no final dos anos 20, Luís Chaves esteve dez dias incomunicável numa esquadra de Lisboa e dois meses depois na cadeia do Limoeiro, por conspiração aquando da visita dos reis da Bél-

⁶⁹ Decreto de 1919-06-05, publicado no *Diário do Governo*, 2.ª série, n.º 139, de 1919-06-18.

⁷⁰ MNA, Epistolário de José Leite de Vasconcelos, correspondência recebida de Luís Chaves (787), documento n.º 5090.

⁷¹ Id., documento n.º 5092.

gica a Lisboa. Por fim, teve de emigrar, em resultado de ter sido redator do jornal *A Monarquia*.

O seu maior envolvimento público com a causa monárquica terá afastado qualquer possibilidade de vir a ser reintegrado no MEP, a avaliar pelo teor de uma carta remetida a 11 de novembro de 1919 pelo seu amigo Félix Alves Pereira a José Leite de Vasconcelos:

«E do Chaves? Estive outro dia com ele e, do que me disse, inferi que não pôde contar com a reintegração! É redator da *Monarquia*. Com esta recomendação, como conseguirá despacho? Será difícil e é pena. É um rapaz de muitas esperanças no campo da inteligência, mas infelizmente a política avassala-o.

Peço mais a V. Ex.^a que pense nos mosaicos. Aquilo produz logo impressão pouco agradável ao visitante. Eu esperava que o Chaves viesse a tratar deles; assim perco as esperanças!» (Machado, 1965, p. 40).

Entretanto, o próprio Integralismo Lusitano conheceu uma cisão. No seguimento das fracassadas «Monarquia do Norte» e «Revolta de Monsanto», a Junta Central do Integralismo Lusitano deixou de obedecer a D. Manuel II e passou a reconhecer a pretensão de D. Nuno de Bragança ao trono português.

Pretendendo manter-se fiel a D. Manuel II, o chamado «Grupo dos Cinco» (formado por Alberto Ramires dos Reis, Alfredo Pimenta, Caetano Beirão, Mateus de Oliveira Monteiro e pelo arqueólogo Luís Chaves) demarcou-se do Integralismo Lusitano e fundou, em 1921, a Ação Tradicionalista Portuguesa, tendo publicado o manifesto político desta nova organização nas páginas do *Correio da Manhã* de 28 de julho.

«A partir de 10 de Dezembro desse ano iniciaram até a publicação de um boletim e vieram a editar a revista mensal *Acção Realista* (cujo director era Ernesto Gonçalves), o semanário *A Voz Nacional* (dirigido por Luís Chaves) e ainda, em 1926, um quotidiano intitulado *Acção Realista*, à frente do qual esteve João Ameal. Seria aliás com esse nome – *Acção Realista Portuguesa* – que a organização passaria a conhecer-se a partir de 1923» (Cruz, 1982, p. 144).

Retomando o tema inicial, a conclusão do relatório relativo a Santa Vitória do Ameixial só volta a surgir na correspondência enviada por Luís Chaves ao seu mestre em março de 1924⁷², a propósito de um convite que lhe foi dirigido para

⁷² MNA, Epistolário de José Leite de Vasconcelos, correspondência recebida de Luís Chaves (787), documento n.º 5095.

assistir à colocação de um dos seus mosaicos no MEP. O antigo arqueólogo e agora docente declara a José Leite de Vasconcelos a impossibilidade de assistir ao evento, uma vez que dava «(...) aulas das 11 às 9½ da noite, com intervallos para as refeições». No entanto, acabou por reafirmar na mesma carta a sua intenção de concluir o relatório sobre os trabalhos arqueológicos que dirigiu, embora subordinado às disponibilidades decorrentes da sua reorientação profissional:

«Preciso de férias e descanso para tratar de S^{ta} Victoria; agora só posso e só devo trabalhar pela vida.

Ninguém mais que eu tem vontade de fazer e arrumar o assumpto do mosaico, e o meu artigo com separata, sob o ponto de vista agricola, ou Latifundio de Romanos no Alentejo, creio que o prova. Infelizmente ainda até agora não foi possível coordenar tudo. Mas se-lo-ha, espero. É trabalho que se fará.»

Em abril do ano seguinte⁷³, Luís Chaves informa o diretor do MEP que no verão prevê concluir «(...) a romanada de S^{ta} Victoria». Tal promessa não foi cumprida, dado que a conclusão do estudo só ocorreu por alturas de outubro de 1925, conforme se retira de um bilhete-postal⁷⁴ então dirigido ao seu mestre:

«Espero ir ahi àmanhã, Sabado, das 7 para as 7½, e levar-lhe-hei – stupete magister! – o estudo de S.^{ta} Victoria. Não cheguei a ir ao Museu, por doença em casa e por querer levar o artigo, que me deu trabalho, como verá. Além do mais, queria apresentar-lho em mão propria, porque leva plantas e apontamentos figurados dos mosaicos, que preciso me faça o desenhador do Museu.»

Após a entrega, passam-se mais três anos até voltarmos a ter notícias sobre o avanço da futura publicação. Através de carta datada de 8 de fevereiro de 1928⁷⁵, Luís Chaves refere ao diretor do MEP que, na opinião de Manuel Heleno, o relatório deveria ser repartido em dois volumes da revista científica do museu (o que, na realidade, não veio a acontecer).

A partir daqui, o epistolário leitiano, na parte referente à correspondência remetida por Luís Chaves, deixa de fornecer qualquer elemento sobre a questão da publicação. Não obstante, é possível obter alguns dados graças a referências à

⁷³ Id., documento n.º 5098.

⁷⁴ Id., documento n.º 5099.

⁷⁵ Id., documento n.º 5102.

margem em determinados artigos que foram sendo publicados ao longo dos anos seguintes.

Assim, em 1931, José Leite de Vasconcelos (1930/1931, p. 196) refere nas páginas d'*O Arqueólogo Português* que Luís Chaves está a preparar uma desenvolvida notícia sobre a *villa* romana de Santa Vitória do Ameixial.

Por seu turno, numa comunicação apresentada no IPAHE a 21 de junho de 1933, e posteriormente reproduzida na *Revista de Arqueologia*, o próprio autor do relatório avança a informação de que a sua publicação sairá em número próximo da revista do MEP, justificando o seu atraso pelas dificuldades em obter e preparar as numerosas gravuras (Chaves, 1932, p. 250).

Contudo, seriam necessários mais cinco anos sobre aquela data para que, finalmente, a comunidade científica pudesse conhecer, ao longo de 112 páginas d'*O Arqueólogo Português* (Chaves, 1938), «(...) as ruínas extraordinárias de uma rica *villa*, de lavrador luso-romano, senão ele Romano ali colonizante, do século II-III» (Chaves, 1932, p. 250).

Volvidas mais de duas décadas sobre o fim das escavações, Luís Chaves fechava, finalmente, o capítulo de Santa Vitória do Ameixial.

4.7. Contributos posteriores

Pelo levantamento possível da extensa bibliografia ativa de Luís Chaves, Outeiro da Assenta e Santa Vitória do Ameixial terão sido os únicos trabalhos arqueológicos levados a cabo pelo funcionário do MEP.

As razões para este afastamento da arqueologia de campo resultam, afinal, daquilo que foi referido aquando da descrição do seu percurso profissional: a predileção de Luís Chaves pela etnografia portuguesa, a reorientação do MEP na vertente arqueológica, o incremento das responsabilidades do etnógrafo na gestão do museu e o facto de os trabalhos arqueológicos desenvolvidos por este estabelecimento serem realizados pelo próprio diretor.

Todavia, isso não implicou o seu afastamento ou um desinteresse definitivo pela área arqueológica. Efetivamente, com base nos artigos produzidos por Luís Chaves, é possível verificar que a arqueologia pré-histórica esteve presente até, pelo menos, meados da década de 1950. Mas se, porventura, alargássemos o campo arqueológico ao período medieval, designadamente aos contínuos estudos que o mesmo efetuou sobre os pelourinhos portugueses, constatar-se-ia que a sua contribuição científica ocorre até aos derradeiros anos de vida.

Ao longo deste ponto procuraremos, de forma bastante sumária, elencar os diversos estudos arqueológicos produzidos por Luís Chaves, subdividindo-os em dois grupos: por um lado, os artigos publicados até à conclusão do relatório referente à *villa* romana de Santa Vitória do Ameixial (Chaves, 1938); e, por outro, os artigos que se seguiram, após aquele evento.

No primeiro grupo, encontram-se, obviamente, os já referidos relatórios e artigos diretamente relacionados com os trabalhos de campo realizados em Outeiro da Assenta (Chaves, 1915) e em Santa Vitória do Ameixial⁷⁶. Direta e indiretamente relacionados com as suas campanhas no concelho de Estremoz, existem três artigos. Um deles, logo em 1916, versa uma asa de sítula adquirida pelo arqueólogo em Estremoz, embora proveniente da freguesia de São Domingos⁷⁷. Segue-se outro, bastante mais tarde, sobre figurinhas femininas de osso encontradas nas escavações que conduziu no Alentejo. E, por fim, um terceiro, no qual Luís Chaves faz um levantamento dos mosaicos lusitano-romanos encontrados em Portugal e que foi publicado em 1936⁷⁸.

Sem ligação aos dois trabalhos de campo de que foi encarregue, o autor abordou a ligação entre a toponímia e a arqueologia em «Sobrevivências neolíticas de Portugal: vestígios líticos, em concordância ou paralelismo na toponímia», num artigo publicado, em 1917, no *Arquivo da Universidade de Lisboa*⁷⁹.

Por fim, a década de 30 assistiu também à publicação de um estudo sobre a estátua do Basto (em Refoios de Basto⁸⁰) e de dois textos relacionados com epigrafia romana⁸¹.

Passando para a análise do segundo grupo de publicações, isto é, do período pós-Santa Vitória do Ameixial, Luís Chaves contribuiu, em 1939, para a revista *Ocidente* com o texto «As grutas de mouros na Quinta do Anjo (Palmela)»⁸². No ano seguinte, o autor fez a ligação entre a arqueologia e a etnografia, ao publicar «Sobrevivências folclóricas e folclore dos monumentos pré-históricos em Portugal»⁸³.

A herança romana mereceu-lhe especial atenção, a avaliar por três textos produzidos entre 1945 e 1952: «As estradas romanas pelo Baixo Alentejo»⁸⁴, «Explo-

⁷⁶ «Ruínas de romanos. A villa dos mosaicos», *Terra Nossa*, de 1916-04-09, p. 4-9; «Villa dos Mosaicos», *O Século (edição da noite)*, n.º 531, de 26 de março de 1916; «Latifúndio de romanos no Alentejo. Uma villa romana», *Boletim da Associação Central de Agricultura Portuguesa*, vol. 24, de 1922-04-04, p. 83-95; «Acerca da villa luso-romana de Santa Vitória do Ameixial», *Revista de Arqueologia*, tomo 1, 1932-1934, p. 250-255.

⁷⁷ «Asa de sítula», *O Archeologo Português*, série 1, vol. 21, n.º 1-12 (janeiro-dezembro de 1916), Lisboa, Museu Ethnographico Português, p. 150-152.

⁷⁸ «Antiquitates III. Mosaicos lusitano-romanos em Portugal», *Revista de Arqueologia*, tomo 3 (1936), p. 21-23 e 56-60.

⁷⁹ «Sobrevivências neolíticas de Portugal: vestígios líticos, em concordância ou paralelismo na toponímia», *Arquivo da Universidade de Lisboa*, vol. 4, 1917, p. 55-81.

⁸⁰ *O Basto: Estátua de guerreiro lusitano em Refoios de Basto*, Braga, Tip. Augusto Costa, 1934.

⁸¹ «Antiquitates I. Urna cinerária de Olisipo com inscrição latina», *Revista de Arqueologia*, tomo 2 (1934-1936), p. 182-187; «Antiquitates II: Lisboa romana. Monumento epigráfico dedicado a Apolo por um augustal», *Revista de Arqueologia*, tomo 2 (1934-1936), p. 242-245.

⁸² «As grutas de mouros na Quinta do Anjo (Palmela)», *Ocidente*, Lisboa, 6, 1939, p. 500-502.

⁸³ «Sobrevivências folclóricas e folclore dos monumentos pré-históricos em Portugal», *Congresso do Mundo Português*, Lisboa, Comissão Executiva dos Centenários, 1940, p. 437-458.

⁸⁴ «As estradas romanas pelo Baixo Alentejo», *Arquivo de Beja*, 1.ª série, Beja, 2, 1-2 (janeiro-junho de 1945), p. 157-160.

ração romana das termas de Portugal»⁸⁵ e «As vias romanas em Portugal (Lisboa nó de ligação das estradas)»⁸⁶.

No ano de 1951, surge nas páginas d'*O Arqueólogo Português* o trabalho intitulado «As antas de Portugal», no qual o autor retoma as ligações entre a arqueologia, a toponímia e as tradições populares⁸⁷.

Finalmente, e tanto quanto as pesquisas bibliográficas revelaram, o último trabalho relativo à arqueologia pré-histórica ocorreu em 1955, altura em que Luís Chaves contribuiu para a *Revista de Guimarães* com o seu artigo «Contas de pasta vítrea policrómicas do Museu Etnológico»⁸⁸. Note-se que esta afirmação não deve ser levada até às últimas consequências, uma vez que Luís Chaves, naturalmente, nunca deixou de estabelecer ligações com a arqueologia ao longo dos seus trabalhos⁸⁹. Por outro lado, no elenco de trabalhos fixado ao longo dos parágrafos anteriores não foram levados em linha de conta estudos biográficos que o autor elaborou em torno de personalidades da arqueologia portuguesa, como foram os casos de José Leite de Vasconcelos, Félix Alves Pereira, Rocha Peixoto e o Abade de Baçal.

Além da contribuição científica proporcionada pelos estudos que foi dando a lume⁹⁰, o fundo pessoal de Luís Chaves no MNA revela que esta personalidade era ocasionalmente consultada por várias figuras na área do património, as quais solicitavam a sua opinião ou esclarecimentos sobre assuntos arqueológicos, fosse, por exemplo, sobre o significado de uma estela ou a leitura de um documento epigráfico.

Mas Luís Chaves não se limitou à mera análise, estudo e publicação de artigos sobre espólio arqueológico. Ainda que de forma modesta, pode afirmar-se que ele continuou a visitar o terreno, já não sob a égide do MEP, mas enquanto membro da Junta Nacional de Educação, conforme evidenciam os instrumentos de descrição documental do Arquivo da Secretaria-Geral da Educação e Ciência e o próprio fundo pessoal do arqueólogo.

⁸⁵ «Exploração romana das termas de Portugal», *Anales de la Asociación española para el progreso de las ciencias*, 12, 1947, Madrid, p. 652-659.

⁸⁶ «As vias romanas em Portugal (Lisboa nó de ligação das estradas)», *Lisbon Courier*, Lisboa, 74 (maio de 1952), p. 8-9 e 35-37.

⁸⁷ «As antas de Portugal», *O Archeologo Português*, série 2, vol. 1 (1951), p. 95-115.

⁸⁸ «Contas de pasta vítrea policrómicas do Museu Etnológico», *Revista de Guimarães*, vol. 65, n.º 1-2 (janeiro-junho de 1955), p. 137-141.

⁸⁹ Cf., v. g., o estudo «Ânforas portuguesas», publicado na revista *Atlântida* em 1917, onde o autor recorda a genealogia romana, grega e árabe da olaria popular portuguesa.

⁹⁰ Não foi possível apurar se as comunicações «Lisboa, síntese da pré-história da Cidade e dos arredores mais próximos dela» e «Reconhecimento de estações neolíticas e de vestígios romanos no Concelho de Idanha-a-Nova, em Zebreira e Salvaterra do Extremo», apresentadas por Luís Chaves no IPAHE, em datas não concretamente apuradas, foram, de facto, publicadas. Em todo o caso, e tomando como ponto de partida os seus títulos, presumivelmente tratar-se-ão também de estudos arqueológicos.

Assim, por exemplo, é possível verificar a presença de Luís Chaves em Zebreira e Salvaterra do Extremo (Idanha-a-Nova), numa visita a monumentos pré-históricos detetados por um oficial da Guarda Nacional Republicana, realizada entre os dias 13 e 16 de maio de 1950. A visita foi posteriormente alvo de um relatório, apresentado em sessão da Junta Nacional de Educação em julho do mesmo ano⁹¹.

Por seu turno, em 1953, o mesmo autor elaborou para aquele organismo um relatório de observação sobre alguns achados romanos encontrados numa propriedade em Alivã (Campo Maior) e as escavações não autorizadas que, entretanto, foram efetuadas no local⁹².

Ainda no plano arqueológico, há a referenciar uma comunicação de Luís Chaves, no ano seguinte, a alertar para o risco de ruína da Capela de São Dinis de Pavia, cuja construção aproveitava um dólmen⁹³.

5. CONCLUSÃO

Apesar de ter sido considerado uma figura de referência da etnografia portuguesa (aliás, autodidata) durante a 1.ª República e o Estado Novo⁹⁴, Luís Chaves também não deixou de percorrer os trilhos da arqueologia nacional.

Imbuído da visão leitiana do MEP, principiou a sua carreira neste estabelecimento simultaneamente como etnógrafo e «arqueólogo de campo», tendo desenvolvido relevante trabalho em Outeiro da Assenta e em Santa Vitória do Ameixial, conforme demonstram os relatórios publicados n' *O Arqueólogo Português* e o relevante espólio que integra o acervo do MNA.

No entanto, a sua participação na «Revolta de Monsanto» acabou não só por conduzir ao seu afastamento compulsivo do MEP, como também a uma alteração do seu percurso profissional. De facto, repartido entre a docência e o ativismo político, Luís Chaves tornou-se cada vez mais etnógrafo e, simultaneamente, cada vez menos arqueólogo ao longo dos 12 anos que se seguiram.

Nem mesmo o seu regresso ao MEP, em 1931, para reocupar o lugar do qual fora demitido em 1919, lhe proporcionou condições para retomar a arqueologia de campo.

Por um lado, dividido entre a docência e o acréscimo de responsabilidades no MEP e, por outro, vendo o seu campo de atuação limitado pela reorientação

⁹¹ Cf. Arquivo Pessoal de Luís Chaves no MNA (documento sem cota) e Arquivo da Secretaria-Geral da Educação e Ciência, cota AHME, processo 111, caixa 202.

⁹² Cf. Arquivo da Secretaria-Geral da Educação e Ciência, cota AHME, processo 39, caixa 246

⁹³ Cf. Arquivo da Secretaria-Geral da Educação e Ciência, cota AHME, processo 46, caixa 246.

⁹⁴ «(...) Era de facto uma das figuras de proa da etnografia durante os anos 30 e até meados da década de 40, altura em que Jorge Dias regressa a Portugal» (Alves, 2007, p. 232).

científica entretanto ocorrida no museu e pelo facto de os trabalhos arqueológicos serem realizados pelo próprio diretor do estabelecimento, nesta nova fase mais não restou a Luís Chaves senão continuar a ser etnógrafo e «arqueólogo de gabinete», através da publicação de vários estudos.

Apesar de todos estes condicionalismos, o contributo de Luís Chaves para a arqueologia portuguesa está longe de poder ser considerado irrelevante.

Igualmente relevante apresenta-se, mais uma vez, o epistolário de José Leite de Vasconcelos à guarda do MNA, enquanto fonte para a compreensão de trabalhos arqueológicos de campo, como as duas campanhas de escavação em Santa Vitória do Ameixial realizadas por Luís Chaves, em 1915 e 1916.

A meia centena de missivas analisadas permite ao leitor de hoje obter perspectivas insuscetíveis de serem reveladas no extenso relatório publicado nas páginas d'*O Arqueólogo Português*, em 1938. Além de consubstanciar uma fonte primária sobre o andamento dos trabalhos e dos achados, a logística inerente àquela atividade e um modo de atuação em relação ao qual já decorreu uma centena de anos, a correspondência enviada pelo encarregado das escavações Luís Chaves ao diretor José Leite de Vasconcelos enuncia importantes factos pessoais que se cruzam com a evolução do arqueólogo e do próprio museu.

As cartas, os postais e os telegramas remetidos pelo arqueólogo divulgam dificuldades, anseios, angústias, alianças, amizades, inimizades e conflitos que, mais cedo ou mais tarde, acabaram por influir na própria dinâmica do MEP. Relembrem-nos que as instituições não existem por si só, que assentam em pessoas e que as suas escolhas podem marcar indelevelmente não só o seu percurso pessoal, como até, mais cedo ou mais tarde, a trajetória da própria instituição.

Nos anos imediatos ao seu desaparecimento, várias foram as iniciativas que procuraram realçar o seu papel enquanto etnógrafo, arqueólogo e pedagogo. Algumas delas foram-no de forma perene, como a atribuição do seu nome a um largo em Lisboa (em 1978) e a uma avenida em Chaves (na década de 1970)⁹⁵. Todavia, Luís Chaves é hoje uma figura quase votada ao esquecimento⁹⁶.

⁹⁵ Pelas pesquisas realizadas, Luís Chaves foi homenageado ainda em vida, a 27 de junho de 1971, em sessão do IPAHE. A título póstumo, ocorreram duas iniciativas levadas a cabo na Sociedade de Geografia de Lisboa, em 1977 e 1978. Mais recentemente e organizado pelas secções de Arqueologia e de Etnografia desta mesma sociedade, a 3 de dezembro de 2015 teve lugar o seminário «Luís Chaves (1888-1975) e Sebastião Pessanha (1892-1975), entre a etnografia, a arqueologia e a salvaguarda patrimonial». Nessa ocasião, foram apresentadas comunicações por Maria Helena Correia Samouco, Maria Barthez, Ana Ávila de Melo, Lívia Cristina Coito e Ana Cristina Martins. Posteriormente, a 18 de fevereiro de 2016, Lívia Cristina Coito e Ana Ávila de Melo apresentaram a comunicação «O Arquivo pessoal de Luís Chaves. O encontro entre a Arqueologia e a Etnografia: Santa Vitória do Ameixial», no âmbito da 4.ª edição do «Dia do Investigador do Museu Nacional de Arqueologia». Infelizmente, durante a realização do presente trabalho não foi possível conhecer o teor de todas as comunicações apresentadas em 2015 e 2016.

⁹⁶ Veja-se, a este propósito, a interrogação de Maria de Bragança (2016, p. 298): «Colaborador direto de uma figura charneira da Etnografia, Leite de Vasconcelos, a sua trajetória, enquanto conservador do Museu de Etnologia, aliada à extensa bibliografia publicada, faz dele, não à época mas posteriormente, uma figura de segundo plano, sobretudo no académico, visível na inexistência de estudos biográficos e/ou interpretativos, acerca da sua produção textual e afirmação no campo

A dispersão da sua obra⁹⁷, o rótulo de «etnógrafo do regime» do Estado Novo que lhe foi apostado (quando, na realidade, ele nunca deixou de ser monárquico) e o desconhecimento generalizado dos seus contributos no campo da arqueologia portuguesa acabaram por conduzir ao desvanecimento da sua memória. Demonstrativo disto mesmo é o facto de, decorridos 45 anos sobre o seu falecimento, estranhamente, nem um dos seus muitos títulos foi, entretanto, alvo de reedição, como é, por exemplo, o caso da sua obra seminal dedicada aos pelourinhos portugueses, cuja procura continua incessante em qualquer alfarrabista.

Com este texto julga-se não só ter fornecido um novo prisma sobre os primeiros trabalhos arqueológicos realizados em Santa Vitória do Ameixial, mas também um reavivamento da memória em torno de uma figura que legou uma vultuosa obra etnográfica e uma razoável contribuição arqueológica, mas sobre a qual se continua a ter um conhecimento fragmentado que importa – sem preconceitos – redescobrir e valorizar.

AGRADECIMENTOS

Ana Gaspar (Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças), Ana Paula Avelar (Universidade Aberta), Ana Santos Gomes, Biblioteca Nacional de Portugal, David Fernandes, Ivone Brás (Biblioteca Municipal de Bragança), João Pedro Oliveira (Biblioteca da Ordem dos Advogados), Lúvia Cristina Coito, Maria do Carmo Vale (Museu Nacional de Arqueologia) e Paulo Oliveira Ramos. Um agradecimento particular a Duarte Catalão (por nos ter ajudado a ultrapassar algumas dificuldades paleográficas) e a Luís Pedro Reis de Lima Chaves Lopes (por nos ter ajudado a corroborar e a completar alguns dados pessoais sobre o seu avô arqueólogo). Por fim, um agradecimento especial ao Sr. Prof. João Luís Cardoso (Universidade Aberta), pela orientação proporcionada no âmbito do seminário temático do qual resultou o presente trabalho, bem como pela colaboração prestada no acesso ao MNA.

do saber etnográfico. Como explicar esta ostracização? Que razões obstaculizam o referenciar da sua memória? O passado político, as ideias que comungava? A personalidade, que, apesar de desenvolver uma atividade profissional profícua, o impelia a colocar-se na retaguarda? A personalidade de Chaves, possuidora de grande potencial, sempre laborou na peugada de figuras de proa e dos seus diretores, como JLV e Manuel Heleno, um trajeto no qual se poderá encontrar motivo para esta lacuna, a que tem sido sujeito. Cremos que o conjunto de todas as questões levantadas pode ter contribuído para este imerecido esquecimento, sem omitir também os “fenómenos de moda”, na área da investigação, e outras, que colocam na sombra um dos grandes mestres discípulos de valor elevado, como parece ser o caso de Luís Chaves.»

⁹⁷ Em 1971, João L. Saavedra Machado (1971, p. 2) referia que contabilizou 308 trabalhos publicados por Luís Chaves, dos quais 164 versavam sobre assuntos etnográficos. Apesar de tal não se inserir no âmbito deste trabalho, certo é que no seu decurso foram contabilizados, através do cruzamento de várias fontes, mais de 550 trabalhos espalhados por 123 publicações periódicas (nacionais e estrangeiras), sendo que estes valores seguramente pecarão por defeito.

FONTES

Arquivos

CHAVES, L. – [correspondência a José Leite de Vasconcelos]. 1913-1938. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Epistolário de José Leite de Vasconcelos (n.º 787).

CHAVES, L. – Arquivo Pessoal de Luís Rufino Chaves Lopes (à data já todo inventariado). Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal.

MADEIRA, M. P. – [correspondência a José Leite de Vasconcelos]. 1915-1939. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Epistolário de José Leite de Vasconcelos (n.º 1919).

Legislação

Decreto n.º 559, de 1914-06-11 (Regulamento do Museu Etnológico Português, retificado pelo *Diário do Governo* n.º 154/1914, Série 1, de 1914-08-28).

Decreto n.º 5203, de 1919-03-06 (regula a forma do apuramento da responsabilidade dos magistrados e funcionários públicos civis ou militares que, durante a última insurreição monárquica, se envolveram em quaisquer factos anormais, faltando, no exercício dos seus cargos, ou fora dele, à lealdade e subordinação devidas às instituições e às leis, e inserindo várias disposições sobre o mesmo assunto).

Decreto n.º 16 624, de 1929-03-18 (dá ao Museu Etnológico Português o nome de Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos).

Decreto n.º 18 237, de 1930-04-23 (reorganização do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos, retificado pelo *Diário do Governo* n.º 101/1930, Série 1, de 1930-05-02).

Decreto n.º 22 338, de 1933-03-20 (criação e regulamentação do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia).

Decreto n.º 735/74, de 1974-12-21 (classificação da *villa* romana de Santa Vitória do Ameixial como Monumento Nacional).

Documentos

Museu Nacional de Arqueologia (2016) – *Relatório de Atividades*.

Documentos eletrónicos

ALVES, V. M. (2011) – *O Estado Novo, a Etnografia Portuguesa e o Museu de Arte Popular* [Em linha]. Comunicação apresentada no Ciclo de Conferências do Museu de Arte Popular, 1, Lisboa, janeiro de 2011. [Consult. 2 jun. 2020]. Disponível em WWW: <URL:https://www.academia.edu/1709247/O_Estado_Novo_a_Etnografia_Portuguesa_e_o_Museu_de_Arte_Popular>.

Direção-Geral do Património Cultural (s. d.) – Chaves, Luís. *MatrizPCI – Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial* [Em linha]. S. l. [Consult. 2 jun. 2020]. Disponível em WWW: <URL:www.matrizpci.dgpc.pt/MatrizPCI.Web/pt-PT/RecursosSearch/PesquisaInvestigadores?IdEntidade=44>.

Direção-Geral do Património Cultural (s. d.) – Ficha de inventário n.º 18192. *Matriznet* [Em linha]. S. l. [Consult. 2 jun. 2020]. Disponível em WWW: <URL:http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objects/ObjectsConsultar.aspx?IdReg=142411&EntSep=3#gotoPosition>.

LISBOA, C. M. de (2018) – O Largo Luís Chaves, etnógrafo de «Lisboa nas Auras do Povo e da História». *Toponímia de Lisboa* [Em linha]. Lisboa. [Consult. 2 jun. 2020]. Disponível em WWW: <URL:https://toponimialisboa.wordpress.com/2018/07/11/o-largo-luis-chaves-etnografo-de-lisboa-nas-auras-do-povo-e-da-historia/>.

BIBLIOGRAFIA

- AIRES, F. (1990) – *Toponímia Flaviense*. Chaves: Câmara Municipal de Chaves.
- ALVES, V. M. (2007) – «Camponeses estetas» no Estado Novo: arte popular e Nação na política folclorista do Secretariado da Propaganda Nacional. Tese de doutoramento em Antropologia apresentada ao Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.
- BARTHEZ, M. (2019) – *Memória de Francisco Lage: da prática à teoria*. Lisboa: Gradiva.
- BRAGANÇA, M. M. D. B. M. de (2016) – *Francisco Lage, um intelectual: ideia e ação na etnografia e cultura popular (1935-1948)*. Tese de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa.
- BRANCO, J. F. (1999) – Autoritarismo político e folclorização em Portugal: o Mensário das Casas do Povo. In *Congresso de Antropologia. Mesas de trabalho, VIII*, Santiago de Compostela, 1999. Actas. Santiago de Compostela: Federación de Asociaciones de Antropología del Estado Español/Asociación Galega de Antropoloxía. p. 29-45.
- CARDOSO, J. L.; MARTINS, F. (2009) – O povoado pré-histórico do Outeiro da Assenta (Óbidos). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 17, p. 261-356.
- CARDOSO, J. L.; MELO, A. Á. de (2005) – Correspondência de Joaquim Fontes (1892-1960). Contributos para a História da Arqueologia peninsular. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 13, p. 195-321.
- CARVALHO, J. de (1946) – Prefácio. In *Obras, Vergílio Correia*. Coimbra: Universidade de Coimbra. vol. 1. (Col. Acta Universitatis Conimbrigensis).
- CASTELO-BRANCO, F. (1979) – Luís Chaves (Etnógrafo, 1888-1975). *Revista Portuguesa de Filologia*. Coimbra. 17, p. 1177-1192.
- CASTELO-BRANCO, F. (1980) – *Breve história da olisipografia*. Venda Nova: Instituto de Cultura Portuguesa. (Col. Biblioteca Breve; 17).
- CHAVES, L. (1915) – Segunda exploração arqueológica do Outeiro da Assenta. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1, 20, p. 258-271.
- CHAVES, L. (1916) – Villa dos Mosaicos. *O Século (edição da noite)*. Lisboa. 531, de 1916-03-26, p. 1.
- CHAVES, L. (1922) – Latifúndio de romanos no Alentejo. Uma villa romana. *Boletim da Associação Central de Agricultura Portuguesa*. Lisboa. 24, p. 83-95.
- CHAVES, L. (1927) – *Subsídios para a história da gravura em Portugal*. Coimbra: [s. n.]. (Col. Subsídios para a História da Arte em Portugal; 24).
- CHAVES, L. (1932) – Acerca da villa luso-romana de Santa Vitória do Ameixial. Ecos e notas de uma campanha arqueológica em 1915-1916 no Alentejo. *Revista de Arqueologia*. Lisboa, 1, p. 250-255.
- CHAVES, L. (1938) – Estudos Lusitano-Romanos: A villa de Santa Vitória do Ameixial (Concelho de Estremoz), Escavações de 1915-1916. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1, 30, p. 14-117.
- CHAVES, L. (1938) – In memoriam: F. Alves Pereira (1865-1936). *Portucale*. Porto. 11:61, p. 34-40.
- CHAVES, L. (1959) – *D. Pedro II*. [S. l.]: Empresa Nacional de Publicidade. (Col. História de Portugal).
- COITO, L. C., coord. (1999) – *Epistolário de José Leite de Vasconcelos*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. (Suplemento O Arqueólogo Português; 1).
- COITO, L. C., CARDOSO, J. L.; MARTINS, A. C. (2008) – *José Leite de Vasconcelos (1858-1941): Fotobiografia*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia; Verbo.
- CRUZ, M. B. da (1982) – O integralismo lusitano nas origens do salazarismo. *Análise Social*. Lisboa. 18:70, p. 37-182.
- FERNANDES, H. (2012) – *Bibliografia do distrito de Bragança*. Bragança: Câmara Municipal. vol. 2.
- FERREIRA, D. (1984a) – Integralismo Lusitano. In SERRÃO, J., dir. – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas. vol. 3, p. 332-336.
- FERREIRA, D. (1984b) – Monarquia do Norte. In SERRÃO, J., dir. – *Dicionário de História de*

- Portugal. Porto: Livraria Figueirinhas, vol. 4, p. 331-333.
- FONSECA, M. da (1927) – *Aditamentos ao Dicionário Bibliográfico Português de Inocêncio Francisco da Silva*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- FONTE, B. da (1998) – *Dicionário dos mais ilustres transmontanos e Alto Durienses*. Guimarães: [s. n.]. vol. 1.
- FONTE, B. da (2019) – Luís Chaves, um ilustre flaviense do Integralismo Lusitano (1888-1975). *Revista Aqua Flaviae*. Chaves. 58, p. 51-86.
- FREITAS, D. M. (2019) – Vergílio Correia. In *Dicionário Quem é Quem na Museologia Portuguesa*. Lisboa: Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. p. 82-84.
- GAGO, A. B.; MARTINHO, C.; RAPOSO, L. (2013) – *Manuel Heleno: Fotobiografia*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia/Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- GOMES, S. de M.; MACEDO, M.; BRAZUNA, S. (2000) – Apresentação dos trabalhos arqueológicos de 1997 na villa de Santa Vitória do Ameixial. *Era Arqueologia*. Cruz Quebrada. 1, p. 52-67.
- GOUVEIA, H. C. (1997) – *Museologia e Etnologia em Portugal. Instituições e personalidades*. Lisboa: tese de doutoramento em Antropologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- LEAL, J. (2000) – *Etnografias Portuguesas (1870-1970): Cultura e Identidade Nacional*. Lisboa: Dom Quixote. (Coleção Portugal de Perto; 40).
- LEAL, J. (2002) – Metamorfoses da arte popular: Joaquim de Vasconcelos, Vergílio Correia e Ernesto de Sousa. *Etnográfica*. Lisboa. 6:2, p. 251-280.
- LEAL, J. (2006) – *Antropologia em Portugal: Mestres, Percursos, Transições*. Lisboa: Livros Horizonte. (Col. Primitivos e Modernos).
- LISBOA, E., coord.; Instituto Português do Livro, org. (1994) – *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*. Mem Martins: Publicações Europa-América. vol. 3.
- LOPES, Luís Rufino Chaves (1982). In *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira (Atualização)*. Lisboa; Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia. vol. 3, p. 154.
- LOPES, Luís Rufino Chaves (1998). In *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, Edição século XXI*. Lisboa; São Paulo: Editorial Verbo. vol. 6, p. 940.
- LOPES, Luís Rufino Chaves (s. d.). In *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira (Apêndice)*. Lisboa; Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia. vol. 39, p. 314.
- LOPES, Luís Rufino Chaves (s. d.). In *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*. Lisboa; Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia. vol. 6, p. 639-640.
- LOPES, Luís Rufino Chaves (s. d.). In *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa: Editorial Verbo. vol. 5, col. 186.
- MACHADO, J. L. S. (1964) – Subsídios para a história do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 2, 5, p. 51-448.
- MACHADO, J. L. S. (1965) – O Dr. Félix Alves Pereira e o Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos. *Ethnos: Revista do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia*. Lisboa. 4, p. 11-42.
- MACHADO, J. L. S. (1971) – Luís Chaves e o Museu de Belém. *Novidades*. 28, de 1971-08-02, p. 1-3.
- MACHADO, J. M. (2014) – Figuras ilustres da história de Chaves. *Revista Aqua Flaviae*. Chaves. 48, p. 123-189.
- MARTA, M. C. (1927/1929) – Luís Chaves. *Arquivo Nacional de Ex-Libris*. Lisboa. 1, p. 181-183.
- MATTOSO, J. (dir.) (1994) – *História de Portugal*. [S. l.]: Círculo de Leitores. vol. 6 – A Segunda Fundação: 1890-1923.
- NETO, M. C. S. (1978) – Luís Chaves, arqueólogo. *Brotéria*. Lisboa. 106:4, p. 462-468.
- NÚCLEO de Dinamização Cultural de Estremoz (1979) – *A memória das ruínas da vila romana de Santa Vitória do Ameixial*. Estremoz: Núcleo de Dinamização Cultural de Estremoz-Santa Maria.
- PEREIRA, F. A. (1914) – Estação arqueológica do Outeiro da Assenta (Óbidos). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1, 19, p. 135-146.

- PEREIRA, F. A. (1915) – Estação arqueológica do Outeiro da Assenta (Óbidos). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1, 20, p. 107-155.
- PINTO, A. C. P. (1982) – A formação do integralismo lusitano (1907-17). *Análise Social*. Lisboa. 18:72-74, p. 1409-1419.
- QUEM é alguém. Dicionário biográfico das personalidades em destaque do nosso tempo* (1947). Lisboa: Portugália Editora.
- QUINTAS, J. M. (2004) – *Filhos de Ramires: As origens do Integralismo Lusitano*. Lisboa: Editorial Nova Ática.
- SELVAGEM, C. (1991) – Estremoz. In PROENÇA, R., dir. – *Guia de Portugal*. Edição fac-similada da edição de 1927. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. vol. 2 – Estremadura, Alentejo, Algarve, p. 97-103.
- SOROMENHO, P. C. (1976/1977) – Luís Chaves. *Olisipo – Boletim do Grupo Amigos de Lisboa*. Lisboa. 139-140, p. 96-98.
- TRABALHOS da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Lisboa. vol. 4 (1938).
- VASCONCELOS, J. L. de (1912) – Pelo Alentejo: arqueologia e etnografia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1, 17, p. 284-289.
- VASCONCELOS, J. L. de (1915) – *Historia do Museu Etnologico Português: 1893-1914*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VASCONCELOS, J. L. de (1916) – Entre Tejo e Odiana. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1, 21, p. 152-195.
- VASCONCELOS, J. L. de (1918) – Coisas velhas. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1, 23, p. 356-369.
- VASCONCELOS, J. L. de (1930/1931) – Povoações portuguesas vindas do passado. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1, 29, p. 189-209.
- VASCONCELOS, J. L. de (1994) – *Etnografia portuguesa*. Reimpressão fac-similada da edição de 1980. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. vol. 1.

Ocupação da Serra do Socorro (Mafra, Torres Vedras) durante a Idade do Ferro

Iron Age occupation in Serra do Socorro (Mafra, Torres Vedras)

ELISA DE SOUSA*, JOÃO PIMENTA**, ÍRIS DIAS***,
ANA CATARINA SOUSA****

RESUMO

Neste trabalho são apresentados os materiais da Idade do Ferro recolhidos na Serra do Socorro (Mafra, Torres Vedras), no decurso de campanhas de prospeção e escavação realizadas por Gustavo Marques e, posteriormente, por Ana Catarina Sousa e Marta Miranda. O conjunto integra vários contentores anfóricos, cerâmica cinzenta, cerâmica comum, cossoiros, contas de colar de pasta vítrea, um fragmento de vidro policromo e ainda um pendente do tipo sanguessuga. O estudo dos materiais permite constatar que o sítio foi ocupado, de forma aparentemente contínua, entre os meados do século VII e o século IV/III a. C. Estes dados são ulteriormente integrados numa leitura mais abrangente da ocupação humana do interior da Península de Lisboa durante o 1.º milénio a. C. e de que forma esta se relaciona com a área meridional e mais interior do Estuário do Tejo ao longo da diacronia.

Palavras-chave: Período orientalizante – 2.ª Idade do Ferro – Península de Lisboa – Estuário do Tejo – Cultura material

ABSTRACT

This work gathers the Iron Age artifacts recovered in Serra do Socorro (Mafra, Torres Vedras) during field surveys and excavations carried out by Gustavo Marques and, later, by Ana Catarina Sousa and Marta Miranda. The set includes several

* Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras – Uniarq (Centro de Arqueologia). *E-mail:* e.sousa@campus.ul.pt.

** Museu Nacional de Arqueologia /Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras – Uniarq (Centro de Arqueologia). *E-mail:* joaopimenta@mnaarqueologia.dgpc.pt.

*** Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras – Uniarq (Centro de Arqueologia). *E-mail:* iris.fcdias@gmail.com.

**** Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras – Uniarq (Centro de Arqueologia). *E-mail:* sousa@campus.ul.pt.

amphorae, gray wares, common wares, textile utensils, glass beads, a polychrome glass fragment and a leech type pendant. The study of these artefacts indicates that the site was occupied between the mid 7th century and the 4th/3rd century BC. The data is later integrated into a more comprehensive reading of the human occupation in the interior of the Lisbon Peninsula during the 1st millennium BC, and how it relates to the southern and most inland area of the Tagus Estuary along the diachrony.

Keywords: Orientalizing period – 2nd Iron Age – Lisbon’s Peninsula – Tagus Estuary – Material culture

1. PREÂMBULO DE UM ESTUDO

O presente trabalho emerge de duas questões levantadas pela nossa saudosa colega e amiga, Carla Matias: a primeira prende-se com a importância da ocupação da Serra do Socorro durante a Idade do Ferro; e, a segunda, com a aparente leitura de que essa ocupação perdura desde meados do século VI até ao século I a. C., podendo, assim, ter sido abandonada durante a fase da conquista romana (Matias, 2003).

No âmbito da elaboração da dissertação de doutoramento de um dos signatários (J. P.), apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em torno da temática das dinâmicas do processo de conquista romana na Península de Lisboa e Baixo Tejo, decidiui-se visitar e rever os dados das recolhas e escavações antigas que foram efetuadas na Serra do Socorro. Foi assim que, num primeiro momento, se solicitou autorização ao Museu Municipal Leonel Trindade e ao Museu Nacional de Arqueologia para efetuar o estudo das coleções neles depositadas.

O desenrolar da investigação e a constatação dos dados existentes sobre a fase que se pretendia abordar conduziram a que se enveredasse, pelo menos numa primeira fase, por outra abordagem. De facto, a demonstração de um negativo é sempre complexa e devemos assumir que a ausência de evidência não é, necessariamente, evidência de ausência. No discurso arqueológico é fácil cair, neste ponto, na argumentação falaciosa *ad ignorantiam*. Ou seja, a tese que se pretendia demonstrar, de que o povoado pré-romano existente na Serra do Socorro poderia eventualmente ter tido um hiato na sua sequência ocupacional, decorrente da instabilidade reinante que envolveu o processo de conquista romana, ainda que provável, é indemonstrável na atual fase dos nossos conhecimentos sobre o sítio. Contudo, a par desta aparente desilusão, fomos confrontados, em

particular durante a revisão dos materiais depositados no Museu Nacional de Arqueologia, por um conjunto verdadeiramente expressivo, e diga-se inesperado, de materiais cerâmicos associáveis à Idade do Ferro, notáveis quer em termos de quantidade, quer no que concerne ao seu estado de conservação.

É, pois, deste desiderato que nasce o presente trabalho, que, entretanto, se estendeu aos materiais armazenados no Depósito Oficial de Bens Arqueológicos da Câmara Municipal de Mafra, resultantes de prospeções e escavações mais recentes, tentando assim abranger as três coleções de materiais existentes sobre esta emblemática estação.

2. O ESTADO DA INVESTIGAÇÃO

O sítio da Serra do Socorro, localizado na freguesia de Enxara do Bispo, concelho de Mafra, e na freguesia do Turcifal, concelho de Torres Vedras, encontra-se inventariado na base de dados Endovélico, gerida pela Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), com o Código Nacional de Sítio (CNS) número 986. Foi ainda classificado, sob a designação de «Povoado da Serra do Socorro e Capela de Nossa Senhora do Socorro», como Imóvel de Interesse Público (IIP), pelo Decreto n.º 26-A/92, DR 126, de 1 de junho de 1992.

A estação arqueológica implanta-se no topo aplanado da serra homónima, com as coordenadas geográficas 39° 00' 45" N, 0° 04' 27" W (*Datum WGS84*), numa altimetria máxima aproximada de 396 metros de altitude. Este relevo, do ponto de vista geológico, enquadra-se no Maciço Jurássico, delimitado, a sul, pelo Maciço de Sintra e, a sudoeste, pelo Complexo Basáltico de Lisboa (Dias, 2018a).

Na área central da elevação conserva-se uma ermida dedicada à Senhora do Socorro ou Senhora das Neves, com o núcleo original manuelino da primeira metade do século XVI e com vários anexos edificadas em campanhas construtivas de meados do século XVIII e de 1820 (Sousa, 2011).

Quando visitamos o planalto da Serra do Socorro, o controlo da paisagem imediata e mais distante é assombroso, assumindo de forma evidente um franco e absoluto domínio e invulgar visibilidade natural. Com efeito, é possível visualizar, a oeste, o Oceano Atlântico, a noroeste, as Berlengas, a nordeste, a Serra de Montejunto, e, a sul, a Serra de Sintra. Localizada numa área geomorfologicamente acidentada, caracterizada por vales e elevações de menor dimensão, a Serra do Socorro beneficia de um forte destaque na paisagem. A plataforma superior, onde se parecem concentrar as ocupações antigas, assim como o atual edifício sacro que lhe confere a denominação, evidencia uma configuração ovalada, com um comprimento máximo de cerca de 440 metros por 150 metros, integrando uma área de aproximadamente 6 hectares.



Fig. 1 – Localização da Serra do Socorro na Península de Lisboa.

A relevância das ocupações pretéritas da Serra do Socorro é conhecida desde a primeira metade do século XX, tendo sido referenciada, desde então, em diversos trabalhos e cartografia sobre a Proto-História da Estremadura (Dias, 2018b). A primeira referência científica deve-se ao padre Eugénio Jalhay que, em 1946, associa a ocupação da Serra do Socorro à Idade do Bronze, sem se alongar nas motivações que sustentaram a sua interpretação, enquadrando-a com outras estações arqueológicas da faixa litoral entre o Sado e o Mondego (Jalhay, 1946).

As primeiras escavações realizaram-se na segunda metade do século XX, pelo arquiteto Gustavo Marques (Dias, 2018a), tendo estes trabalhos decorrido de forma descontínua, entre os anos de 1973 e 1989, sem qualquer autorização oficial, razão pela qual o acervo permaneceu praticamente desconhecido da comunidade científica. De facto, acerca da realização destes trabalhos e do espólio deles decorrente, apenas existe uma breve referência no contexto do catálogo de uma

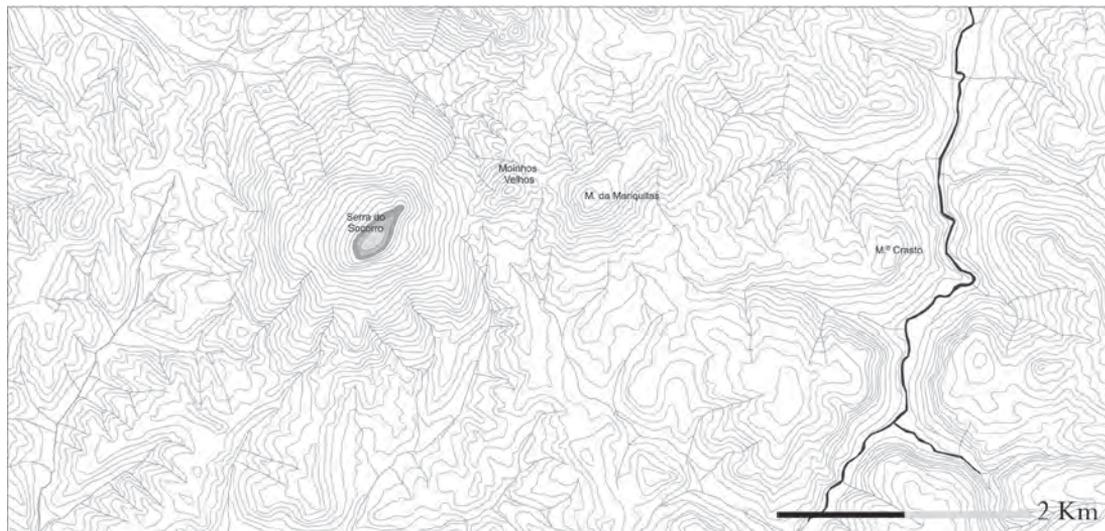


Fig. 2 – Implantação da Serra do Socorro, com as curvas de nível e principais linhas de água, a partir da Carta Militar 1: 25 000, n.º 388 e 389.

Exposição do Museu Municipal Dr. Santos Rocha (Marques, 1994, p. 66). Parte dos materiais aí recolhidos, bem como o caderno de campo dando conta dos trabalhos realizados, foram depositados, em 1997, no Museu Nacional de Arqueologia, após a morte de Gustavo Marques.

Deve-se ao precursor estudo de Carla Matias a chamada de atenção para a relevância deste sítio, assim como das diferentes fases ocupacionais, concretamente da Idade do Bronze e da Idade do Ferro (Matias, 2003). Neste trabalho são, pela primeira vez, abordados os diversos conjuntos artefactuais recolhidos, que se encontravam dispersos por várias instituições, sublinhando-se a ampla diacronia da presença humana no sítio, desde a Proto-História até ao período moderno. Este trabalho continua a ser um estudo fundamental para a compreensão do sítio no seu todo. Entre o amplo conjunto de materiais publicado, identifica-se uma série de artefactos de cronologia pré-romana, concretamente ânforas que se assemelham aos tipos 2, 4 e 5 do Estuário do Tejo (Sousa e Pimenta, 2014) e exemplares de cerâmica comum que encontram os seus melhores paralelos nos contextos de meados e da segunda metade do 1.º milénio a. C. da área meridional da Península de Lisboa (Sousa, 2014). Apenas um fragmento do conjunto recolhido na Serra do Socorro poderia indicar uma cronologia um pouco mais antiga: trata-se de um fragmento de bordo e asa de *pithos* (Matias, 2003, p. 334 – LXVI), comum no repertório artefactual da Estremadura durante o período orientalizante (séculos VIII a VI a. C.). Ainda remetendo para a relevância da ocupação da Serra do Socorro durante a Idade do Ferro, foi publicado por João Luís Cardoso um conjunto de contentores

cerâmicos atribuíveis a meados do 1.º milénio a. C. (Cardoso, 2004, p. 285 e fig. 218).

Apesar das potencialidades do sítio, os primeiros trabalhos arqueológicos programados decorreram apenas em 2007 e 2008, realizados pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Mafra e dirigidos por uma das signatárias (A. C. S.) (Sousa et al., 2019). Na sequência desses trabalhos, foi realizado um estudo académico monográfico de todos os materiais e evidências da Idade do Bronze ali detetados, sendo este complementado com a análise das coleções depositadas no Museu Municipal Leonel Trindade, no Museu Nacional de Arqueologia e no Depósito Oficial de Bens Arqueológicos de Mafra (Dias, 2018a).

3. ENQUADRAMENTO DAS INTERVENÇÕES E CONTEXTOS DE RECOLHA

Os trabalhos arqueológicos efetuados na Serra do Socorro por Gustavo Marques decorreram ao longo de mais de uma década, sem qualquer enquadramento legal ou publicação dos resultados. Todavia, a incorporação do espólio e do respetivo caderno de campo no acervo do Museu Nacional de Arqueologia permitiu algum nível de contextualização para este conjunto de materiais (Dias, 2018a, p. 39).

O interesse de Gustavo Marques pelo sítio insere-se num programa mais vasto, em que o autor, primeiro acompanhado por Gil Miguéis de Andrade (Marques e Andrade, 1974) e posteriormente a título individual (Marques, 1982-83; 1987), pretendia apresentar o conceito denominado de «Cultura de Alpiarça». Com este intuito, elaborou um extenso trabalho de prospeção e recolha de materiais que o levaram a intervencionar diversos sítios na Península de Lisboa. Infelizmente, muitos destes sítios nunca foram publicados pelo próprio, tendo vindo a ser recentemente alvo de nova atenção. É o caso das escavações que conduziu no Castelo da Amoreira, em Odivelas (Boaventura, Pimenta e Valles, 2013); no sítio de Abrunheiro, em Oeiras (Cardoso, 2010/2011); ou, no mesmo concelho, em Gamelas 3 (Cardoso e Silva, 2012).

Após uma visita ao local que resultou na identificação do troço da muralha e de alinhamentos pétreos na zona norte, que interpreta como casas de planta ortogonal, Gustavo Marques terá escavado quatro sondagens na Serra do Socorro.

Da Sondagem I, a sul da ermida, refere a recolha de recipientes cerâmicos realizados a torno, de diversas cronologias, e uma lâmina de metal que ainda conservava um de dois rebites. Estranhámos, no entanto, a relativa desinformação acerca de eventuais estruturas ou estratos arqueológicos identificados, considerando que a maioria das peças incluídas neste estudo foi recolhida justamente nessa zona.

As outras três sondagens foram implantadas na vertente este da serra, concretamente no caminho que garante o acesso desde o sopé até ao edifício reli-

gioso. Na Sondagem II, foram recolhidas cerâmicas que Gustavo Marques associou à Idade do Ferro, com as quais estabeleceu paralelos com materiais encontrados em Santa Olaia. Da Sondagem III, localizada sensivelmente a meio da encosta, a informação que nos deixou é mais detalhada. Sobre o afloramento, que foi afeiçoado, identificou uma camada de argila amarelada que interpretou como solo ocupacional e de onde recolheu abundantes fragmentos cerâmicos. Da camada que se sobrepunha, foram exumados materiais que relacionou com a «Cultura de Alpiarça», tendo sido igualmente documentados carvões e abundantes nódulos de argila castanha, que admite pertencer ao adobe das paredes de uma habitação. Importa igualmente referir que nos seus apontamentos afirma que nesta área não foi recolhida nenhuma cerâmica produzida a torno. Neste sentido, parece provável que a ocupação da Sondagem III se deva inserir no Bronze Final, pelo menos no que diz respeito aos estratos diretamente sobrepostos ao afloramento (Dias, 2018a, p. 40).

Em área próxima à sondagem anterior, foram documentados alinhamentos compostos por elementos geológicos de grande dimensão. Apesar de a documentação escrita que nos deixou acerca desta área ser sucinta, o esquema que acompanha o texto permite confirmar que pelo menos duas estruturas de planta ortogonal foram aí escavadas.

A coleção recolhida por Gustavo Marques encontra-se atualmente dividida, estando uma parte depositada no Museu Leonel Trindade, em Torres Vedras, e o restante no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa. Desconhecemos, contudo, as motivações que estiveram por trás desta divisão do conjunto.

Em 2007, no âmbito do projeto intermunicipal «Rota Histórica das Linhas de Torres Vedras», o sítio volta a ser palco de uma nova intervenção, atendendo ao papel central da Serra do Socorro durante as Guerras Peninsulares como posto de transmissão telegráfica, inserido no sistema de comunicação visual do Exército Anglo-Luso, que era composto por um total de 12 telégrafos (Luna, Sousa e Leal, 2008).

Já em 1991, no seguimento de um aluimento de terras, tinha sido identificado o buraco do poste do telégrafo utilizado durante a Terceira Invasão Francesa

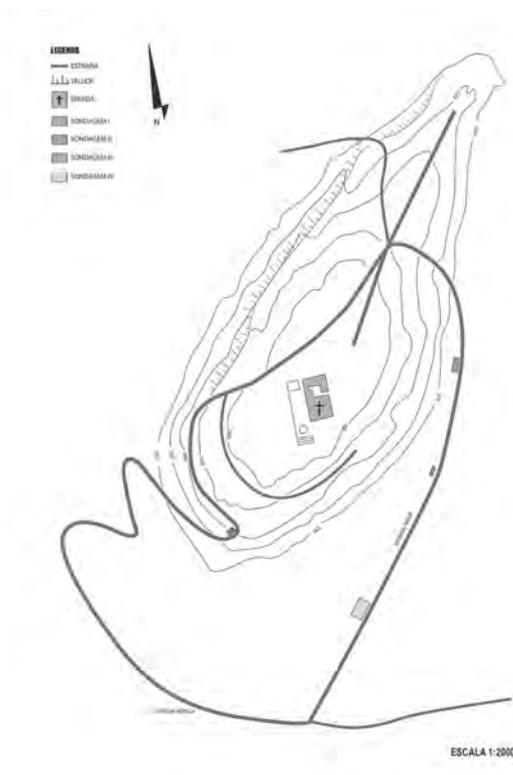
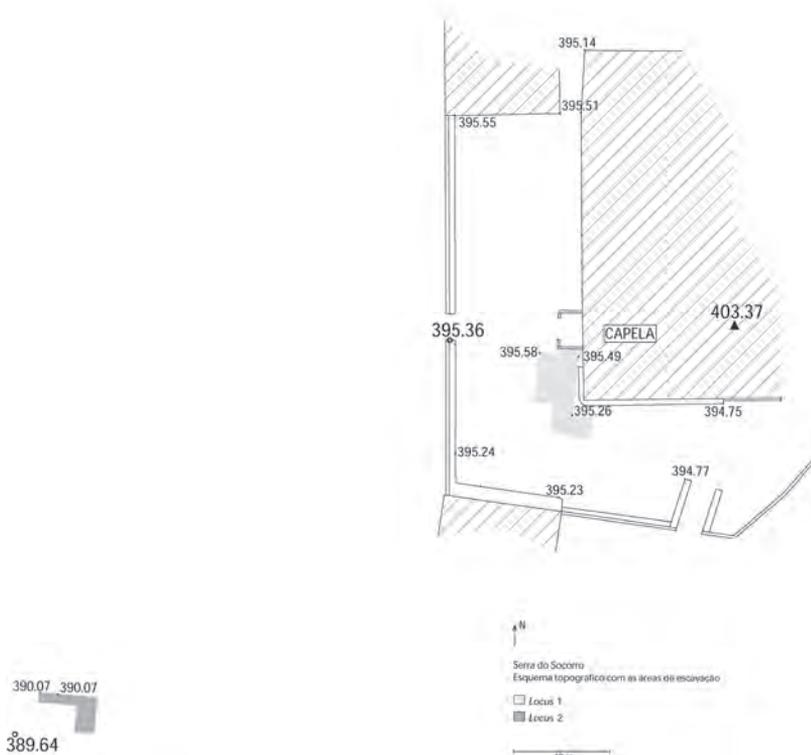


Fig. 3 – Localização das sondagens realizadas por Gustavo Marques. Adaptado do caderno de campo do próprio (segundo Dias, 2018a, p. 41, fig. 5).

(Arnaud, 1991). Na sequência do projeto de valorização inserido no projeto da «Rota Histórica das Linhas de Torres Vedras» foram efetuados novos trabalhos.

Estes decorreram em dois setores distintos. No primeiro setor (*Locus 1*), junto ao edifício religioso, foram documentadas 16 unidades estratigráficas que permitiram estabelecer quatro fases. A ocupação mais antiga enquadra-se no momento final da Idade do Bronze, de que se destaca uma estrutura de planta circular composta por elementos geológicos de média dimensão. Apesar da reduzida potência estratigráfica desta área e das evidentes afetações dos níveis mais antigos, em H7 e H8 registou-se abundante material arqueológico em bom estado de conservação, tendo sido este contexto interpretado como o nível de ocupação (Sousa et al. 2019, p. 345). A segunda fase está relacionada com a construção da ermida, à qual se associam os níveis de enchimento das valas fundacionais do edifício e terraplenagens, tendo sido aí recolhidos numismas do século XVI e cerâmica vidrada, além de alguma cerâmica proto-histórica, o que confirma o elevado nível de revolvimento dos estratos antigos. À terceira fase corresponde a estrutura negativa que motivou a intervenção de 2007 e 2008. O buraco de poste mede

Fig. 4 – Localização das duas áreas de escavações realizadas em 2007 e 2008, em torno da Capela da Serra do Socorro (segundo Sousa et al. 2019, p. 343, fig. 3).



aproximadamente 50 cm de diâmetro e apresenta sinais de alisamento, situação que foi interpretada como resultado do contacto direto com o poste do telégrafo. Os níveis superficiais relacionam-se com a manutenção e utilização da ermida manuelina, que ainda hoje é palco de romarias anuais.

À semelhança do *Locus 1*, a estratigrafia do *Locus 2* encontrava-se muito afetada, com escassa potência estratigráfica, o que resultou na recolha de abundantes materiais arqueológicos de épocas distintas, essencialmente proto-históricos.

Com base no exposto, verificamos que a potência da plataforma superior da Serra do Socorro é bastante limitada, situação igualmente verificada em outros contextos idênticos e que pode ser explicada pela própria erosão do terreno e pelas sucessivas campanhas construtivas associadas à ermida. Apesar de nesta área não terem sido registados quaisquer níveis conservados associados à ocupação da Idade do Ferro, os trabalhos realizados asseguraram a recolha de 81 peças dessa fase, da qual se destaca um recipiente com decoração estampilhada, um cossoiro e uma conta de colar de pasta vítrea.

A par das intervenções levadas a efeito por Gustavo Marques e pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Mafra, têm sido realizadas, ao longo das duas últimas décadas, diversas recolhas de superfície no âmbito de ações de monitorização por parte dos dois municípios em que a Serra do Socorro se enquadra (Torres Vedras e Mafra).

Ainda que os materiais da fase sidérica careçam de um enquadramento contextual que os permita inserir num discurso científico mais objetivo, os trabalhos desenvolvidos têm permitido identificar áreas de concentração de materiais que poderão auxiliar na caracterização daquele espaço enquanto povoado, tarefa auxiliada pela análise do espólio.

4. O ESTUDO DOS MATERIAIS

O conjunto artefactual da Serra do Socorro que conseguimos enquadrar com segurança no 1.º milénio a. C. reúne cerca de duas centenas de peças. Essas dividem-se por categorias associadas ao armazenamento e/ou transporte, confeção e/ou preparação de alimentos, serviço de mesa, indústria têxtil e elementos de adorno.

A morfologia dos recipientes cerâmicos, um fragmento de vidro policromo e os elementos de adorno constituem alguns dos argumentos que permitem intuir um certo grau de inclusão do sítio nas rotas de influências mediterrâneas que caracterizam outros povoados do Estuário do Tejo. Contudo, é o carácter marcadamente regional das produções que sobressai no conjunto, situação que abordaremos com maior detalhe em seguida.

4.1. Ânforas

O conjunto anfórico recolhido na Serra do Socorro é bastante numeroso, revelando uma marcada diversidade morfológica e uma ampla diacronia, que se pode enquadrar, grosso modo, entre o século VII e o século III a. C.

As características macroscópicas das pastas indicam também uma variedade assinalável, estando presentes, pelo menos, três áreas de produção diferenciadas, para além de um fragmento provavelmente importado do sul peninsular:

- produções da zona meridional do Estuário do Tejo, muito possivelmente da área de Lisboa/Almaraz (Sousa e Pimenta, 2014; Sousa et al., 2020); caracterizam-se pelas suas pastas compactas, de tonalidades alaranjadas ou acastanhadas, e com um grau de depuração variável (entre 5% e 20%); frequentemente exibem vestígios da aplicação de engobes esbranquiçados na superfície externa;
- produções da zona média do estuário (Sousa e Pimenta, 2014; Sousa et al., 2020); englobam pastas compactas mas pouco depuradas (superior a 20%), de tonalidades acastanhadas e acinzentadas;
- produções de possível origem local; são, regra geral, compactas, ainda que o seu grau de depuração seja muito variável (entre 10% e 20%; em outros casos superior a 20%); as superfícies exibem tonalidades alaranjadas e acastanhadas e, em alguns casos, acinzentadas, podendo ainda apresentar um núcleo amarelo-esverdeado; caracterizam-se sobretudo pela presença abundante de partículas de quartzo, de pequena, média e inclusive de grande dimensão; frequentes são também as partículas de micas, de pequena dimensão, e surgem igualmente algumas calcites e biotites; de forma mais ocasional podem exibir inclusões de *grog*.

Cabe ainda referir que a atribuição dos dois primeiros grupos de pastas a áreas geográficas mais específicas (zona meridional e média do estuário) foi recentemente reforçada por dados arqueométricos resultantes do estudo do conjunto anfórico do Porto do Sabugueiro (Sousa et al., 2020), que permitiram confirmar as observações macroscópicas preliminares (Sousa e Pimenta, 2014). No que diz respeito às produções de possível origem local, esta interpretação baseia-se nas características mais singulares das pastas desses fragmentos e terá de ser corroborada futuramente.

Vários fragmentos de ânforas recolhidos na Serra do Socorro podem ser associados a uma fase relativamente antiga no quadro da Idade do Ferro. Destes, apenas um exemplar parece ser de origem exógena, sendo enquadrável no tipo 10.1.2.1 de Ramon Torres (fig. 5, n.º 2). Trata-se, provavelmente, de uma produção andaluza, sendo aparentada dos fabricos da área de Málaga.

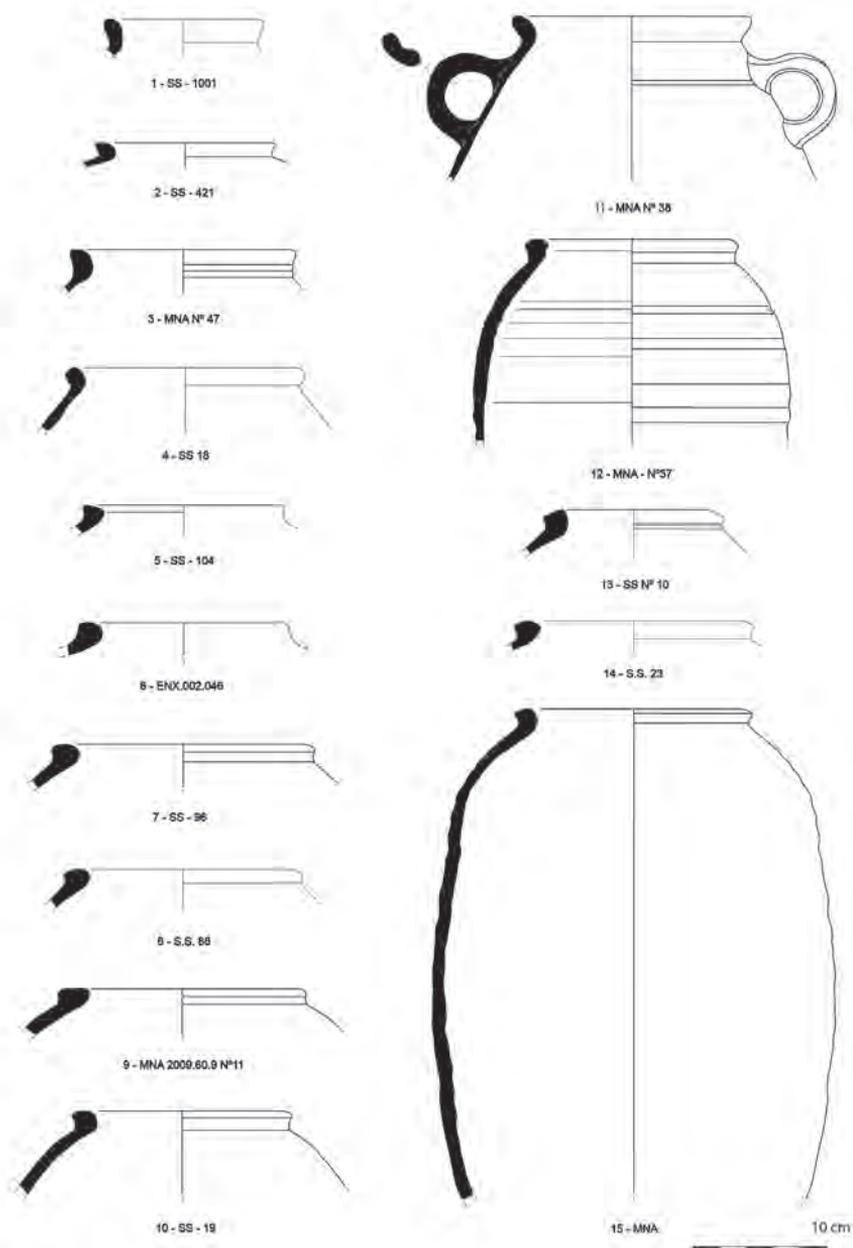


Fig. 5 – Ânforas da Serra do Socorro, das coleções do Museu Nacional de Arqueologia (MNA), do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Mafra (ENX) e do Museu Municipal Leonel Trindade (SS).

No que diz respeito às produções da área do Tejo, destaca-se a presença de, pelo menos, três fragmentos (fig. 5, n.º 1, 3 e 4) que são seguramente integráveis no tipo 1 do Tejo (Sousa e Pimenta, 2014). Esta morfologia corresponde a uma reprodução tagana inspirada nos protótipos anfóricos meridionais dos tipos

10.1.1.1 e 10.1.2.1 de Ramon Torres (1995), que, contudo, se distingue destes últimos por uma série de particularidades que adquire ao nível da secção do bordo e da sua amplitude (Sousa e Pimenta, 2014). A sua cronologia é consideravelmente ampla, iniciando-se desde, pelo menos, o século VII a. C. e perdurando até aos momentos mais tardios da Idade do Ferro. As peças em questão apresentam um bordo alto e ligeiramente esvasado. Num dos casos, nota-se a presença de duas saliências na zona externa (fig. 5, n.º 3), conservando este exemplar vestígios da aplicação de um engobe esbranquiçado na zona externa. Exemplares com estas características foram registados no Largo de Santa Cruz do Castelo, em contextos datáveis do século VI a. C. (Sousa e Guerra, 2018), sendo, até ao momento, estes os únicos dados estratigráficos disponíveis para datar esta particularidade morfológica. De qualquer forma, duas das peças (fig. 5, n.º 1 e 3) correspondem a produções meridionais do Estuário do Tejo, muito provavelmente da área de Lisboa/Almaraz, sendo a restante (fig. 5, n.º 4) oriunda da zona intermédia do Estuário do Tejo.

Também uma outra peça, com o perfil bem conservado (fig. 5, n.º 11), exibindo uma asa de secção ovalada e marcada por um sulco externo, pode ser integrada no tipo 1 do Tejo. Contudo, neste caso, trata-se seguramente de uma produção tardia, tendo em consideração a morfologia da asa, que se torna recorrente na região a partir de meados do 1.º milénio a. C. Com efeito, peças semelhantes foram identificadas na Rua dos Correeiros, em Lisboa (Sousa, 2014, p. 97-99), e no Cabeço Guião (Arruda et al., 2017), em contextos datados do século V e inícios do século IV a. C., no primeiro caso, e dos séculos IV e III a. C., no segundo. As características da pasta do fragmento recolhido na Serra do Socorro indicam igualmente uma origem na zona de Lisboa/Almaraz, conservando, também neste caso, vestígios da aplicação de engobe branco na superfície externa.

Outros fragmentos recolhidos no sítio são mais difíceis de classificar. Exibem bordos por vezes mais curtos (fig. 5, n.º 5 e 6), sendo estes, em outros casos, já assinalados na zona externa (fig. 5, n.º 7 a 10). Podem corresponder a formas de transição entre o tipo 1 e o tipo 3 do Estuário do Tejo, similares a peças recolhidas em níveis da segunda metade do século VI a. C. do Largo de Santa Cruz do Castelo, em Lisboa (Sousa e Guerra, 2018). Contudo, a seriação da evolução tipológica destas morfologias necessita de ser devidamente caracterizada, situação que até ao momento não é possível, considerando a escassez de dados contextuais e cronológicos mais específicos. De qualquer forma, e no que diz respeito às pastas, quatro exemplares (fig. 5, n.º 5, 6, 7 e 9) parecem ter tido origem na zona média do estuário, sendo os restantes (fig. 5, n.º 8 e 10) da área mais meridional da foz do Tejo.

Atípico é também um outro exemplar, apesar do seu perfil bem conservado (fig. 5, n.º 12). No que diz respeito ao bordo, este exhibe as características ante-

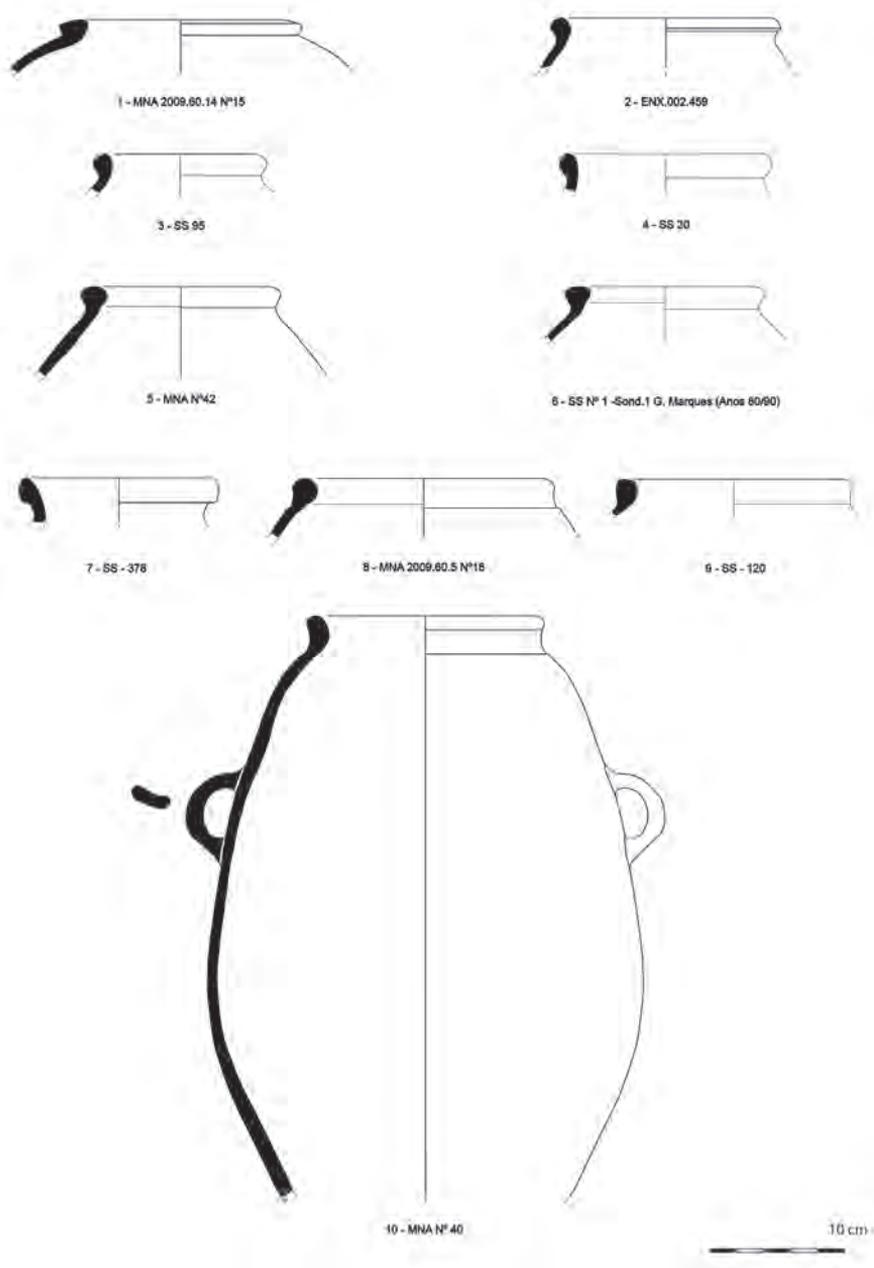


Fig. 6 – Ânforas da Serra do Socorro, das coleções do Museu Nacional de Arqueologia (MNA), do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Mafra (ENX) e do Museu Municipal Leonel Trindade (SS).

riormente referidas, sendo, no entanto, de salientar que apresenta um ombro muito suave, uma característica que poderá talvez afastá-lo das produções da fase orientalizante. Não podemos deixar de lamentar a ausência de dados estratigráficos para este conjunto da Serra do Socorro, que poderia permitir integrar estas

tendências evolutivas das produções anfóricas do Estuário do Tejo em momentos cronológicos mais definidos. Cabe assinalar que as características da pasta deste recipiente indicam uma origem na zona média do estuário, o que pode talvez justificar a singularidade da sua morfologia, considerando que as produções da área de Lisboa/Almaraz, que serviram de base para o quadro tipológico aqui utilizado, se encontram, em geral, mais estandardizadas.

Outros exemplares integram-se, com mais segurança, no tipo 3 (fig. 5, n.º 13 a 15; fig. 6, n.º 1 a 4), cuja produção se inicia durante a segunda metade do século VI e se prolonga até ao século III a. C. (Sousa e Pimenta, 2014). Neste grupo, destaca-se o exemplar que exhibe um perfil bastante bem conservado (fig. 5, n.º 15), sendo a parte superior ovalada mas a zona central tendencialmente cilíndrica. Trata-se do exemplar mais completo desta morfologia que se conhece até à data. Contudo, as características da sua pasta são distintas dos grupos já reconhecidos na área do Tejo (Sousa e Pimenta, 2014; Sousa et al., 2020), podendo corresponder a uma produção local. Os restantes exemplares do tipo 3 são integráveis no grupo das produções da zona média (fig. 5, n.º 13 e 14; fig. 6, n.º 1 e 2) e meridional (fig. 6, n.º 3 e 4) do estuário.

Com algumas reservas, incluímos também no tipo 3 dois outros exemplares (fig. 6, n.º 5 e 6), ainda que a morfologia do bordo seja um pouco atípica. As características das pastas indicam uma produção da zona média do estuário, situação que poderá justificar a sua singularidade morfológica.

Apenas um fragmento parece ser integrável no tipo 2 do Estuário do Tejo (fig. 6, n.º 7), que engloba recipientes com a parte superior troncocónica e bordo diferenciado. Os dados disponíveis indicam que esta forma é produzida a partir do século V a. C., parecendo permanecer nos repertórios da cultura material até à fase romana-republicana (Sousa e Pimenta, 2014). As características do seu fabrico indicam uma origem na área meridional da foz do Tejo.

Uma outra peça muito bem conservada (fig. 6, n.º 10) é integrável no tipo 4 definido para as produções taganas. Conserva os dois terços superiores, exibindo um bordo de tendência vertical, engrossado internamente, e um corpo ovalado. A asa, localizada na parte superior, é de secção ovalada e marcada por um sulco exterior, característica que, como já foi anteriormente comentado, remete para uma cronologia centrada na segunda metade do 1.º milénio a. C. Os melhores paralelos para esta forma encontram-se documentados no Cabeço Guião (Arruda et al., 2017, fig. 15 – 1862), ainda que no caso da peça da Serra do Socorro o bordo seja ligeiramente mais esvasado. Dois outros exemplares (fig. 6, n.º 8 e 9) são também integráveis neste tipo 4, cuja cronologia se centra entre os séculos V e III a. C. (Sousa e Pimenta, 2014). Cabe ainda referir que o primeiro caso corresponde a uma produção da zona de Lisboa/Almaraz, tendo ainda vestígios da aplicação de engobe branco na superfície

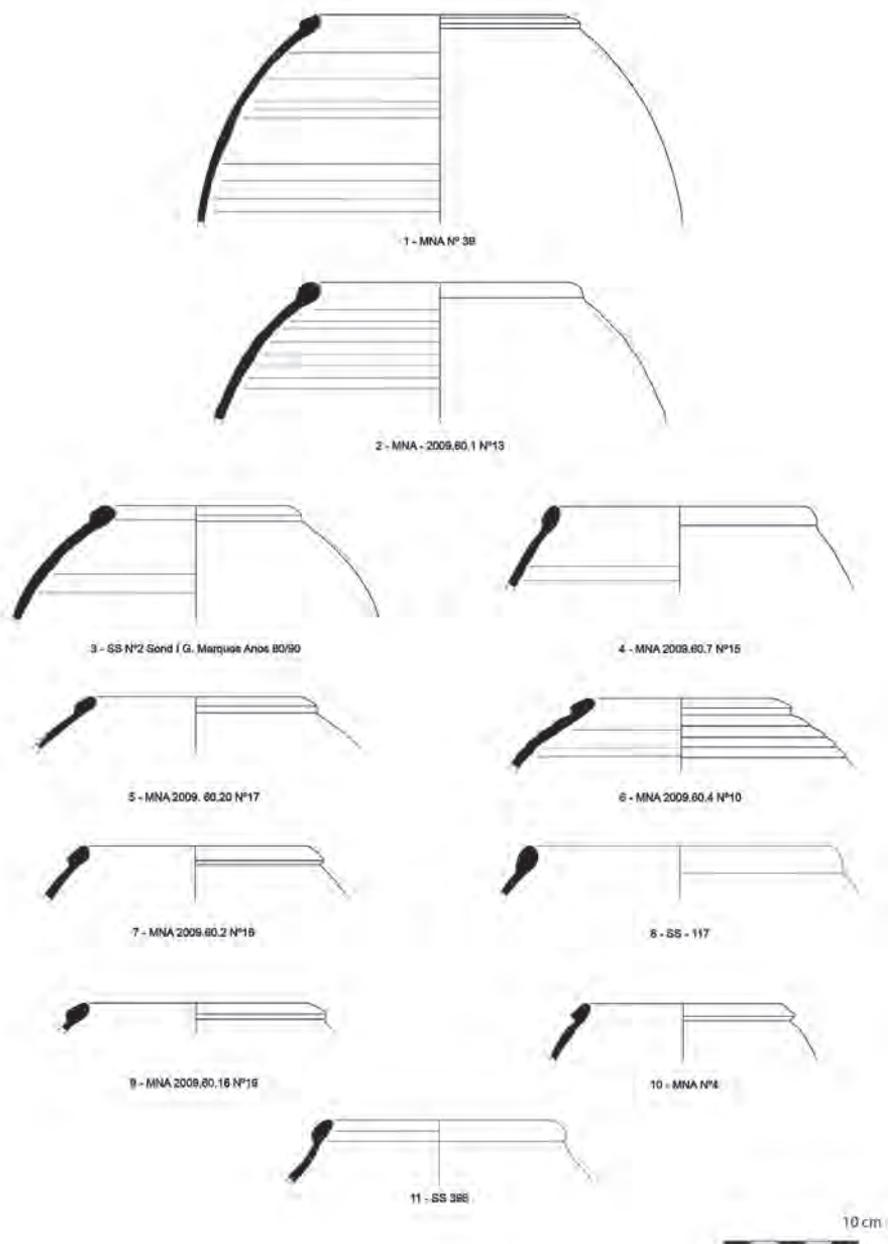


Fig. 7 – Ânforas da Serra do Socorro, das coleções do Museu Nacional de Arqueologia (MNA), do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Mafra (ENX) e do Museu Municipal Leonel Trindade (SS).

exterior, enquanto os restantes parecem ter tido origem na zona média do estuário.

Uma das morfologias mais bem representadas corresponde ao tipo 5 do Estuário do Tejo (fig. 7, n.º 1 a 11). Trata-se de formas com corpo ovoide e bordo reentrante, de secção subcircular ou ovalada, que se assume terem sido produzi-

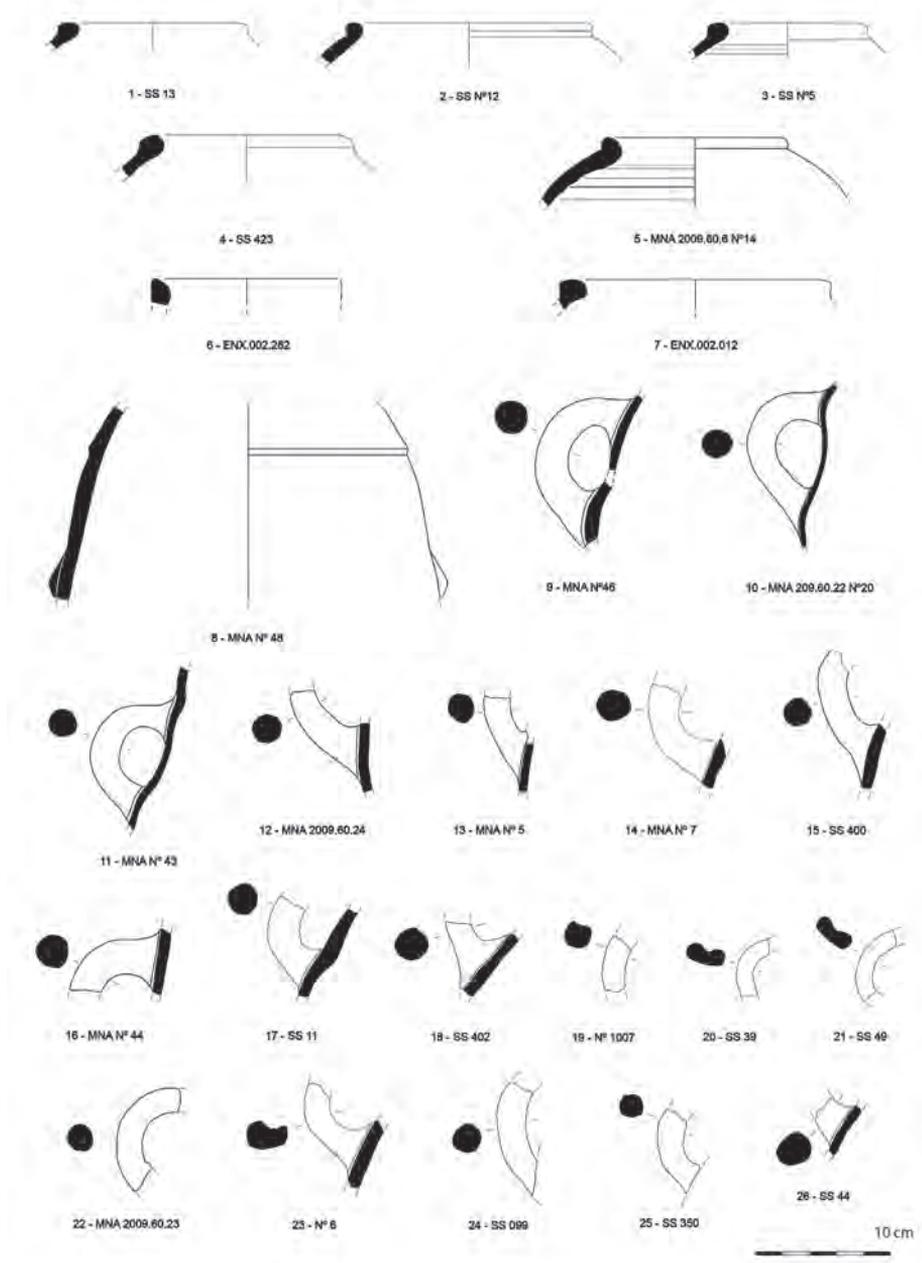


Fig. 8 – Ânforas da Serra do Socorro, das coleções do Museu Nacional de Arqueologia (MNA), do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Mafra (ENX) e do Museu Municipal Leonel Trindade (SS).

das quase exclusivamente na zona média do Estuário do Tejo (Sousa e Pimenta, 2014; Sousa et al., 2020). Ainda que não se tenham identificado contextos estratigráficos seguros que permitam a sua datação, assume-se que possam corresponder a uma produção desenvolvida, sobretudo, entre os séculos IV e III a. C. As pastas dos exemplares recolhidos na Serra do Socorro indicam uma origem na zona

média do Estuário do Tejo, sendo muito semelhantes às que foram identificadas no Porto do Sabugueiro (Sousa et al., 2020), sítio que poderá ter correspondido a um dos seus principais centros produtores.

A última forma identificada corresponde ao tipo 6 (fig. 8, n.º 1 a 5). Apesar de semelhante à variante anterior, diferencia-se sobretudo pela tendência mais horizontal da parte superior do corpo. Os bordos, de tendência vertical ou reentrante, são curtos e de secção subcircular. É uma forma transversal a toda a segunda metade do 1.º milénio a. C., parecendo desaparecer dos repertórios num momento pouco anterior à fase romana-republicana (Sousa e Pimenta, 2014). As pastas dos recipientes indicam uma origem na zona média do estuário.

Dois exemplares (fig. 8, n.º 6 e 7) encontram-se mal conservados, não sendo possível atribuir-lhes uma classificação tipológica. Ainda assim, as características das suas pastas indicam que se trata de importações da zona de Lisboa/Almaraz.

Também inclassificáveis são os vários fragmentos da parte superior do corpo (fig. 8, n.º 8) e de asa (fig. 8, n.º 9 a 26) recuperados, ainda que pertençam, quase seguramente, a contentores anfóricos. Cabe apenas sublinhar que, entre estes últimos, a grande maioria apresenta uma secção subcircular. Apenas três exemplares apresentam uma forma oval, com o característico sulco externo (fig. 8, n.º 20, 21 e 23), e um outro, de secção mais arredondada, exhibe também uma depressão na sua face externa (fig. 8, n.º 19). No que diz respeito às pastas, estão presentes as produções das zonas meridional (fig. 8, n.º 9, 14, 15, 19 a 21) e intermédia do estuário (fig. 8, n.º 10, 12, 13, 16 a 18, 22 a 26) e, eventualmente, também uma produção local da Serra do Socorro (fig. 8, n.º 11).

4.2. Cerâmica cinzenta

O grupo das cerâmicas de produção cinzenta recolhido na Serra do Socorro apresenta alguma diversidade morfológica, característica que é, aliás, recorrente na região do Baixo Tejo.

Contudo, as características de fabrico são idênticas a outros repertórios recolhidos na área, integrando, fundamentalmente, pastas com núcleo avermelhado ou cinzento (Sousa, 2014, p. 131). Ainda que seja muito provável que tenham tido origem em múltiplos centros produtores, as evidências macroscópicas não são, por si só, capazes de discriminar a sua proveniência.

Alguns dos exemplares (fig. 9, n.º 1 a 7) correspondem às típicas tigelas de perfil semi-hemisférico, por vezes com bordo engrossado, sendo integráveis no tipo 1Aa da cerâmica cinzenta do Estuário do Tejo. Trata-se de uma morfologia recorrente nos repertórios artefactuais da Idade do Ferro, sendo os seus parâmetros cronológicos amplos, englobando a totalidade deste período no Ocidente peninsular. Apenas dois exemplares (fig. 9, n.º 8 e 9) se distinguem dos anteriores pela reentrância do bordo, característica que permite a sua inclusão no tipo 1Ca,

forma que é, contudo, também transversal a grande parte do 1.º milénio a. C. (Sousa, 2021).

A forma mais bem representada no conjunto da cerâmica cinzenta corresponde a recipientes que podem integrar-se na categoria de taças (fig. 9, n.º 10 a 20), considerando a profundidade de alguns dos exemplares, ainda que nenhum tenha o perfil completo para assegurar esta associação. Trata-se, ainda assim, de vasos com diâmetros bastante homogêneos, que oscilam entre os 100 e os 160 mm, sendo o bordo esvasado, formando um lábio aplanado ou ligeiramente côncavo. Esta morfologia não é desconhecida na área do Estuário do Tejo, e vasos semelhantes foram reconhecidos na Alcáçova de Santarém (Sousa e Arruda, 2018), no Alto dos Cacos (Sousa et al., 2016-2017) e no Porto do Sabugueiro (Rodrigues et al., 2019), tendo sido recentemente integrados no tipo 3Fc do Estuário do Tejo (Sousa, 2021). Os dados contextuais disponíveis indicam uma cronologia que se prolonga desde o final do século VIII até ao século VI a. C., não sendo, contudo, impossível que se possa estender até momentos mais avançados. Cabe, contudo, assinalar que esta forma não é frequente na zona mais meridional do Estuário do Tejo, ao contrário do que se verifica nas zonas mais interiores, situação que se poderá eventualmente relacionar com especificidades de centros produtores mais setentrionais (Sousa, 2021).

Dois fragmentos parecem integrar-se no tipo 3Ba, que reúne vasos de pequena dimensão destinados ao consumo individual de líquidos (fig. 9, n.º 24 e 25). A sua cronologia estende-se entre o final do século VI e o século IV/III a. C. (Sousa, 2014, p. 139-140; 2021).

Destaque ainda para um outro fragmento de um vaso de idêntica função, mas de bordo curto, ligeiramente esvasado, e corpo aparentemente globular (fig. 9, n.º 22), que parece enquadrar-se no tipo 3Da (Sousa, 2021), típico da segunda metade do século VI a. C.

Um fragmento (fig. 9, n.º 21) que conserva ainda a asa, de secção circular, que arranca do bordo, corresponde seguramente a um jarro do tipo 5, ainda que não seja possível identificar a variante. Um outro (fig. 9, n.º 23) é mais difícil de classificar, mas, atendendo às características do colo, poderia corresponder à parte superior de um jarro do tipo 5Ba do Estuário do Tejo. Estes vasos destinados ao serviço de líquidos são particularmente recorrentes na região a partir de meados do 1.º milénio a. C., ainda que algumas variantes possam recuar até à segunda metade do século VI a. C. (Sousa, 2021).

Uma outra forma bem representada no conjunto são os pratos (fig. 10, n.º 1 a 6). Todos partilham paredes de orientação oblíqua e bordos desenvolvidos, formando um lábio pendente ou aplanado. Integram-se no tipo 2Cb do Estuário do Tejo (Sousa, 2021), tendo paralelos na Sé de Lisboa (Arruda, 1999-2000) e no Pátio do Aljube (Fernandes et al., 2013). Apesar de não se conhecer

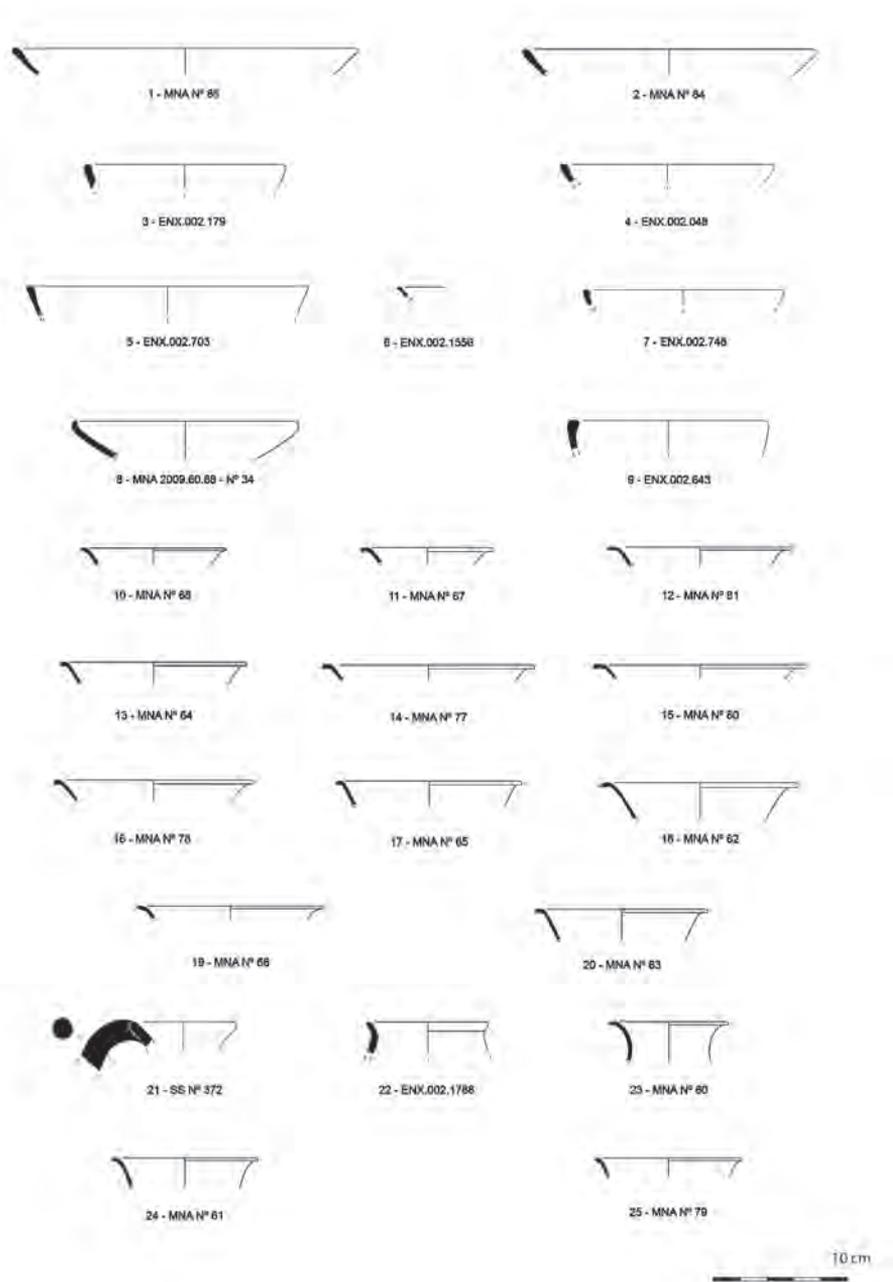


Fig. 9 – Cerâmica cinzenta da Serra do Socorro, das coleções do Museu Nacional de Arqueologia (MNA), do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Mafra (ENX) e do Museu Municipal Leonel Trindade (SS).

ainda integralmente a sua baliza cronológica de produção, a forma é utilizada pelo menos durante a segunda metade do século VI a. C. Um outro exemplar (fig. 10, n.º 7) é seguramente mais tardio, correspondendo a uma das formas mais típicas da produção do Estuário do Tejo. Integra-se no tipo 2Ba, tendo uma cronologia centrada entre o século V e o século III a. C.

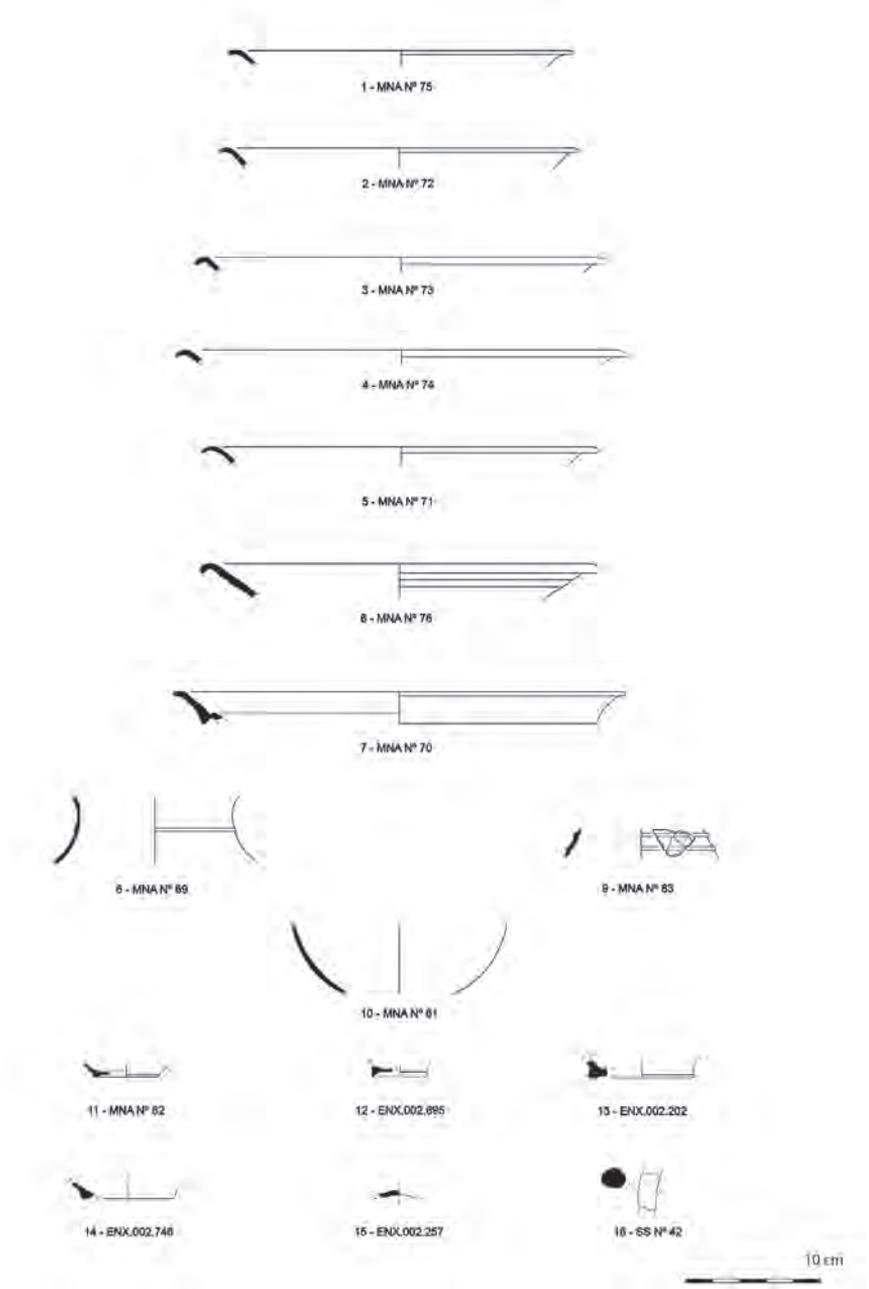


Fig. 10 – Cerâmica cinzenta da Serra do Socorro, das coleções do Museu Nacional de Arqueologia (MNA), do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Mafra (ENX) e do Museu Municipal Leonel Trindade (SS).

Entre o conjunto de cerâmica cinzenta contam-se ainda três fragmentos de parede. Apesar de não ser possível assegurar a sua classificação, aproximam-se dos pequenos potes do tipo 3Aa (fig. 10, n.º 8) e dos jarros do tipo 5Aa (fig. 10, n.º 9 e 10). Também o fragmento de asa, de secção circular (fig. 10, n.º 16), poderá pertencer a esta última forma.

Os fragmentos de fundo, apesar de inclassificáveis, apresentam, em dois casos (fig. 10, n.º 11 e 12), um pequeno pé anelar, característica que se parece associar a cronologias centradas na segunda metade do 1.º milénio a. C. Os restantes exibem uma base mais aplanada ou ligeiramente convexa (fig. 10, n.º 13 e 14), sendo o último em ônfalo (fig. 10, n.º 39).

4.3. Cerâmica comum

A cerâmica comum da Idade do Ferro reuniu um conjunto significativo de exemplares que correspondem sobretudo a bordos, contando-se ainda alguns fragmentos de asas, fundos e duas paredes decoradas. A maioria dos fragmentos foi classificada segundo a tipologia estabelecida para o Estuário do Tejo (Sousa, 2014).

As características macroscópicas das pastas destes recipientes são muito similares às detetadas no conjunto anfórico, distinguindo-se, conseqüentemente, três principais áreas de produção: a zona meridional do Estuário do Tejo, a zona média e produções possivelmente locais (*vide supra* 4.1).

A esmagadora maioria deste conjunto integra morfologias destinadas à confeção de alimentos e/ou armazenamento, também denominadas de potes/panelas. Apenas alguns exemplares correspondem a formas abertas (tigelas, prato/tampa e bacias/alguidares) e vasos destinados ao serviço de líquidos.

As tigelas podem ser divididas entre recipientes de paredes arqueadas, enquadráveis na série 1Aa (fig. 11, n.º 1 e 2), e retas de perfil troncocónico, do tipo 1Ac (fig. 11, n.º 3). Um outro exemplar, que pode também integrar-se nesta categoria morfofuncional, distingue-se pela sua parede de tendência mais vertical (fig. 11, n.º 4). Esta característica permite uma aproximação ao grupo 1Ad do Estuário do Tejo (Sousa, 2014, p. 152), ainda que, no caso do fragmento da Serra do Socorro, o bordo seja esvasado e não engrossado. Cabe referir um último fragmento que poderá também pertencer a uma tigela (fig. 11, n.º 5), provavelmente do grupo 1Ab, mas cujo estado de conservação não permite assegurar a classificação.

Uma outra peça apresenta um perfil carenado suave e bordo esvasado (fig. 11, n.º 6), não sendo, contudo, fácil de classificar. A sua escassa profundidade indica que se trataria de um prato, semelhante aos englobados na variante 3Ac do Estuário do Tejo, ainda que o seu diâmetro, com apenas 150 mm, seja mais reduzido que a norma. Uma outra possibilidade que poderia ser equacionada era tratar-se de uma tampa da série 7, cuja amplitude é, com efeito, mais reduzida, podendo ser, neste caso, equiparada à variante 7Ab.

A presença destes recipientes, sobretudo das morfologias mais simples, nos conjuntos artefactuais da Idade do Ferro é bastante abundante, sendo redundante a enumeração exaustiva de paralelos. Cabe, contudo, referir que os fabricos parecem indicar uma origem na zona média do Estuário do Tejo, com a exceção da

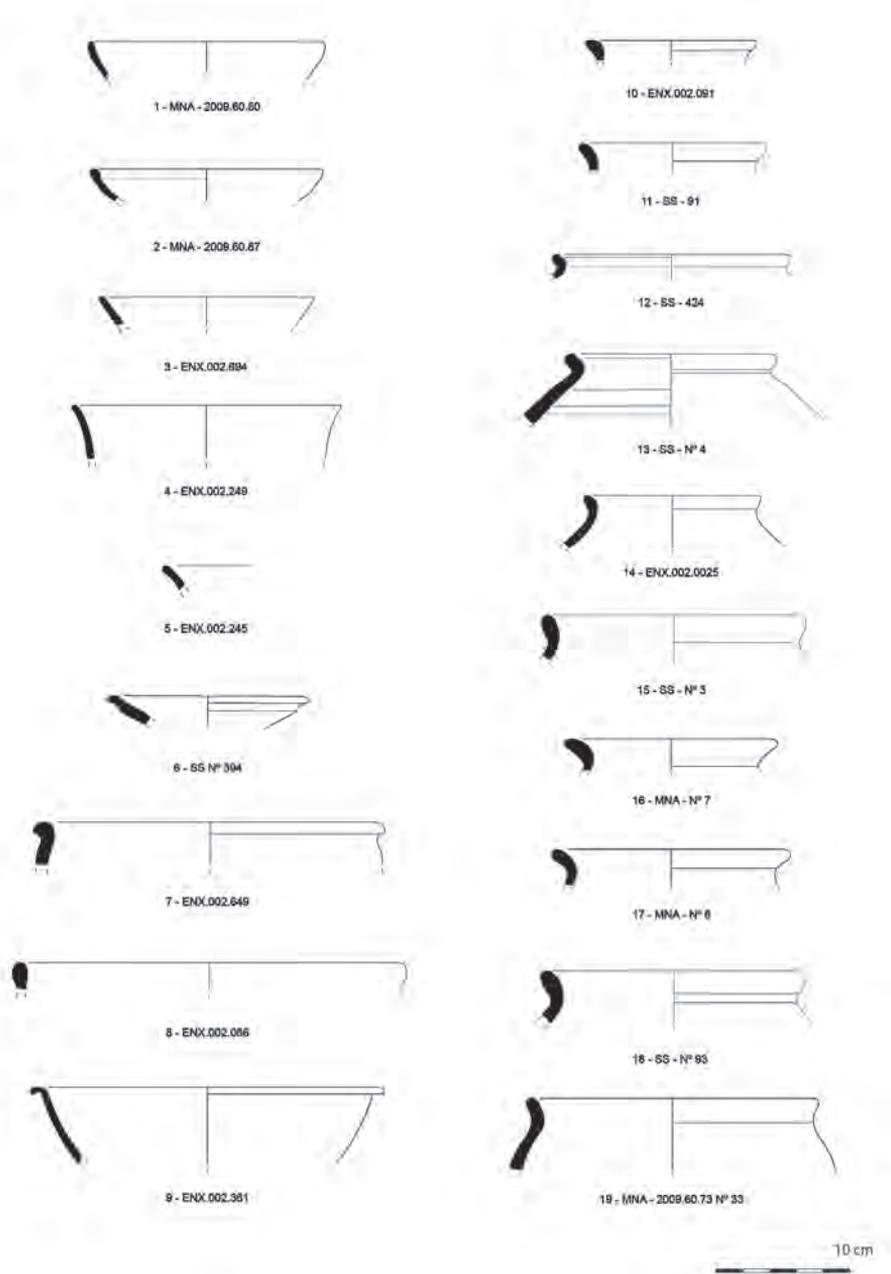


Fig. 11 – Cerâmica comum da Serra do Socorro, das coleções do Museu Nacional de Arqueologia (MNA), do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Mafra (ENX) e do Museu Municipal Leonel Trindade (SS).

tigela de bordo esvasado (fig. 11, n.º 4), que se distingue pela presença abundante de partículas de quartzo, e que poderá pertencer a uma produção local.

Três peças abertas, profundas e com diâmetros entre os 240 e os 260 mm, que classificámos como bacias ou alguidares, foram provavelmente produzidas na zona intermédia do Estuário do Tejo. Estes recipientes multifuncionais

estão representados em Lisboa e noutras sítios dos concelhos de Amadora e Sintra (Sousa, 2014), em Almada (Olaio et al., 2019), no Cartaxo (Arruda et al., 2017) e em Santarém (Sousa e Arruda, 2018). A morfologia parece ser introduzida nos repertórios artefactuais do Estuário do Tejo em momentos tardios do século VI a. C. (Sousa e Guerra, 2018; Sousa e Arruda, 2018), tornando-se mais recorrente durante a segunda metade do 1.º milénio a. C. Um dos exemplares da Serra do Socorro (fig. 11, n.º 8) é equiparável à variante 5Ad do Estuário do Tejo, outro (fig. 11, n.º 9) à variante 5Ca, sendo a morfologia dos restantes (fig. 11, n.º 7) inédita nos conjuntos publicados até à data.

Os recipientes mais numerosos no conjunto de cerâmica comum da Serra do Socorro correspondem a potes/panelas, sendo possível enquadrá-los em três grupos morfológicos distintos.

O primeiro reúne exemplares de bordo esvasado e colo curto e estrangulado, integráveis no tipo 10Aa do Estuário do Tejo (Sousa, 2014, p. 168-169). É das formas mais representadas no conjunto (fig. 11, n.º 10 a 19; fig. 12, n.º 1 a 11). Duas peças deste grupo apresentam um ressalto na face interna do bordo, possivelmente destinado ao encaixe de uma tampa (fig. 11, n.º 12 e 13). Uma outra distingue-se pela presença de uma asa de tipo cesta, que parte da zona superior do bordo, permitindo uma ulterior integração na subvariante 10Aa.3 (fig. 12, n.º 10). E também o fragmento de parede (fig. 12, n.º 11), pela presença de múltiplas caneluras, documenta a utilização da variante 10Aa.1 no local. As características das pastas destes recipientes são relativamente heterogéneas. Encontram-se peças idênticas às registadas na Rua dos Correios, em Lisboa (Sousa, 2014, p. 145), e que foram englobadas no fabrico III da cerâmica comum. O facto de se tratar de um fabrico pouco depurado, assim como a presença frequente de marcas de exposição ao fogo nas suas superfícies, indica que se trata de vasos destinados, maioritariamente, à confeção de alimentos a quente. Os exemplares da Serra do Socorro que partilham estas características (fig. 11, n.º 16 e 17; fig. 12, n.º 1, 3, 5, 11) correspondem, provavelmente, a importações da zona meridional do Estuário do Tejo. Outros exemplares, mais depurados (fig. 12, n.º 2 e 7), são muito similares ao fabrico I do sítio lisboeta (Sousa, 2014, p. 145), podendo ter também essa mesma proveniência. Outros ainda são semelhantes às produções anfóricas da zona média do estuário (fig. 11, n.º 10 a 15, 18 a 19; fig. 12, n.º 4, 9 a 10). E, por último, estão também presentes vasos de aparente produção local, caracterizada pela abundância de partículas de quartzo (fig. 12, n.º 6 e 8).

Um destaque particular deve ser dado a um outro exemplar, que apresenta o perfil bem conservado (fig. 12, n.º 12). Ainda que partilhe as características enunciadas para o tipo 10Aa, destaca-se não só pela sua dimensão claramente superior, mas também pela presença de uma carena bem marcada na sua zona inferior, que o afasta da morfologia globular que estes vasos apresentam. A sua

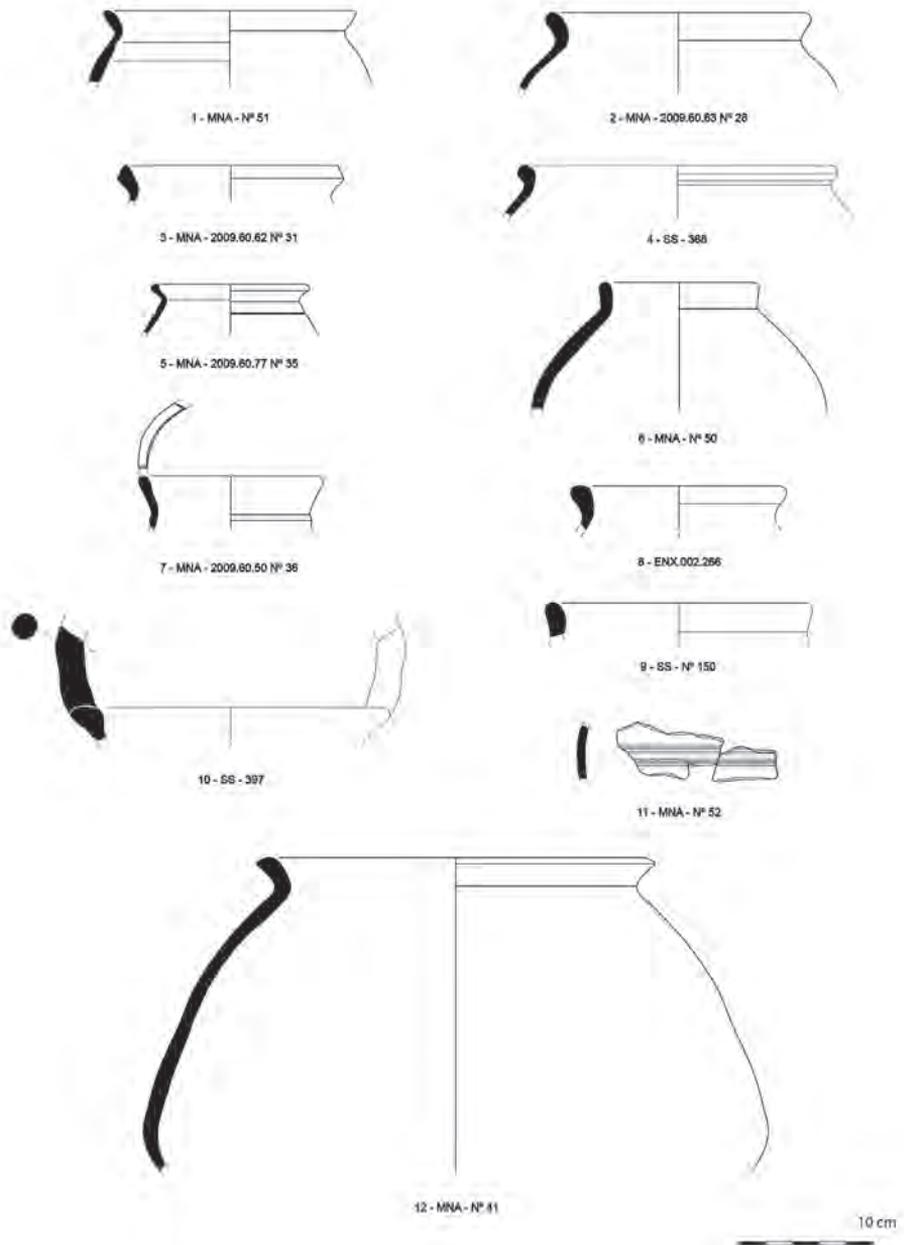


Fig. 12 – Cerâmica comum da Serra do Socorro, das coleções do Museu Nacional de Arqueologia (MNA), do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Mafra (ENX) e do Museu Municipal Leonel Trindade (SS).

singularidade poderá estar relacionada com o facto de se tratar de uma aparente produção local.

Os recipientes integráveis na variante 10B, caracterizada pela presença de um lábio pendente, são também abundantes no conjunto. Identificaram-se, mais especificamente, peças da variante 10Ba, de bordo pendente de secção triangular

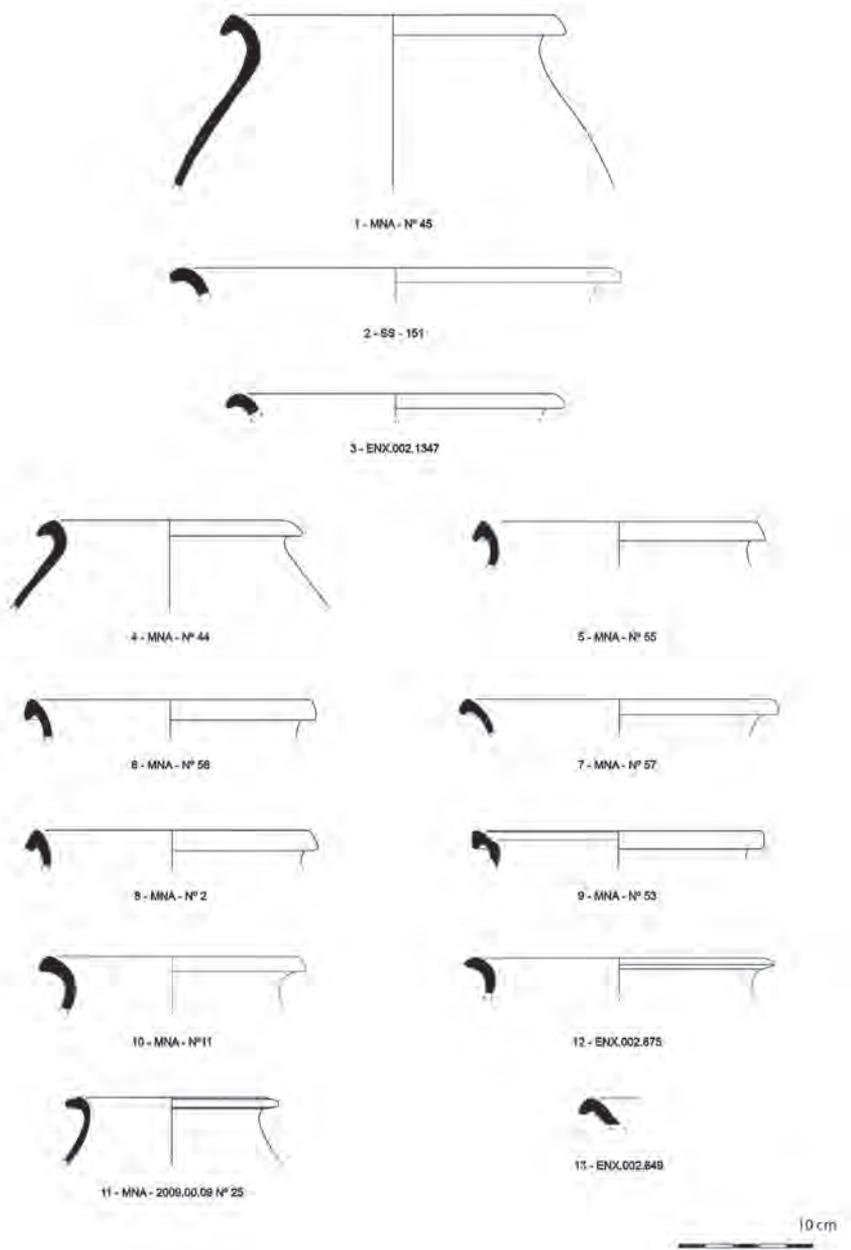


Fig. 13 – Cerâmica comum da Serra do Socorro, das coleções do Museu Nacional de Arqueologia (MNA), do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Mafra (ENX) e do Museu Municipal Leonel Trindade (SS).

(fig. 13, n.º 1 a 13), e da variante 10Bb, sendo, neste caso, de secção mais arredondada (fig. 14, n.º 1 a 5). Um destes exemplares (fig. 14, n.º 1) apresenta ainda uma asa de secção circular localizada na parte superior do corpo.

Vasos similares, mas com um colo mais desenvolvido, integram-se no grupo 10C (fig. 14, n.º 6 a 12), sobretudo na variante 10Cb, caracterizada pelo bordo

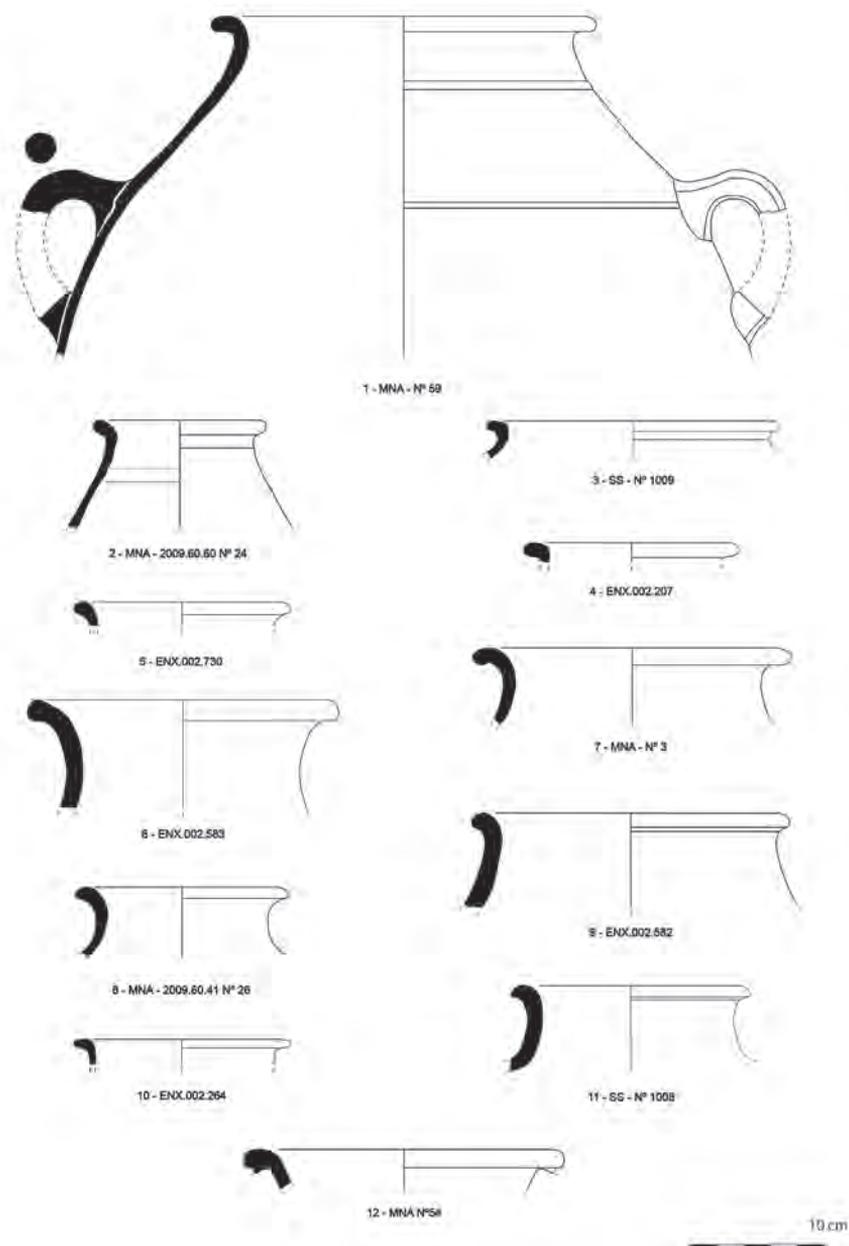


Fig. 14 – Cerâmica comum da Serra do Socorro, das coleções do Museu Nacional de Arqueologia (MNA), do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Mafra (ENX) e do Museu Municipal Leonel Trindade (SS).

engrossado. Cabe destacar, também neste caso, um exemplar que ainda conserva o arranque de uma asa, imediatamente abaixo do bordo (fig. 14, n.º 12).

No que diz respeito às pastas dos recipientes equiparáveis ao grupo da série 10B e 10C da Serra do Socorro, nota-se uma situação similar à verificada nas formas anteriores, com a presença de produções provenientes da zona meridional

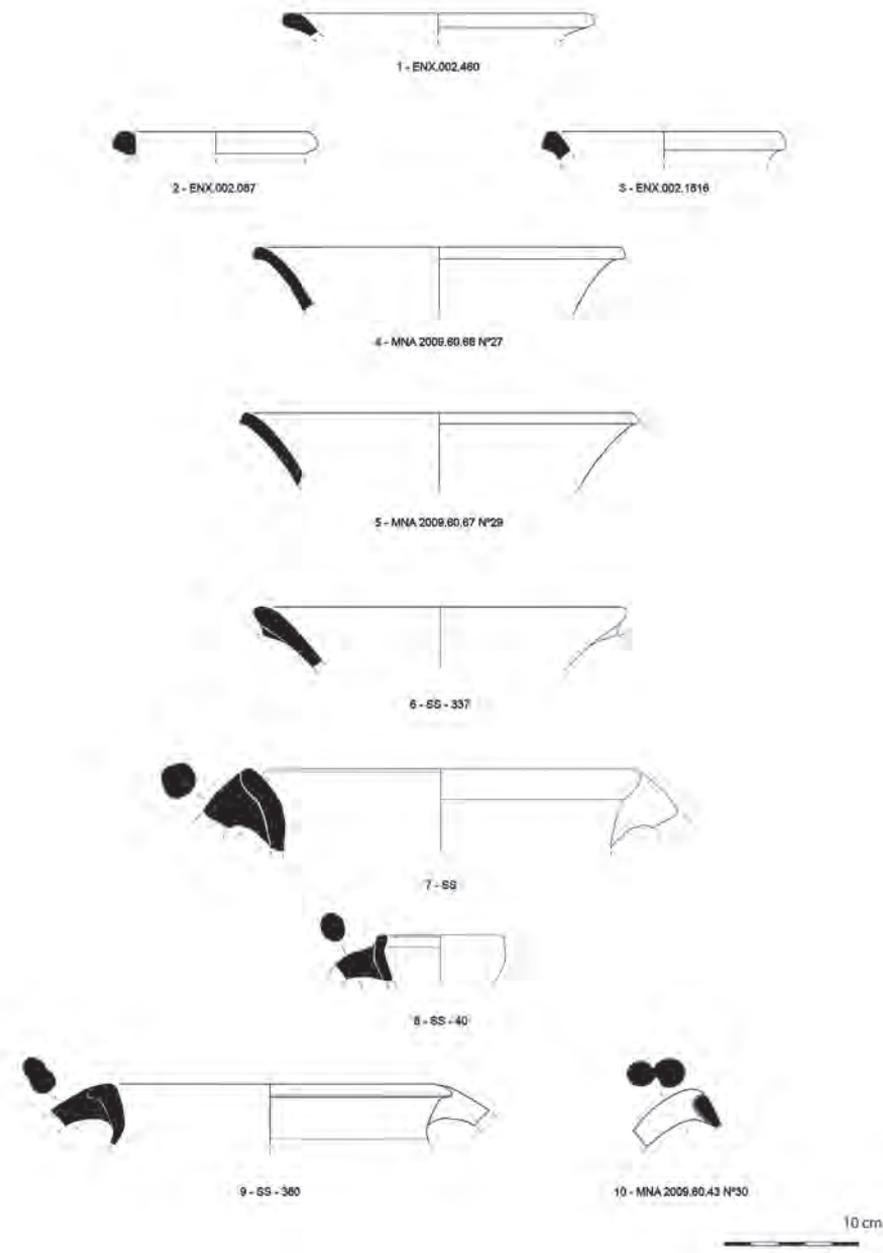


Fig. 15 – Cerâmica comum da Serra do Socorro, das coleções do Museu Nacional de Arqueologia (MNA), do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Mafra (ENX) e do Museu Municipal Leonel Trindade (SS).

do estuário (fig. 13, n.º 1, 4 a 8, 11; fig. 14, n.º 1 a 2, 7 a 8, 10, 12), algumas das quais com vestígios de engobe branco exterior; da zona média (fig. 13, n.º 2 a 3, 9 a 10, 13; fig. 14, n.º 3 a 5, 9, 11); e outras possivelmente locais (fig. 13, n.º 12).

Outros três fragmentos (fig. 15, n.º 1 a 3) podem corresponder também a variantes da série 10, ainda que o seu estado de conservação não permita a sua

atribuição a variantes específicas. Todos parecem corresponder a recipientes produzidos localmente.

Dois vasos de bordo amplo, com cerca de 30 cm de diâmetro (fig. 15, n.º 4 e 5), esvasado, colo alto e possível perfil acampanado, apresentam semelhanças com a série 12 da tipologia de Lisboa (Sousa, 2014, p. 178-179). Ainda que até ao momento não se conheça, no Estuário do Tejo, formas com perfis mais conservados, estes vasos recordam, de certa forma, os vasos «à chardon» típicos da fase inicial da Idade do Ferro, e que se encontram bem representados na Alcáçova de Santarém (Arruda, 1999-2000, p. 196; Sousa e Arruda, 2018, p. 69). Pelas suas dimensões, é plausível a sua associação à função de armazenamento. As características das pastas indicam uma possível produção local.

A esta mesma morfologia poderiam pertencer duas outras peças recuperadas na Serra do Socorro (fig. 15, n.º 6 e 7), ainda que conservem a asa, de secção circular, que arranca do bordo. Contudo, nestes casos, estas peças parecem associar-se a produções da zona intermédia do estuário.

Somente um bordo foi associado ao serviço de líquidos (fig. 15, n.º 8). Tem 14 cm de diâmetro e o bordo reentrante, do qual arranca uma asa de secção circular. Formas semelhantes foram detetadas em Lisboa, na Rua dos Correiros (Série 11 – Sousa, 2014, p. 177-178), no Cabeço Guião (Arruda et al., 2017) e na Alcáçova de Santarém (Sousa e Arruda, 2018), ainda que o perfil do bordo seja distinto. As características da sua pasta são semelhantes ao fabrico III da cerâmica comum da Rua dos Correiros (Sousa, 2014, p. 145).

Seguramente associável a uma ocupação da fase orientalizante é o fragmento de bordo de *pithos* (fig. 15, n.º 9), que conserva ainda parte da asa, de secção bífida, e o colo de tendência oblíqua, características que permitem uma datação em torno da segunda metade do século VII a. C. (Arruda, 1999-2000; Arruda et al., 2014). Também um outro fragmento (fig. 15, n.º 10), com asa de secção bífida, mas menos bem conservado, poderá ter correspondido a um *pithos*. Trata-se, neste caso, de uma possível produção local, enquanto o anterior se associa a uma origem na zona média do estuário.

Destaque ainda para uma peça singular recolhida na Serra do Socorro. Trata-se de um exemplar bem conservado, de bordo simples e esvasado, colo curvilíneo e parte superior troncocónica, na qual se fixa uma asa de secção bífida (fig. 16, n.º 1). A morfologia do bordo não é muito distinta da estabelecida para a variante 10Ca do Estuário do Tejo, sendo necessária a identificação de outros exemplares bem conservados que permitam confirmar esta associação. Contudo, a secção da asa poderia indicar uma cronologia relativamente antiga para esta peça, centrada talvez na primeira metade do 1.º milénio a. C. As características da sua pasta indicam uma produção local, ainda que seja mais depurada e compacta do que a dos restantes exemplares.

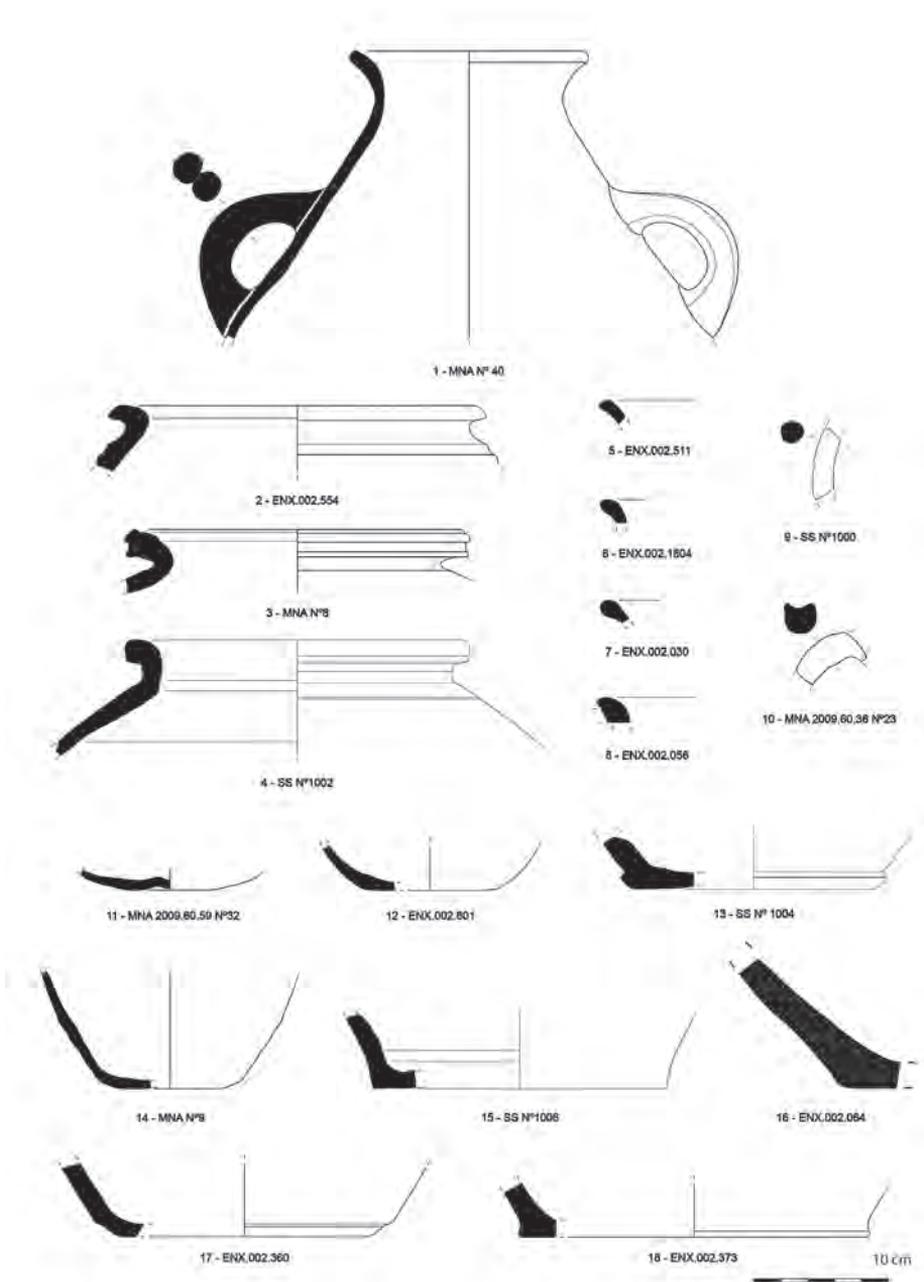


Fig. 16 – Cerâmica comum da Serra do Socorro, das coleções do Museu Nacional de Arqueologia (MNA), do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Mafra (ENX) e do Museu Municipal Leonel Trindade (SS).

Interessante é também a presença de três recipientes de grande dimensão (fig. 16, n.º 2 a 4), de colo curto e bordo esvasado e engrossado, num dos casos moldurado, assim como um amplo fundo com ressalto externo, bem marcado (fig. 16, n.º 13). Parecem tratar-se de formas tardias, surgindo no repertório artefactual do Estuário do Tejo já nos momentos finais da Idade do Ferro ou

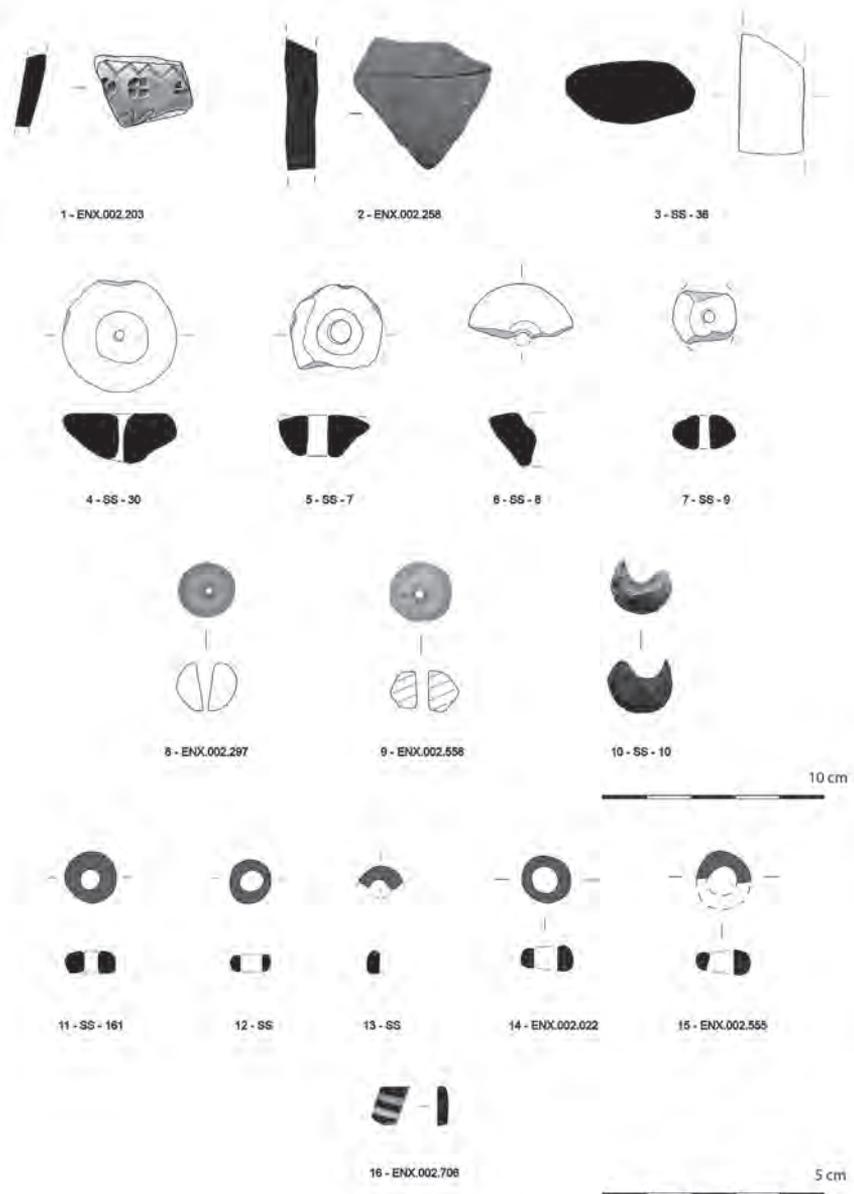


Fig. 17 – Cerâmica decorada, ânfora romana, cossoiros, elementos de xorca e objetos de pasta vítrea da Serra do Socorro, das coleções do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Mafra (ENX) e do Museu Municipal Leonel Trindade (SS).

no início da fase romana-republicana, sendo de destacar a sua semelhança com exemplares recolhidos em Lisboa, na Rua de São João da Praça (Pimenta et al., 2014). Estas morfologias surgem também em vários outros sítios da Península de Lisboa, destacando-se o povoado de Castanheira do Ribatejo (Pimenta, Mendes e Madeira, 2010), Monte dos Castelinhos (Pimenta e Mendes, 2014), Sítio

do Castelo – Arruda dos Vinhos (Cardoso, 2014), Castro do Salvador – Cadaval (Cardoso, 2014) e Outeiro da Assenta – Óbidos (Cardoso e Martins, 2009). As características das pastas dos exemplares da Serra do Socorro indicam uma produção local.

No conjunto da cerâmica comum integram-se ainda outros fragmentos cujo estado de conservação não permite assegurar a sua classificação tipológica. É o caso de quatro fragmentos de bordo (fig. 16, n.º 5 a 8), possivelmente produzidos na zona média do estuário (fig. 16, n.º 6 e 7), que, apesar de se aproximarem dos vasos da série 10, não permitem um enquadramento mais específico. O mesmo se aplica aos fragmentos de fundo (fig. 16, n.º 11 a 18), que podem corresponder também a essas formas ou outras semelhantes, e aos dois fragmentos de asa (fig. 16, n.º 9 e 10). As pastas indicam uma proveniência da área média do estuário (fig. 16, n.º 16, 17) e local (fig. 16, n.º 11, 12, 14, 18).

Mais significativos são dois fragmentos de parede com decoração na face externa, recolhidos durante as intervenções de 2007 e 2008. O primeiro (fig. 17, n.º 1) ostenta motivos florais estampilhados que são «emoldurados» por linhas pontilhadas em ziguezague. Estes são os motivos mais bem representados ao nível peninsular, tendo sido verificados na Serra dos Candeeiros (Arnaud e Gamito, 1977; Carvalho, 1998), na Lapa do Fumo (Arruda e Cardoso, 2013) ou ainda em Mesas do Castelinho (Fabião, 1998), em contextos de cronologias que não antecedem o final do século v a. C. Destaque ainda para a presença desta decoração em áreas mais próximas da Serra do Socorro em contextos conservados da Idade do Ferro (séculos IV/III a. C.), como é o caso de Cabeço Guião (Arruda et al., 2017), Castelo da Cabeça das Mós (Félix, 2006), Abrigo da Pena d'Água (Carvalho, 2008) e Costa do Pereiro (Guerschman e Nunes, no prelo). A atribuição desta peça à ocupação sidérica da Serra do Socorro deve ser feita, contudo, com as devidas reservas, já que este tipo de decoração alcança a fase romana-republicana, que foi igualmente documentada no sítio.

O segundo fragmento decorado (fig. 17, n.º 2) apresenta uma linha incisa reta e em baixo outra que parece ser um triângulo. Contudo, esta peça está fraturada, o que não nos permite uma leitura e interpretação mais apuradas da matriz decorativa original.

4.4 Cossoiros

O conjunto de cossoiros da Serra do Socorro é composto por seis peças (fig. 17, n.º 4 a 9). Estão todas completas à exceção de uma (fig. 17, n.º 5) e nenhuma está decorada. No que diz respeito à morfologia, três exemplares são troncocónicos (fig. 17, n.º 4 a 6), dois bitroncocónicos (fig. 17, n.º 7 e 9) e o último é esferoidal (fig. 17, n.º 8).

A associação destes artefactos à ocupação da Idade do Ferro não é irrefutável, uma vez que as suas morfologias cabem, igualmente, nas matrizes de época romana-republicana. Deve, ainda assim, assinalar-se a sua relativa frequência nos repertórios artefactuais da Idade do Ferro da região, de que são exemplo Pragança (Melo e Pimenta, 2020), Outeiro da Assenta (Cardoso e Martins, 2009), Forte do Alqueidão (Rocha e Reprezas, 2014), Alto dos Cacos (Sousa et al., 2016-2017), Porto do Sabugueiro (Pereira, 2016-2017), Cabeço Guião (Arruda et al., 2017), Rua dos Correeiros, Baútas, Santa Eufémia (Sousa, 2014) ou ainda o Vale de Tijolos (Pimenta et al., 2019), entre vários outros.

Ainda que a ausência de contextos estratigráficos não possibilite desenvolver ulteriormente esta temática, a presença de cossoiros na Serra do Socorro permite integrar a produção têxtil entre as atividades aí desenvolvidas.

4.5 Contas de pasta vítrea e fragmento de vidro policromo

Foram recolhidas seis contas de colar de pasta vítrea azul-cobalto que infelizmente carecem de informação contextual a par do restante espólio (fig. 17, n.º 11 a 15). A sua identificação na Serra do Socorro não é novidade, tendo sido já comentados alguns exemplares no trabalho de Carla Matias (2003, p. 344). São todas anelares, quatro estão completas e a sua dimensão não ultrapassa os 12 mm. Estes elementos comumente associados a adornos ou amuletos denunciam a inserção do povoado da Serra do Socorro nas rotas de influências com o mundo mediterrâneo durante o 1.º milénio a. C.

Ainda assim, cabe referir que existem evidências que sugerem a produção destes artefactos também no Estuário do Tejo, mais concretamente no Porto do Sabugueiro (Arruda et al., 2016), ainda que o sítio careça de contextos estratigráficos que permitam definir a cronologia destas atividades.

Estes elementos de adorno não constituem bons indicadores cronológicos, já que na zona do vale do Tejo foram documentados em contextos do Bronze Final (Pimenta e Mendes, 2007; 2015), de todo o espectro da Idade do Ferro (Cardoso e Encarnação, 2013; Pinto e Parreira, 1978; Sousa, 2014; Arruda et al., 2017; Rocha e Reprezas, 2014; Caninas et al., 2006) e época romana-republicana (Pimenta, 2005; 2015; Arruda, Viegas e Almeida, 2002).

Cabe, contudo, assinalar que a cerca de 1 km de distância, em Moinhos Velhos, foram identificadas centenas de contas de colar que foram associadas a uma eventual necrópole da Idade do Ferro (Caninas et al., 2006; Monteiro e Cardoso, 2016) e que poderia estar, de alguma forma, associada ao povoado da Serra do Socorro.

Importante é também o fragmento de vidro policromo recuperado no local, possivelmente pertencente a um recipiente de pequena dimensão destinado a unguentos ou óleos perfumados (fig. 17, n.º 16). A sua matriz é azul-ultramarina,

apresentando uma decoração de linhas paralelas amarelas e azul-claras. Apesar de os dados arqueométricos serem escassos, assume-se para estes recipientes uma origem no Mediterrâneo Oriental, mais concretamente na área grega, sendo de recordar que peças semelhantes foram recuperadas no Castelo dos Mouros, em Sintra (Cardoso, 2004; Silva e Sousa, 2015) e no Cabeço Guião (Arruda et al., 2017).

4.6 Elemento de xorca

Encontra-se depositado no Museu Municipal Leonel Trindade um pendente tipo «sanguessuga», de metal, com preenchimento de cerâmica, que integrava uma xorca (fig. 17, n.º 10). Estes artefactos de adorno eram compostos por um aro metálico e, tipicamente, um conjunto de 12 pendentes (Gomes e Domingos, 1983, p. 295). Na maioria dos casos, como os exemplares de Ripas, Cabeço Guião, Alto dos Cacos, Porto do Sabugueiro, Chões de Alpompé ou Freiria, os pendentes da xorca eram feitos de bronze (Fabião, Pereira e Pimenta, 2014). No entanto, há igualmente registo destes artefactos em ouro, prata ou mesmo cerâmica. O presente caso, por ser preenchido a cerâmica, tem como paralelos os achados nas necrópoles de Alcaria e de Vagarosa, em Monchique (Matias, 2003, p. 344).

Apesar de alguns indícios mais antigos (Silva, 1986), a sua cronologia tem sido atribuída, sobretudo, aos séculos VI e V a. C. (Abásolo, Ruiz Vélez e Rodríguez, 2003-2004, p. 136), situação que foi também atestada na necrópole do Olival do Senhor dos Mártires, em Alcácer do Sal, onde se reconheceu um conjunto numeroso destes elementos (Gomes, 2016, p. 253-255). Esta coleção permitiu, inclusivamente, propor um esquema tipológico para a sua classificação (Gomes, 2016, p. 254), podendo o exemplar da Serra do Socorro integrar-se no tipo A, de secção maciça.

A cronologia de produção e utilização destes elementos de adorno parece estender-se, pelo menos, até ao início do século IV a. C. (Abásolo, Ruiz Vélez e Rodríguez, 2003-2004, p. 136), sendo ainda possível discutir se poderá atingir fases mais avançadas. Contudo, cabe referir que, mesmo no território português, estas peças foram já recolhidas em contextos bem datados do período romano-republicano, como é o caso do povoado do Pedrão, em Setúbal (Soares e Silva, 1973, p. 31 e p. 36-37).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Serra do Socorro constitui, sem qualquer dúvida, um importante núcleo de povoamento da Proto-História do interior da Península de Lisboa. Aos abundantes vestígios que se podem associar à fase final da Idade do Bronze (Dias,

2018a, 2018b; Sousa et al., 2019), soma-se uma série de elementos que indicam que o local permanece como um eixo principal da ocupação humana na região ao longo do 1.º milénio a. C., vários dos quais já destacados no incontornável trabalho de Carla Matias (2003).

No trabalho agora apresentado procurou-se, essencialmente, reunir os elementos relativos à ocupação da Idade do Ferro provenientes das várias intervenções arqueológicas ali efetuadas, enquadrando os mesmos nas recentes seriações tipológicas e cronológicas que têm vindo a ser estabelecidas para a cultura material do Estuário do Tejo. Os dados obtidos indicam que os contactos com grupos fenícios tiveram início talvez ainda durante a segunda metade do século VII a. C. e que a Serra do Socorro terá mantido relações privilegiadas com a zona média e mesmo com a área meridional do estuário até ao século IV/III a. C. Outros elementos, concretamente a asa de ânfora vinária do Tipo Dressel 1 (fig. 17, n.º 3), proveniente da Península Itálica, e talvez alguns grandes contentores de armazenamento, permitem equacionar uma continuidade da ocupação do sítio até meados do século II/século I a. C., deixando-se assim em aberto a discussão da problemática do abandono do sítio, que só poderá ser esclarecida com futuros trabalhos arqueológicos.

Ainda que seja lamentável a inexistência de dados estratigráficos que permitam reconhecer as associações contextuais originais dos materiais da Idade do Ferro, o estudo dos artefactos possibilita recuperar alguns dados significativos.

Em primeiro lugar, cabe destacar um conjunto de peças que se podem associar claramente ao período orientalizante, como o *pithos* com o perfil mais conservado do conjunto, o bordo de ânfora do tipo 10.1.2.1 de Ramon Torres e outros de produção regional, do tipo 1 do Estuário do Tejo. Também no quadro do serviço de mesa, algumas produções cinzentas, como os pratos do tipo 2Cb, as taças do tipo 3Fc e o pequeno vaso do tipo 3Da, podem ser atribuídas a esta fase mais antiga da Idade do Ferro. Apesar de não ser impossível que, pelo menos, algumas das formas de cerâmica comum identificadas, como, por exemplo, o vaso de colo estrangulado e asa bífida, possam integrar também este conjunto, o carácter transversal destas morfologias não permite um enquadramento cronológico seguro.

Cabe correlacionar com esta ocupação da primeira metade do 1.º milénio a. C. da Serra do Socorro outras evidências que foram identificadas nas imediações e que começam a deixar vislumbrar uma ampla rede de povoamento nesta área mais interior. Referimo-nos, especificamente, ao sítio do Moinho da Mariquitas e Moinhos Velhos (Caninas et al., 2006; Monteiro e Cardoso, 2016), ao Forte do Alqueidão (Rocha e Repezas, 2014), mas também aos dados do núcleo antigo da cidade de Torres Vedras e da necrópole do cemitério de São João (Cardoso e Luna, 2005; Trindade e Ferreira, 1965).

O primeiro sítio corresponde a uma área localizada na encosta de uma elevação localizada a este da Serra do Socorro. Os trabalhos aí realizados, no quadro da arqueologia preventiva, identificaram a existência de alguns estratos conservados, correspondendo sobretudo a manchas de concentrações de materiais cerâmicos e blocos de argila, parte de uma estrutura pétreia, um pavimento e ainda uma possível zona de combustão. De acordo com os dados estratigráficos e os artefactos, trata-se de uma ocupação aparentemente restrita no tempo (Monteiro e Cardoso, 2016). Os materiais recuperados no decurso dessa intervenção são muito similares aos que foram apresentados ao longo deste trabalho, concretamente no que diz respeito à presença de ânforas, *pithoi*, taças de cerâmica cinzenta e recipientes de cerâmica comum (Monteiro e Cardoso, 2016). As características das primeiras, integráveis nos tipos 1 e 3 do Estuário do Tejo, parecem indicar uma cronologia centrada no século VI a. C., talvez nos meados ou mesmo já na segunda metade da centúria, admitindo a sua associação contextual. Mesmo o fragmento de cerâmica manual com decoração incisa sobre o bordo não indica, necessariamente, uma maior antiguidade, considerando que na Alcáçova de Santarém vasos com essas características permanecem nos repertórios artefactuais até momentos avançados do século VI a. C. (Sousa e Arruda, 2018).

No quadro da interpretação destas evidências, foi avançada a proposta de o Moinho da Mariquitas e a Serra do Socorro poderem corresponder a «dois povoados muralhados em dois montes contíguos» (Monteiro e Cardoso, 2016: 16). Esta leitura é, sem dúvida, aliciante, ainda que seja necessário confirmar a existência dessas linhas de muralha e, sobretudo, aferir a sua cronologia. Uma outra possibilidade que pode ser equacionada prende-se com uma eventual micromobilidade da comunidade que habitava esta região, que poderá ter ocupado simultaneamente, pelo menos num determinado momento, outras áreas próximas do núcleo da Serra do Socorro, situação que se ajusta com o breve período de ocupação documentado no Moinho da Mariquitas.

Igualmente relevante é a recolha, na zona entre estas duas elevações, em Moinhos Velhos, de uma quantidade muito significativa de contas de colar de pasta vítrea, que permitiu propor a existência de um espaço funerário no local (Caninas et al., 2006) e que serviria essas comunidades.

A par destas ocupações deparámo-nos, nesta área, com um apelativo topónimo, Monte do Crasto, recolhido na Carta Militar (ver fig. 2). Não foi possível, no decorrer deste trabalho, confirmar ou infirmar uma eventual ocupação antiga do local, mas deve sublinhar-se a pertinência da sua localização estratégica, dominando o vale do Rio Sizandro.

A este da Serra do Socorro encontramos ainda um outro núcleo ocupado durante a primeira metade do 1.º milénio a. C. e que partilha sensivelmente os mesmos critérios no que diz respeito à sua implantação. Trata-se do Forte do

Alqueidão, em Sobral de Monte Agraço, onde os trabalhos desenvolvidos no quadro de obras de recuperação permitiram detetar uma ocupação contemporânea, pelo menos em parte, à da Serra do Socorro e do Moinho da Mariquitás. As escavações arqueológicas efetuadas no local identificaram um núcleo de povoamento que, apesar de muito afetado pela construção do forte, conservava ainda restos de estruturas de planta ortogonal (Rocha e Reprezas, 2014). A diacronia de ocupação não parece ter sido particularmente prolongada, considerando os dados estratigráficos e o repertório artefactual recolhido. Entre este, destaca-se a presença de ânforas do tipo 1 e 1/3 do Estuário do Tejo, associadas a um pequeno conjunto de cerâmicas manuais, muitas das quais com bordos denteados, fragmentos de *pithoi*, várias tigelas, pratos e potes/panelas de cerâmica comum, sendo de destacar, entre estes últimos, um exemplar do tipo 10Aa.1, e ainda uma conta de colar de pasta vítrea. Este conjunto parece indicar uma cronologia talvez centrada no século VI a. C. No local foram ainda recuperados fragmentos de mós rotativas, indicando o desenvolvimento de práticas agrícolas, favorecidas pela proximidade de solos férteis, e também de alguns cossoiros, remetendo, neste caso, para atividades têxteis e, indiretamente, para a pastorícia (Rocha e Reprezas, 2014).

A norte da Serra do Socorro, alguns dados recentes provenientes de diversas intervenções de arqueologia urbana, na área do Castelo e Núcleo Histórico da cidade de Torres Vedras, permitem sustentar uma relevante, ainda que mal conhecida, ocupação da Idade do Ferro (Cardoso e Luna, 2005). No decorrer da investigação em curso de um dos signatários (J. P.), foi possível rever e estudar os dados das diversas intervenções aí realizadas. Apesar dos conjuntos não serem numerosos, identifica-se a presença de ânforas pré-romanas, cerâmica cinzenta e cerâmica comum com cronologias a partir, pelo menos, de meados do 1.º milénio a. C., e que se prolongam até ao século I a. C. Estes dados podem proporcionar um novo enquadramento à descoberta, nos anos 60 do século passado, de elementos metálicos de uma sepultura pré-romana na área do cemitério de São João em Torres Vedras (Trindade e Ferreira, 1965), que poderia assim corresponder ao espaço funerário utilizado pela comunidade residente no morro do castelo.

Estes elementos parecem indicar algum dinamismo no quadro da ocupação desta área interior da Península de Lisboa durante a fase orientalizante, situação singular na medida em que os dados até agora disponíveis indicam que a malha de povoamento dessa época se concentra, primariamente, junto às margens do Tejo. Neste cenário, cabe talvez valorizar a existência de eixos naturais de comunicação com o estuário, como é o caso do vale do Rio Grande da Pipa e do Rio da Silveira, onde a ocupação humana parece ter sido particularmente intensa quer durante o Bronze Final, quer durante a Idade do Ferro (Pimenta e Mendes, 2010-2011; Pimenta e Mendes, 2015).

Também para o período subsequente, a segunda metade do 1.º milénio a. C., a ocupação humana na Serra do Socorro está muito bem documentada no quadro do repertório artefactual. Vários contentores anfóricos (alguns fragmentos do tipo 1 e 3; tipos 4, 5 e 6), vasos de cerâmica cinzenta (tipos 2Ba, 3Ba, 5) e algumas formas de cerâmica comum (bacias/alguidares e grandes recipientes de colo curto e bordo esvasado) podem ser associados, com alguma segurança, a esta fase de ocupação. O mesmo se poderá talvez aplicar ao fragmento de cerâmica com decoração estampilhada, que tem paralelos em contextos conservados da Idade do Ferro da região (Castelo da Cabeça das Mós – Félix, 2006; Abrigo da Pena d'Água – Carvalho, 2008; Costa do Pereiro – Guerschman e Nunes, no prelo; Cabeço Guião – Arruda et al., 2017), não se podendo, contudo, excluir a possibilidade de que possa reportar-se a um momento mais tardio, de época romana-republicana.

De qualquer forma, não podemos deixar de expressar alguma surpresa não só com o estado de conservação de alguns destes materiais, mas também com uma presença muito significativa de peças provenientes da zona meridional do estuário. Apesar de serem conhecidos sítios nas proximidades que estiveram claramente integrados nas redes culturais e comerciais que emanaram do núcleo de Lisboa (por exemplo, o Castro do Amaral, Cabeço Guião ou Porto do Sabugueiro), a verdade é que o facto de estes se localizarem junto ao Tejo permitia compreender a sua articulação com a área meridional em função dos circuitos de comunicação fluviais.

Uma vez mais, cabe valorizar as já referidas redes de contacto entre as zonas mais interiores e a bacia do Tejo, que parecem continuar ativas durante a fase mais tardia da Idade do Ferro (Pimenta e Mendes, 2010-2011, 2015), evidenciando que os recursos obtidos nestas áreas mais interiores permanecem essenciais nos circuitos económicos e comerciais que envolvem esta área da fachada ocidental atlântica (Sousa, 2014, 2017). Estes dados da Serra do Socorro permitem também enquadrar, de forma mais consubstanciada, algumas outras evidências documentadas nas proximidades, como é o caso de alguns materiais recolhidos no Penedo do Lexim (concretamente um fragmento de ânfora do tipo 4, duas asas de secção oval e sulco exterior, todos produzidos na área de Lisboa/Almaraz, e um bordo de um prato de cerâmica cinzenta do tipo 2Ba – fig. 19), ainda que, neste caso, tudo indique que se trata de episódios esporádicos, e talvez até associados a cenários simbólico-religiosos (Sousa e Sousa, 2018).

No quadro da ocupação da «2.ª Idade do Ferro» da Serra do Socorro, cabe ainda valorizar um outro aspeto que evidencia a importância dos contactos com a zona média do estuário: a presença de vários contentores anfóricos, assim como de vasos de cerâmica comum, que parecem ter sido produzidos nessa área, possivelmente até no próprio núcleo do Porto do Sabugueiro (Pimenta e Mendes,

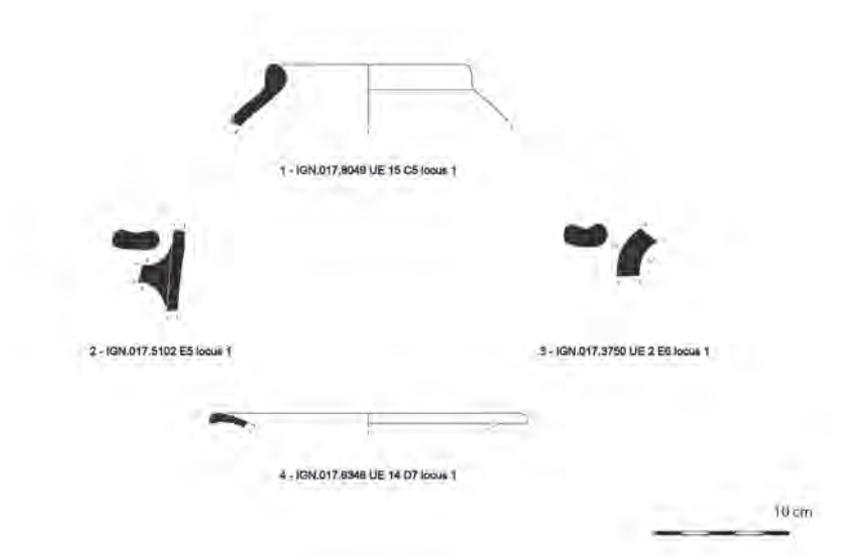


Fig. 18 – Materiais da Idade do Ferro provenientes do Penedo do Lexim, em Maфра.

2008; Pimenta et al., 2014; Sousa et al., 2020). Estas evidências prestam um contributo muito importante no quadro da investigação das redes comerciais destas produções anfóricas mais interiores (sobretudo dos tipos 5 e 6), permitindo identificar como mercados de consumo preferenciais núcleos de povoamento do interior da Baixa Estremadura, considerando que a sua presença na área mais meridional ou setentrional do estuário não se encontra, até à data, bem documentada. Interessante seria também desenvolver estudos arqueométricos para as centenas de contas de colar que surgem na região, de forma a tentar determinar uma eventual origem na bacia do Tejo (Arruda et al., 2016), permitindo englobar nestas redes de intercâmbio materiais de cariz mais sumptuário.

Ainda assim, não se deve desvalorizar os eixos de comunicação mais ocidentais, e diretamente relacionados com a navegação atlântica, que terão enquadrado sítios costeiros como o Espigão das Ruivas, em Cascais (Encarnação e Cardoso, 2017), e o povoado do Outeiro da Assenta, na Lagoa de Óbidos (Cardoso e Martins, 2009), e que apresentam também várias similitudes com a Serra do Socorro no quadro dos repertórios artefactuais.

Para terminar, gostaríamos de destacar as potencialidades que a Serra do Socorro oferece no desenvolvimento da investigação sobre o 1.º milénio a. C., na Estremadura portuguesa. Os dados que foram aqui apresentados, juntamente com outros trabalhos anteriores, parecem indicar a existência, no local, de um núcleo de povoamento estratégico que mantém a sua importância ao longo de toda esta cronologia. Contudo, permanecem ainda por esclarecer múltiplas questões que só poderão ser resolvidas com a realização de futuros trabalhos arqueológicos, de carácter sistemático e extensivo. Entre estas, caberia destacar,



Fig. 19 – Mapa da Península de Lisboa, com a localização dos principais sítios da Idade do Ferro referidos no texto.

por exemplo, se estas ocupações humanas se sobrepõem no mesmo espaço físico, ou se existe uma certa micromobilidade que terá privilegiado áreas específicas em determinados momentos cronológicos; ou avaliar o impacto que o contacto com grupos fenício-ocidentais provocou nestas comunidades indígenas, e de que forma estas reagiram a essas novas conjunturas históricas e culturais; ou até a potencialidade de poder confrontar espaços domésticos e funerários pertencentes a uma mesma comunidade, situação que é infelizmente muito rara no atual território português...

A potencialidade que a Serra do Socorro oferece para o desenvolvimento destas questões justifica, sem qualquer dúvida, um forte investimento em futuros trabalhos arqueológicos.

AGRADECIMENTOS

Ao Museu Municipal Leonel Trindade, na pessoa da sua conservadora, a Dr.^a Isabel Luna, por toda a sua disponibilidade, esclarecimentos e apoio. Ao Museu Nacional de Arqueologia, na figura do seu diretor, o Dr. António Carvalho, pela autorização que concedeu para o estudo da coleção Gustavo Marques. À Câmara Municipal de Mafra e a Marta Miranda, arqueóloga do município que dirigiu os trabalhos arqueológicos de 2007 e 2008 e que facilitou o estudo da coleção conservada no Depósito Oficial de Bens Arqueológicos.

BIBLIOGRAFIA

- ABÁSULO, J. A.; RUIZ VÉLEZ, I.; RODRÍGUEZ, A. (2003-2004) – El conjunto arqueológico de Alto de Rodilla (Monasterio de Rodilla, Burgos). *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*. Valladolid. 69-70, p. 115-146.
- ARNAUD, J.; GAMITO, T. J. (1977) – Cerâmicas estampilhadas da Idade do Ferro do Sul de Portugal – I – Cabeça de Vaiamonte, Monforte. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. III, 7-9, p. 165-202.
- ARRUDA, A. M. (1999-2000) – *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a. C.)*. Barcelona: Publicaciones del Laboratorio de Arqueología de la Universidad Pompeu Fabra. (Cuadernos de Arqueología Mediterránea; 5-6).
- ARRUDA, A. M.; CARDOSO, J. L. (2013) – A ocupação da Idade do Ferro da Lapa do Fumo (Sesimbra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 731-754.
- ARRUDA, A. M.; FREITAS, V. T.; VALLEJO SÁNCHEZ, J. I. (2000) – As cerâmicas cinzentas da Sé de Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 3: 2, p. 25-59.
- ARRUDA, A. M.; PEREIRA, C.; PIMENTA, J.; SOUSA, E.; MENDES, H.; SOARES, R. (2016) – As contas de vidro do Porto do Sabugueiro (Muge, Salvaterra de Magos, Portugal). *CuPAUAM*. Madrid. 42, p. 79-101.
- ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.; PIMENTA, J.; MENDES, H.; SOARES, R. (2014) – Alto do Castelo's Iron Age occupation (Alpiarça, Portugal). *Zephyrus*. Salamanca. 74, p. 143-155.
- ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.; BARRADAS, E.; BATAIA, C.; DETRY, C.; SOARES, R. (2017) – O Cabeço Guião (Cartaxo – Portugal): um sítio da Idade do Ferro do Vale do Tejo. In CELESTINO PÉREZ, S.; RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, E., ed. lit. – *Territorios comparados: los vales del Guadalquivir, el Guadiana y el Tajo en época tartésica*. Madrid: CSIC, p. 319-361.
- ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C.; ALMEIDA, M. J. (2002) – *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. Catálogo.
- BOAVENTURA, R.; PIMENTA, J.; VALLES, E. (2013) – O povoado do Bronze final do Castelo da Amoreira (Odivelas). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 623-640.
- CANINAS, J.; CARDOSO, G.; HENRIQUES, F. MONTEIRO, M.; SABROSA, A. (2006) – Três novas jazidas da Idade do Ferro em Torres Vedras. *Al-Madan*. Almada. II, p. 6.
- CARDOSO, G.; ENCARNACÃO, J. (2013) – O povoamento pré-romano de Freiria-Cascais. *Cira Arqueologia*. Vila Franca de Xira. 2, p. 133-180.
- CARDOSO, G. (2014) – Duas fortificações do final da Idade do Ferro/início da romanização: São Salvador (Cadaval) e sítio do Castelo (Arruda dos Vinhos). In FABIÃO, C.; PIMENTA, J., ed. lit. – *Conquista e Romanização do Vale do Tejo*, Vila Franca de Xira, 2013. Atas. *Cira Arqueologia*. Vila Franca de Xira. 3, p. 200-241.
- CARDOSO, G.; LUNA, I. (2005) – Últimos dados sobre a romanização no concelho de Torres Vedras. In *A presença romana na região Oeste*, Bombarral, 2005. Actas. Bombarral: Câmara Municipal do Bombarral, p. 65-82.

- CARDOSO, J. L. (2004) – A baixa Estremadura dos finais do IV milénio a. C. até à chegada dos romanos: Um ensaio de História Regional. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 12.
- CARDOSO, J. L. (2010/2011) – O Casal agrícola do Bronze Final de Abrunheiro (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 33-74.
- CARDOSO, J. L.; ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.; REGO, M. (2014) – Outurela I e Outurela II, dois pequenos sítios da Idade do Ferro a norte do Estuário do Tejo (concelho de Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 21, p. 393-428.
- CARDOSO, J. L.; MARTINS, F. (2009) – O Povoado pré-histórico do Outeiro da Assenta (Óbidos). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 17, p. 261-356.
- CARDOSO, J. L.; SILVA, C. T. (2012) – O Casal agrícola da Idade do Ferro de Gamelas 3 (Oeiras). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série V, 2, p. 355-400.
- CARVALHO, A. (1998) – Abrigo da Pena d'Água (Rexaldia, Torres Novas): resultados das campanhas de sondagem (1992-1997). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 1: 2, p. 39-72.
- DIAS, Í. (2018a) – *O Bronze Final na Serra do Socorro (Mafra, Torres Vedras)*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para a obtenção do grau de Mestre.
- DIAS, Í. (2018b) – *O Bronze Final na Serra do Socorro*. A colecção de Gustavo Marques. *Ophiussa*. Lisboa. 2, p. 59-74.
- ENCARNAÇÃO, J. d'; CARDOSO, G. (2017) – O sítio arqueológico do Espigão das Ruivas (Cascais). In *Arqueologia em Portugal – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 955-966.
- FABIÃO, C. (1998) – *O mundo indígena e a sua romanização na área céltica do território hoje português*. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 3 volumes. Edição policopiada.
- FABIÃO, C.; PEREIRA, T. R.; PIMENTA, J. (2014) – Coleção de metais do sítio arqueológico dos Chões de Alpompe – Santarém. *CIRA Arqueologia*. Vila Franca de Xira. 4, p. 110-150.
- FERNANDES, L.; PIMENTA, J.; CALADO, M.; FILIPE, V. (2013) – Ocupação sidérica na área envolvente do teatro romano de Lisboa: o Pátio do Aljube. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 16, p. 167-185.
- GOMES, J.; DOMINGOS, J. (1983) – A «Xorca» da Serra das Ripas (Alenquer). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 1, p. 287-300.
- GUERSCHMAN, J.; NUNES, L. (no prelo) – A ocupação rural da Idade do Ferro na Costa do Pereiro (Torres Novas, Portugal). In *Jornadas de Jóvenes en Investigación Arqueológica*, 6, Barcelona, 2013.
- JALHAY, E. (1946) – O monumento pré-histórico do Casal do Zambujal (Torres Vedras). Contribuição para o estudo da época do bronze. *Broteria*. Lisboa. 42: 4, p. 387-393.
- LUNA, I.; SOUSA, A.; LEAL, R. (2008) – Telegrafia visual na Guerra Peninsular. 1807-1814. *Boletim Cultural de Mafra*. Mafra. p. 26-136.
- MARQUES, G. (1972) – Arqueologia de Alpiarça. As estações representadas no Museu do Instituto de Antropologia do Porto. *Trabalhos de Antropologia Dr. Mendes Correia*. Porto. 13.
- MARQUES, G. (1994) – Outras estações. In PEREIRA, I., coord. – *Idade do Ferro: catálogo*. Figueira da Foz: Câmara Municipal da Figueira da Foz, Serviços Culturais. p. 66.
- MARQUES, G. (1982-83) – Aspectos da Proto-História do território português: povoado de Santa Eufémia (Sintra). *Sintria*. Sintra. 1-2, p. 59-88.
- MARQUES, G. (1987) – Aspectos da proto-história do território português III – Castelo da Amoreira (Odivelas, Loures). *Boletim Cultural*. Loures. 1 (Novembro de 1987), p. 51 a 58.
- MARQUES, G.; ANDRADE, G. M. (1974) – Aspectos da proto-história do território português 1 – definição e distribuição geográfica da cultura de Alpiarça (Idade do Ferro). In *Congresso Nacional de Arqueologia*, 3, Porto. Actas. Porto: Junta Nacional da Educação. p. 125-148.
- MATIAS, C. (2003) – Serra do Socorro: Uma aproximação à sua caracterização arqueológica no contexto da Estremadura Atlântica. *Boletim Cultural*. Mafra. 2003, p. 308-358.

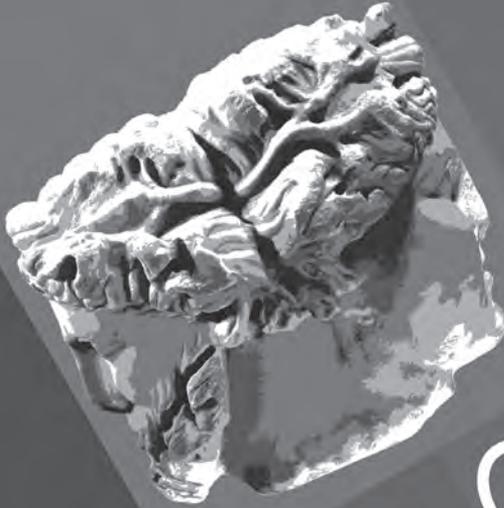
- MELO, A.; PIMENTA, J. (2020) – Uma nova leitura do espólio das escavações de Leite de Vasconcelos no «Castro» de Pragança, Cadaval. Evidências de uma ocupação da Idade do Ferro. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 26, p. 77-104.
- MONTEIRO, M.; CARDOSO, G. (2016) – A ocupação da Idade do Ferro na Serra de Monte Deixo. Moinhos Velhos e Moinho da Mariquitas (Torres Vedras). *EMERITA – Estudos de Arqueologia e Património Cultural*. Lisboa. 2, p. 6-20.
- OLAIO, A.; ANGEJA, P.; SOARES, R.; VALÉRIO, P. (2019) – A Ocupação da Idade do Ferro de Cacilhas (Almada, Portugal). *Onoba*. Huelva. 7, p. 133-159.
- PEREIRA, I. (2009) – As actividades metalúrgicas na I.^a e II.^a Idade do Ferro em Santa Olaia, Figueira da Foz. *Conímbriga*. Coimbra. XLVIII, p. 61-79.
- PEREIRA, M. L. (2016-2017) – Os Cossoiros de Porto do Sabugueiro (Muge, Salvaterra de Magos). *CIRA Arqueologia*. Vila Franca de Xira. 5, p. 55-74.
- PIMENTA, J. (2005) – *As Ânforas Romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*. Lisboa: IPA.
- PIMENTA, J. (2015) – Catálogo de Peças. In *Catálogo da Exposição: O Sítio Arqueológico de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira – em busca de Jerabriga*. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal, p. 135-191.
- PIMENTA, J.; CALADO, M.; LEITÃO, M. (2014) – Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa. A intervenção da Rua de São João da Praça. In ARRUDA, A. M., ed. lit. – *Fenícios e Púnicos, por terra e mar. Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos*, 6, Lisboa, 2005. Actas. Lisboa: Uniarq. p. 724-735.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2007) – A intervenção arqueológica na Casa da Câmara de Alverca do Ribatejo (Vila Franca de Xira). In *Catálogo da Exposição Alverca da Terra às Gentes*. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal. p. 53-70.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2010-2011) – Novos dados sobre a presença fenícia no vale do Tejo. As recentes descobertas na área de Vila Franca de Xira. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 591-618.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2014) – Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira. Um sítio singular para o estudo da romanização do Vale do Tejo. In MATALOTO, R.; MAYORAL HERRERA, V.; ROQUE, C., ed. lit. – *La Gestión de los paisajes rurales entre la Protohistoria y el Período Romano. Formas de Asentamiento y Procesos de Implantación*, Redondo-Alandroal, 2012. Reunión científica. Anejos de AEspA LXX. Madrid: CSIC, p. 125-142.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2015) – Casal dos Pegos I e o povoamento orientalizante do Rio da Silveira (Vila Franca de Xira). *CIRA Arqueologia*. Vila Franca de Xira. 4, p. 19-54.
- PIMENTA, J.; MENDES, H.; MADEIRA, F. (2010) – O povoado pré-romano de Castanheira do Ribatejo, Vila Franca de Xira. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 13, p. 25-56.
- PIMENTA, J.; MENDES, H.; SOUSA, E.; ARRUDA, A. M. (2019) – O sítio de Vale de Tijolos e outros dados acerca da ocupação proto-histórica da margem esquerda do estuário do Tejo. *CIRA Arqueologia*. Vila Franca de Xira. 7, p. 7-32.
- PIMENTA, J.; SOUSA, E.; MENDES, H.; HENRIQUES, E.; ARRUDA, A. M. (2018) – A Eira da Alorna (Almeirim): as ocupações pré e proto-históricas. *CIRA Arqueologia*. Vila Franca de Xira. 9, p. 9-49.
- PINTO, C. V.; PARREIRA, R. (1978) – Contribuição para o estudo do Bronze Final e do Ferro Inicial a norte do estuário do Tejo. In *Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, 3, Lisboa. Actas. Lisboa: AAP. p. 147-163.
- PONCE, M. (2013) – *O Bronze Final na Península de Lisboa. O caso do Cabeço de Alcainça na transição entre o 2.º e o 1.º milénio a. C.* Tese de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa.
- RAMON TORRES, J. (1995) – *Las ánforas fenicio-púnicas del Mediterráneo central e occidental*. Barcelona: Universitat.
- ROCHA, A.; REPREZAS, J. (2014) – *O Forte do Alqueidão. Arqueologia e História. Da Idade do Ferro às Invasões Napoleónicas*. Sobral de Monte Agraço: Centro de Interpretação das Linhas de Torres (Cadernos da CIIT; I).
- RODRIGUES, M.; PIMENTA, J.; SOUSA, E.; MENDES, H.; ARRUDA, A. M. (2019) – A cerâmica cinzenta de Porto do Sabugueiro (Salvaterra de

- Magos, Portugal). *Cira Arqueologia*. Vila Franca de Xira. 7, p. 32-58.
- SILVA, A. C. F. (1986) – *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal.
- SILVA, R. B.; SOUSA, M. J. (2015) – O Castelo dos Mouros nos primeiros séculos do I milénio a. C. *Al-Madan*. Almada. II.ª Série, 20, p. 22-26.
- SOARES, J.; SILVA, C. T. da (1973) – Ocupação do Período Proto-Romano do Povoado do Pedrão (Setúbal). In *Jornadas Arqueológicas*, 2, Lisboa, 1973. Lisboa: AAP. vol. I, p. 7-42.
- SOUSA, A. C.; DIAS, Í.; SOUSA, E.; MIRANDA, M. (2019) – A ocupação do Bronze Final na Serra do Socorro (Mafra, Torres Vedras): Os trabalhos arqueológicos de 2007 e 2008. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 25, p. 339-364.
- SOUSA, E. (2014) – *A ocupação pré-romana da foz do Estuário do Tejo*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. (Estudos e Memórias; 7).
- SOUSA, E. (2017) – Percorrendo o Baixo Tejo: Regionalização e Identidades Culturais na 2.ª metade do 1.º milénio a. C. In CELESTINO PÉREZ, S.; RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, E., ed. lit. – *Territorios comparados: los vales del Guadalquivir, el Guadiana y el Tajo en época tartésica*. Madrid: CSIC. p. 295-318.
- SOUSA, E. (2021) – A cerâmica cinzenta do estuário do Tejo durante a Idade do Ferro: algumas precisões sobre a sua cronologia, tipologia, produção e consumo. *CuPAUAM*. Madrid. 47: 1, p. 127-167.
- SOUSA, E.; ARRUDA, A. M. (2018) – A I Idade do Ferro na Alcáçova de Santarém (Portugal): os resultados da campanha de 2001. *Onuba*. Huelva. 6, p. 57-95.
- SOUSA, E.; GUERRA, S. (2018) – A presença fenícia em Lisboa: novos vestígios descobertos no alto da colina do Castelo de São Jorge. *Saguntum*. Valência. 50, p. 57-88.
- SOUSA, E.; PIMENTA, J. (2014) – A produção de ânforas no Estuário do Tejo durante a Idade do Ferro. In MORAIS, R.; FERNÁNDEZ, A.; SOUSA, M., ed. lit. – *As produções cerâmicas de imitação na Hispânia. Congresso Internacional da SECAH – Ex Officina Hispana*, 2, Braga, 2013. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras. vol. 1, p. 303-316.
- SOUSA, E.; PIMENTA, J.; MENDES, H.; ARRUDA, A. M. (2016-2017) – A ocupação Proto-Histórica do Alto dos Cacos (Almeirim, Portugal). *CIRA Arqueologia*. Vila Franca de Xira. 5, p. 9-32.
- SOUSA, E.; PIMENTA, J.; SILVA, I.; MENDES, H.; ARRUDA, A. M.; DORADO-ALEJOS, A. (2020) – Ânforas da Idade do Ferro e de tradição pré-romana do Porto do Sabugueiro (Muge, Portugal). *Spal*. Sevilla. 29:1, p. 129-156.
- SOUSA, E.; SOUSA, A. C. (2018) – Late Bronze Age Sacred Landscapes in Western Iberia: the Case Study of Penedo do Lexim (Mafra, Portugal). *Tra-bajos de Prehistoria*. Madrid. 75:2, p. 307-319.
- TRINDADE, L.; FERREIRA, O. da V. (1965) – Acerca do vaso «piriforme» tartésico de bronze do Museu de Torres Vedras. *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*. Lisboa. 63-64, p. 175-183.



MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

125 ANOS
1893 - 2018



FEIRA DE RÉPLICAS
E MATERIAL DIDÁTICO
DE ARQUEOLOGIA

303

ENCONTRO NACIONAL
DE MUSEUS COM COLEÇÕES
DE ARQUEOLOGIA

19
Outubro
2018

Museu Nacional de Arqueologia
Praça do Império - Mosteiro dos Jerónimos

Apóios:



REPÚBLICA
PORTUGUESA
CULTURA

PATRIMÓNIO
CULTURAL
Direção-Geral do Património Cultural



MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA



EULAC
MUSEUMS



2018
ANO EUROPEU
DO PATRIMÓNIO
CULTURAL



Direção-Geral do
Património Cultural
Arqueologia

Informações e inscrições:

Telefone: 213 620 000

Email: geral@mnaarqueologia.dgpc.pt

www.museuarqueologia.gov.pt

MUSEU NACIONAL

© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

PROGRAMA

MANHÃ	
9.00 h	Receção aos participantes
9.30 h	Sessão de boas-vindas – António Carvalho, Diretor
1.ª sessão – Conceitos programáticos	
9.45 h	Museus e Centros de Interpretação de Arqueologia: uma panorâmica Filomena Barata, Luís Raposo
10.00 h	A Casa de Bragança e a Arqueologia. Personagens e coleções Maria de Jesus Monge
2.ª sessão – Gestão e conservação de acervos e reservas	
10.15 h	O Museu Arqueológico do Carmo e a Coleção de Arqueologia de Vila Nova de S. Pedro (Azambuja, Portugal): Inventário, gestão conservação e conhecimento César Neves, Célia Nunes Pereira, José Morais Arnaud, Mariana Diniz, Andrea Martins
3.ª sessão – Programas expositivos em museus e sítios musealizados	
10.30 h	Os Museus de Arqueologia e a Arqueologia nos Museus: Análise de exposições museais no norte de Portugal Leilane Lima, Alice Semedo
10.45 h	Museu da Guarda: Novas abordagens museológicas João Manuel Mendes Rosa, Vítor Pereira, Ana Luísa Augusto, Tiago Ramos
11.00 h	Café
11.15 h	Núcleo Museológico do Centro Português de Geo-história e Pré-história (NMCPGP) Silvério Figueiredo, Mário Antas
11.30 h	Debate e <i>Posters</i>
4.ª sessão – Museus, comunidades, experiências e públicos	
12.00 h	Núcleo Regional do Megalitismo de Mora. 766 dias de interatividade Leonor Rocha, Luís Simão de Matos, Daniela Anselmo
12.15 h	Museu de Lisboa – Teatro Romano e o projeto de investigação «Saudades da Rua da Saudade» Lídia Fernandes, Carolina Grilo, Daniela Araújo, Maria Miguel Lucas, Rui Coelho, Ana Cosme
12.30 h	Museu Municipal de Arqueologia Coronel Albino Pereira Lopo (Macedo de Cavaleiros): O papel de um museu no quadro da valorização patrimonial em território de interior Elsa Luís, Carlos Mendes, João Carlos Senna-Martinez
12.45 h	Da Leitura do Território ao Envolvimento Comunitário. Experiências e expectativas do Museu Municipal de Arqueologia de Serpa Miguel Serra
13.00 h	Debate e <i>Posters</i>
13.30 h	Almoço livre
14.30 h	

TARDE

14.30 h Inauguração da Exposição Itinerante: «Arqueologia em Portugal – Recuperar o Passado em 2017» (DGPC/DRC).

14.45 h Museus Comunitários: O Projeto EU-LAC
Luís Raposo, Mário Antas

15.00 h Depósito Metálico de Agro Velho, Montalegre. A insólita biografia de um artefacto cruzada com o incêndio dos museus da Faculdade de Ciências, em 1978
Joaquina Soares, Pedro Valério, António Monge Soares, Maria de Fátima Araújo

5.ª sessão – As novas tecnologias

15.15 h Luís de Castro do Rio. Um rosto com história
Ana Raquel Silva, Filipe Franco, Luís Filipe Lopes, Nathalie Antunes-Ferreira

15.30 h Debate e *Posters*

15.45 h PAINEL – Réplicas e material didático em museus

- . Lucente Joias, Braga – Lúcia Cruz Pinto, José Cruz Pinto, Raquel Leste
Câmara Municipal de Loulé / Museu Municipal de Loulé – Ana Rita Vaza, Paula Guerreiro, Antonieta Canteiro
 - . Câmara Municipal de Viana do Castelo / Casa dos Nichos – N. M. de Arqueologia – Hugo Gomes Lopes
 - . Centro Português de Geo-história e Pré-história – Alexandre Carrança, Silvério Figueiredo / Ângulo Criativo – Réplicas em 3D – Ricardo Oliveira
 - . Museu de Arte Pré-histórica de Mação – Pedro Cura
 - . Laboratório de Arqueociências / DGPC / Universidade Lusófona – ECATI – Ana Elisabete Godinho Pires, Cleia Detry, Inês Maria Carrilho, Maria Luís Vieira – Apresentação do filme *O Cão de Muge. Um amigo pré-histórico*
 - . Museu de Lisboa – Teatro Romano – Maria Teles, Maria João Marcelino e documentário produzido pelo Museu de Lisboa – Teatro Romano e pela Arqueohoje, *Um Teatro Romano no século XXI*
-

17.00 h Debate e Encerramento

17.30 h Café

18.00 h Visita guiada à exposição de Loulé

No salão nobre estarão patentes as seguintes exposições documentais:

- «125 Anos do Museu Nacional de Arqueologia» (2018)
- «Arquivos Históricos da Arqueologia Portuguesa» (2016)

LISTA DE PARTICIPANTES

Adolfo Silveira
Alexandra Gradim
Ana Cosme
Ana Isabel Santos
Ana Raquel Silva
André Mota Veiga
António Carvalho
António Manuel Monge Soares
Carlos Diniz
Carlos Mendes
Carlos Tavares da Silva
Catarina Costeira
Célia Nunes Pereira
César Neves
Cristina Abreu
Daniela Anselmo
Elsa Luís
Filipa Bragança
Frederico Gaspar
Gisela Encarnação
Helena Rainho
Henrique Santos
Isabel Inácio
Isabel Pinto
Joana Bizarro
João Carlos Senna-Martinez
João Manuel Rosa
Joaquina Soares

Jorge Raposo
José Paulo Francisco
José Ruivo
Leilane Lima
Leonor Rocha
Lídia Fernandes
Lívia Cristina Coito
Luís Avelar
Luís Matos
Luís Paulo
Luís Raposo
Maria Filomena Barata
Maria de Jesus Monge
Maria José Albuquerque
Maria Luísa Guerreiro
Mário Antas
Miguel Serra
Nathalie Antunes-Ferreira
Pedro Nóbrega
Pedro Pereira
Pedro Salvado
Pedro Valério
Salomé Sequeira
Sofia Gomes
Sónia Ferreira
Susana Duarte
Vanessa Dias
Vítor Pereira

A Casa de Bragança e a arqueologia: Personagens e coleções*

The House of Braganza and archaeology: Persona and collections

MARIA DE JESUS MONGE**

RESUMO

A Casa de Bragança tem uma ligação secular à arqueologia. O interesse pelos vestígios da Antiguidade foi alimentado pela educação de matriz clássica greco-romana recebida por sucessivas gerações, bem como pelo prestígio que sempre esteve associado à posse de testemunhos materiais do passado.

Chegaram à atualidade poucos testemunhos materiais deste gosto, sendo possível identificar sobretudo exemplares do colecionismo oitocentista; são contudo numerosas as referências documentais.

O Museu-Biblioteca da Casa de Bragança é assim herdeiro desta tradição, sendo a sua Coleção de Arqueologia, exposta no Castelo de Vila Viçosa, resultante sobretudo de achados do século XX, aqui musealizados graças ao empenho de Abel Viana e ao bom acolhimento de António Luiz Gomes, presidente do Conselho Administrativo da Fundação da Casa de Bragança.

Palavras-chave: Casa de Bragança – Arqueologia – Coleção Museu-Biblioteca da Casa de Bragança

ABSTRACT

The House of Braganza has a multisecular relationship with Archaeology. The interest in Antiquity and its testimonies was fed by the education of successive generations on classical heritage, as well as by the prestige associated with the possession of artifacts originated from the Greek and Roman cultures.

* Comunicação apresentada no 3.º Encontro Nacional de Museus com Coleções de Arqueologia, que se realizou em outubro de 2018, no Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal.

** Diretora do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança. *E-mail*: mjmonge@gmail.com.

Very few of those objects have survived and the remaining collections date mainly from the 19th century collecting interests. Documental evidence, however, is abundant.

The Museum-Library of the House of Braganza is the heir of such centuries old tradition and the Archaeology Collection, exhibited in the Castle of Vila Viçosa, is the result of 20th century findings. The archaeologist Abel Viana was the mentor of this project, welcomed and put into practice by António Luiz Gomes, the president of the Board of Administration of the House of Braganza Foundation.

Keywords: Casa de Bragança – Archaeology – Collection Museu-Biblioteca da Casa de Bragança

1. A COLEÇÃO DE ARQUEOLOGIA DO MUSEU-BIBLIOTECA DA CASA DE BRAGANÇA

O Museu-Biblioteca da Casa de Bragança (MBCB) tem por missão preservar e divulgar a memória da Casa de Bragança. Os conjuntos edificados onde está instalado, o Paço Ducal e o Castelo de Vila Viçosa, são igualmente memórias significativas dessa história. Criado no âmbito da Fundação da Casa de Bragança, em 1933, na sequência da morte em 1932 do rei D. Manuel II e para dar cumprimento ao seu testamento, detém coleções muito variadas, que espelham vivências, atividades e gostos, ao longo de vários séculos.



Fig. 1 – Castelo de Vila Viçosa, Coleção de Arqueologia. © FCB

Num primeiro momento, entre as décadas de 1940 e 1960, são necessárias grandes obras de conservação de espaços e coleções e é musealizado o Andar Nobre do Paço Ducal de Vila Viçosa. Outras coleções vão merecendo atenção e, entre a década de 1980 e 2010, na sequência de nova campanha de grande intervenção de fundo, o discurso museológico é atualizado e a oferta expositiva diversificada.

O MBCB integra, desde a década de 1950, uma Coleção de Arqueologia. Constituída inicialmente por objetos provenientes das coleções reais, este acervo cresce substancialmente em resultado da colaboração com Abel Viana.

Inicialmente o projeto desenvolve-se no piso térreo do Paço Ducal, poucos anos depois, no contexto da musealização e abertura ao público do Castelo de Vila Viçosa, a coleção é aí instalada (Monge, 2011, p. 203-215).

2. UM MUSEU DE ARQUEOLOGIA EM VILA VIÇOSA

A 14 de setembro de 1949, Abel Viana¹ escreve ao presidente do Conselho Administrativo da Fundação, Dr. António Luiz Gomes, relatando as investigações arqueológicas que decorriam na zona de Elvas e propondo a criação de «um pequeno museu arqueológico formado por objetos provenientes das propriedades da Casa» (AFCB, Proc. 5/19). Fruto do bom acolhimento da proposta, começam os contactos para construção das vitrinas e envio dos objetos para Vila Viçosa. A 10 de fevereiro de 1950, Abel Viana e António Dias de Deus deslocam-se ao Paço Ducal de Vila Viçosa para tratar dos preparativos dos primeiros envios e montagem da exposição.

Os materiais a musealizar provêm, na sua grande maioria, de sítios explorados desde 1934 por António Dias de Deus e António Luís Agostinho, funcionários da Colónia Correccional de Vila Fernando, instalada em terras que haviam sido propriedade da Casa de Bragança até à criação da Fundação. Estes dois arqueólogos amadores reuniram e dividiram entre si abundante espólio, resultado de intensa atividade prospetiva, por conta própria.

António Luís Agostinho manteve correspondência com o Prof. Doutor Manuel Heleno, à data diretor do Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos, e com os arqueólogos alemães Vera e Georg Leisner, com os quais iniciara contactos para estudo dos materiais recolhidos mas, a morte prematura em 1944, interrompeu essa comunicação (MBCB, Fundo Coleção de Arqueologia).

¹ Abel Gonçalves Martins Viana (1896-1964) desenvolveu uma notável atividade nos domínios da etnografia e da arqueologia em Portugal. Enquanto professor do Ensino Básico residiu na sua zona de origem – Viana do Castelo – e posteriormente no sul do país, em Beja, tendo alargado a zona de trabalhos arqueológicos ao Algarve. Deixou numerosa bibliografia.



Fig. 2 – António Luís Agostinho com Vera e Georg Leisner. © FCB

De acordo com a legislação em vigor, os materiais arqueológicos recolhidos deveriam ser entregues ao Museu de Elvas para salvaguarda e eventual exposição, já que eram oriundos da sua área administrativa. Contudo, o seu diretor, Domingos Lavadinho, reconhece a falta de espaço e de condições expositivas do museu que gere e recorre a Abel Viana. O reputado arqueólogo, sediado em Beja, interessa-se pelo assunto e visita Vila Fernando, onde tem um primeiro contacto com António Dias de Deus e com os achados arqueológicos, ficando tão impressionado com a quantidade e a qualidade do espólio que aceita acompanhar os trabalhos.

A procura de um destino para os achados, que simultaneamente garantisse a disponibilização pública, resulta no contacto com o diretor-geral da Fazenda Pública, António Luiz Gomes, que era simultaneamente presidente do Conselho Administrativo da Fundação da Casa de Bragança.

As obras de recuperação do Paço Ducal estavam a concluir-se e, durante a década de 1950, registam-se numerosas incorporações e a definição do arranjo museográfico dos espaços entretanto recuperados (Monge, 2003). A tradição secular de interesse e apoio à arqueologia por parte da Casa de Bragança ajuda a construir a solução.

A Secção Arqueológica é instalada no piso térreo do Paço Ducal, sob a orientação de Abel Viana, que chega a ter o título de diretor. A 8 de março de 1950, o Eng. Ricardo Amaral, responsável pelo acompanhamento das obras no Paço Ducal, emite um parecer técnico sobre a instalação desta nova unidade museológica (AFCB, Proc. 5/19).

A coleção cresce, em resultado do interesse dos promotores em mostrar ao público um conjunto significativo e coerente de peças que abrangiam um largo arco cronológico e, simultaneamente, incluía peças de variada proveniência geográfica. O elo comum era a Casa de Bragança, seja por terem sido recolhidas em propriedades e/ou terras a ela ligadas, seja por resultarem do colecionismo de vários dos membros da família. Assim o Museu Etnológico Dr. Leite de Vascelos cede 55 instrumentos líticos que haviam pertencido às coleções do rei D. Luís, a Câmara Municipal de Vila Viçosa oferece elementos arquitetónicos e etnológicos locais, são encaminhados para o MBCB vários marcos da Casa de

Bragança (nomeadamente de Vila Nova de Famalicão) e, a este acervo crescente, junta-se espólio entretanto adquirido à viúva de António Luís Agostinho. António Dias de Deus continua os seus trabalhos de campo, cujo resultado envia para o espaço museológico recém-constituído, agora já financiado pela Fundação. Esta entidade também patrocina a sua ida ao II Congresso Nacional de Arqueologia espanhol, que se realizou em Madrid, em 1951, acompanhando Abel Viana. Desde então passam a proferir conferências e a publicar em conjunto o resultado dos trabalhos em curso.

Abel Viana completa as coleções que se vão constituindo com espólio de períodos menos bem representados. A biografia do arqueólogo está refletida no acervo que constituiu, e não é por acaso que a peça mais antiga vem de Viana do Castelo, mais particularmente da estação da Areosa, uma grande jazida de materiais que remontam ao período «Asturiense». Com o achamento dessa estação, ainda no seu Minho natal, Abel Viana iniciou em 1929 uma longa e intensa carreira de arqueólogo, autodidata mas profundamente dedicado e informado. Devem-se-lhe também a recolha do conjunto de artefactos líticos oriundos de Alcarapinha (Vila Fernando, Elvas) e Vau (Guadiana, Beja). Abel Viana tem evidente preferência por períodos mais recuados, designadamente pelas Idades do Bronze e do Ferro, enquanto António Dias de Deus demonstra maior gosto pelos achados da Época Romana.

Em janeiro de 1952 surge a possibilidade de transferência desta Secção Arqueológica para o Castelo de Vila Viçosa, que Viana saúda. Neste ofício, para além de considerações críticas sobre o estado de conservação de muitos monumentos nacionais (recordemos que o destinatário era também Diretor Geral da Fazenda Pública, responsável do governo para o património cultural), são abordados aspetos museográficos e também a preparação de um catálogo que deveria estar pronto até meados do ano.

«(...) O material arqueológico é numeroso e valioso. Por todos os motivos, convém ser exposto com dignidade. Que agrade ao visitante vulgar e,



Fig. 3 – A Coleção de Arqueologia no PDVV, c. 1950. © FCB



Fig. 4 – Castelo de Vila Viçosa, Coleção de Arqueologia, c. 1960. © FCB



Fig. 5 – Pedreira de António Matias da Rocha & Irmãos, São Marcos – Pardais. © FCB

ao mesmo tempo, se apresente com método científico aos especialistas, porquanto, no género, o futuro museu será o mais rico do país (...)» (AFCB, Correspondência recebida).

Esta coleção passa assim a ocupar várias salas do piso térreo, bem como uma grande sala no primeiro piso² (atualmente, a Sala de Ornitologia da Coleção de Caça).

Peças recolhidas ou oferecidas vão enriquecendo a mostra, designadamente dois blocos de mármore doados pela Sociedade Luso-Belga (1961) e dois sarcófagos encontrados na pedreira de António Matias da Rocha & Irmãos, em São Marcos – Pardais (1966)³.

Em 1964, no decurso de obras na cerca do Convento das Chagas, o pedreiro António Espinho encontrou 11 godés de barro. Escavações conduzidas no próprio convento, quando da sua adaptação a pousada, produziram espólio abundante.

Em 1973, a Câmara Municipal de Vila Viçosa volta a contribuir para o acervo do

museu com a oferta de uma estela encontrada numa vala, durante trabalhos camarários.

No final do século passado, o Castelo de Vila Viçosa sofreu obras de conservação e requalificação e o primeiro andar foi integralmente dedicado à Coleção de Caça. A museografia da Coleção de Arqueologia estava desatualizada e as obras de remodelação decorreram até 1999, num primeiro momento com desenho de José Maria Cruz de Carvalho, concluído por Jorge de Brito.

A intervenção foi acompanhada da atualização do inventário (já em suporte digital), do estudo da coleção, de intervenções de conservação e sua reorgani-

² Estas informações foram gentilmente facultadas pelo antigo funcionário do museu Manuel Francisco Grilo, que acompanhou Abel Viana nestas mudanças e realizou trabalhos de conservação sob a sua orientação.

³ Este achado foi comunicado à Junta Nacional de Educação, de acordo com a legislação, que solicitou o parecer do Dr. J. M. Bairrão Oleiro, vogal relator da mesma Junta e diretor do Museu Monográfico de Conímbriga. O parecer foi redigido a 24 de março de 1966 e confirma a importância destes achados, congratulando-se por terem sido generosamente cedidos e se encontrarem a bom recato. ACB, Correspondência.

zação, trabalhos que foram realizados pela arqueóloga Jeannette Nolen⁴, em duas décadas de dedicação a esta coleção. Deste estudo resultou a publicação, pela Fundação, da monografia *Cerâmica Comum de Necrópoles do Alto Alentejo*, em 1985.

A nova museografia tirou partido do espaço – a fortaleza quinhentista – e permitiu uma leitura mais acessível do numeroso espólio. Jeannette Nolen completou este trabalho com a redação de um roteiro, com edição em português e em inglês.

A Coleção de Arqueologia do MBCB abarca uma ampla cronologia, dos primeiros vestígios líticos do Paleolítico até elementos arquitetónicos da Época Moderna. Atesta a evolução tecnológica, e implicitamente social e económica, do Alentejo mas não só, promovendo leituras diacrónicas e sincrónicas que, passadas décadas sobre a visão de Abel Viana, continuam a ser singulares no panorama museológico nacional. A narrativa ganha enquadramento no espaço em que está implantada, operando uma ligação virtuosa entre contentor e conteúdo.



Fig. 6 – Castelo de Vila Viçosa, Coleção de Arqueologia. © FCB

3. O INTERESSE PELOS TESTEMUNHOS DO PASSADO NA CASA DE BRAGANÇA

A instalação desta coleção no âmbito do MBCB dá continuidade a uma tradição de interesse e recolha de artefactos evocativos do passado, prezados pelo potencial de conhecimento, bem como pelo estatuto que a sua posse conferia. Desde o fundador da linhagem que este fascínio está presente e encontra eco escrito e, infelizmente em poucos casos, materialização em objetos.

A Casa de Bragança nasce no século XV, fruto do casamento do filho mais velho do rei D. João I, D. Afonso (1377-1461), com Dona Brites, única herdeira do Condestável do Reino, D. Nuno Álvares Pereira. Este filho natural do fundador da 2.^a dinastia acompanha a irmã, D. Beatriz, a Inglaterra, quando do seu casa-

⁴ Jeannette Ursula Smit Nolen (1930-2016) nasceu nos Países Baixos, viveu no Líbano e Estados Unidos da América. Veio viver para Portugal na década de 1970, com participação ativa em escavações e estudos arqueológicos. Por sugestão de Adília Alarcão, assume o estudo da Coleção de Arqueologia do MBCB.

mento com o conde de Arundel (1405), viaja pela Europa até Jerusalém (1409), e, em 1415, anos depois do regresso ao reino, participa na conquista de Ceuta (van Zeller, 2021). O fundador da estirpe deixa memória de homem curioso que valorizava o conhecimento, conforme afirmação de António Caetano de Sousa:

«Foi inclinado às boas letras, ocupando-se na lição dos livros ainda na maior idade. Fez estimação dos Eruditos, e grande apreço das memórias e cousas antigas. Teve livraria, que adornou de várias antiguidades, e muitas trouxe quando andou fora do reino, formando assim uma Casa de cousas raras, a que hoje chamam *Museu*» (Caetano de Sousa, 1738, tomo V-Liv VI. p. 84).

Os descendentes de D. Afonso terão tido educação compatível com o seu nascimento, incluindo a aprendizagem dos clássicos. As viagens que realizaram, designadamente D. Afonso, 4.º conde de Ourém⁵, no desempenho de missões ou por iniciativa própria, alimentaram o conhecimento e o interesse, possibilitando igualmente o acesso direto a testemunhos materiais (van Zeller, 2021).

Poucos anos após o regresso de Castela, em 1496, onde passou a infância e adolescência sob a proteção da prima Isabel, o 4.º duque, D. Jaime (1478-1532), inicia a construção do Paço de Vila Viçosa. Esta fase inicial é realizada seguindo o estilo do gótico final, já com abertura às novas linguagens que ganhavam atenção na Península Itálica. A nova fase de construção do Paço, por decisão do seu filho D. Teodósio I (c. 1510-1563), opta por modelos arquitetónicos de inspiração clássica, testemunho do fascínio pela herança greco-latina. Mais uma vez, é através de informação de António Caetano de Sousa que ficamos a saber:

«Da útil curiosidade deste Príncipe se fizeram vários volumes de Relações, a que chamavam depois *Os livros das muitas cousas (...)* foi grande estimador dos monumentos da veneranda antiguidade fazendo trazer de Terena varias inscrições marmoreas...» (Caetano de Sousa, 1738, tomo VI, p. 78-80).

Estas lápides recolhidas em Terena, nas ruínas da Ermida do Arcanjo S. Miguel, que fora construída sobre um templo dedicado a Cupido, e outros bens arqueológicos (Morais, 1635, p. 27 e 34), designadamente provenientes de Alter Pedroso, seriam conservados no Convento dos Agostinhos, em Vila Viçosa, no espaço projetado de uma universidade que não chegou a vingar (Soromenho, 2017).

⁵ D. Afonso (1402?-1460) era o filho primogénito do 1.º duque de Bragança e faleceu antes do pai, sem deixar descendência legítima. O 2.º duque foi assim o seu irmão mais novo, Fernando, conde de Arraiolos.

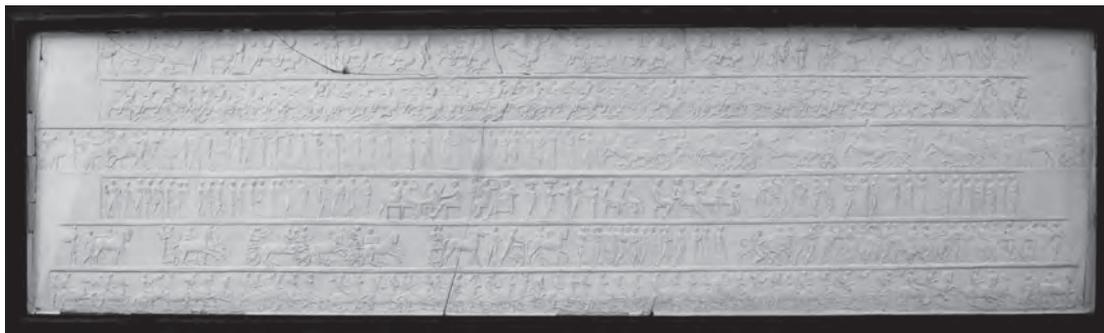


Fig. 7 – MBCB, *Friso do Pártenon*, inv. PDVV 2364. © FCB

Após a subida ao trono do 8.º duque de Bragança, D. João II, em dezembro de 1640, são transportados para Lisboa quase todos os bens móveis (exceção feita ao armamento necessário à defesa e aos livros essenciais para garantir o funcionamento da Capela do Paço). A biblioteca terá ficado no Paço da Ribeira e, para os antigos paços da Casa de Bragança, na zona do Chiado, terão sido transferidas as coleções de antiguidades. D. João V concede este espaço à Real Academia Portuguesa de História, criada pelo decreto de 8 de dezembro de 1720, e inclui nas funções que lhe são cometidas, reafirmadas em agosto de 1721, na «Lei pela qual (...) D. João V proíbia a destruição de edifícios, que mostrassem ser antigos, de estátuas ou de medalhas»⁶. Estas disposições são transferidas por D. João VI para o Bibliotecário-Mor da Real Biblioteca de Lisboa, em 1802, após a extinção da Academia.

A partir do século XVIII, um século em que o diminuir das guerras intestinas propicia a circulação, aumentam as viagens de formação e lazer. As camadas mais favorecidas anseiam por completar os seus estudos com o conhecimento direto da herança clássica, através de viagens e/ou do desenvolvimento das coleções de antiguidades (Cabrera; Rouillard, 2005). As descobertas e escavações em várias cidades do antigo Império Romano aguçaram o apetite. Em Portugal são os achados de Troia (inicialmente considerada como Cetóbriga) a alimentar este gosto, como o testemunham as visitas de sucessivas gerações da família real, iniciadas por Dona Maria I, que deixou memória na toponímia desse local: Rua da Princesa.

O florescimento deste colecionismo reforçou a procura e a circulação de artefactos, recolhidos/adquiridos em viagens ou oferecidos como presentes. A apetência por artefactos evocativos da cultura clássica alimentou-se de peças singulares e, sobretudo, do recurso a várias formas de reprodução, em materiais mais ou menos nobres, com grande utilização também no ensino (Conejo; Rolo 2020).

⁶ ANTT, GAV/2/4/6.

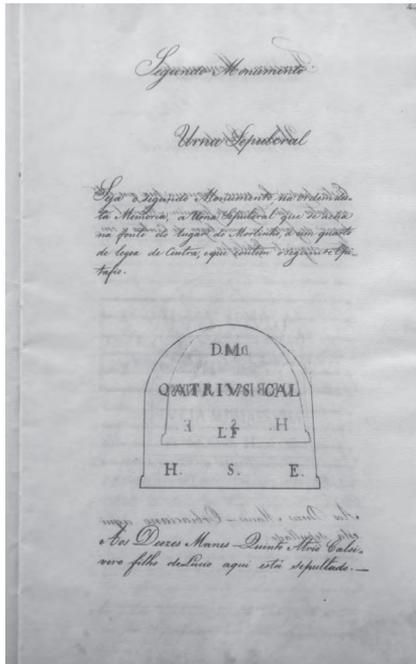


Fig. 8 – «Memória dos monumentos antigos da vila de Sintra, oferecida a D. Fernando pelo P. António Gomes Barreto, prior da matriz, 1840». AHCB, NNG 3632/5. © FCB

As ligações familiares da Casa Real portuguesa contribuíram seguramente para um conhecimento atualizado – veja-se, por exemplo, a proximidade com os Bourbon (as filhas de D. João VI são os últimos príncipes a casar na casa real de Espanha), com várias casas reais germânicas (Neuburg, Habsburgo, Leuchtenberg, Saxe, Hohenzollern), com os Saboia e os Orleães.

As referências escritas e as peças que ilustram este gosto da Casa de Bragança são abundantes. O reconhecimento da importância do estudo da História e das produções do engenho e arte humanas está presente na decisão de D. Pedro IV de apoiar a criação do Museu Portuense, o primeiro museu declaradamente público. Exemplo acarinhado pela filha, a rainha D. Maria II, que, no seu breve e intenso reinado, assumiu o imperativo de dotar o reino de instituições modernas de ensino e cultura. Até há pouco tempo, todo o empenhamento artístico era atribuído a seu marido, D. Fernando II, contudo, investigação recente⁷ reconhece o seu envolvimento direto nas decisões tomadas neste âmbito. Salientamos o reconhecimento da Sociedade Arqueológica Lusitana e o apoio às escavações em Troia, objeto de investigação e publicação recente em resultado da «redescoberta» da Taça de Troia (inv. ARQ 3970), nas coleções do MBCB (Rolo, 2018, p. 245-262 e Caetano, 2020, p. 166-185).

Numerosos testemunhos atestam o interesse de D. Fernando II no tema, como a «Memória dos monumentos antigos da vila de Sintra, oferecida a D. Fernando pelo P. António Gomes Barreto, prior da matriz, 1840» (AHCB, NNG 3632/5), o apadrinhar da criação da Real Associação dos Arquitectos Civis e Archeologos Portugueses e, sobretudo, as coleções que reuniu (Xavier, 2020, p. 126-143; Teixeira, 1983).

Os filhos de Dona Maria II, D. Pedro e D. Luís, deixaram abundante memória deste gosto. D. Luís, particularmente interessado em numismática (Salgado; Miranda, 2014)⁸, reuniu importante conjunto com a colaboração de Teixeira de Aragão, a quem adquiriu a coleção e manteve como diretor do Real Gabinete de Numismática. Adquiriu peças, visitou sítios e acompanhou, interessado, o que acontecia nesta área, no reino e na Europa (Xavier, 2011). Vários dos objetos con-

⁷ Assinalou-se em 2019 o bicentenário de nascimento desta monarca, propiciando o aprofundar do conhecimento do seu percurso de vida e reinado, até então ofuscado por uma visão tradicional do papel feminino. Witte, 2019; Luna, 2019; Sardica, 2020.

⁸ A grande e valiosa coleção que reuniu encontra-se depositada na Casa da Moeda. Salgado e Miranda, 2014.



Fig. 9 – Vaso em forma de *fetich*, Cultura Moche, inv. ARQ 3453. © FCB



Fig. 10 – Vasos canópicos, inv. ARQ 3437 e 3438. © FCB

servados no MBCB têm referência a D. Luís, sem contudo ter sido possível identificar proveniências.

D. Carlos deixou esboços sobre excursões a Troia, de estruturas edificadas e de objetos comuns. Manteve a ligação familiar à Real Associação dos Arquitectos Cívicos e Archeologos Portugueses, cujos trabalhos acompanhou e apoiou diretamente, como atesta a «Memoria lida em sessão solemne, no dia 15 de abril de 1886, em que se fez a distribuição dos premios aos alunos que primeiro frequentaram o Curso Elementar d’Archeologia» (Mello, 1886).

Este interesse foi também patente na colaboração com José Leite de Vasconcelos e na doação ao Museu Etnológico de numerosos objetos, nomeadamente as lápides provenientes de S. Miguel da Mota (Rolo, 2015) já referidas e que permaneciam no Convento dos Agostinhos, em Vila Viçosa, desde o século XVI, bem como peças etnográficas.

Em 1903, a rainha Dona Amélia efetua uma viagem pelo Mediterrâneo com os filhos, o príncipe D. Luís Filipe e o infante D. Manuel⁹, e alguns acompanhantes, com sucessivas paragens a sul, a caminho do Egito, e regresso por Itália. O percurso incluiu numerosas visitas a sítios arqueológicos e, para além dos presentes trocados, foi ocasião para compra de antiguidades no Egito. A Coleção de

⁹ Um conjunto de duas centenas de peças destinadas pela rainha ao Museu Etnográfico só chegam a Lisboa depois da República e são incorporadas no acervo do museu. Informação consultada a 9 de abril de 2021, <http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/?cat=70>

Arqueologia do MBCB conserva alguns destes objetos, nomeadamente dois vasos canópicos (inv. ARQ 3437 e 3438), um fragmento de sarcófago (inv. ARQ 2364) e amuletos (inv. ARQ 3439, 3440 e 3441).

A oferta dos dois guerreiros «lusitanos» de granito¹⁰, vindos de Trás-os-Montes e que estavam à entrada do Jardim Botânico da Ajuda, começa por ser pedida ao rei D. Carlos e foi negociada durante o curto reinado de D. Manuel II. Logo a 4 de novembro de 1910, no ofício n.º 2 da recém-criada Superintendência Geral dos Paços¹¹, José Leite de Vasconcelos pede o respetivo envio para o museu¹².

A implantação do regime republicano implicou necessariamente um apagamento desta memória que, só volvido mais de um século, tem vindo a ser recuperada. A investigação sobre a proveniência e o percurso das peças tem abundante suporte arquivístico, nomeadamente os inventários judiciais realizados para esclarecer a posse dos bens que estavam nos paços habitados pela família real deposta. Algum acervo foi entregue a D. Manuel II, outras peças foram consideradas de interesse arqueológico ou artístico e enviadas para os museus nacionais (Soares, 2019).

D. Manuel II faz enviar para o palácio da família, em Vila Viçosa, a maioria dos objetos devolvidos, por serem sua propriedade privada. Este volumoso conjunto era, no entanto, constituído essencialmente por mobiliário comum, cerâmica, alguma pintura e escultura. Os bens arqueológicos que haviam integrado as coleções reais, designadamente as coleções do rei D. Luís, são dirigidos para o Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos. Em 1937 regressam a Portugal os objetos, propriedade de D. Manuel II, que vêm integrar o Museu-Biblioteca criado para cumprir a vontade expressa em testamento pelo último rei (Monge, 2017). Este conjunto inclui as peças egípcias já referidas.

A longa tradição de interesse da Casa de Bragança pelos testemunhos da Antiguidade e de apadrinhamento de iniciativas de proteção, estudo e divulgação desta área científica tem vindo a ser estudada e, já em 1964, Afonso do Paço publicava (Paço, 1964), na revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses, um resumo ilustrativo. No entanto, as coleções citadas nas fontes arquivísticas raro chegaram até à atualidade e essas felizes exceções encontram-se salvaguardadas em coleções públicas nacionais.

¹⁰ ANTT, Fundo AHMF caixa 7826.

¹¹ Entidade criada pelo governo republicano para gerir os antigos palácios reais, na dependência do Ministério das Finanças.

¹² ANTT, Fundo AHMF caixa 7826.

4. MUSEU-BIBLIOTECA DA CASA DE BRAGANÇA

A Coleção de Arqueologia constitui um dos núcleos mais relevantes das coleções que integram o MBCB. Esta centralidade tem tido expressão em várias iniciativas levadas a cabo em torno deste acervo, designadamente na divulgação através de exposições temporárias, reuniões científicas e publicações.

Resultado de parcerias com instituições congéneres, entre as quais realçamos o Museu Nacional de Arqueologia, e instituições de ensino, com particular expressão o Centro de História da Arte e Investigação Artística (CHAIA) da Universidade de Évora, a Coleção de Arqueologia do MBCB tem visibilidade crescente, contribuindo para o estudo, a divulgação e a fruição do seu acervo e da arqueologia em geral.

BIBLIOGRAFIA

- BARRETO, A. G. (1840) – *Memória dos monumentos antigos da vila de Sintra, oferecida a D. Fernando pelo P. António Gomes Barreto, prior da matriz, 1840*. [Manuscrito]. Acessível no Arquivo Histórico da Casa de Bragança, Vila Viçosa, Portugal: NNG 3632/5.
- CABRERA, P.; ROUILLARD, P. (2005) – *El vaso griego en el arte europeo de los siglos XVIII-XIX*. Madrid: Museu Arqueológico Nacional.
- CAETANO DE SOUSA, A. (1738) – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa: Regia Officina Sylviana. vol. VI, p. 78-80.
- CAETANO, T. (2020) – A argêntea Taça de Troia: percursos e vicissitudes de uma peça icónica da Arqueologia portuguesa. In *Arqueologia 3.0. III. «Resgatar memórias» – sítios, territórios e comunidades / Dossier Taça de Troia*. Vila Viçosa: Fundação da Casa de Bragança. p. 166-185.
- CONEJO, N; ROLO, Mónica (2020) – *Outra forma de colecionar arte – uma dactilotecca de Pietro Bracci*. Vila Viçosa: Fundação da Casa de Bragança. (Livros de Muitas Cousas; 10).
- LUNA, R. de C. de (2019) – *A música na Corte da rainha D. Maria II de Portugal*. Vila Viçosa: Fundação da Casa de Bragança. (Livros de Muitas Cousas; 9).
- MELLO, A. J. – *Memória lida em sessão solene, no dia 15 de abril de 1886, em que se fez a distribuição dos prémios aos alunos que primeiro frequentaram o «Curso Elementar d'Archeologia», patrocinado por Sua Alteza o príncipe Real D. Carlos, duque de Bragança. Real Associação dos Architectos civis e Archeologos portugueses*. [Manuscrito]. Acessível no Arquivo Histórico da Casa de Bragança, Vila Viçosa: NNG 3738/13.
- MONGE, M. de J. (2011) – A génese do Museu de Arqueologia da Fundação da Casa de Bragança. *Callipole – Revista de Cultura*. Vila Viçosa. 19, p. 203-215.
- MONGE, M. de J. (2017) – *Museu-Biblioteca da Casa de Bragança: de Paço a Museu*. Vila Viçosa: Fundação da Casa de Bragança. (Livros de Muitas Cousas; 5).
- MORAIS, A. G. (1635) – *Relação do Bispado de Elvas, com hum Memorial dos Senhores Bispos que o governarão*. Lisboa: Lourenço Craasbeeck, p. 27 e 34.
- PAÇO, A. do (1964) – A Casa de Bragança e a Arqueologia Portuguesa. *Arqueologia e História*. Lisboa. XI, p. 67-92.
- ROLO, M. (2015) – José Leite de Vasconcelos e Vila Viçosa. O santuário a Endovélico (S. Miguel da Mota, Alandroal) e a Casa de Bragança. In *José Leite de Vasconcelos. Vida e Obra*. Vila Viçosa: Fundação da Casa de Bragança.
- ROLO, M. (2018) – A propósito de uma taça romana da Coleção de Arqueologia da Fundação da Casa de Bragança. *Anales de Arqueologia Cordovesa*. Córdoba. 29, p. 245-262

- SALGADO, J. S. e MIRANDA, J. A. G. (2014) – *Coleção Numismática D. Luís*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda e Fundação da Casa de Bragança.
- SARDICA, J. M. (2020) – *D. Maria II de princesa brasileira a rainha de Portugal 1819-1853*. Lisboa: Museu da Presidência da República; Palácio Nacional da Ajuda. Catálogo.
- SOARES, L. F. da S. (2019) – *O Palácio Nacional da Ajuda e a sua afirmação como Museu*. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural.
- SOROMENHO, M. (2017) – *O Convento dos Agostinhos de Vila Viçosa, panteão dos duques de Bragança*. Fundação da Casa de Bragança. (Livros de Muitas Cousas; 3).
- VIANA, A. – *Cadernos de campo*, 2 vol. [Manuscrito]. [S. d.]. Acessível no Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, Vila Viçosa, Portugal.
- WITTE, C. T. (2019) – *Maria da Glória, uma princesa brasileira no trono de Portugal*. Vila Viçosa: Fundação da Casa de Bragança. (Livros de Muitas Cousas; 8).
- XAVIER, H. (2011) – O «Museu de Antiguidades» da Ajuda. *Revista de História da Arte*. Lisboa. 8, p. 70-87.
- XAVIER, H. (2020) – Tesouros arqueológicos na coleção de D. Fernando II. In *Arqueologia 3.0. III. «Resgatar memórias» – sítios, territórios e comunidades / Dossier Taça de Troia*. Vila Viçosa: Fundação da Casa de Bragança. p. 126-143.
- ZELLER, B. van (2021) – *A viagem de D. Afonso, primeiro duque de Bragança*. Vila Viçosa: Fundação da Casa de Bragança. (Livros de Muitas Cousas; 11).

O Museu Arqueológico do Carmo e a coleção de arqueologia de Vila Nova de São Pedro: Inventário, gestão, conservação e conhecimento*

The Carmo Archaeological Museum (Lisbon, Portugal) and the archaeological collection of Vila Nova de São Pedro: Artifact inventory, collection management, conservation, and scientific knowledge

CÉSAR NEVES**, CÉLIA NUNES PEREIRA***, JOSÉ MORAIS ARNAUD****, MARIANA DINIZ***** , ANDREA MARTINS*****

RESUMO

O Museu Arqueológico do Carmo (Lisboa) conta, no seu acervo, com uma coleção de arqueologia proveniente de mais de 30 campanhas de escavação realizadas no povoado calcolítico de Vila Nova de São Pedro (Azambuja).

Desde 1937 até 1967, a Associação dos Arqueólogos Portugueses apoiou institucionalmente as escavações dirigidas por Afonso do Paço e Eugénio Jalhay, ficando, na sua sede (Museu Arqueológico do Carmo), como fiel depositária dos numerosos elementos arqueológicos, de distinta natureza artefactual, recolhidos nas extensas campanhas. No entanto, apesar de a grande maioria dos artefactos estar depositada neste museu, uma parte não quantificada do espólio encontra-se

* Comunicação apresentada no 3.º Encontro Nacional de Museus com Coleções de Arqueologia, que se realizou em outubro de 2018, no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa, Portugal.

** Associação dos Arqueólogos Portugueses/Uniarq – Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa. *E-mail:* cesar.neves@arqueologos.pt.

*** Associação dos Arqueólogos Portugueses. *E-mail:* macconservadora@arqueologos.pt.

**** Associação dos Arqueólogos Portugueses. *E-mail:* direcao@arqueologos.pt.

***** Uniarq – Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa/Associação dos Arqueólogos Portugueses. *E-mail:* m.diniz@letras.ulisboa.pt.

***** Uniarq – Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa/FCT/Associação dos Arqueólogos Portugueses. *E-mail:* andrea.arte@gmail.com.

dispersa por outras instituições nacionais e internacionais, dificultando a percepção da sua real dimensão, bem como o seu estudo integral.

Ao mesmo tempo, o insuficiente registo de proveniência dos materiais recuperados exige um minucioso trabalho de reconstituição de prováveis contextos de origem que é decisivo para a interpretação destes artefactos.

Este texto procurará abordar os distintos desafios de cariz metodológico, de gestão, conservação e conhecimento científico que uma coleção desta dimensão apresenta, tendo em consideração o contexto em que foi reunida, e enquadrando-a com os objetivos programáticos do Museu Arqueológico do Carmo, em associação com o projeto de investigação VN3000 que, desde 2016, decorre sobre este sítio de grande destaque no percurso historiográfico da arqueologia portuguesa.

Palavras-chave: Museu Arqueológico do Carmo – Vila Nova de São Pedro – Inventário – Conhecimento científico

ABSTRACT

The Carmo Archaeological Museum (Lisbon, Portugal) stores in its reserves an archaeological collection from more than 30 excavation fieldwork campaigns carried out in the Chalcolithic settlement of Vila Nova de São Pedro (Azambuja, Portugal).

From 1937 to 1967, the Association of Portuguese Archaeologists supported the excavations led by Afonso do Paço and Eugénio Jalhay, remaining, at its head office (Carmo Archaeological Museum), as a faithful depository of the numerous archaeological elements collected in the extensive campaigns. However, despite the great majority of artifacts being deposited in this museum, an unquantified part of the collection is dispersed among other national and international institutions, which makes it hard to realize its real dimension, as well as its full study.

At the same time, the ineffective record of the recovered artifacts during the fieldwork requires a thorough work of reconstruction of the potential primary archaeological contexts, which will be crucial for their definition.

This text will seek to approach the main challenges of a methodological nature, management, preservation, and scientific knowledge that a collection of this dimension presents. For that, we will consider the historiographic context in which it was brought together, connecting it with the programmatic goals of the Carmo Archaeological Museum, in association with the VN3000 research project that, since 2016, takes place in this iconic site of the Portuguese archaeology.

Keywords: Carmo Archaeological Museum – Vila Nova de São Pedro – Artifact inventory – Scientific knowledge

1. INTRODUÇÃO

O povoado fortificado de Vila Nova de São Pedro (VNSP) situa-se na parte nordeste do concelho de Azambuja, a cerca de 55 km de Lisboa, junto à localidade do mesmo nome, integrada na União de Freguesias de Manique do Intendente, Vila Nova de São Pedro e Maçussa. O acesso ao sítio faz-se através das povoações de Vila Nova de São Pedro e de Torre Penalva.

Situado num pequeno promontório, rodeado pela Ribeira de Almoester e pequenas linhas de água, o sítio possui condições naturais de defesa, com exceção do lado pelo qual se faz, atualmente, o acesso ao povoado. Além da implantação favorável à defesa deste espaço, esta topografia possibilita, igualmente, excelentes condições de visibilidade em distintas direções, sendo bem visíveis a Serra de Montejunto (a sudoeste) e a Serra d’Aire e Candeeiros (a norte). Esta localização parece refletir não só uma preocupação defensiva, visível nas três linhas de muralha identificadas, mas, de igual modo, a necessidade de controlo da circulação de pessoas, animais e bens ao longo de uma vasta área.

Os materiais arqueológicos e as estruturas identificadas desde as primeiras sondagens arqueológicas (1936) permitiram enquadrar este sítio no período Calcolítico – 3.º milénio a. C. (c. 3000-2000 a. C.) –, tendo ocupação conhecida até ao início da Idade do Bronze (Martins et al., 2019).

Considerado como um dos povoados calcolíticos icónicos da Pré-História europeia, Vila Nova de São Pedro foi classificado como Monumento Nacional em 1971 (Decreto n.º 516/71, DG, 1.ª série, n.º 274, de 22 de novembro de 1971) (fig. 1).

As 31 campanhas de escavação aí realizadas e levadas a cabo por Afonso do Paço, membro da Secção de Pré-História da Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP), entre 1937-1967, com a participação de diversos investigadores,



Fig. 1 – Vila Nova de São Pedro (Mapa de Península Ibérica:Trabajos de Prehistória. Fotos: VNSP 3000).

nomeadamente Eugénio Jalhay, com quem dirigiu os trabalhos até 1950, deram origem a uma extensa e muito diversificada coleção de artefactos arqueológicos, tanto do ponto de vista qualitativo como quantitativo. No Museu Arqueológico do Carmo (MAC), sede da AAP, em Lisboa, encontra-se depositada a maioria destes materiais, que deram origem a uma sala de exposições desta instituição – Sala 1 – quase integralmente dedicada a este sítio arqueológico. Aí, encontram-se em exibição as principais categorias artefactuais associadas ao povoado calcolítico, bem como uma maquete com a reconstituição do sítio e a sua implantação topográfica.

2. O MUSEU ARQUEOLÓGICO DO CARMO, A ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES E VILA NOVA DE SÃO PEDRO

2.1. A Associação dos Arqueólogos Portugueses e o Museu Arqueológico do Carmo

A atual Associação dos Arqueólogos Portugueses foi fundada em 22 de novembro de 1863 pelo arquiteto da Casa Real, Joaquim Possidónio Narciso da Silva (1806-1896), juntamente com sete outros arquitetos, com a designação de Associação dos Architectos Civis Portugueses (AACP), que tinha como objetivo principal promover a prática da arquitetura civil.

Possidónio da Silva tinha, tal como Almeida Garrett e Alexandre Herculano, uma forte consciência crítica em relação à destruição do património arquitetónico e artístico, ocorrida por todo o país após 1834, e cedo se apercebeu da necessidade imperiosa de granjear apoios para a causa da preservação do património arquitetónico junto das mais altas esferas do regime liberal (Arnaud e Pereira, 2019).

Esta associação de arquitetos e arqueólogos foi, assim, a primeira Associação de Defesa do Património, constituída com o objetivo de promover ao mais alto nível político a preservação, investigação e valorização do património arquitetónico e arqueológico (Arnaud, 2013).

Os resultados desta inteligente estratégia não se fizeram esperar, pois foi graças à mesma que a recém-fundada Associação conseguiu, logo em julho de 1864, tomar posse «(...) de parte das ruínas do edifício do Carmo, compreendendo as três naves, desde a porta principal até ao cruzeiro (...)», então num estado absolutamente degradante, para aí instalar a sua sede e «(...) um museu de antiguidades pertencentes á Architectura» (Dias, 1907, p. 126 e 170).

A fundação da Associação é desde cedo acompanhada pelo projeto de criação de um museu onde se pudessem acolher obras de arte e de arqueologia do património português, em risco de destruição.

Nesta sua fase inicial, o MAC, fundado em 1864, funcionou como um mero depósito de obras de arte e de elementos arquitetónicos provenientes dos inúmeros conventos e igrejas abandonados, vandalizados e mesmo demolidos, salvos de destruição quase certa, os quais se foram acumulando ao longo das naves da antiga igreja, constituindo, assim, mais um depósito de salvados do património do que um museu propriamente dito (Arnaud e Pereira, 2019).

Paulatinamente, devido a contactos que estabelecia e a estadias internacionais, Possidónio da Silva passou a encarar a AAP e o MAC muito para além dos elementos escultóricos e arquitetónicos, tendo começado a integrar nas suas coleções os mais variados objetos arqueológicos, etnográficos ou meramente curiosos.

A componente arqueológica da Associação só virá a ser plenamente consagrada nos Estatutos da AAP aprovados por alvará de 30 de setembro de 1879, os

quais estabelecem que «(...) se compõe de architectos, archeólogos e amadores de architectura e archeologia, de ambos os sexos, e que o seu intuito é estabelecer um centro de reunião para estas classes, aumentar o espírito de confraternidade, promover o progresso da architectura e o estudo e conservação dos objectos archeológicos, empregando os seguintes meios: 1.º Discutir assuntos pertencentes à architectura e archeologia; 2.º Promover trabalhos architectónicos, e investigações em Portugal; 3.º Efectuar periodicamente exposições de desenhos e modelos de architectura, e de objectos de antiguidades de diversas épocas; 4.º Empreender escavações no solo português, para recolher as preciosidades archeológicas que nele se encerram, nos termos das leis vigentes» (Estatutos da AAP, 1879).

Após a morte de Possidónio da Silva, a Associação passou a ser presidida pelo conde de São Januário, um experiente e influente militar, diplomata e político liberal.

No que respeita ao museu, o conde de São Januário conseguiu que os poderes públicos financiassem obras no MAC, que permitiram melhorar as condições de visita.

Com o advento da República, além da abolição da designação de «Real», a Associação não sofreu grandes alterações, pois a maior parte dos seus dirigentes já teriam aderido ao novo regime, como foi o caso de D. José Pessanha, um ilustre membro da esquerda monárquica, que foi presidente da Direção da AAP, de 1911 a 1921. Verificou-se, assim, um aumento substancial da atividade associativa, criando-se uma ampla rede de correspondentes, espalhados por todo o país, os quais iam informando a AAP acerca de património arquitetónico e arqueológico em risco, situações a que esta ia dando seguimento, através das entidades competentes ou dos seus sócios mais ativos (Arnaud e Pereira, 2019).

Durante a ditadura militar, a AAP manteve alguma atividade, mas em 1933 foi obrigada a adaptar os seus estatutos à nova constituição do Estado Novo, passando a ser mais controlada pelo regime, que conseguiu ir colocando na sua direção pessoas que lhe eram mais ou menos afetas (Arnaud, 2013).

Quanto ao museu, foi então objeto de uma profunda remodelação, realizada pela Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, entre 1946 e 1949, conferindo-lhe o aspeto que teve praticamente até ao ano de 1995.

Em 1995, a AAP foi obrigada a encerrar ao público o MAC, para a realização de uma série de trabalhos de consolidação estrutural do edifício, face ao impacto da construção no seu subsolo de duas novas linhas do metropolitano, e só com muito esforço conseguiu reabrir as suas portas, completamente remodelado, em 2001. Tendo sido obrigada a desmontar por completo o museu, a AAP decidiu proceder então a uma profunda remodelação do equipamento e do circuito museográfico, redesenhado pelo Arq.º Mário Varela Gomes, a qual teve como linhas mestras a colocação, na parte coberta do museu, das peças mais sensíveis

à ação dos agentes naturais, e o seu ordenamento numa perspetiva cronológica e temática (Gomes, 2005).

2.2. Vila Nova de São Pedro e a sua ligação ao Museu Arqueológico do Carmo

A primeira referência ao que seria o sítio arqueológico de Vila Nova de São Pedro (VNSP) surge em 1929, por Leite de Vasconcelos, a quem haviam sido entregues alguns artefactos recolhidos no local pelo proprietário do terreno, António Ferreira (Vasconcelos, 1929; Paço e Jalhay, 1939). No entanto, a sua identificação mais formal ficou a cargo de Hipólito Cabaço que, em 1936, realizou algumas sondagens de diagnóstico (Arnaud e Gonçalves, 1990), reconhecendo a existência de uma ocupação antiga, associada «... a uma importante povoação eneolítica...» (Paço e Jalhay, 1939, p. 7). Hipólito Cabaço, como sócio correspondente da Associação dos Arqueólogos Portugueses, deu conta dos seus resultados a essa instituição, mostrando-se indisponível para dar continuidade à mesma, uma vez que as sondagens tinham sido integralmente suportadas por si, acarretando um forte custo pessoal (*Idem*, 1939).

Face a esta notícia, Afonso do Paço e Eugénio Jalhay, sócios efetivos da Associação dos Arqueólogos Portugueses e colaboradores ativos da Secção de Pré-História onde tiveram lugares de direção (Eugénio Jalhay era o presidente da secção aquando da campanha de Hipólito Cabaço – Arquivo AAP), disponibilizaram-se para continuar os trabalhos no sítio. Para isso, foram solicitados a necessária autorização e apoio logístico e financeiro ao Instituto para a Alta Cultura, bem como à Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Desta forma, se a ligação entre a AAP e o MAC-VNSP, através do sócio Hipólito Cabaço, já era evidente, tomou um maior relevo com o apoio concedido às escavações de Eugénio Jalhay e Afonso do Paço. Dava-se, assim, início a uma ligação que dura até aos dias de hoje.

Entre 1937 e 1967, Afonso do Paço dirigiu 31 campanhas de escavação (até 1950, em codireção com Eugénio Jalhay, que faleceu nesse ano), colocando à vista três linhas de muralha, que circundavam um reduto interior, interpretado como o centro do povoado de uma comunidade agrometalúrgica. Em paralelo, o Museu Arqueológico do Carmo passou a ser (o principal) fiel depositário dos milhares de materiais arqueológicos provenientes das escavações em VNSP (artefactos em pedra, cerâmica e osso, fundamentalmente), começando a contextualizá-los nas suas exposições, ao mesmo tempo que ia preenchendo as suas limitadas reservas (fig. 2).

A dimensão das áreas escavadas ao longo das décadas de 40, 50 e 60 do século XX e a recolha dos artefactos arqueológicos fazem com que a coleção que, anualmente, vai ficando à guarda da AAP e do MAC se assumia como uma das

maiores e mais emblemáticas associadas a um sítio pré-histórico em espaço peninsular e, até, europeu.

No início da década de 90 do século xx, a Secção de Pré-História da AAP procurou reorganizar a coleção de VNSP do MAC, procedendo-se a estudos e sistematização de parte do espólio (Arnaud, 2005). Este trabalho culminou na redação de um texto de síntese sobre o sítio arqueológico, com grande destaque para a historiografia dos trabalhos desenvolvidos por Afonso do Paço e Eugénio Jalhay, assim como para a perspectiva crítica sobre as estruturas identificadas, e uma necessária atualização do enquadramento de VNSP no contexto do Calcolítico do centro e sul de Portugal (Arnaud e Gonçalves, 1990 e 1995).

Até 1995, os artefactos de VNSP são parte integrante dos elementos em exposição no MAC. Após a remodelação museográfica e a incrementação de um novo modelo expositivo, finalizada em 2001, VNSP passa a ser o elemento central da Sala 1, dedicada à Pré e Proto-História (Gomes, 2005) (fig. 3).

O novo catálogo do MAC, lançado em 2005, é demonstrativo da preponderância que VNSP tem na nova disposição do museu, sendo igualmente visível a consciência em conhecer, através da investigação, os elementos que passaram a estar em exposição. Além do catálogo das peças em exibição, esta obra conta com seis artigos relacionados com VNSP (de carácter geral e, também, incidindo em componentes específicas da cultura material), da autoria de cinco colaboradores diferentes, contabilizando 79 páginas (Arnaud, Fernandes, coord., 2005).



Fig. 2 – Vitrina do Museu Arqueológico do Carmo, até ao seu encerramento forçado em 1995, com materiais de Vila Nova de São Pedro e o vaso recolhido nesse sítio, exposto na zona exterior do MAC logo após ter sido identificado, em 1939. Arquivo AAP e Jalhay e Paço, 1945.



Fig. 3 – Sala 1 do Museu Arqueológico do Carmo na atualidade, após a reabertura em 2002, exibindo os artefactos recolhidos em Vila Nova de São Pedro. Arquivo AAP.

3. O PROJETO VNSP3000

O ano de 2016 marca o momento em que uma equipa da Associação dos Arqueólogos Portugueses e do Centro de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (UNIARQ – FLUL) submete, ao plano de Projetos de Investigação Plurianual de Arqueologia (PIPA), um projeto para o povoado calcolítico de Vila Nova de São Pedro, tendo sido este aprovado pela Direção-Geral do Património Cultural (DGPC).

Intitulado «Vila Nova de São Pedro, de novo no 3.º milénio» (VNSP3000), e sob responsabilidade científica de Andrea Martins, Mariana Diniz, José Morais Arnaud e César Neves, este corresponde a um projeto que possui distintos campos de ação, em torno do principal objetivo: a valorização científica, patrimonial e social deste sítio arqueológico. VNSP3000 tem-se desenvolvido em estreita ligação com o Museu Arqueológico do Carmo, pois é aí que se encontra depositada a maioria dos materiais arqueológicos provenientes de Vila Nova de São Pedro. Os artefactos, o sítio arqueológico e as pessoas que nele trabalharam são os três pilares sobre os quais o trabalho se tem desenvolvido (Arnaud et al., 2017).

Além das instituições acima referidas, este é, igualmente, um projeto de investigação que conta com o apoio da Câmara Municipal da Azambuja e da União das Freguesias de Manique, Vila Nova de São Pedro e Maçussa, que se apresentam como parceiros decisivos para o seu desenvolvimento e sucesso.

A organização dos estudos prévios, o inventário geral dos materiais recolhidos nas diversas campanhas (quer as ocorridas entre 1937-1967, quer as desenvolvidas no decorrer do projeto VNSP3000) e a reinterpretação de leituras de campo anteriormente efetuadas levarão à produção de novas abordagens, à construção de novos discursos e ao desenvolvimento de novas metodologias de análise. Estas ações têm como objetivo a valorização dos dados presentes no Museu Arqueológico do Carmo, munindo a sala de exposições dedicada a Vila Nova de São Pedro de novos conteúdos científicos e expositivos.

Os trabalhos de campo promovidos entre 2017-2019 tiveram como objetivos primordiais avaliar, valorizar e conservar o sítio arqueológico, desenvolvendo-se em duas vertentes fundamentais: a científica e a pública. Em estreita colaboração e parceria com as entidades locais foram projetados trabalhos de limpeza, sinalização e conservação de estruturas, envolvendo a comunidade na proteção do sítio arqueológico. A vertente científica tem sido desenvolvida através da realização de sondagens arqueológicas em áreas-chave do povoado, para confirmar anteriores propostas interpretativas e recolher amostras estratigraficamente fiáveis para a construção de um quadro cronométrico absoluto, ainda muito lacunar (Martins et al., 2019). Estão pensados, para breve, trabalhos de prospeção intensiva em redor do povoado e de prospeção geofísica, buscando novos lugares de ocupação, quer de natureza doméstica quer funerária.

Uma das vertentes dos trabalhos de campo é ainda a recuperação do património imaterial gerado em torno do sítio, integrando a comunidade local neste projeto, através da recolha de depoimentos dos habitantes de Vila Nova de São Pedro que participaram nas antigas escavações (anos 60) e que ainda vivem naquela localidade. A ligação destas personagens às memórias, vividas ou esquecidas, das escavações arqueológicas e ao espólio fotográfico dos trabalhos de campo em Vila Nova de São Pedro, que as registou, constitui também um elemento da história do povoado calcolítico que urge preservar, levando à criação de um «museu vivo», com som e imagem, dos intervenientes nas escavações.

Vila Nova de São Pedro continua a ser, apesar de toda a revolução empírica das últimas décadas, um dos sítios de referência a nível peninsular para o estudo do Calcolítico, nomeadamente na problemática dos povoados fortificados.

Com este projeto pretende-se reanalisar a informação disponível, sob os novos parâmetros do conhecimento científico, permitindo reintegrar Vila Nova de São Pedro no mapa atual da discussão sobre as transformações económicas, sociais e culturais do momento de passagem das primeiras comunidades agropastoris para uma fase de consolidação deste sistema social.

4. A COLEÇÃO DE VILA NOVA DE SÃO PEDRO DO MUSEU ARQUEOLÓGICO DO CARMO

A raiz do projeto VNSP3000 é a Associação dos Arqueólogos Portugueses, instituição centenária no seio da qual foram realizadas as grandes campanhas em Vila Nova de São Pedro dirigidas por Afonso do Paço e Eugénio Jalhay, em parceria com a UNIARQ – FLUL, centro de investigação com ampla experiência na Pré-História peninsular. O depósito da grande maioria dos materiais no Museu Arqueológico do Carmo faz com que esta instituição seja a fiel depositária, não apenas do espólio, mas de toda a carga simbólica e científica inerente a este sítio arqueológico.

A coleção de VNSP à guarda do MAC conta com um número bastante significativo de materiais arqueológicos, ainda por contabilizar na sua totalidade, que rondará as dezenas de milhares de registos. São o resultado das campanhas de escavação no sítio, recorrendo a uma metodologia de trabalho que privilegiava uma maior rapidez de remoção de depósitos e desmantelamento de estruturas, tendo, por isso, um menor rigor no registo arqueológico e na observação das realidades e ritmos de ocupação (fig. 4 e 5).

Dessa forma, a recolha de material arqueológico foi sempre abundante, apesar dos critérios de seleção – uma política de descarte – adotados no campo. No caso da cerâmica, e dada a extraordinária abundância de fragmentos, a prática consistia no armazenamento de bordos, bojos decorados ou de outros elementos que



Fig. 4 – Escavações de Afonso do Paço e Eugénio Jalhay no interior do «Reduto Central» de Vila Nova de São Pedro (década de 40 do século xx), visualizando-se o sistema de crivos e recolha de materiais. SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico.



Fig. 5 – Escavações arqueológicas na década de 40 do século xx em Vila Nova de São Pedro, junto a uma linha de muralha, observando-se o sistema de vagonete para retirada de blocos pétreos das áreas escavadas. SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico.

permitted a obvious reconstitution of the piece, leaving in the local the smooth and of small dimensions, that normally abound in domestic contexts of the recent Pre-History, piled up in random zones of the archaeological site or near the sieving areas (fig. 6). However, and despite this selective methodology of collection, the fact of dealing with a settlement of large dimensions, with a diachrony of domestic occupation of almost a millennium, made it so that the anthropic legacy left by the Neolithic communities be of great weight, or that is reflected in the material culture, either in its size, either in its heterogeneity. For this reason, it was with relative ease and speed that the collection in the MAC reached the notable dimension that it has today and that, still, corresponds to one of the most complete assemblages from a Neolithic site in the Iberian Peninsula.

When dealing with a collection with this nature and historical weight, one of the major obstacles that is observed resides in the difficulty in relating the data deposited in the Museu Arqueológico do Carmo with the archaeological contexts from which they come.

The insufficient record of provenience of the recovered materials obliges to a meticulous work of reconstitution of probable contexts of origin, which will be decisive for the interpretation of these elements. Fortunately, Afonso do Paço and Eugénio Jalhay had, in a first moment, the care to publish the archaeological interventions by year of campaign. Sometimes, they were published two campaigns at a time, other times, three campaigns or, then, eight, cons-

tando sempre listagens de artefactos, bem como fotografias ou desenhos desses elementos e das estruturas identificadas.

Neste sentido, um dos exercícios realizados para localizar a proveniência dos mesmos é a ligação entre o espólio existente no MAC e as estampas publicadas pelos investigadores. Ao estabelecer esta relação tomamos conhecimento que os elementos que A. Paço e E. Jalhay mencionam nos seus relatórios/artigos estão associados aos espaços escavados em determinada campanha. Essa metodologia tem vindo a ser aplicada em todos os componentes da cultura material, como por exemplo nos denominados pesos de tear, já com alguns resultados (fig. 7).



Fig. 6 – Conjunto de fragmentos de cerâmica identificados nas escavações em Vila Nova de São Pedro (década de 40 do século xx), mas deixados na área limítrofe do sítio arqueológico. SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico.

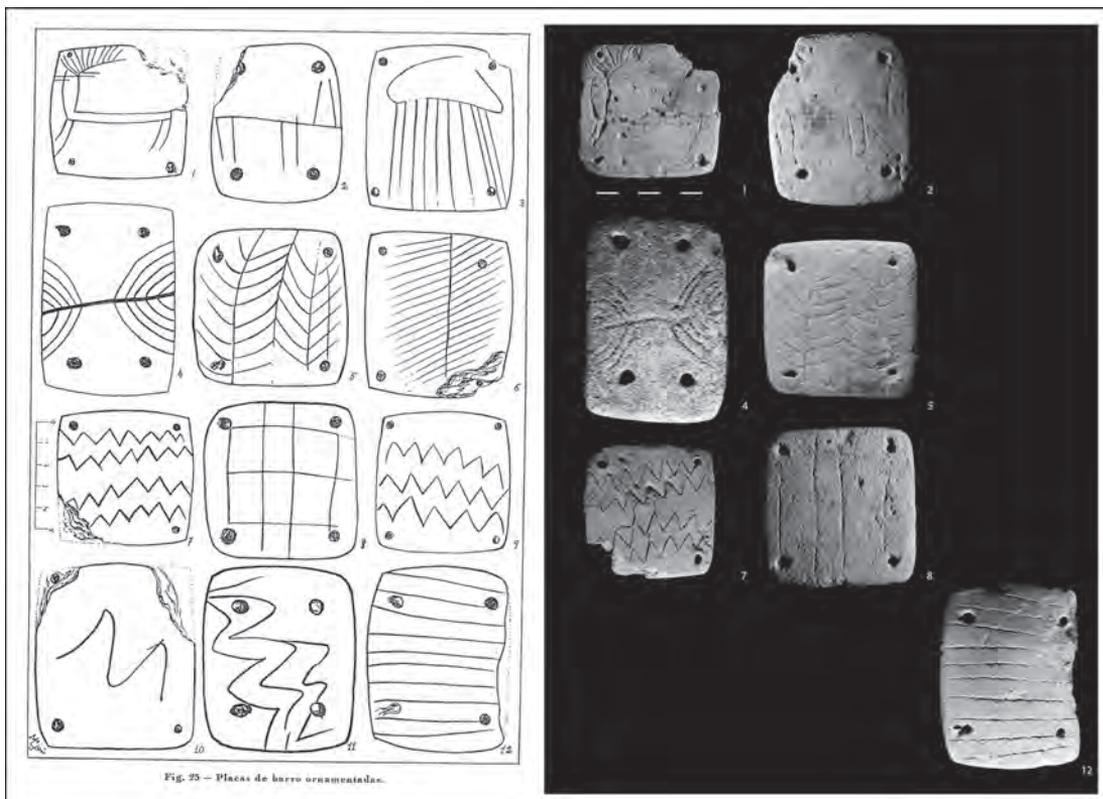


Fig. 7 – Reconstituição de uma estampa publicada por A. Paço e E. Jalhay relativa aos «Pesos de Tear» de VNSP identificados nas campanhas de 1937 e 1938, recorrendo aos artefactos depositados no MAC. Adaptado de: Paço e Jalhay, 1939; AAP/MAC/VNSP3000.

4.1. Inventário e registo

O trabalho produzido pela estrutura do MAC e, nos últimos anos, pelo projeto VNSP3000 em torno do espólio de VNSP tem incidido em duas vertentes, sendo que a segunda tem sempre de ser uma consequência da primeira: inventário e investigação.

Na gestão desta vasta coleção, o objetivo principal tem sido a sua integral contabilização. A primeira fase passou pela sua arrumação e acondicionamento, nas reservas do museu, por categoria artefactual e, quando possível, pela sua proveniência (campanha, sondagem/quadrado, camada/unidade estratigráfica). A partir daqui, e avaliada a heterogeneidade da coleção e dispersão/peso por categoria, passou-se para o inventário geral, em constante (re)produção (uma vez que, anualmente, entram nas reservas os elementos referentes às campanhas de escavação coordenadas pelo projeto VNSP3000), de todos os artefactos de VNSP. Esta ficha foi construída para reconhecer as seguintes características: 1. Identificação da peça (n.º, proveniência, localização no MAC); 2. Tipo de artefacto; 3. Estado; 4. Elemento conservado; 5. Matéria-prima; 6. Categoria artefactual; 7. Forma e tipologia (aplicável aos recipientes cerâmicos); 8. Técnica decorativa (aplicável à cerâmica, a objetos cilíndricos em calcário); 9. Classificação tipológica (aplicável à indústria lítica); 10. Medidas e peso; 11. Observações (se apresenta registo fotográfico e gráfico; se surge referido em alguma publicação).

Paralelamente têm sido realizados estudos focando elementos específicos da cultura material. Nestes casos, além do inventário geral acima referido, e partindo de obras analíticas de referência, foram construídas fichas de inventário específicas para a categoria artefactual em observação, destinadas a conter um maior número de informação que será usada, posteriormente, nos trabalhos de investigação. Nestas, foram acrescentados campos relacionados com o processo tecnológico do artefacto (ex.: na cerâmica – análise de pasta, composição mineralógica, cozedura, tratamentos de superfície), com uma maior pormenorização das suas dimensões, traços de utilização e proveniência da matéria-prima de suporte (sendo feita referência à técnica de arqueometria a que possam ter sido sujeitos). A partir daqui parte-se para o registo fotográfico de todos os elementos associados à categoria em análise, assim como o registo gráfico dos exemplares culturalmente mais significativos. A título de exemplo, destacam-se até ao momento os trabalhos desenvolvidos sobre os «componentes de tear» e «artefactos cilíndricos» (fig. 8). Reunida a informação, inicia-se a análise, reflexão e, por fim, a redação do artigo científico, muitas vezes em parceria com investigadores de outras áreas disciplinares fundamentais na interpretação da informação. Nestas fichas, para conhecimento de uma componente específica do universo artefactual, além dos elementos à guarda do MAC são também incluídos os artefactos da mesma cate-

AAP ARQUEOLOGIA PORTUGUESA		VNSP - Inventário - Componentes de Tear		UNIVERSIDADE DE COIMBRA	
Nº Inv.	<input type="text"/>	Estado	<input type="text"/>		
Nº Inv. MAC	<input type="text"/>	Textura	<input type="text"/>		
Nº Contentor	<input type="text"/>	Pasta	<input type="text"/>		
Campanha	<input type="text"/>	ENP nº	<input type="text"/>		
Área	<input type="text"/>	ENP dimensão	<input type="text"/>		
Sond.	<input type="text"/>	ENP mat.prima	<input type="text"/>		
Quadrícula	<input type="text"/>	Cor	<input type="text"/>		
U.E. / Cam.	<input type="text"/>	Cozedura	<input type="text"/>		
Data	<input type="text"/>	Marcas fogo	<input type="text"/>		
Nº coord.	<input type="text"/>	Forma	<input type="text"/>		
Comprimento (mm)	<input type="text"/>	Tipologia	<input type="text"/>		
Largura (mm)	<input type="text"/>	Forma Secção	<input type="text"/>		
Espessura (mm)	<input type="text"/>	Contorno	<input type="text"/>		
Peso (g)	<input type="text"/>	Arestas	<input type="text"/>		
Índice Alongamento (%)	<input type="text"/>	Cantos	<input type="text"/>		
Índice Espessura (%)	<input type="text"/>	Acab. sup. A	<input type="text"/>		
Nº Perfurações	<input type="text"/>	Acab. sup. B	<input type="text"/>		
Diâm. Max. Perf. (mm)	<input type="text"/>	Vestígios Utilização <input type="text"/>			
Diâm. Mín. Perf. (mm)	<input type="text"/>				
Dist. Perf. (mm)	<input type="text"/>				
Dist. Perf. Extrem. Lat (mm)	<input type="text"/>				
Dist. Perf. Topo (mm)	<input type="text"/>				
Decoração	<input type="text"/>	Dec. localização	<input type="text"/>		
Dec. técnica	<input type="text"/>	Dec. motivos	<input type="text"/>		
Dec. descrição	<input type="text"/>				
Documentação Gráfica	<input type="text"/>	Documentação Fotográfica	<input type="text"/>		
Arqueometria	<input type="text"/>				
Ref. Bibliográfica	<input type="text"/>				
Observações	<input type="text"/>				

Fig. 8 – Ficha de Inventário para a categoria artefactual «componentes de tear». Fonte: AAP/MAC/VNSP3000.

goria que se consegue identificar e observar nas outras instituições com espólio proveniente de VNSP.

4.2. O espólio de VNSP e a sua disseminação

Apesar da numerosa coleção existente no MAC e do seu potencial científico, o estudo sobre este sítio arqueológico nunca se poderá resumir aos elementos aí depositados.

A totalidade da coleção conhecida, proveniente das intervenções arqueológicas de Hipólito Cabaço, Eugénio Jalhay e Afonso do Paço, não está depositada numa só instituição. As colaborações que os investigadores tiveram com colegas de outras instituições, aliadas ao facto de Paço e Jalhay enviarem, como era prática à época, pequenos mostruários/*kits* para museus e instituições de ensino nacionais e internacionais, de forma a divulgar VNSP e, também, a permitir o estudo por comparação com outros lugares, contribuíram para a disseminação, mas também dispersão, da coleção. Num olhar atento sobre as publicações destes autores, é visível o papel determinante que as coleções expostas em diferentes museus tinham nas leituras feitas, essencialmente por analogia tipológica. A referência à utilização de peças observadas em museus internacionais e nacionais como termo de comparação é recorrente, como metodologia analítica.

De igual modo, é preciso lembrar que a magnitude das escavações arqueológicas realizadas em VNSP, assim como a qualidade e a heterogeneidade do espólio aí identificado, colocaram VNSP no mapa arqueológico internacional, tornando-se, à vista dos investigadores pré-históricos de então, no principal caso de estudo e referente óbvio do que seria o universo artefactual das comunidades pré-históricas (do Calcolítico), na Península Ibérica e, claro, no território nacional.

A dispersão de uma parte não quantificada do espólio dificulta a perceção da sua real dimensão, bem como o seu estudo integral.

Até à data, já foram identificadas cerca de uma dezena de instituições que contam, nos seus acervos, com espólio arqueológico proveniente de VNSP. Perante estas coleções, tem sido adotada a mesma metodologia usada na coleção do MAC: consultar os elementos; contabilizar; inventariar; registar. Por fim, são integrados nas contagens entretanto produzidas a partir do espólio do MAC, cruzando-se, sempre que possível, com as descrições que constam das publicações de Eugénio Jalhay e Afonso do Paço.

Além das ofertas promovidas por A. Paço e E. Jalhay a diversas instituições, também existem coleções fora do MAC geradas por outras vias. Naturalmente, o Museu de Hipólito Cabaço, em Alenquer, reúne uma vasta coleção, a que não será alheio o peso que Hipólito Cabaço tinha na AAP e o facto de este ter realizado a primeira campanha no sítio. No mesmo sentido, o Centro de Arqueologia da

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa também se apresenta como depósito de espólio de VNSP, uma vez que V. S. Gonçalves dirigiu escavações no sítio entre 1985 e 1986 (Gonçalves, 1987).

Além destas situações, ocorrem as doações pessoais feitas por eruditos e outros interessados na temática que terão passado por VNSP no decorrer das intervenções ou em outros contextos (às vezes até por herança), tendo reunido espólio para usufruto pessoal e que, depois, doaram a instituições museográficas. Neste particular, realçamos a coleção, hoje à guarda do Museu Sebastião Mateus Arenque, localizado em Azambuja, oferecida por João Moreira, assim como o único elemento existente no Museu Nacional de Arqueologia (uma ponta de seta em sílex) pertencente à Coleção Delmira Maçãs, doada a esta instituição por via de testamento da referida escritora, afilhada de José Leite de Vasconcelos (<http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=1039343>).

Se a nível da cultura material as dificuldades de análise são evidentes, no que diz respeito à caracterização do subsistema económico das comunidades de VNSP deparamo-nos com um contexto de maior complexidade. No MAC, os restos faunísticos aí depositados correspondem a uma coleção de pequena dimensão. Esta situação não decorre de uma reduzida presença deste tipo de vestígio no sítio, ou das práticas económicas realizadas em VNSP. Pelo contrário, fruto das características do substrato geológico onde se implanta o sítio (rochas calcárias), as condições de preservação deste tipo de matéria orgânica são, geralmente, muito boas. Os autores referem que «Em tôdas as campanhas de escavações temos deparado com fauna abundante, abandonada em quási tôda a extensão da póvoa.» (Paço e Jalhay, 1942, p. 24).

No entanto, os poucos restos existentes no MAC não se coadunam com este relato de fauna abundante. Uma leitura atenta às publicações de A. Paço e E. Jalhay permite perceber que a grande maioria dos restos faunísticos não seria recolhida pela equipa de investigadores, devido à sua abundância, surgindo mesmo a referência de que a fauna encontrada forma «(...) sempre montões enormes, que, na sua maior parte, deixamos junto ao perímetro escavado, por impossibilidade de transporte» (Paço e Jalhay, 1943, p. 21), prática registada em fotografia e, atualmente, impensável.

A existência, no MAC, de centenas de artefactos em osso (alfinetes, furadores, agulhas, punções, espátulas, alisadores, «argolas», estatuetas, «ídolos» cilíndricos, adornos e botões) oriundos de VNSP comprova o bom estado de preservação dos suportes e que a sua recolha faria parte da metodologia de trabalho dos investigadores, em oposição aos elementos que se constituíam como, simplesmente, restos de fauna malacológica ou mamalógica.

Apesar destes constrangimentos, tem sido possível avançar com a análise dos restos existentes na coleção do MAC, juntando-os aos dados publicados por A. Paço e Jalhay, em especial a listagem de espécies de fauna mamalógica identificada por Henri Breuil (Paço e Jalhay, 1943, p. 21). A partir do estudo entretanto feito, além das leituras de cariz económico, é possível comprovar que, no campo, terá havido uma seleção das amostras a recolher, tendo sido escolhidos os restos de maior dimensão e mais completos que permitissem uma mais imediata classificação taxonómica (Francisco et al., 2020). A esta limitação, que demonstra como o conjunto do MAC é claramente truncado, acrescem-se os constrangimentos já mencionados, para a análise da cultura material, de ausência de um contexto arqueológico preciso. No entanto, e apesar destes condicionalismos, estas abordagens, além de inventariarem a amostra existente na instituição, permitem recuperar alguma informação zooarqueológica proveniente das extensas escavações realizadas em VNSP, que, no futuro, pode ser complementada com os dados recolhidos nas escavações mais recentes (Detry et al., 2020).

5. PRODUÇÃO DE CONTEÚDOS: INVESTIGAÇÃO E DIVULGAÇÃO

5.1. Para (quem visita) o MAC

O MAC surge como uma plataforma privilegiada de apresentação aos diferentes públicos dos modelos sociais existentes no 3.º milénio a. C. e do papel, nesse cenário, de VNSP. O objetivo passa por produzir novos conteúdos, disponibilizados através de sistemas digitais, fazendo a ligação com as memórias recolhidas e com as novas interpretações. Os discursos serão adaptados aos diferentes tipos de público e em distintas línguas, estando também disponíveis nas plataformas digitais do MAC (*site* da internet e redes sociais – Facebook, Instagram e Twitter¹).

A preservação das memórias dos trabalhadores de Vila Nova de São Pedro estará, no futuro, disponível de forma interativa e em exposição no MAC, tornando a Sala 1 um local vivo, onde estarão presentes as personagens que também fizeram parte da produção daquela realidade.

O uso dos recursos digitais, que abrem ao exterior o Conhecimento, é aqui entendido como um mecanismo privilegiado de fazer chegar a múltiplos públicos do Presente informação acerca dos comportamentos sociais, tecnológicos, simbólicos e económicos de uma outra sociedade do 3.º milénio a. C. Estes recursos, porque permitem uma comunicação nos dois sentidos, começam a estar abertos

¹ <https://www.museuarqueologicodocarmo.pt/>
<https://www.facebook.com/museuarqueologicodocarmo/>
<https://www.instagram.com/museuarqueologicodocarmo/>
<https://twitter.com/museuarqcarmo>

ao público que, dessa forma, e perante o conhecimento que adquire, poderá formular-nos questões, pedidos de informação suplementar ou outras sugestões.

Nesta ótica de ligação a um mundo digital e de contacto com público que ultrapasse o espaço físico do MAC, importa referir a criação do *site* da internet dedicado unicamente a Vila Nova de São Pedro (<https://vnsp.arqueologos.pt/>). Concebida com conteúdos produzidos no âmbito e pelo projeto VN3000, esta plataforma está associada ao MAC, desenvolvendo-se em clara sintonia com as restantes plataformas digitais ligadas à instituição e sítio arqueológico (Facebook e Instagram²).

Aí, qualquer interessado poderá tomar conhecimento das principais notícias associadas a VN3000 e ao projeto VN3000. Entre a informação disponível, destacam-se o acesso livre a toda a bibliografia produzida no âmbito do projeto, assim como uma listagem de cerca de 80 trabalhos científicos onde Vila Nova de São Pedro surge como elemento em destaque. Neste particular, importa referir a disponibilização de todos os trabalhos conhecidos de Afonso do Paço relacionados com este sítio arqueológico, a maioria dos quais estavam indisponíveis *online*.

Ainda neste espaço, poderão ser consultados todos os trabalhos de escavação, arqueologia experimental e arqueologia pública («Memória e Identidade»), produzidos desde 2017, no âmbito do projeto VN3000. Esta tarefa e ferramenta nunca estarão concluídas, encontrando-se em constante atualização e reformulação. No futuro pretende-se que o *site* seja bilingue ficando, assim, disponível a um maior número de pessoas e indo ao encontro dos visitantes – maioritariamente estrangeiros – que visitam o MAC.

O seu acesso pode ser feito pela maneira tradicional, mas, igualmente, por um código QR, disponível também na Sala 1 do MAC. Desta forma, o visitante pode, ao mesmo tempo que visualiza a informação que está em exibição na sala, aprofundar um pouco mais o seu conhecimento acerca do *site*, atualizando-se com a mais recente informação produzida (fig. 9). O código QR e o próprio *site* da internet servem, igualmente, os colaboradores do MAC que, na primeira linha, interagem com os visitantes. A informação que está resumida no Catálogo e Guia do MAC tem, aqui, um complemento fundamental, proporcionando uma



Fig. 9 – Código QR que liga diretamente ao *site* sobre Vila Nova de São Pedro e que está na Sala 1 do Museu Arqueológico do Carmo e no painel informativo localizado no sítio arqueológico.

² <https://pt-pt.facebook.com/vnsp3000/>; <https://www.instagram.com/arqueologosportugueses/>

melhor preparação e formação daqueles que, dia a dia, são a face mais visível da instituição: os guias e o serviço educativo.

O outro local onde esta ferramenta está implantada é no próprio sítio arqueológico de VNSP. Quando, em 2019, no âmbito do projeto VNSP3000, foi colocada a primeira placa sinalizadora e explicativa no sítio, com a natural explicação e interpretação do monumento, foi-lhe colocado o código QR com ligação direta ao *site*. Desta forma, a visita ao sítio ficará mais completa, dando igualmente a perceção ao visitante e habitante local de que o sítio não está abandonado, pois, através do projeto VNSP3000, existe um grupo de investigadores e de instituições a trabalhar em conjunto para a valorização, salvaguarda e estudo desse património.

Na prossecução dos objetivos programáticos do MAC – produção de conhecimento, transmissão cultural e educação patrimonial – e da sua relação com a investigação científica realizada, neste caso, em particular, sobre o sítio pré-histórico de Vila Nova de São Pedro, destacamos a realização dos *workshops* de arqueologia experimental, abertos a qualquer tipo de público.

Em parceria com a Prehistoric Skills, foram desenvolvidas duas edições, intituladas *Como Se Vivia Há 5000 Anos? Uma Viagem à Pré-História*, publicada em 2019, e *Pré-História no Carmo*, de 2020, que têm, sempre, como base empírica os artefactos arqueológicos identificados em Vila Nova de São Pedro e em exposição no MAC, assim como o espaço cronocultural onde essa ocupação emerge: o Calcolítico. As componentes de arqueologia experimental e arqueologia pública apresentam um peso bastante significativo dentro do projeto VNSP3000. Desse modo, a realização destas atividades tem sido uma das formas de fazer coincidir estas duas temáticas, envolvendo a pesquisa científica com a divulgação e partilha de conhecimento junto de um público mais alargado que não o estritamente científico.

Os *workshops* apresentam-se, igualmente, como resultado da investigação realizada. Após um longo processo de aprendizagem, testagem e confirmação de hipóteses funcionais promovidas durante os trabalhos de arqueologia experimental, é trazido para o público esse mesmo trabalho, convidando os participantes/visitantes a tomar conhecimento da informação produzida. Com estes *ateliers*, promove-se a participação ativa, que contrasta com a habitual passividade em que o público apenas escuta e observa, possibilitando, igualmente, um sentimento de realização pessoal que se atinge com a execução do artefacto ou da ação proposta (Cura et al., 2020). Esta experiência procura ser totalmente inclusiva, levando a que, de uma forma didática, seja alcançada a apreensão da importância da arqueologia e do estudo do passado. Os temas abordados relacionados com VNSP foram: pedra lascada; cerâmica; tecelagem; objetos em osso; adornos; artefactos em calcário; produção de queijo.



Fig. 10 – *Workshop* de Arqueologia Experimental no Museu Arqueológico do Carmo. Arquivo AAP/VNSP3000.

As atividades estão planificadas de forma que todos os participantes consigam executar o que lhes é proposto, iniciando-se, sempre, com uma breve contextualização teórica, quer do sítio arqueológico que está na sua origem, quer dos artefactos em análise, numa ação que tem lugar na Sala 1 do MAC (fig. 10).

Ainda no espaço do MAC, e aberta ao público em geral, destacamos a 5.ª Festa de Arqueologia, sob o tema «Revoluções e Resistências», organizada pela AAP. Em abril de 2019, entre as muitas tendas e *ateliers* disponíveis, existiam duas pertencentes ao MAC e à AAP, onde VNSP tinha um lugar de destaque, correspondendo a mais um espaço de divulgação e transmissão de conhecimento aos milhares de pessoas que passaram pelo MAC durante três dias. Ainda neste evento, o auditório do MAC foi palco da apresentação dos resultados do VNSP3000 referentes a 2018, perante uma audiência heterogénea nos seus interesses que não se coibiu de questionar a equipa que dirige o projeto.

Integrado no forte compromisso que o Museu Arqueológico do Carmo assume perante a educação e salvaguarda patrimonial, surge o Serviço Educativo que, utilizando o espaço integral do museu (no interior e exterior), desenvolve durante o ano inteiro um conjunto de atividades destinadas a todos os visitantes, onde a passagem por VNSP se torna obrigatória, nomeadamente através das atividades «Visitas Temáticas» e «Sábados em Família», ou, simplesmente, das visitas

guiadas destinadas aos múltiplos estabelecimentos de ensino que, anualmente, nos visitam.

5.2. Para a comunidade científica: os canais de comunicação da AAP/MAC

Na divulgação, à comunidade científica, do trabalho de investigação desenvolvido em torno de Vila Nova de São Pedro, os recursos disponibilizados pela AAP/MAC têm tido um papel relevante, merecendo, por isso, uma nota de destaque.

A Secção de Pré-História da AAP tem sido um palco obrigatório de apresentação deste projeto e dos seus resultados, desde o seu anúncio aos sócios, em outubro de 2014, às apresentações anuais dos resultados das campanhas de escavação arqueológica do projeto VN3000, desenvolvidas no sítio, desde 2017, com a UNIARQ – FLUL.

Na publicação periódica da AAP – revista *Arqueologia & História* – tem sido publicado, anualmente, desde 2017, um artigo que reporta os trabalhos de campo, a investigação de componentes da cultura material ou aspetos da valorização e salvaguarda patrimonial do sítio arqueológico. Além destes estudos, têm sido publicados relatórios sintéticos de todas as ações desenvolvidas pelo projeto ao longo do ano transato ao da publicação. No total, a revista *Arqueologia & História* conta, entre 2017-2021, com seis trabalhos relacionados com Vila Nova de São Pedro. Entre estes, destacaríamos um inteiramente dedicado aos artefactos cilíndricos em calcário da coleção do MAC (Martins et al., 2020a), apresentando-se, assim, o capítulo final desta «cadeia operatória» associada à investigação integral de um elemento arqueológico: identificação/tratamento/inventário/registo/análise/publicação.

Outro espaço utilizado para a divulgação e discussão do conhecimento científico produzido por VN3000 e respetiva coleção à guarda do MAC corresponde aos Congressos da Associação dos Arqueólogos Portugueses (CAAP), que já contam com três edições. Este encontro científico que ocorre de três em três anos, reunindo centenas de arqueólogos nacionais e internacionais, já conheceu, sob a forma de comunicação e *poster*, quatro estudos associados a VN3000. Além dos resultados associados aos mais recentes trabalhos de campo (Diniz et al., 2017; Detry et al. 2020), destacam-se os estudos relacionados com o espólio existente no MAC, quer nas suas reservas – fauna (Francisco et al., 2020) –, quer em exposição na Sala 1 – pesos de tear (Martins et al., 2020b). Os CAAP apresentam-se como uma ferramenta essencial de disseminação do conhecimento, uma vez que os artigos/atas correspondentes são publicados no decorrer do congresso, ficando a informação imediatamente disponível para a comunidade.

6. CONCLUSÃO

Trazer o 3.º milénio a. C. para o 3.º milénio d. C. tem sido uma tarefa em execução dentro do MAC, beneficiando do peso historiográfico e científico do sítio de Vila Nova de São Pedro, assim como do impulso que a sua investigação teve nos últimos anos, associada ao projeto pluri-institucional VN3000.

A política de educação patrimonial que deverá estar na base de qualquer espaço museográfico encontrou em VN3000 um suporte de excelência para contactar com o seu público. A interligação entre museu – sítio arqueológico – investigação científica – arqueologia pública poderá, assim, ser capitalizada, para que um número cada vez mais alargado de visitantes, independentemente da sua formação e idade, possa *conhecer* o sítio. Consigam os seus responsáveis compreender esta complexa equação e, depois, a parte difícil – confessamos – , saber Comunicar.

BIBLIOGRAFIA

- ARNAUD, J. M. (2005) – Vila Nova de São Pedro revisitada. In ARNAUD, J. M.; FERNANDES, C. V., coord. – *Construindo a memória – As coleções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 141-164.
- ARNAUD, J. M. (2013) – *Memória e Intervenção: 150 anos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 109 p.
- ARNAUD, J. M.; GONÇALVES, J. L. (1990) – A fortificação pré-histórica de Vila Nova de S. Pedro (Azambuja) – Balanço de meio século de investigações. 1.ª parte. *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*. Lisboa. 1, p. 25-48.
- ARNAUD, J. M.; GONÇALVES, J. L. (1995) – A fortificação pré-histórica de Vila Nova de S. Pedro (Azambuja) – balanço de meio século de investigações. 2.ª parte. *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*. Lisboa. 2, p.11-40.
- ARNAUD, J. M.; FERNANDES, C. V., coord. (2005) – *Construindo a memória – As coleções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 640 p.
- ARNAUD, J. M.; DINIZ, M.; NEVES, C.; MARTINS, A. (2017) – Vila Nova de São Pedro – de novo, no 3.º milénio. Um projecto para o futuro. *Arqueologia e História*. Lisboa. 66-67, p. 7-17.
- ARNAUD, J. M.; PEREIRA, C. N., coord. (2019) – *Guia do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 150 p.
- CURA, P.; MARTINS, A.; NEVES, C. (2020) – Gestos e técnicas de Vila Nova de São Pedro – Workshops de Arqueologia Experimental no Museu Arqueológico do Carmo, em 2019. *Al-Madan on line*. Almada. II Série, 23:1, p. 168-170.
- DETRY, C.; FRANCISCO, A.; DINIZ, M.; MARTINS, A.; NEVES, C.; ARNAUD, J. M. (2020) – Estudo zooarqueológico das faunas do Calcolítico final de Vila Nova de São Pedro (Azambuja, Portugal): campanhas de 2017 e 2018. In ARNAUD, J. M.; NEVES, C.; MARTINS, A., coord. – *Arqueologia em Portugal 2020 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 925-941.
- DIAS, Rocha (1907) – Principais assuntos que foram tratados em sessões da Assembleia Geral desde 22 de Novembro de 1836 até 11 de Novembro de 1889. *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugueses*. Lisboa. 4.ª série, Tomo 11.
- DINIZ, M.; NEVES, C.; MARTINS, A.; CARVALHO, D.; ARNAUD, J. M. (2018) – Papéis, funções e disfunções do Património Arqueológico: o caso do povoado calcolítico de Vila Nova de

São Pedro (Azambuja, Portugal). *Arqueologia e História*. Lisboa, 68, p.169-180.

FRANCISCO, A.; DETRY, C.; NEVES, C.; MARTINS, A.; DINIZ, M.; ARNAUD, J. M. (2020) – As faunas depositadas no Museu Arqueológico do Carmo provenientes de Vila Nova de São Pedro (Azambuja): as campanhas de 1937 a 1967. In ARNAUD, J. M.; NEVES, C.; MARTINS, A., coord. – *Arqueologia em Portugal 2020 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 943-957.

GOMES, M. V. (2005) – Projecto de Musealização. In ARNAUD, J. M.; FERNANDES, C. V., coord. – *Construindo a Memória – As Coleções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 630-639.

GONÇALVES, V. S. (1987) – Trabalhos de campo. Distrito de Lisboa – Azambuja: Castelo de Vila Nova de São Pedro: 1985/86. *Informação Arqueológica*. Lisboa, 8, p. 41-43.

JALHAY, E.; PAÇO, A. (1945) – El castro de Vila Nova de San Pedro. *Actas y Memorias de la Sociedad Espanola de Antropologia: Etnografia y Prehistoria*. Madrid, 20, p. 5-93.

MARTINS, A.; NEVES, C.; DINIZ, M.; ARNAUD, J. M. (2019) – O povoado calcolítico de Vila Nova de São Pedro (Azambuja). Notas sobre as campanhas de escavação de 2017 e 2018. *Arqueologia e História*. Lisboa, 69, p. 133-167.

MARTINS, A.; NEVES, C.; DINIZ, M.; ARNAUD, J. M. (2020a) – Artefactos cilíndricos de Vila Nova de São Pedro – a coleção existente no Museu Arqueológico do Carmo (Lisboa). *Arqueologia e História*. Lisboa, 70, p. 203-224.

MARTINS, A.; NEVES, C.; ARNAUD, J. M.; DINIZ, M. (2020b) – Os motivos zoomórficos representados nas placas de tear de Vila Nova de São Pedro (Azambuja, Portugal). In ARNAUD, J. M.; NEVES, C.; MARTINS, A., coord. – *Arqueologia em Portugal 2020 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 551-570.

PAÇO, A.; JALHAY, E. (1939) – A póvoa eneolítica de Vila Nova de S. Pedro: Notas sobre a 1.^a e 2.^a campanha – 1937 e 1938. *Brotéria*. Lisboa. XXVIII:6, p. 2-46. Separata.

PAÇO, A.; JALHAY, E. (1942) – A póvoa eneolítica de Vila Nova de S. Pedro. Notas sobre a 3.^a, 4.^a e 5.^a campanhas – 1939, 1940 e 1941. *Brotéria*. Lisboa. XXXIV:6, p. 2-31.

PAÇO, A.; JALHAY, E. (1943) – A póvoa eneolítica de Vila Nova de S. Pedro: Notas sobre a 6.^a campanha – 1942. *Brotéria*. Lisboa. XXXVII:1, p. 4-27.

VASCONCELOS J. L. de (1927-1929) – Antigua-lhas cartaxenses. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1, 28, p. 204-205.

ARQUIVOS

SIPA / Sistema de Informação para o Património Arquitetónico – http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/Default.aspx

Arquivo da Associação dos Arqueólogos Portugueses – <http://arquivarqueologos.pt/>

MatrizNet – <http://www.matriznet.dgpc.pt>

Os museus de arqueologia e a arqueologia nos museus: Análise de exposições no norte de Portugal*

Museums of Archaeology and Archaeology in Museums: Exhibition analysis in the North of Portugal

LEILANE PATRICIA DE LIMA**, ALICE SEMEDO***

RESUMO

Este texto apresenta alguns dados e reflexões produzidos a partir de um dos objetivos da pesquisa de pós-doutoramento denominada «O potencial comunicativo de exposições museais portuguesas: estudos de caso em Lisboa, Porto, Coimbra e Évora». O estudo desenvolvido pretendeu estabelecer um panorama da apresentação da arqueologia como campo de conhecimento em exposições no norte de Portugal. Além disso, este artigo discute relações entre a dimensão pública e social da arqueologia.

Palavras-chave: Arqueologia pública – Museus – Comunicação – Exposições – Norte de Portugal

ABSTRACT

This text presents some data and reflections produced from one of the objectives of the post-doctoral research called «The communicative potential of Portuguese museum exhibitions: case studies in Lisbon, Porto, Coimbra and Évora». This study aimed to establish an overview of the presentation

* Comunicação apresentada no 3.º Encontro Nacional de Museus com Coleções de Arqueologia, que se realizou em outubro de 2018, no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa, Portugal.

** Investigadora de pós-doutoramento no DCTP-FLUP e Colaboradora do CITCEM (processo FAPESP 2017/18984-8). *E-mail*: leilaneplima@gmail.com.

*** Prof. Associada do DCTP-FLUP e investigadora integrada do CITCEM. *E-mail*: asemedo@letras.up.pt.

of archaeology as a field of knowledge in exhibitions in northern Portugal. In addition, this article discusses relations with the public and social dimension of Archaeology.

Keywords: Public Archaeology – Museums – Communication – Exhibitions – North of Portugal.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta algumas das reflexões iniciais produzidas a partir da pesquisa de pós-doutoramento denominada «O potencial comunicativo de exposições museais portuguesas: estudos de caso em Lisboa, Porto, Coimbra e Évora», desenvolvida sob a orientação de Alice Semedo, no Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto [processo n.º 2017/18984-8, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)] e CITCEM. Destaca-se que esta pesquisa está vinculada ao projeto de pós-doutoramento «Os Museus de Arqueologia e a Arqueologia nos Museus: Análise de exposições museais no oeste de São Paulo e norte do Paraná», desenvolvido desde julho de 2015, no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP), com o apoio financeiro da FAPESP/CAPES [processo n.º 2015/07756-9, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)], sob a supervisão de Marília Xavier Cury (docente nos Programas de Pós-Graduação Interunidades em Museologia e Arqueologia).

A pesquisa desenvolvida no Brasil é orientada para o eixo temático «Museologia e Comunicação Museológica, Museografia e Museu, Coleções Indígenas e Exposição» e tem como objetivo evidenciar compreensões de arqueologia e património indígena (arqueológico e etnográfico) no discurso contemporâneo em ambientes museais. Ademais, o estudo pretende contribuir para a reflexão do conceito de arqueologia pública nestes contextos, a partir do olhar da museologia e da comunicação museológica. Através da análise de exposições, este estudo desenvolve um banco de dados atualizado sobre as instituições museológicas visitadas (estudo do meio) e elabora um panorama de modelos expográficos que utilizam (ou não) acervos indígenas musealizados nas suas propostas comunicacionais, de forma a participar na construção de uma crítica de museus.

Como *locus* da investigação foi proposta uma abordagem regionalizada, com o intuito de contemplar municípios de duas unidades geopolíticas vizinhas, São Paulo (região centro-oeste do estado) e Paraná (região norte do estado). Ambas as regiões e os respectivos municípios compartilharam processos de ocupação humana e de colonização bastante semelhantes. Primeiramente, grupos indígenas habitaram essas regiões e, em seguida, a colonização esteve relacionada com a expansão da cafeicultura, ou seja, as formas capitalistas de ocupação e de uso da terra, entre o final do século XIX e o início do século XX, com a presença de frentes pioneiras, de ferrovias, de terras boas para o cultivo do café e de outros produtos, de investimentos da iniciativa privada, de imigração, etc. (Lima, 2016, p. 120).

Após a realização de visitas técnicas a 57 instituições museológicas brasileiras, decidiu-se conhecer e explorar outra realidade, procurando demonstrar correspondências e diferenças com o panorama museológico estabelecido pela investigação. O destino escolhido foi Portugal, um país europeu cuja economia se tem fortalecido, notavelmente, por conta do turismo cultural (Fazenda; Silva; Costa, 2008, p. 80) e que apresentou interessantes discussões e avanços no âmbito de museus e da museologia, nas últimas décadas.

Nesse sentido, em janeiro de 2018, começou a ser desenvolvida a investigação no contexto português, com os seguintes objetivos: analisar elementos comunicacionais de museus portugueses, para além das exposições; estudar exposições no que diz respeito à sua conceção política, museológica e expográfica; desenvolver um guião sobre o método de análise utilizado e traçar paralelos com a pesquisa de pós-doutoramento em desenvolvimento no Brasil, de maneira a participar na discussão sobre as formas de musealização e de comunicação da arqueologia e do património arqueológico.

O projeto original previu o estudo de museus em quatro polos culturais, turísticos e universitários importantes: Lisboa, Porto, Coimbra e Évora (quadro 1). Todavia, no decorrer do desenvolvimento da pesquisa foram incorporadas outras instituições museológicas, localizadas na região norte de Portugal (quadro 2), resultando num total de 40 visitas técnicas, em 24 concelhos. Este aumento quantitativo, decidido de comum acordo entre as autoras, ocorreu devido à oportunidade de estabelecer um panorama referencial e amostral da apresentação da arqueologia¹ em exposições no norte de Portugal, para além dos objetivos primários do estudo.

¹ Sobre a apresentação da arqueologia foram registados dois aspetos. Em primeiro lugar, referências à arqueologia como campo de conhecimento. Em segundo, informações pormenorizadas sobre os acervos arqueológicos. Este artigo apresenta reflexões sobre o primeiro aspeto.

Concelho	Distrito	Museu
Lisboa	Lisboa	Museu Arqueológico do Carmo (MAC); Castelo de São Jorge; Teatro Romano; Núcleo Arqueológico da Casa dos Bicos; Museu Nacional de Etnologia; Museu Nacional de Arqueologia
Évora	Évora	Núcleo Interpretativo do Megalitismo; Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo
Coimbra	Coimbra	Museu Monográfico de Conímbriga
Porto	Porto	Arqueossítio da Rua de Dom Hugo; Casa do Infante; Museu da Misericórdia do Porto (MMIPO); Museu de Arte Sacra e Arqueologia (MASA); Casa-Museu Guerra Junqueiro; Museu Romântico

Quadro 1 – Museus portugueses previstos no projeto original.

Concelho	Distrito	Museu
Marco de Canaveses	Porto	Museu da Pedra
Baião	Porto	Núcleo de Arqueologia do Museu Municipal de Baião
Valongo	Porto	Museu Municipal de Valongo
Penafiel	Porto	Museu Municipal de Penafiel
Póvoa de Varzim	Porto	Museu Municipal da Póvoa de Varzim
Vila do Conde	Porto	Museu de Vila do Conde
Maia	Porto	Museu de História e Etnologia da Terra da Maia
Vila Nova de Gaia	Porto	Centro Interpretativo do Património da Afurada (CIPA)
Resende	Viseu	Museu Municipal de Resende
Lamego	Viseu	Museu de Lamego
Vila Nova de Foz Coa	Guarda	Museu do Coa
Torre de Moncorvo	Bragança	Museu do Ferro e da Região de Moncorvo
Macedo de Cavaleiros	Bragança	Museu Municipal de Arqueologia Coronel Albino Pereira Lopo (MMARQ)
Bragança	Bragança	Museu do Abade de Baçal (MAB)
Santa Maria da Feira	Aveiro	Museu Convento dos Loios
Braga	Braga	Museu Pio XII; Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa
Guimarães	Braga	Museu Arqueológico da Sociedade Martins Sarmento; Museu de Alberto Sampaio
Barcelos	Braga	Museu Arqueológico de Barcelos; Museu de Olaria
Vila Real	Vila Real	Museu de Arqueologia e Numismática de Vila Real (MANVR); Museu da Vila Velha (MUVV)
Viana do Castelo	Viana do Castelo	Museu de Artes Decorativas; Casa dos Nichos – Núcleo Museológico de Arqueologia

Quadro 2 – Outras instituições museológicas localizadas no norte de Portugal.

2. A COMUNICAÇÃO EM MUSEUS E A ARQUEOLOGIA PÚBLICA

Os debates em torno da museologia e de museus nos últimos 50 anos progrediram exponencialmente no contexto português, impulsionando o crescimento destas instituições culturais e produzindo uma verdadeira explosão museal que potencializou o surgimento de novas tipologias de museus, associadas às discussões mais amplas sobre património, território e comunidade.

Ao olhar a trajetória institucional de museus e da museologia para pensar estas questões, identifica-se um estímulo, não apenas na criação mas também na qualificação de museus, e um impulso na formação museológica no âmbito das universidades, de modo singular a partir da década de 1990. Ademais, outras conquistas foram importantes neste período, tais como: a criação do Instituto Português de Museus (IPM, 1991); a criação da estrutura da Rede Portuguesa de Museus (RPM, 2000); a criação da Secção de Municípios com Museus da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (2000); e a promulgação da Lei-quadro dos Museus Portugueses (2004)².

Todavia, a contemporaneidade tem sido marcada também por contrastes, por recuos e por crises sistémicas que assolam o universo da cultura. Os museus e a museologia portugueses sentiram isso diretamente. Para citar alguns exemplos: os dois maiores institutos públicos culturais, o Instituto dos Museus e da Conservação (IMC) e o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR), desapareceram, dando origem à Direção-Geral do Património Cultural (DGPC); instituições museológicas, palácios e parques, sob o comando do extinto IMC, foram transferidos para outros serviços da administração central ou para empresas de capital público; a equipa da RPM foi dissolvida em 2012 e passou por um período de inatividade e de incertezas durante o processo de transição para a DGPC; e o Observatório das Atividades Culturais (OAC), que monitorizou a realidade museológica nacional, foi extinto em 2013 (Oleiro, 2017, p. 7-8).

Todo esse contexto desfavorável contribuiu para evidenciar uma crise no setor museológico nacional, marcada pela falta de recursos financeiros, pela diminuição de recursos humanos especializados, por interrupções em financiamentos e apoios, por descontinuidades de ações e de processos de fortalecimento de museus, pela perda de autonomia na gestão e pelo centralismo burocrático (Oleiro, 2017, p. 8). Estes fatores geraram demandas nocivas às instituições museológicas, aos acervos e aos seus públicos (Conselho Internacional de Museus [ICOM PORTUGAL], 2011).

O panorama delineado leva-nos a pensar que os museus são instituições paradoxais, pois oscilam entre diferentes ordens de existência. Ora estão mais fortalecidos por marcos legais e formais, ora estão mais enfraquecidos por situa-

² Para mais informação sobre o assunto, consultar Semedo (2004, p. 13-25) e Duarte (2012, p. 18-25).

ções de crises generalizadas e de inseguranças institucionais, como se vivencia nos últimos anos (Rico, 2003, p. 23; ICOM PORTUGAL, 2017, 2018). Além disso, esse cenário, de avanços mas também de recuos, contribuiu para reflexões acerca das responsabilidades dos museus para com os acervos e os seus públicos. Tais compromissos estariam amparados nas razões da sua própria existência: a preservação, a pesquisa e a comunicação do património cultural musealizado.

A respeito da comunicação, é preciso tecer algumas considerações: os museus são espaços comunicacionais por excelência; a comunicação no museu acontece através de múltiplos elementos, que ultrapassam os limites físicos da exposição (Abreu, 2013, p. 58); o nível comunicacional dos museus nas exposições não é uniforme, uma vez que os discursos e os sentidos atribuídos aos acervos expostos são heterogêneos (Roque, 2010, p. 48-49); e, finalmente, os museus e as exposições caracterizam-se como espaços potenciais de pesquisa, não somente por parte de profissionais da comunicação museológica e de outras áreas da museologia, mas também de uma rede diversificada de disciplinas que estão vinculadas ao museu e que se podem apropriar deste universo de maneiras muito particulares (Moraes, 2008, p. 52).

O cenário descrito aponta para a interdisciplinaridade, para o diálogo e para a emergência de estudos de elementos e de produtos comunicacionais de museus. No que se refere à arqueologia, as discussões contemporâneas revelam que os profissionais envolvidos com este campo têm interesse em compreender como as pessoas entendem a arqueologia e se relacionam com o passado e com o património arqueológico e como usam, ativam e negociam este património (Moser, 2003, 2009; Barker, 2010; Bollwerk et al., 2015; Kowalczyk, 2016). Estas discussões ocorrem, especialmente, no âmbito da arqueologia pública, um campo disciplinar que destaca, atua e reflete, sobretudo, a dimensão pública e social da arqueologia.

Sobre este campo disciplinar, cabe dizer que as origens da arqueologia pública podem ser enquadradas em contextos e em preocupações diferentes. A denominação «arqueologia pública» surgiu nos Estados Unidos, na década de 1970, e foi utilizada pela primeira vez na obra *Public Archaeology*, de Charles Robert McGimsey III (1972). Nesta obra, o seu autor denunciou a constante destruição dos vestígios arqueológicos pelas ações de urbanização e de industrialização, pelo comércio clandestino, pela ação de amadores e pela falta de rigor científico nas pesquisas realizadas. Para além disso, analisou as ações de publicidade realizadas nos Parques Nacionais dos EUA, reforçando a importância de integrar as comunidades locais indígenas e não indígenas com os seus patrimónios (Almansa Sánchez, 2011, p. 88).

No contexto britânico, os debates sobre as relações entre os arqueólogos e a sociedade intensificaram-se a partir da década de 1990. Em 1999, o *European Journal of Archaeology* publicou dois volumes dedicados ao tema. No editorial

do segundo volume, Tim Schadla-Hall ofereceu outra perspectiva, mais abrangente, para a arqueologia pública, definindo-a como interessada em qualquer área de atividade arqueológica que interaja ou tenha potencial para interagir com o público, o qual, por uma variedade de motivos, conhece pouco sobre a arqueologia como uma disciplina académica (Schadla-Hall, 1999, p. 147). Este autor reconheceu que tal definição poderia ser muito abrangente, mas era defensável em termos de entender como e porquê as pessoas se envolvem com os debates arqueológicos (Matsuda, 2004, p. 67).

Um ano depois, no editorial do primeiro volume da revista *Public Archaeology*, o editor-chefe, Neal Ascherson, aprofundou as ideias de Tim Schadla-Hall, ao afirmar que a arqueologia pública estaria preocupada com problemas que surgem quando a arqueologia lida com o mundo real dos conflitos económicos e das lutas políticas, incluindo, portanto, uma dimensão ética. Listou, ainda, alguns temas de interesse para a arqueologia pública. Entre eles: a venda ilegal de antiguidades, a relação simbiótica entre o nacionalismo moderno e a profissão de arqueólogo, a privatização da profissão e o surgimento da «arqueologia de contrato», a posição dos direitos humanos na arqueologia e, em particular, os direitos das populações indígenas sobre o tratamento, a interpretação e a gestão dos seus sítios arqueológicos e dos seus objetos, a representação da arqueologia em diferentes meios de comunicação e espaços culturais, etc. (Ascherson, 2000, p. 2).

Mais recentemente, no editorial de outra revista dedicada ao tema, a *AP Journal*, Almansa Sánchez (2010, p. 2) afirmou que a arqueologia pública se interessa por todas as relações entre a arqueologia e a sociedade contemporânea, com o desejo de melhorar a coexistência entre ambas e procurar um entendimento generalizado do valor e do uso da arqueologia, exigindo-se desta definição a formação de um corpo teórico sólido somado às ações diárias em todas as esferas relacionadas com o universo arqueológico. Ademais, este autor destacou que, apesar da juventude da arqueologia pública como conceito e corrente de investigação, a sua existência e a sua atuação são extremamente úteis, uma vez que a arqueologia pública é uma ferramenta potencial para o envolvimento das pessoas com o trabalho arqueológico e para o desenvolvimento da arqueologia como disciplina mais democrática e inclusiva (Almansa Sánchez, 2011, p. 90).

Estas definições revelaram a amplitude de possibilidades temáticas na arqueologia pública e, por sua vez, o seu carácter interdisciplinar. De modo particular, diferentes discussões apontaram os museus tanto como a principal conexão institucional entre a arqueologia, enquanto profissão e disciplina, e a sociedade mais ampla (Shanks; Tilley, 1992, p. 68), quanto como poderosos e significativos veículos para a construção pública do passado (Merriman, 2004, p. 85). Ademais, caracterizam-se como espaços de circulação e de comunicação de conhecimento arqueológico, nomeadamente a partir de exposições e de ações educativas.

Em se tratando das exposições, estas constituem o principal produto e instrumento de comunicação do museu, definindo-se, muitas vezes, como o primeiro e o único contacto dos visitantes com museus, com determinadas temáticas e com conhecimentos tratados naquele ambiente (Instituto Brasileiro de Museus [IBRAM], 2017, p. 11).

As exposições compreendem a distribuição de «coisas», que podem ser de natureza heterogénea, colocadas num determinado espaço com o objetivo de torná-las acessíveis aos visitantes. Embora seja possível assumirem formas simples, podem ser também compreendidas como muito elaboradas porque atendem a ideias e a intenções (Davallon, 2010, p. 17-21) e, logo, não são isentas e muito menos neutras. Na verdade, as exposições correspondem a resultados de sucessivos exercícios de seleção e de síntese, aplicados sobre os objetos ou sobre as informações que lhes são associadas, revelando amiúde a faceta parcelar e fragmentada do grupo que as organizou (Roque, 2010, p. 50-51).

Ao reconhecer estes múltiplos aspetos das exposições, é possível também entendê-las como objetos e espaços de pesquisa para a arqueologia. Nesse sentido, estes produtos comunicacionais foram investigados no contexto português, conforme é demonstrado com mais detalhes a seguir.

3. A ARQUEOLOGIA COMO CAMPO DE CONHECIMENTO EM EXPOSIÇÕES NO NORTE DE PORTUGAL

Retomando o objetivo da investigação antes enunciado, procurou-se estabelecer um panorama referencial e amostral sobre a apresentação da arqueologia em exposições de museus no norte de Portugal. Dessa maneira, procuraram-se modelos e formas de apresentação deste campo de conhecimento, em ambiente expositivo.

Investigaram-se 31 instituições museológicas na região norte de Portugal³. Estes museus localizam-se em oito distritos: Porto, Viseu, Guarda, Bragança, Aveiro, Braga, Vila Real e Viana do Castelo. Trata-se de museus de tipologias multiformes, associados às disciplinas, às temáticas e às especialidades que os caracterizam (Meneses, 1994, p. 15), com naturezas administrativas distintas – administração central, administração local e privada (não lucrativa) – e acervos variados: etnográficos, arqueológicos, artísticos, históricos, naturais, audiovisuais, técnico-científicos e industriais, bibliográficos, arquivísticos, e outros bens (Neves; Santos; Lima, 2013, p. 52 e 66).

³ As visitas técnicas foram realizadas entre os meses de fevereiro e novembro de 2018. Todas as fotografias apresentadas são da autora.

Realizou-se uma visita técnica a todos os museus, que resultou num amplo registo fotográfico e no preenchimento padronizado de um instrumento de pesquisa baseado noutros guiões e estudos de museus e de exposições (Kavanagh, 1994; Cury, 2012; 2013; Abreu, 2013). Após estas visitas de campo, a informação coletada sobre os museus visitados foi organizada em diferentes grupos:

- A – Dois museus não tinham acervos arqueológicos, nem em exposição, nem em reserva técnica. Tratava-se da Casa-Museu Guerra Junqueiro e do Museu Romântico, ambos na cidade do Porto. A primeira instituição foi escolhida pelas relações de controlo de acesso que detém no que diz respeito ao arqueossítio da Rua de Dom Hugo (a visita a este local fica condicionada ao acompanhamento de um colaborador da Casa-Museu Guerra Junqueiro porque estão localizados na mesma rua). O segundo museu foi selecionado por conta das recentes readequações, reformas e intervenções, no âmbito de um projeto municipal, cofinanciado pelo Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020 (NORTE 2020), através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).
- B – Um museu tinha acervos arqueológicos, mas, no momento da visita técnica, não estavam expostos (Museu de Olaria, Barcelos). A exposição analisada foi «Olaria Norte de Portugal», que apresenta peças de louças utilitárias pertencentes aos mais importantes centros oleiros do norte de Portugal. Nesta exposição não foi identificada a presença de objetos arqueológicos.
- C – Quatro museus tinham acervos arqueológicos em exposição, mas sem referência à arqueologia.
- D – Dez museus ou núcleos eram arqueológicos, ou seja, instituições que se distinguem pela formação, quase exclusiva, de acervos provenientes de escavações, de coletas, de prospeções e de pesquisas arqueológicas em geral (Neves; Santos; Lima, 2013, p. 211).
- E – Dez museus não eram de natureza arqueológica, mas apresentavam uma ou mais salas específicas dedicadas à «arqueologia».
- F – Dois museus tinham espaços pontuais na exposição que faziam referências à arqueologia (vitrinas temáticas, painéis, gavetas).
- G – Dois museus foram tratados como casos específicos: um museu polinucleado e um edifício histórico musealizado, porque não se encaixaram em nenhuma das opções anteriores.

3.1. Sínteses expositivas

Apresentam-se, em seguida, os grupos C a G, respeitando-se as especificidades de cada museu e de cada exposição.

3.1.1. Museus com acervos arqueológicos em exposição, mas sem referências à arqueologia

Do grupo C, quatro museus tinham acervos arqueológicos em exposição, mas sem referências à arqueologia. São eles: Museu da Pedra do Marco de Canaveses (em Alpendorada e Matos), Museu Municipal de Valongo, Museu de Alberto Sampaio (em Guimarães) e Centro Interpretativo do Património da Afurada (ou CIPA, em Vila Nova de Gaia).

O Museu da Pedra do Marco de Canaveses, museu temático de administração local, propõe, na sua exposição de longa duração, «A Pedra na Cultura», apresentar o testemunho do trabalho da pedra desde a sua extração e comercialização, com o intuito de justificar a relevância da pedra como referência histórica, antropológica, cultural e socioeconómica do concelho. Para tanto, o recorte concetual da exposição abarca três subtemas: «O Homem e a Pedra», «A Pedra nas Artes» e «A Pedra e o Desenvolvimento Local».

Nesse contexto, os objetos arqueológicos foram usados como elementos do primeiro núcleo temático, «O Homem e a Pedra», que trata da antiguidade da relação do homem com a pedra, mas não há nenhuma referência à arqueologia em ambiente expositivo (fig. 1).

O mesmo caso foi identificado no Museu Municipal de Valongo, museu histórico de administração local, cuja exposição de longa duração explora a história



Fig. 1 – Núcleo temático «O Homem e a Pedra», Museu da Pedra, Marco de Canaveses.



Fig. 2 – Painel com vitrinas temáticas, Museu Municipal de Valongo.

Fig. 3 – Coleção de peças líticas no Claustro, Museu de Alberto Sampaio, Guimarães.

Fig. 4 – Área expositiva «Mulher», Centro Interpretativo do Património da Afurada (CIPA), Vila Nova de Gaia.

local, a partir de diferentes subtemas: formação geológica, ocupação humana, indústria e economia, arte sacra e festas populares. Os acervos arqueológicos (pré-históricos, romanos e medievais) ajudam a compor a narrativa expositiva sobre a ocupação humana local/regional, mas sem referências diretas à arqueologia (fig. 2).

O Museu de Alberto Sampaio, de arte sacra e decorativa, sob a tutela da Direção Regional de Cultura do Norte, apresenta uma exposição de longa duração distribuída em dez espaços expositivos: 1. Claustro; 2. Capela de São Brás; 3. Sala de Santa Clara; 4. Sala da Talha; 5. Sala dos Penselos; 6. Sala do Capítulo; 7. Sala da Ourivesaria; 8. Sala de Aljubarrota; 9. Sala dos Frescos e 10. Sala de Pintura e Escultura. No Claustro, primeiro espaço expositivo, estão distribuídos acervos arqueológicos (pias de água benta e batismais, pedras de armas e tumulares, capitéis e outras peças lavradas). Tais objetos são classificados no ambiente do museu como «coleção de peças líticas», sem relação ou referências à arqueologia (fig. 3).

O Centro Interpretativo do Património da Afurada (CIPA), de administração da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, retrata na sua exposição de longa duração a história da vila piscatória de Afurada, a partir de núcleos expo-

sitivos: «Lugar», «Natureza», «Terra», «Vida», «Mulher» e «Homem» (piso térreo). Estes subtemas discutem a paisagem, o quotidiano de trabalho (dos pescadores) e o quotidiano doméstico (das mulheres). Réplicas de gravuras rupestres foram usadas nas áreas expositivas «Mulher» e «Homem». No núcleo «Mulher», a gravura remete para antigas práticas rituais de fecundidade (fig. 4) e, no núcleo «Homem», para uma figura antropomórfica orante. Também nesta exposição não há referências à arqueologia.

3.1.2. Museus de arqueologia ou núcleos arqueológicos

O grupo D é composto por dez museus ou núcleos com a denominação «arqueologia» ou «arqueológico», ou seja, são instituições que se distinguem pela formação, quase exclusiva, de acervos provenientes de escavações, de coletas, de prospeções e de pesquisas arqueológicas (Neves; Santos; Lima, 2013, p. 211). São eles: Núcleo de Arqueologia do Museu Municipal de Baião, Museu Municipal de Arqueologia Coronel Albino Pereira Lopo (MMARQ, em Macedo de Cavaleiros), Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa (em Braga), Museu Arqueológico da Sociedade Martins Sarmiento (em Guimarães), Museu de Arqueologia e Numismática de Vila Real (MANVR), Museu da Vila Velha (MUVV, em Vila Real), Casa dos Nichos – Núcleo Museológico de Arqueologia (em Viana do Castelo), Museu Arqueológico de Barcelos, Arqueossítio da Rua de Dom Hugo (no Porto) e Museu de Arte Sacra e Arqueologia (MASA, no Porto).

O Núcleo de Arqueologia do Museu Municipal de Baião, de administração local, é composto por uma sala expositiva. Antes da entrada, um painel apresenta dados do projeto «Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira» (CASA), que dá nome à exposição. No interior da sala, o ambiente expositivo destaca a ocupação humana local/regional, a partir de períodos cronológicos e evolutivos: «Neolítico», «Calcolítico» e «Megalitismo» (com ênfase em rituais funerários), «Idade do Bronze», «Idade do Ferro/Romanização» e «Idade Média».

As referências à arqueologia encontram-se dentro e fora das vitrinas, em textos, fotos, ilustrações e mapas que apresentam o método de pesquisa (escavação) e os sítios arqueológicos locais que foram escavados, desde a década de 1970 (fig. 5). São alguns deles: dois dolmens de corredor – Chã de Parada I, na Serra da Aboboreira, e Chã de Arcas 5, na Serra do Castelo (Megalitismo); Chã de Carvalhal I e Necrópole do Tapado da Caldeira (Bronze Final); Povoado de Bouça do Frade (Idade do Bronze); Castro do Cruito (Idade do Ferro), etc.

O Museu Municipal de Arqueologia Coronel Albino Pereira Lopo (MMARQ), de administração da Câmara Municipal e da Associação Terras Quentes, apresenta, na sua exposição de longa duração, «50 Séculos de História de Macedo de Cavaleiros», duas salas expositivas que retratam a Pré-História e o Período Clássico/Medieval. A primeira tem vestígios arqueológicos do atual concelho de Macedo



Fig. 5 – Sala expositiva do Núcleo de Arqueologia do Museu Municipal de Baião.



Fig. 6 – Vitrina expositiva com fotos e ilustrações arqueológicas, Museu Municipal de Arqueologia Coronel Albino Pereira Lopo (MMARQ), Macedo de Cavaleiros.

de Cavaleiros, de forma a representar desde as primitivas comunidades camponesas às produtoras de metalurgia. A segunda tem como destaque o período de ocupação romana e a recriação de uma habitação atribuível ao povo zela, predecessor dos macedenses, sendo tal composição concebida a partir de pesquisas nos povoados da Terronha de Pinhovelo e do Cramanchão. Finalmente, a Idade Média está representada no registo de uma necrópole com características peculiares.

As referências à arqueologia encontram-se em todo o espaço expositivo, a partir da presença de perfil estratigráfico, ilustrações, fotografias, textos e mapas que retratam as pesquisas ocorridas em sítios arqueológicos locais (fig. 6). São alguns destes sítios: o povoado calcolítico de Xaires, a Mamoa de Santo Ambrósio, o povoado da Idade do Bronze da Fraga dos Corvos, os povoados romanizados da Terronha de Pinhovelo, do Cramanchão, do Bovinho, etc. Há, ainda, objetos e documentos manuscritos do patrono do museu, considerado um dos pioneiros da arqueologia portuguesa.

O Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa, tutelado pela Direção Regional de Cultura do Norte, tem uma exposição de longa duração distribuída por um corredor de acesso e mais quatro salas expositivas. Estas quatro salas apresentam subtemas identificados no espaço expositivo: «A Pré-História Antiga do Minho» (litoral e interior); «A Arte Rupestre do Norte de Portugal»; «Os Primeiros Agricultores e Pastores do Noroeste de Portugal»; «A Idade do Bronze no Noroeste de Portugal»; «A Idade do Ferro no Noroeste de Portugal»; «Ourivesaria Pré e Proto-Histórica no Norte de Portugal»; «BRACARA AUGUSTA: Integração do Noroeste no Mundo Romano»; «Actividades Económicas (Importação e Produção Local)»; «Espaços Públicos e Espaços Domésticos»; «Religião»; «Necrópoles: O Mundo dos Mortos»; «A Ligação ao Exterior: A Rede Viária»; e «Antiguidade Tardia».



Fig. 7 – Corredor de acesso, no ambiente expositivo «Museu – Da Origem à Actualidade», Museu D. Diogo de Sousa, Braga.



Fig. 8 – Mosaico *in situ*, Museu D. Diogo de Sousa, Braga.

As referências à arqueologia estão no corredor de acesso, no ambiente expositivo «Museu – Da Origem à Actualidade» (fig. 7). Neste ambiente há textos, mapas e fotos que destacam o arcebispo de Braga (entre 1505-1532), D. Diogo de Sousa, patrono do museu, que realizou as primeiras iniciativas para salvaguardar o património no concelho. Ademais, este espaço enfatiza o Campo Arqueológico de Braga, iniciativa promovida a partir de meados da década de 1970, por conta do aparecimento constante de vestígios arqueológicos. Esta iniciativa foi resultado da parceria entre a Universidade do Minho e a Comissão de Defesa do Património, que, além do campo arqueológico, conduziram a revitalização do museu já existente (Silva, 2005, p. 6-7). Finalmente, o museu apresenta um mosaico *in situ*, identificado durante pesquisas arqueológicas ocorridas no local, acessível aos visitantes (fig. 8).

O Museu Arqueológico da Sociedade Martins Sarmento, instituição tutelada pela sociedade do mesmo nome, apresenta uma exposição de longa duração dividida em Secção de Epigrafia Latina e de Escultura Antiga (escadaria, piso inferior do claustro e jardim) e Secção de Indústrias Pré e Proto-Históricas (galeria superior do claustro). Ao chegar ao local, o visitante recebe o *Roteiro do Museu Arqueológico*, que destaca a instituição como «um dos mais antigos e representativos museus arqueológicos de Portugal», tendo o seu primeiro núcleo sido constituído com material que pertenceu à coleção particular de Francisco Martins Sarmento. Tal roteiro destaca, ainda, que parte significativa do material exposto remonta ao início das pesquisas arqueológicas no contexto português, pois provém da Citânia de Briteiros, primeiro castro escavado no noroeste peninsular, em 1875, antes mesmo do surgimento do museu, em 1885.



Fig. 9 – Galeria do piso superior, Museu Arqueológico da Sociedade Martins Sarmento, Guimarães.



Fig. 10 – Vitrinas expositivas na Casa dos Nichos, Viana do Castelo.



Fig. 11 – Escavação simulada, Casa dos Nichos, Viana do Castelo.



Fig. 12 - Museu Arqueológico de Barcelos.

Além destas referências à arqueologia, das quais se destacam a pesquisa e o sítio arqueológico, o roteiro apresenta a galeria do piso superior, que retrata o período cronológico do Paleolítico ao domínio romano. Esta galeria permanece praticamente intacta desde o século XIX, com vitrinas, expositores e armários que contêm materiais arqueológicos organizados de acordo com o modelo funcional e cronológico que esteve na base do desenvolvimento da arqueologia como disciplina científica, no referido século (fig. 9).

O Núcleo Museológico de Arqueologia, Casa dos Nichos, tutelado pela Câmara Municipal de Viana do Castelo, apresenta na sua exposição de longa duração a evolução histórica, social e tecnológica dos artefactos, com destaque para os períodos cronológicos do «Paleolítico», «Neolítico», «Idade do Bronze», «Idade do Ferro (Cultura Castreja)», «Romanização e Idade Média», no espaço geográfico que hoje constitui este concelho (fig. 10). Algumas fotos de sítios e

um espaço para escavação simulada ajudam a referenciar o método da pesquisa arqueológica (fig. 11).

O Museu Arqueológico de Barcelos, tutelado pela Câmara Municipal, é constituído pelas ruínas do Palácio dos Condes de Barcelos e Duques de Bragança, localizando-se numa extremidade da ponte do século XIV sobre o Rio Cávado. Este edifício foi destruído durante o terramoto de 1755. Transformou-se em museu arqueológico ao ar livre, com acervo composto por restos construtivos e tumulares, que foram recolhidos e depositados no local. No ambiente expositivo, a céu aberto, não há referências à arqueologia e/ou à pesquisa arqueológica, a não ser no nome próprio da instituição (fig. 12).

O Museu de Arqueologia e Numismática de Vila Real (MANVR), tutelado pela Câmara Municipal, tem duas exposições de longa duração: «O Legado de João Parente: 30 Anos de Recolha Arqueológica em Trás-os-Montes» e «Exposição Permanente de Numismática». A primeira está distribuída por quatro salas, de forma cronológica. A sala 1 dedica-se ao Megalitismo, a sala 2 destina-se à transição da Idade do Bronze para a Idade do Ferro, a sala 3 dedica-se à ocupação do território transmontano na Idade do Ferro e, finalmente, a sala 4 apresenta acervos arqueológicos correspondentes ao domínio do território pelo Império Romano.

As referências à pesquisa arqueológica aparecem nos textos expositivos, que destacam as investigações realizadas em Vila Velha e os investigadores que dedicaram a vida a procurar vestígios da presença humana, ao longo dos séculos XIX e XX. São eles: os padres Raphael Rodrigues e José Brenha, cujo trabalho foi desenvolvido na região de Vila Pouca de Aguiar, e João Parente, primeiro responsável pelo museu. Em ambiente expositivo também são apresentados mapas e ilustrações, que remetem para os registos de pesquisa do século XIX (fig. 13).

O Museu de Vila Velha (MUVV), administrado pela Câmara Municipal de Vila Real, apresenta uma exposição de longa duração denominada «Vila Velha – Novas Memórias». Trata-se de uma primeira abordagem à ocupação do território de Vila Velha, reconhecido pela generalidade da população de Vila Real como o local onde nasceu a vila, hoje cidade. Nesse sentido, os subtemas dividem-se da seguinte maneira: «O Território de Panóias e a Fundação da Vila Real»; «A Redonda»; «As Portas da Vila»; «A Descoberta em Arqueologia – O Tempo em Camadas»; «Uma Longa Sequência de Ocupação, desde a Pré-História»; «A Vila Velha: Elementos de Uma Estrutura Urbana e Medieval». Encontram-se referências à arqueologia em todo o espaço expositivo de longa duração, a partir de painéis com textos, fotos, ilustrações e mapas. De modo particular, o painel «A Descoberta em Arqueologia – O Tempo em Camadas» trata dos aspetos relativos ao campo arqueológico, com ênfase na estratigrafia, como princípio basilar que orienta as escavações e a interpretação em arqueologia (fig. 14).



Fig. 13 – Sala e vitrina expositiva do Museu de Arqueologia e Numismática de Vila Real (MANVR).



Fig. 14 – Painel «A Descoberta em Arqueologia – O Tempo em Camadas», Museu de Vila Velha (MUVV), Vila Real.

O Arqueossítio da Rua de Dom Hugo, administrado pela Câmara Municipal do Porto, conserva uma longa sequência de ocupação humana da cidade. Foram ali descobertas 20 camadas arqueológicas que testemunham os períodos da Idade do Ferro, da Romanização e dos séculos XII-XIV, XV-XVII e XIX-XX. O local é um sítio arqueológico musealizado, com passadiços e estruturas para visita, onde o público tem acesso à prática arqueológica, advinda da escavação propriamente dita, e a alguns materiais dali retirados, organizados de maneira cronológica (fig. 15).

Como se afirmou antes, a visita a este espaço fica condicionada ao acompanhamento de um colaborador da Casa-Museu Guerra Junqueiro, uma vez que a chave para aceder ao local está aos cuidados deste museu. É também possível agendar uma visita guiada junto do Departamento de Cultura Municipal. De outra forma, o arqueossítio permanece fechado ao público. Cabe ainda apontar dois outros aspetos: no local também funcionou a Secção Regional do Norte da Associação dos Arquitetos Portugueses, inaugurada em 1993, e este arqueossítio é um dos núcleos museológicos do Museu da Cidade do Porto.

Finalmente, o Museu de Arqueologia e Arte Sacra (MASA), administrado pelo Seminário Maior de Nossa Senhora da Conceição do Porto. Como o próprio nome institucional indica, o museu dedica-se a duas especialidades: arte sacra e arqueologia, sendo que esta última tem um núcleo específico no museu. Neste núcleo há um texto que apresenta a secção de arqueologia como um espaço que concentra uma coleção, da Pré-História ao Período Romano, resultante da intensa atividade arqueológica desenvolvida por D. Domingos de Pinho Brandão, reitor do seminário e fundador do museu, em 1958 (fig. 16).



Fig. 15 – Arqueossítio da Rua de Dom Hugo, Porto.



Fig. 16 – Vitrina expositiva, núcleo de Arqueologia, Museu de Arqueologia e Arte Sacra (MASA), Porto.

3.1.3. Museus com salas expositivas denominadas «arqueologia»

O grupo E é composto por dez museus com sala(s) expositiva(s) dedicada(s) à arqueologia. Estas instituições não são de natureza arqueológica, mas todas elas apresentam uma ou mais salas específicas com este nome. São elas: Museu Municipal de Resende, Museu de Lamego, Museu do Abade de Baçal (MAB, em Bragança), Museu Convento dos Loios (em Santa Maria da Feira), Museu Pio XII (em Braga), Museu Municipal de Penafiel, Museu Municipal da Póvoa de Varzim, Museu de Vila do Conde, Museu de História e Etnologia da Terra da Maia e Museu de Artes Decorativas (em Viana do Castelo).

O Museu Municipal de Resende, museu pluridisciplinar administrado pela Câmara, tem na sua exposição de longa duração quatro salas temáticas: Sala de Etnografia, Sala do Rio Douro, Sala Edgar Cardoso e Sala de Arqueologia. A Sala de Arqueologia (fig. 17) apresenta vestígios encontrados em várias estações arqueológicas. A saber: São Cristóvão, Mogueira, Cárquere, Quinta das Trapas e Quinta do Paço. Neste ambiente, a arqueologia é referenciada no nome da sala e representada por *banners*/painéis compostos por textos e fotos que tratam das estações arqueológicas e outros subtemas ligados à morte.

O Museu de Lamego, de arte sacra e decorativa, tutelado pela Direção Regional de Cultura do Norte, tem uma exposição de longa duração que destaca, sobretudo, a temática e os campos da arte sacra e da arte decorativa: cerâmicas e azulejos, capelas e altares, pinturas, tapeçarias, paramentarias, ourivesarias, esculturas, etc. A área dedicada à arqueologia, indicada apenas no mapa expositivo, é composta por salas que apresentam peças heráldicas e tumulárias e fragmentos arquitetónicos (fig. 18). Não há, no ambiente expositivo, indicações de escavações ou de sítios arqueológicos.



Fig. 17 – Sala de Arqueologia, Museu Municipal de Resende.



Fig. 18 – Sala de Arqueologia, Museu de Lamego.



Fig. 19 – Sala de Arqueologia Pré-Clássica, Museu do Abade de Baçal (MAB), Bragança.



Fig. 20 – Mapa Arqueológico do Concelho, Museu Convento dos Loios, Santa Maria da Feira.

O Museu do Abade de Baçal (MAB), museu pluridisciplinar também tutelado pela Direção Regional de Cultura do Norte, apresenta uma exposição de longa duração composta por 12 salas expositivas que destacam a região transmontana, a ocupação humana regional, a memória episcopal, as artes visuais, aplicadas e decorativas. As salas 2 e 3, localizadas no início do percurso expositivo, são dedicadas à arqueologia pré-clássica e à arqueologia clássica e ilustram desde a Pré-História até à Romanização, período considerado de grandes mudanças aos níveis económico, social e sagrado (fig. 19). A referência à arqueologia mantém-se nos nomes das salas.

O Museu Convento dos Loios, museu pluridisciplinar tutelado pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, apresenta uma exposição de longa duração composta por secções expositivas de arqueologia, história, etnografia e artes.

A secção de arqueologia conta com três salas e trata da ocupação humana local/regional e da formação histórica da vila. São apresentadas referências às pesquisas arqueológicas no Mapa Arqueológico do Concelho (fig. 20), em textos, ilustrações e fotos de três importantes sítios arqueológicos que foram escavados: Castro de Romariz (visitável), Castro de Fiães (fechado ao público) e Castelo da Feira (visitável).

O Museu Pio XII, museu de arqueologia e arte sacra tutelado pelo Instituto de História e Arte Cristã (Arquidiocese de Braga), apresenta a sua exposição de longa duração, «Um Museu, Uma História», dividida em várias secções: «Arqueologia», «Devocionária», «Indumentária», «Ourivesaria», «Cerâmica e Numismática», «Arte Sacra (Esculturas e Pinturas)» e «Coleção Medina».

A secção de arqueologia, composta por duas salas e espaços expositivos no início do percurso, apresenta-se a partir de períodos cronológicos: Pré-História: Paleolítico, Neolítico, Calcolítico, Idade do Ferro (fig. 21); Romanização: Materiais de Construção de Braga, Cerâmicas no Território Bracarense e Outros Materiais de Braga. Em seguida, há uma variedade de monumentos em pedra (tumulares, religiosos, restos construtivos, etc.). Neste museu, a referência à arqueologia não está restrita ao nome da secção, mas há um texto que a define, localizado na sala dedicada à Pré-História. Neste texto lê-se:

«Alimenta-se da remoção das terras, de erosões, de escavações, de “achados”; não se circunscreve a qualquer um território, joga com a imprevisibilidade, atravessa o tempo, traz o oculto à superfície – é a Arqueologia. Que nos fala de culturas, hábitos, espécies, organizações espaciais e sociais, de crenças, ambientes, modos de vida, artefactos, adornos, matérias-primas, construções ou monumentos...» (Informações retiradas em ambiente expositivo).

No Museu Municipal de Penafiel, tutelado pela Câmara, a exposição de longa duração é dividida em cinco ambientes temáticos: Sala da Identidade, Sala do Território, Sala da Arqueologia, Sala dos Ofícios, Sala da Terra e da Água. A Sala da Arqueologia, com uma expografia mais sensorial, apresenta objetos e réplicas que retratam a ocupação humana na região por períodos cronológicos e subtemas: «Megalitismo/Neolítico», «Idade do Bronze», «Cultura Castreja/Idade do Ferro», «A vida no Castro/Monte Mozinho», «Plena Romanidade», «Arquitetura e Materiais Construtivos», «Cotidiano (Cerâmica, Vidro, Escrita)», «Cultos e Superstições», «Áreas Consagradas/Necrópoles», «Tesouros Monetários». Além disso, uma parte expositiva é dedicada à profissão de arqueólogo(a) na qual são apresentados vídeo, painel fotográfico e várias ferramentas de trabalho usadas no quotidiano deste profissional: vestimentas, cadernos de campo, mapas, croquis, plantas e instrumentos. É ainda reproduzida no ambiente uma planta de necrópole em escala (adaptação do registo arqueológico de Monte Mozinho, 2004) (fig. 22).

O Museu Municipal da Póvoa de Varzim, tutelado pela Câmara, apresenta a sua exposição de longa duração distribuída por quatro salas temáticas: Arqueologia, Sala do Mar, Sala do Salva-Vidas e Vida Poveira. Na Sala Arqueologia (fig. 23), os objetos arqueológicos foram organizados de forma a ilustrar tanto períodos cronológicos quanto subtemas, na exposição. São exemplos destas divisões: «Paleolítico», «Neolítico», «Calcolítico», «Pesca e Mariscagem», «Agricultura», «Alimentação», «Metalurgia», «Cultura Castreja», «Romanização», «Idade Média», com destaque para o sítio arqueológico denominado Cividade do Terroso (visitável). Há também um Mapa Arqueológico do Concelho, logo à entrada da sala, e indicações de «escavações» realizadas na região.

O Museu Municipal de Vila do Conde, tutelado pela Câmara, conta com uma exposição de longa duração, «Vila do Conde: Tempo e Território», que estabelece uma conexão através dos tempos e dos espaços no que é hoje o concelho de Vila do Conde. Dessa forma, a exposição é composta por subtemas.

Alguns desses subtemas são: «Passagem»; «Território»; «De onde Vimos?»; «Quem Somos?»; «Primeiros Territórios»; «Neolitização»; «Megalitismo»; «Calcolítico»; «A Idade do Bronze»; «A Idade do Ferro e os Castros»; «Os Torques»; «O Proto-Urbanismo»; «Romanização»; «A Conquista Romana»; «O Interesse na Região»; «Vida e Morte»; «Circulação Monetária»; «Cotidiano»; «Villa de Comite»; «Medieval»; «O Conde»; «Patrono e Construtores»; «Expansão»; «A Expansão em Vila do Conde»; «Governança»; «Homens do Mar e da Terra»; «Vila do Conde em Equilíbrio de Poderes»; «Tempos de Mudança»; «Invasões Francesas»; «Agricultura»; «Rendas de Bilros»; «Uma Realidade Devastadora»; «A Inspiração Concretiza-se»; «A Arte Fotográfica em Vila do Conde»; «Bairro Balnear»; «Se o Mar Deixar»; «Indústria»; «Arqueologia da Indústria – Papel; Têxtil; Naval; Conservas»; «Vila do Conde Século XX»; «Arte»; «Sala de Projeção» (projeção de curtas); «Artistas e Escritores em Vila do Conde»; «Vila do Conde: Um Exemplo no Poder Democrático».

As salas dedicadas à arqueologia iniciam com o tópico «De onde Vimos?» e estendem-se até «A Conquista Romana». A arqueologia é apresentada como uma ciência num texto explicativo sobre o método de datação da dendrocronologia, no subtema «Como Sabemos o Que É Antigo?», logo no início da exposição. Há outra referência à arqueologia na parte sobre a formação histórica do município: «Arqueologia da Indústria Vila-Condense», com a exposição da tradição industrial da vila no século XIX (fig. 24).

O Museu de História e Etnologia da Terra da Maia, tutelado pela Câmara Municipal, apresenta uma exposição de longa duração dedicada à arqueologia, composta por duas salas. A primeira sala tem como tema a «Romanização» e, a segunda sala, «Arqueologia na Terra da Maia: Ver, Tocar e Sentir a História». Esta última sala é dedicada exclusivamente ao trabalho do arqueólogo, com destaque



Fig. 21 – Secção de Arqueologia, Pré-História, Museu Pio XII, Braga.



Fig. 22 – Sala de Arqueologia, Museu Municipal de Penafiel.



Fig. 23 – Sala de Arqueologia, Museu Municipal da Póvoa de Varzim.



Fig. 24 – Sala «Arqueologia da Indústria Vila-Condense», Museu Municipal de Vila do Conde.

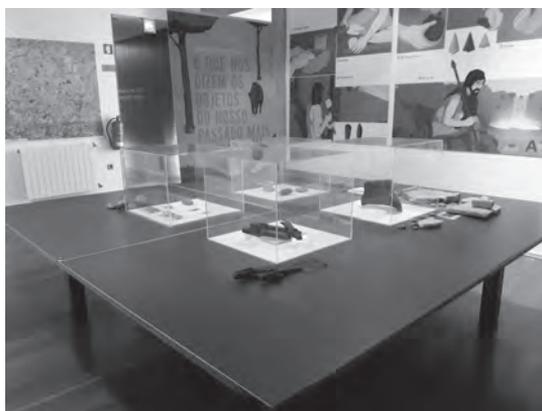


Fig. 25 – Sala «Arqueologia na Terra da Maia: Ver, Tocar e Sentir a História», Museu de História e Etnologia da Terra da Maia.

para a escavação. Nela, o público tem a possibilidade de tocar, sentir e manusear os objetos. Apresenta-se a simulação de um croqui de sítio e ilustrações que mostram um perfil estratigráfico e como os objetos eram produzidos. Há também mapas e opções de atividades lúdicas e pedagógicas para o público (fig. 25).

Finalmente, o Museu de Artes Decorativas, gerido pela Câmara Municipal de Viana do Castelo, tem uma exposição de longa duração que apresenta parte da coleção de arte decorativa portuguesa: azulejos, esculturas, pinturas, mobiliário e capela. Apresenta também um conjunto de faiança de Lisboa e de Coimbra. A sala denominada «Arqueologia», a última do percurso expositivo, expõe restos construtivos, heráldicos e tumulares⁴.

3.1.4. Museus com referências à arqueologia em espaços pontuais

O grupo F é composto por dois museus com espaços pontuais na exposição que fazem referência à arqueologia (vitrinas temáticas, painéis, gavetas). São eles o Museu do Ferro e da Região de Moncorvo (em Torre de Moncorvo) e o Museu da Misericórdia do Porto (MMIPO).

O Museu do Ferro e da Região de Moncorvo, museu temático gerido pela Câmara Municipal, apresenta a sua exposição de longa duração numa sala denominada Sala do Ferro. Nela são expostos os seguintes tópicos: 1. Forjas, Ferreiros e Ferrarias; 2. Geologia e Minas; 3. As Origens da Indústria do Ferro; 4. Impacto da Revolução Industrial em Portugal e 5. História Mineira da Ferrominas (1951-1992). Encontram-se referências mais específicas à arqueologia no espaço dedicado a discutir «As Origens da Indústria do Ferro». Neste espaço há um painel com a apresentação do sítio arqueológico de Vale de Ferreiros II. O painel tem textos, fotos, ilustrações e mapas que remontam à pesquisa arqueológica (fig. 26). Outro sítio escavado e que tem alguns objetos expostos é a Ferraria da Chapa Cunha.

O Museu da Misericórdia do Porto (MMIPO), administrado pela Santa Casa da Misericórdia do Porto, apresenta uma exposição de longa duração que trata da história da Misericórdia do Porto e destaca os seus benfeitores e a coleção de arte (pinturas, esculturas, paramentaria, ourivesaria) sob responsabilidade da instituição. Esta exposição divide-se em salas temáticas: As Obras da Misericórdia (corredor de acesso); 1. Misericórdia do Porto: História e Ação; 2. Os Benfeitores da Misericórdia do Porto; 3. Pintura e Escultura nas Coleções da Misericórdia do Porto; 4. Ourivesaria e Paramentaria nas Coleções da Misericórdia do Porto; 5. Igreja Privativa; 6. A Organização e a Administração da Misericórdia do Porto; 7. *Fons Vitae*; 8. Igreja. São feitas referências à arqueologia numa vitrina de mesa,

⁴ Não é permitido fotografar o ambiente expositivo deste museu.



Fig. 26 – Painel «As Origens da Indústria do Ferro», Museu do Ferro e da Região de Moncorvo.



Fig. 27 – Vitrina de mesa, na sala 1, Museu da Misericórdia do Porto (MMIPO).

na sala 1, com objetos arqueológicos provenientes de «escavação» realizada nos terrenos do antigo hospital de D. Lopo (fig. 27).

3.1.5. Casos específicos

O grupo F conta com dois museus que foram tratados como casos específicos. São eles o Museu do Coa (em Vila Nova de Foz Coa) e a Casa do Infante (no Porto). O Museu do Coa, museu polinucleado, administrado pela COA PARQUE – Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Coa, apresenta uma exposição de longa duração com sete salas expositivas, ordenadas de «A» a «G». Cada sala tem uma temática que destaca, em linhas gerais, a arte, a paisagem, o território, o património e a cultura da região. A arqueologia e as pesquisas arqueológicas encontram-se em todo o espaço expositivo: na apresentação de vídeos feitos por especialistas, de sítios arqueológicos, de camadas estratigráficas, de materiais arqueológicos desprovidos de monumentalidade, que podem ser vistos com a ajuda de lupas para visualizar os objetos, e de ilustrações mais detalhadas das peças, numa alusão ao trabalho desenvolvido em laboratório, etc. (fig. 28 e 29). Numa das salas expositivas (F), existem pontos de consulta individual sobre arqueologia, geologia, região do Coa, cultura e comunicação. Depois da visita ao museu, há também a possibilidade de visitar os sítios arqueológicos do parque.

A Casa do Infante, administrada pela Câmara Municipal do Porto, é um edifício histórico musealizado. Na sua exposição na Torre Norte destaca-se, sobretudo, a história do edifício, com ênfase na sua evolução arquitetónica e funcional. Neste ambiente, apresenta-se a ocupação romana (pavimentos de mosaico romano), a Alfândega, a Casa da Moeda e o infante D. Henrique. O povoamento no Porto, as alterações urbanísticas e o comércio externo são, também, assuntos tratados. As referências à arqueologia estão por todo o percurso expositivo, uma



Fig. 28 – Sala expositiva, Museu do Coa, Vila Nova de Foz Coa.



Fig. 29 – Estratigrafia, Museu do Coa, Vila Nova de Foz Coa.



Fig. 30 – Escavação arqueológica, Casa do Infante, Porto.



Fig. 31 – Escavação arqueológica, Casa do Infante, Porto.

vez que as pesquisas e os objetos arqueológicos escavados no local podem ser vistos no espaço expositivo (fig. 30 e 31).

4. APONTAMENTOS GERAIS

Apesar de esta pesquisa ainda estar em andamento, ela permite alguns apontamentos gerais. Em primeiro lugar, as exposições visitadas, na sua maioria, foram concebidas por equipas que contaram com a presença de profissionais de arqueologia. Esta constatação ficou muito evidente na apresentação de conteúdos científicos especializados e de conhecimentos técnicos, produzidos a partir de estudos arqueológicos.

Para além disso, foi possível notar uma profunda relação entre a pesquisa, os sítios arqueológicos locais e a comunicação em museus, o que expressou, sobretudo, a continuidade do processo de gestão do património arqueológico.

Esta conexão entre sítios locais, pesquisa arqueológica e museus pode ser experimentada de modos diferentes: há museus em que é possível conhecer o(s) sítio(s) no ambiente expositivo, a partir de vídeos, de fotos, de ilustrações, de reproduções de documentos de pesquisa, etc., tais como em Baião, Resende, Vila Nova de Foz Coa, Torre de Moncorvo, Macedo de Cavaleiros, Santa Maria da Feira, Braga, Penafiel, Póvoa de Varzim, Vila Real e Guimarães. Outra opção é a possibilidade de visitas guiadas a sítios, a centros de interpretação e a espaços arqueológicos musealizados, localizados em áreas externas à instituição, tais como em Baião, Lamego, Vila Nova de Foz Coa, Penafiel, Póvoa de Varzim, Viana do Castelo e Santa Maria da Feira. Finalmente, é também possível ver a escavação arqueológica e o sítio no próprio ambiente institucional, como objeto museológico, como foram os casos do Museu Dom Diogo de Sousa, em Braga, do Arqueossítio da Rua de Dom Hugo e da Casa do Infante, estes dois últimos na cidade do Porto.

Como é a arqueologia apresentada nestas instituições? Em geral, destacou-se, sobretudo, o método de escavação, apresentado a partir de textos, de fotografias, de ilustrações e de mapas. De modo particular, alguns museus aproximaram o público do «fazer» arqueológico, oferecendo na exposição algumas experiências mais sensoriais, como foram os casos dos museus de Penafiel, da Maia e de Viana do Castelo (Casa dos Nichos).

O primeiro deles expôs uma planta de necrópole em escala, da qual o público se pode aproximar, visualizar e caminhar sobre objetos em contexto de escavação. O mesmo museu dedicou uma parte da Sala da Arqueologia para apresentar fotos, vestuários, cadernos de campo, mapas, croquis, plantas e instrumentos de trabalho que «ilustram» esta profissão. O Museu da Maia propôs a visita numa sala sensorial, onde o público tem a possibilidade de ver, tocar e sentir os objetos arqueológicos, bem como entender os princípios da escavação, a partir de atividades pedagógicas. O terceiro espaço, a Casa dos Nichos, ofereceu a possibilidade de experimentar uma escavação simulada e várias outras atividades pedagógicas relacionadas com os sítios e com os conhecimentos arqueológicos ali tratados.

Outros princípios básicos da arqueologia, que reforçam a sua dimensão cronológica, como a estratigrafia e a datação, estiveram em destaque nas exposições visitadas. Importa ressaltar que alguns museus se preocuparam em destacar as personalidades que tiveram um papel importante no desenvolvimento de atividades arqueológicas locais e regionais e na formação de espólios arqueológicos que constituem hoje as coleções museológicas.

Finalmente, no contexto das exposições analisadas, ganhou evidência a classificação tipológica dos artefactos e a sua ordenação evolutiva, de forma a apresentar a evolução tecnológica e funcional dos objetos e a representar perí-

dos cronológicos tradicionais, sustentados por subtemas previamente definidos: Pré-História e Proto-História (Paleolítico, Neolítico, Idade do Bronze, Idade do Ferro), com destaque para os subtemas da agricultura, da metalurgia, da olaria, da tecelagem e da cultura castreja; Romanização, com ênfase nos subtemas da arquitetura, da economia, da religião e superstição, da morte, do comércio, da rede viária e dos tesouros monetários; e, finalmente, Idade Média, que apareceu de forma um pouco mais tímida nos ambientes expositivos, com ênfase para os subtemas da morte, da religião e da arquitetura.

Considerando que os museus desempenham um papel fundamental na apresentação, interpretação e contextualização dos objetos e das coleções arqueológicas expostas, a descrição sumária destes produtos comunicacionais permitiu inferir que, em muitos casos, a ênfase dos discursos expositivos se amparou menos na apresentação da arqueologia como campo de investigação e como profissão, e mais no conhecimento sobre o passado arqueológico personalizado e institucionalizado, apoiado nas ideias de evolução e de progresso (Walsh, 1992, p. 167). Esta rígida fidelidade aos dados científicos e a constante procura pela apresentação de respostas definitivas têm potencial para limitar as exposições a um conjunto de tópicos estabelecidos e para transmitir a sensação de que os museus podem ser instituições «fechadas», do ponto de vista dos visitantes (Walsh, 1992, p. 160; Moser, 2003, p. 15).

E quais seriam os caminhos possíveis para o futuro? Ao entender os museus como entidades importantes para a relação entre a arqueologia e a sociedade, como espaços de construção e de comunicação pública do passado e do conhecimento arqueológico e, ainda, como instituições ao serviço das pessoas, seria indispensável estabelecer mais conexões com o tempo presente e com as populações locais. Para tanto, um primeiro caminho seria explorar, nas exposições, as demandas da arqueologia na contemporaneidade e os seus contributos como ciência humana e social, não se restringindo apenas aos dados científicos disponíveis e discutindo, de uma maneira mais aberta, novas temáticas, tais como: outras percepções e narrativas sobre o património; os processos de gestão de acervos; a musealização das coleções; as histórias de formação das instituições e de concepções das exposições; a posse e a autoridade dos museus sobre os objetos. Evita-se, assim, a perpetuação de entendimentos únicos, e até mesmo estereotipados, sobre o passado (Moser, 2003, p. 15; Barker, 2010, p. 297).

Um segundo caminho seria uma aproximação mais estreita às comunidades locais e aos seus outros variados públicos, nomeadamente no sentido de envolver as pessoas para pensarem e decidirem sobre os processos de comunicação, as formas de representação e as diferentes possibilidades de interpretação do passado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto apresentou algumas reflexões produzidas a partir de um dos objetivos da pesquisa de pós-doutoramento denominada «O potencial comunicativo de exposições museais portuguesas: estudos de caso em Lisboa, Porto, Coimbra e Évora»: estabelecer um panorama referencial e amostral sobre a apresentação da arqueologia como campo de conhecimento em exposições. Para tal, discutiram-se as relações entre o museu e a arqueologia pública, o primeiro entendido como poderoso agente na comunicação da arqueologia e do conhecimento arqueológico, e a segunda compreendida como um campo disciplinar da arqueologia, com potencial para projetar linhas de ação que envolvam as pessoas com o trabalho arqueológico, com o propósito de tornar a arqueologia uma ciência mais democrática, horizontal e inclusiva.

Reconhecendo os museus e as exposições como objetos e espaços de pesquisa para a arqueologia, investigaram-se estes produtos comunicacionais em 31 instituições museológicas localizadas na região norte de Portugal. Sendo assim, todos os museus e respetivas propostas expositivas foram descritos sumariamente: os museus com acervos arqueológicos em exposição, mas sem referências à arqueologia; os museus ou núcleos arqueológicos; os museus com salas de arqueologia; os museus com espaços pontuais de arqueologia nas exposições; e os casos específicos.

Desta síntese geral, destacou-se a apresentação da arqueologia essencialmente como método e a partir de princípios relacionados com o desenvolvimento científico da disciplina⁵: a estratigrafia, a classificação tipológica e a ordenação cronológica dos objetos. Nos contextos expositivos, esta arqueologia metodológica, disciplinar e descritiva serviu, sobretudo, para compor exposições que apresentam o passado arqueológico como hermético, encerrado em vitrinas, sem relação direta com as questões contemporâneas da disciplina e com o quotidiano das comunidades locais.

Como caminhos possíveis, apresentou-se a importância de se discutir, em ambientes expositivos, temáticas contemporâneas da arqueologia, afastando-se de narrativas lineares e cronológicas e encorajando a discussão de outras perspectivas críticas e a apresentação de novas abordagens. Também se destacou a importância de o museu se integrar e conectar com a comunidade na qual está inserido, apresentando-se como uma instituição mais democrática e mais dialógica e ao serviço das pessoas, principalmente, no que diz respeito à elaboração de propostas comunicacionais.

⁵ Para mais informação sobre o assunto, consultar Trigger, 2004, p. 93-119.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, J. P. C. G. de (2013) – *Museus: Identidade e comunicação – Instrumentos e contextos de comunicação na museologia portuguesa*. Tese de doutoramento em Ciências da Comunicação, Escola Superior de Comunicação Social, Instituto Politécnico de Lisboa (ESCS-IPL).
- ALMANSA SÁNCHEZ, J. (2010) – Pre-editorial: Towards a Public Archaeology. *AP: Online Journal in Public Archaeology*, p. 1-3.
- ALMANSA SÁNCHEZ, J. (2011) – Arqueología para todos los públicos. Hacia una definición de la Arqueología Pública <a la Española>. *ArqueoWeb*, 13, p. 87-107. [Em linha]. [Consult. 30 nov. 2018]. Disponível em WWW: <URL:https://webs.ucm.es/info/arqueoweb/pdf/13/almanasa.pdf>.
- ASCHERSON, N. (2000) – Editorial. *Public Archaeology*. Reino Unido. 1:1, p. 1-4.
- BARKER, A. (2010) – Exhibiting Archaeology: Archaeology and Museums. *Annual Review of Anthropology*, p. 293-308. [Em linha]. [Consult. 25 nov. 2018]. Disponível em WWW: <URL:https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.anthro.012809.105115>.
- BOLLWERK, E.; CONOLLY, R.; McDAVID, C. (2015) – Co-Creation and Public Archaeology. *Advances in Archaeological Practice*. 3:3, p. 178-187. [Em linha]. [Consult. 11 nov. 2018]. Disponível em WWW: <URL:https://www.cambridge.org/core/journals/advances-in-archaeological-practice/article/cocreation-and-public-archaeology/962FE8FAE767BF1D9CFB3BA91D2F19EB>.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS (ICOM), PORTUGAL (2011) – *Os museus portugueses no início da segunda década do século XXI. Desafios para a XI Legislatura*. [Em linha]. [Consult. 5 out. 2018]. Disponível em WWW: <URL:http://icom-portugal.org/multimedia/Desafios_XIlegis(1).pdf>.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS (ICOM), PORTUGAL (2017) – *Contributos para uma urgente e necessária política museológica nacional*. [Em linha]. [Consult. 5 out. 2018]. Disponível em WWW: <URL:http://icom-portugal.org/2017/05/18/contributos-para-uma-urgente-e-necessaria-politica-museologica-nacional-icom-portugal/>.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS (ICOM), PORTUGAL – [Comunicado ICOM] (2018) – Dia Internacional de Monumentos e Sítios. [Em linha]. [Consult. 5 out. 2018]. Disponível em WWW: <URL:http://icom-portugal.org/2018/04/18/comunicado-icom-dia-internacional-de-monumentos-e-sitios/>.
- CURY, M. X. (2012) – Análise de Exposições Antropológicas – Subsídio para uma Crítica. In *Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, XIII ENANCIB, 2012, p. 1-20. [Em linha]. [Consult. 12 out. 2018]. Disponível em WWW: <URL:http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xiiienancib/paper/view/3923/3046>.
- CURY, M. X. (2013) – *Roteiro de Observações para visita a museus*. Disciplina «MEA 16 – Exposições Antropológicas». S. Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.
- DAVALLON, J. (2010) – Comunicação e sociedade: pensar a conceção da exposição. In BENCHETRIT, S. F.; BEZERRA, R. Z.; MAGALHÃES, A. M., org. – *Museu e comunicação: exposição como objeto de estudo*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2010, p. 17-34. [Em linha]. [Consult. 12 out. 2018]. Disponível em WWW: <URL:http://docvirt.com/docreader.net/DocReader>.
- DUARTE, A. (2012) – Museus portugueses de 1974 à atualidade: da resolução de problemas funcionais à comunidade. In *Em Questão*. Porto Alegre, v. 18: 1, p. 15-30 (jan-jun. 2012). [Em linha]. [Consult. 25 nov. 2018]. Disponível em WWW: <URL: https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/27118>.
- FAZENDA, N.; SILVA, F. N. da; COSTA, C. (2008) – Política e planeamento turístico à escala regional: o caso da agenda regional de turismo para o Norte de Portugal. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*. Angra do Heroísmo, Açores. 18, 2008, p. 77-100. [Em linha]. [Consult. 28 nov. 2018]. Disponível em WWW: <URL:https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4548507>.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM) (2017) – *Caminhos da memória: para fazer uma exposição*. Pesquisa e elaboração do

texto Katia Bordinhão, Lúcia Valente e Maristela dos Santos Simão. Brasília, DF: IBRAM, 2017. [Em linha]. [Consult. 2 out. 2018]. Disponível em WWW: <URL:https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/Caminhos-da-Mem%C3%B3ria-Para-fazer-uma-exposi%C3%A7%C3%A3o1.pdf>.

KAVANAGH, G. – Visiting and Devaluing Museums (1994) – In KAVANAGH, G. ed. lit. – *Museum Provision and Professionalism*. Leicester Readers in Museum Studies. London: Routledge, 1994. [Em linha]. [Consult. 28 nov. 2018]. Disponível em WWW: <URL:https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=TAiIAGAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP1&dq=Visiting+and+evaluating+museums&ots=msW8d7Zv8P&sig=xN0fLvf1MU-ADf9Ax0fXLNWxqIM&redir_esc=y#v=onepage&q=Visiting%20and%20evaluating%20museums&f=false>.

KOWALCZYK, S. (2016) – Excavating the “Who” and “Why” of Participation in a Public Archaeology Project. In *Designing and Assessing Public Education Programs in Archaeology. Special Issue*; vol. 4, November 2016, p. 454-464. [Em linha]. [Consult. 10 dez. 2018]. Disponível em WWW: <URL:https://www.cambridge.org/core/journals/advances-in-archaeological-practice/article/excavating-the-who-and-why-of-participation-in-a-public-archaeology-project/1B7249629C3D8EF37588E661F0819404>.

LIMA, L. P. de (2016) – A arqueologia e o património arqueológico indígena em exposições museais no Centro-Oeste de São Paulo e Norte do Paraná. In CURY, M. X., org. – *Direitos indígenas no Museu: novos procedimentos para uma nova política: a gestão de acervos em discussão*. São Paulo: Secretaria da Cultura; ACAM Portinari: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2016, p. 115-127. [Em linha]. [Consult. 1 dez. 2018]. Disponível em WWW: <URL: http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/116>.

MATSUDA, A. (2004) – The Concept of «the Public» and the Aims of Public Archaeology. *Papers from the Institute of Archaeology*. London. 15, p. 66-76. [Em linha]. [Consult. 28 nov. 2018]. Disponível em WWW: <URL:https://www.researchgate.net/publication/307759674_The_Concept_of_'the_Public'_and_the_Aims_of_Public_Archaeology>.

McGIMSEY III, C. R. (1972) – *Public Archaeology*. New York: Seminar Press.

MENESES, U. T. B. de (1994) – Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista*. Nova Série. São Paulo. 2, p. 9-42, jan./dez. [Em linha]. [Consult. 12 mar. 2018]. Disponível em WWW: <URL:http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v2n1/a02v2n1.pdf>.

MERRIMAN, N., ed. lit. (2004) – *Public Archaeology*. London: Routledge.

MORAES, J. L. N. (2008) – *Faces e interfaces da Museologia: Um olhar interdisciplinar sobre exposições museológicas*. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (UFF-IBICT). Rio de Janeiro, 2008.

MOSER, S. (2003) – Representing archaeological knowledge in museums. Exhibiting human origins and strategies for change. *Public Archaeology*. 3, p. 3-20. [Em linha]. [Consult. 1 dez 2018]. Disponível em WWW: <URL:https://soton.academia.edu/StephanieMoser>.

MOSER, S. (2009) – Archaeological Representation: The Consumption and Creation of the Past. In CUNLIFFE, B.; GOSDEN C., ed. lit. – *The Oxford Handbook of Archaeology*. Oxford: Oxford University Press, p. 1048-1077.

NEVES, J. S.; SANTOS, J. A.; LIMA, M. J. (2013) – *O panorama museológico em Portugal. Os museus e a Rede Portuguesa de Museus na primeira década do século XXI*. Direção-Geral do Património Cultural, 2013. [Em linha]. [Consult. 1 dez. 2018]. Disponível em WWW: <URL:https://soton.academia.edu/StephanieMoser>.

OLEIRO, M. B. (2017) – Políticas públicas no setor dos Museus: O que pode ser feito. In *ICOM PORTUGAL. Boletim*. Série III, 8 (Jan. 2017), p. 8-11. [Em linha]. [Consult. 1 nov. 2018]. Disponível em WWW: <URL:http://icom-portugal.org/2017/02/07/boletim-icom-portugal-serie-iii-n-o-8-jan-2017/>.

RICO, J. C. (2003) – *La difícil supervivencia de los museos*. Gijón: Ediciones TREA, S.L.

ROQUE, M. I. R. (2010) – Comunicação no museu. In BENCHETRIT, S. F.; BEZERRA, R. Z.; MAGALHÃES, A. M., org. – *Museu e comu-*

- nicação: *exposição como objeto de estudo*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2010, p. 47-68. [Em linha]. [Consult. 13 mar. 2018]. Disponível em WWW: <URL:http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=mhn&pagfis=19629>.
- ROTEIRO DO MUSEU ARQUEOLÓGICO. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.
- SCHADLA-HALL, T. (1999) – Editorial: Public Archaeology. *European Journal of Archaeology*. 2:2, p. 147-158. [Em linha]. [Consult. 11 nov. 2018]. Disponível em WWW: <URL:https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/146195719900200201>.
- SEMEDO, A. (2004) – Estratégias museológicas e consensus gerais. In BRITO, M. A. N. P.; CUÑARRO, J. M. H. – *Museus do Eixo Atlântico*. Pontevedra: Gráficas Planeta, p. 5-31. [Em linha]. [Consult. 23 out. 2018]. Disponível em WWW: <URL:https://www.academia.edu/660871/_2004_Museus_Portugueses._Estrat%C3%A9gias_museol%C3%B3gicas_e_consensus gerais_Portuguese_Museums_museological_strategies_and_general_consensus>.
- SHANKS, M.; TILLEY, C. (1992) – *Re-Constructing Archaeology: Theory and Practice*. London; New York: Routledge.
- SILVA, I. (2005) – O Museu, sua história e coleções. In *Roteiro Museu Regional de Arqueologia Dom Diogo de Sousa*. 1.ª Ed. Lisboa: Instituto Português de Museus. p. 6-11.
- TRIGGER, B. (2004) – *História do pensamento arqueológico*. Trad. Ordep Trindade Serra. 2.ª ed. S. Paulo: Odysseus.
- WALSH, K. (1992) – *The Representation of the Past. Museums and Heritage in the Post-modern world*. London; New York: Routledge, 1992. (International Library of Archaeology). [Em linha]. [Consult. 1 nov. 2018]. Disponível em WWW: <URL:https://www.researchgate.net/publication/261362355_The_Representation_of_the_Past>.

Museu Interativo de Mora: O Megalitismo MORA aqui...*

Mora Interactive Museum:
The Megalithism lives here...

LEONOR ROCHA **, DANIELA ANSELMO ***, MAFALDA LOPES ****

RESUMO

O Núcleo Regional do Megalitismo, sediado na antiga estação ferroviária de com Mora, foi inaugurado no dia 15 de setembro de 2016, contando, até ao presente, com milhares de visitantes de distintas faixas etárias e nacionalidades.

A reação positiva do público remete constantemente para a interatividade da exposição, ou seja, para a existência de animação em 3D, através de mesas digitais táteis sobre povoados e recintos funerários e um mapa interativo que apresenta vídeos de monumentos megalíticos, iniciados através da seleção de pontos.

O presente trabalho pretende fazer uma breve apresentação deste espaço, mas também um balanço do que foram estes quatro anos de atividade que acabaram por ser muito diversificados devido às imposições provocadas por uma pandemia e que nos obrigaram a explorar outras formas de contacto com o público.

Palavras-chave: Museu – Megalitismo – Contextos funerários – Mora – Alentejo

ABSTRACT

The Núcleo Regional do Megalitismo, located in the old train station of Mora, was inaugurated in September 15th of 2016, counting until today thousands of visitors of different ages and nationalities.

Constant positive reaction is a result of the exhibition interactivity, meaning the existence of a 3D animation, digital tactile tables about settlements and funerary chambers and an interactive map, showing megalithic monuments, activated through points selection.

* Comunicação apresentada no 3.º Encontro Nacional de Museus com Coleções de Arqueologia, que se realizou em outubro de 2018, no Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal.

** Docente da Universidade de Évora/Departamento de História. Investigadora CHAIA. Research financed with Nacional Funds through FCT – Portuguese Foundation for Science and Technology, within the scope of the follow project: Ref.ª UIDB/00112/2020. *E-mail*: lrocha@uevora.pt.

*** Núcleo Regional do Megalitismo de Mora. *E-mail*: daniela_anselmo@msn.com.

**** Câmara Municipal de Mora. Vereadora. *E-mail*: misabel@cm-mora.pt.

The aim of this work is to briefly present the Museum but also show a balance of what had been the four years of activity, including the pandemic period, when the impositions led us to the seduction of public through the creation of new digital activities.

Keywords: Museum – Megalithism – Funerary contexts – Mora – Alentejo

1. DA INTENÇÃO AO PROJETO

Reconhecendo a importância do passado histórico do concelho de Mora, a Câmara Municipal encontrou a motivação necessária no valiosíssimo legado arqueológico de que o mesmo é dotado para avançar com a construção do Museu Interativo do Megalitismo.

A primeira pedra foi lançada a 11 de junho de 2014, precisamente no ano em que se assinalaram os 100 anos do início dos trabalhos arqueológicos no concelho de Mora. Volvidos pouco mais de dois anos, o largo da estação ganhou uma nova vida. O Museu Interativo do Megalitismo abriu portas ao público a 15 de setembro de 2016.

A antiga estação dos comboios ou do caminho de ferro, como é tão bem conhecida, é um espaço que, pelas suas características e pelas funcionalidades de outrora, estará para sempre intimamente ligado à história do concelho e da população. No entanto, era há muito um local devoluto entregue ao abandono. Tendo em conta a sua localização privilegiada e o simbolismo que o mesmo transmite, era importante recuperá-lo, valorizá-lo e devolvê-lo às suas gentes como ponto de interesse vivo, útil e ao alcance de todos.

A instalação do museu implicou a remodelação da antiga estação (fig. 1, n.º 1 e 2), cuja estrutura já existente dá agora lugar a uma zona de lazer, composta por jogos interativos, uma sala de internet e biblioteca, e a criação de dois novos espaços, um para o museu e o outro dedicado à área de cafetaria. Na zona expositiva, o museu propriamente dito, está representada a modelação em 3D da área envolvente das escavações, que integra quatro fases que simbolizam o quotidiano das populações neolíticas: a apresentação, a vida, a morte e a contemplação. O espólio que representa os períodos mais antigos do Neolítico, altura em que as primeiras comunidades de agricultores aqui se instalaram, e que até então se encontrava no

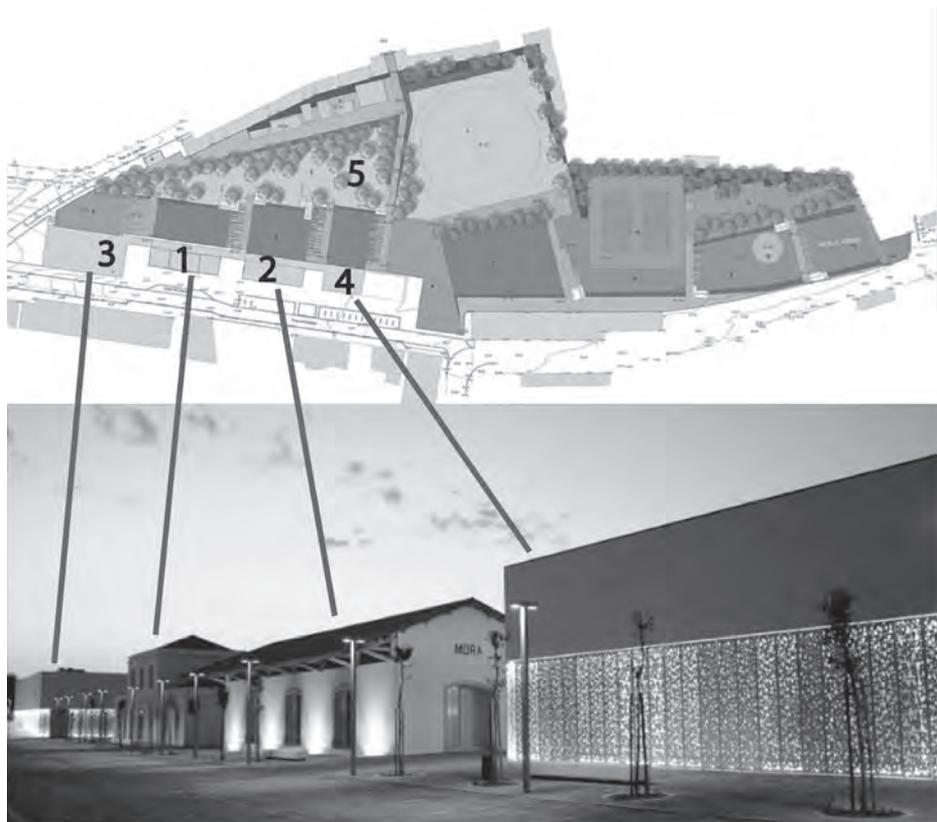


Fig. 1 – Vista geral da estrutura do Núcleo Regional do Megalitismo de Mora. 1: Edifício da antiga estação ferroviária; 2: Edifício do antigo armazém – espaço criança; 3: Espaço do museu (novo); 4: Cafetaria (novo); 5: Espaço jardim: reabilitação da área das linhas (sgd. Rocha, 2018).

Museu Nacional de Arqueologia, está agora exposto e disponível para apreciação do público em geral. Os diversos elementos que compõem o museu estão interligados entre si por um corredor, que é acompanhado na sua estrutura por placas metálicas com pequenas aberturas que simbolicamente representam o geometrismo presente nas placas de xisto que acompanhavam os mortos.

A construção do Museu Interativo do Megalitismo de Mora envolveu um investimento de cerca de 2,5 milhões de euros, tendo sido participado em 85% pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e o restante ficou a cargo da Câmara Municipal de Mora. A autoria do projeto é da responsabilidade da CVDB Arquitetos Associados.

O concelho de Mora ficou mais atrativo e com mais um ponto de interesse. Um novo equipamento turístico que contribui diretamente para o desenvolvimento e para a valorização turística, cultural e socioeconómica do concelho, complementando assim a oferta já existente, nomeadamente o Fluvial de Mora, a gastronomia de excelência e todos os monumentos histórica e caracteristicamente relevantes.

Desde a sua abertura e até ao final de 2020, o Museu Interativo do Megalitismo recebeu cerca de 23 mil visitantes, dos quais 85% são portugueses maioritariamente da região de Lisboa; 10% espanhóis que vêm passar o fim de semana a Portugal; 4% do norte da Europa em férias planeadas; 1% são de outros pontos do globo.

Muitas foram as iniciativas promovidas ao longo destes anos: exposições temáticas, palestras, visitas ao património megalítico da região, contando com a colaboração da Universidade de Évora, pelas mãos da Prof.^a Leonor Rocha, ações de promoção e divulgação pelo Alentejo, Lisboa, Setúbal, escolas nacionais e internacionais (Espanha), criação de *site* e página nas redes sociais, etc.

A partir de março de 2020 e com o despoletar da pandemia em que ainda nos encontramos, foi prioridade do museu criar as condições necessárias para que os visitantes tivessem a experiência de descobrir o equipamento em segurança, através da implementação de novas normas de funcionamento, baseadas nas orientações da DGS e da DRC.

Face aos períodos de confinamento e à interdição da circulação entre concelhos, foi elaborada uma planificação para interação e divulgação, através da realização de visitas virtuais, em 3D, ao Museu Interativo do Megalitismo e ao património histórico da região, de forma a dar continuidade à atividade do museu, mas agora numa nova vertente, *online*, para chegar a quem nos segue à distância de um clique.

2. DA INVESTIGAÇÃO AO MUSEU

A criação de um museu dedicado ao megalitismo veio dar resposta a uma antiga aspiração da população, nomeadamente a de Pavia, que desde sempre desejou poder ter disponível um espaço onde pudesse visualizar e ter conhecimento

dos inúmeros trabalhos realizados nesta freguesia entre 1914-1918, por V. Correia (Correia, 1921).

Efetivamente, esta área pode considerar-se como uma das primeiras a nível nacional a possuir um projeto específico de inventário e escavação de monumentos megalíticos, povoados e «recintos sagrados» (Correia, 1921; Rocha, 1999a). Apesar de a atividade de V. Correia,



Fig. 2 – Castelo de Pavia em «chapa de vidro». Coleção Vergílio Correia.

enquanto funcionário do Museu Etnológico e, posteriormente, em Coimbra, ter sido, tal como a da maior parte dos arqueólogos deste período, bastante diversificada não só em termos espaciais, como também cronológicos, a sua ação no Alentejo centrou-se na mancha megalítica de Pavia. Os resultados das suas investigações foram, nesta fase, integralmente subsidiados pelo Museu Etnológico, que pretendia obter coleções de referência a nível nacional. Infelizmente, estes trabalhos coincidiram com o degradar da sua relação com o diretor do museu, Dr. Leite de Vasconcelos, razão pela qual não conseguiu ter acesso a todo o acervo que ficou depositado no Museu Etnológico e a sua obra de referência, *El Neolítico de Pavia* (Correia, 1921), se apresenta com inúmeras lacunas, tanto a nível dos resultados obtidos em cada monumento, como de apresentação de dados gráficos (plantas e fotografias de espólios e de monumentos).

Em termos gerais, V. Correia identificou a maior parte do grupo megalítico (71 monumentos, dos quais escava 48) que se concentra em torno de Pavia, sendo o monumento mais emblemático deste conjunto a grande anta que se encontra atualmente no centro da vila, transformada em capela (Anta Capela de Pavia, também designada Anta de S. Dionísio ou S. Dinis), provavelmente no século XVI, por ação do cardeal D. Henrique (Rocha, 2015). A descrição dos trabalhos realizados nos monumentos megalíticos funerários foi feita em função da Ribeira de Têra, reunindo-os em dois grupos, aqueles que se encontram a norte e os que se localizam a sul desta ribeira. Em termos cartográficos, nota-se alguma imprecisão na localização dos sítios, em parte relacionada ou com a escala utilizada ou com o registo de monumentos apenas com base em informação oral.

Esta primeira fase de trabalhos de investigação realizada no concelho de Mora foi posteriormente reavaliada, em parte, por uma das signatárias (LR) no âmbito da sua tese de mestrado, tendo na altura sido identificados mais 35 monumentos (Rocha, 1997a, 1999a). No entanto, não só as centenas de contentores com o espólio recolhido continuam depositadas no atual Museu Nacional de Arqueologia (doravante designado apenas pela sua sigla, MNA), como a maior parte não foi devidamente estudada, sobretudo devido às dificuldades inerentes à localização deste museu (Lisboa).

Ainda na primeira metade do século XX surge outro investigador relacionado com o MNA a realizar trabalhos neste concelho, desta vez centrado na mancha megalítica de Brotas. M. Heleno, enquanto diretor do museu e com o poder que este cargo lhe conferia, realizou intervenções em vários sítios arqueológicos sobretudo a sul do Tejo, com verbas da instituição. Na freguesia de Brotas regista (e escava) 38 monumentos megalíticos funerários que nunca chegam a ser estudados e publicados. No âmbito da tese de doutoramento, uma das signatárias (LR) realiza um trabalho de relocalização dos cerca de 300 monumentos inventariados por M. Heleno no Alentejo Central, que não engloba o estudo dos espólios

recolhidos (Rocha, 2005). Mais uma vez, centenas de contentores depositados no MNA referentes a esta freguesia permanecem por divulgar.

Em 1952, Irisalva Moita, investigadora associada do MNA, vem para o concelho de Mora, subsidiada pelo Instituto de Alta Cultura, e aqui fica, de forma não permanente, até 1953. Durante o período que permaneceu neste concelho procedeu a escavações em algumas antas e sepulturas megalíticas, nas freguesias de Mora, do Cabeção e de Pavia. Os resultados destes trabalhos foram por ela publicados (Moita, 1956) e o espólio resultante destas escavações depositado no MNA.

Em 1959, o casal Georg e Vera Leisner publica um estudo bastante exaustivo sobre o megalitismo onde se inclui, naturalmente, todo o existente no concelho de Mora. Este trabalho procura colmatar algumas das lacunas existentes, apresentando materiais existentes no MNA e o levantamento (plantas) de alguns monumentos megalíticos (Leisner e Leisner, 1959).

No final da segunda metade do século XX inicia-se, no concelho de Mora, um projeto de investigação de longa duração, coordenado por uma das signatárias (LR), que reavaliou os dados mais antigos, para além de realizar novos trabalhos de identificação e escavação de sítios arqueológicos, dos quais resultaram inúmeras publicações (Alvim e Rocha, 2011; Calado e Rocha, 2008a; Calado et al., 2007, 2012; Câmara et al., 2017; Duarte et al., 2003; Faustino e Rocha, 2016; Rocha, 2020, 2018a, 2018b, 2018c, 2018d, 2017, 2016a, 2016b, 2015, 2012, 2010, 2005, 2003a, 2003b, 2001, 2000, 1999a, 1999b, 1999c, 1997a, 1997b; Rocha e Alvim, 2018, 2016, 2015; Rocha et al., 2011, 2005; Rocha e Calado, 2006, 1996; Rocha e Mataloto, 2012; Rocha e Mirão, 2018; Teles e Rocha, 2017).

É, assim, com base num conhecimento científico alicerçado em mais de um século de trabalhos que o concelho de Mora inicia o seu projeto de criação de um museu dedicado ao megalitismo deste concelho, mas que abarca, também, diversos tipos de contextos funerários existentes a sul do Tejo.

O espaço expositivo, com uma área de 400 m², apresenta no seu interior uma estrutura modelada em madeira (fig. 3), que pretende recriar as curvas de nível presentes num relevo natural.

O espaço museográfico foi concebido em estreita articulação entre as várias equipas (P06 Atelier, Site – Specific Arquitectura, Edigma e comissão científica), de modo a projetar todos os conteúdos (espólios, textos e vitrinas) no espaço.

Apesar de todos os trabalhos realizados no concelho, como se referiu anteriormente, os espólios integram as coleções do MNA, razão pela qual foi necessário estabelecer um protocolo de cedência temporária de espólios com esta entidade. Uma vez que um dos objetivos deste museu era permitir a compreensão das relações que existiam nestas comunidades, através da comparação dos espólios que se encontram em monumentos, de diferentes tipologias, existentes no Alentejo, foram ainda realizados protocolos com a Câmara Municipal de Sesimbra,

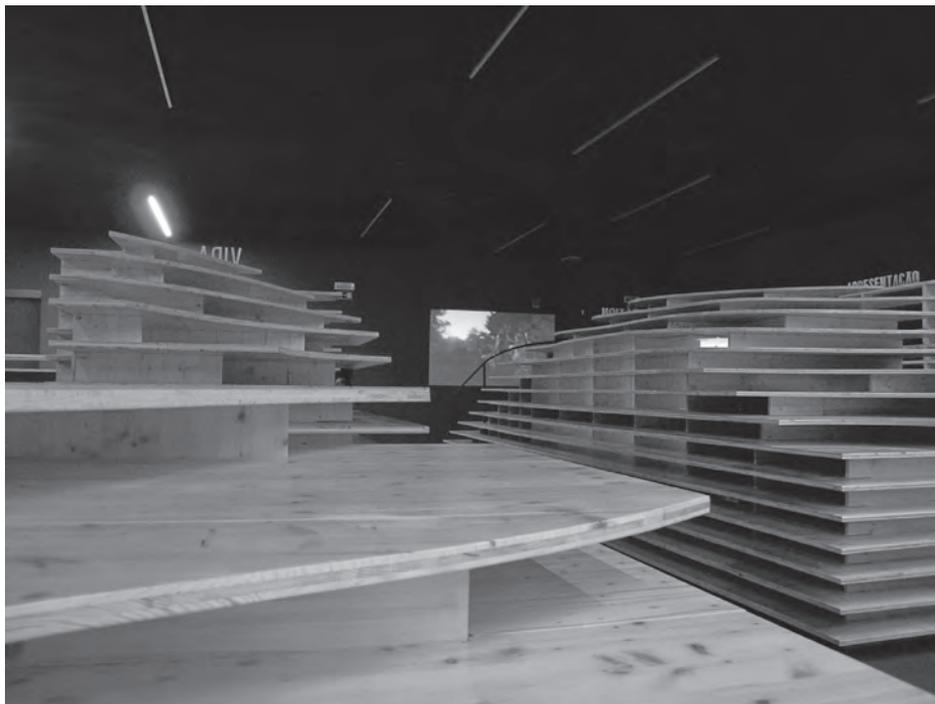


Fig. 3 – Vista geral da estrutura interna do museu.

que cedeu espólios da Gruta do Bugio, e com a Direção Regional de Cultura do Alentejo e a Direção-Geral de Veterinária, que cederam espólios de monumentos megalíticos da Coudelaria de Alter do Chão.

Em termos gerais, procurou-se criar um espaço cultural que fosse atrativo a todas as faixas etárias, com conteúdos diversificados e informação não técnica, característica da maior parte dos museus com conteúdos de arqueologia. Também o espaço dedicado aos mais novos apresenta dois tipos de equipamentos, uns completamente lúdicos constituídos por jogos interativos ou atividades no exterior, e outros que integram a componente lúdica com conteúdos didáticos,



Fig. 4 – Pormenores do interior do espaço expositivo.

como as mesas com jogos de memória ou de consolidação dos conhecimentos, em função da informação existente no museu. Estes objetivos didáticos parecem ter sido atingidos, atendendo às reações e avaliação que temos do público¹.

3. DO MUSEU AO PÚBLICO

O Núcleo Regional do Megalitismo que, como referido anteriormente, se encontra sediado na antiga estação ferroviária de Mora, conta até ao presente com milhares de visitantes de distintas faixas etárias e nacionalidades. A reação positiva do público remete constantemente para a interatividade da exposição, ou seja, para a existência de animação em 3D, através de filmes, mesas digitais táteis ou mapa interativo. Na sala de atividades destinada ao público mais jovem, pode jogar-se *bowling*, testar os conhecimentos em mesas táteis, com perguntas sobre a Pré-História, ou ainda reavivar a memória com um jogo de descoberta de objetos arqueológicos. Com marcação prévia, poderão experimentar oficinas que remetem para o quotidiano na Pré-História Recente e realizar visitas guiadas a monumentos megalíticos da região.

Um dos grandes objetivos deste museu é pois oferecer ao visitante, independentemente da faixa etária e das habilitações literárias, uma visão global sobre o megalitismo alentejano e sobre as pessoas que habitavam esta região há cerca de 5000 anos.



A entrada do museu apresenta um espaço de acolhimento (fig. 5), com acesso a outros serviços e também à bilheteira, onde se encontram à venda diversos produtos/recordações (desde lápis a guarda-chuvas, ou mesmo réplicas de placas de xisto e de grés), para além dos bilhetes. Neste caso, visando o

Fig. 5 – Espaço de acolhimento dos visitantes.

¹ Em dezembro de 2020, a revista *National Geographic* publicou um número temático, *Jóias do Passado em Portugal*, onde apresenta o Museu Interativo do Megalitismo de Mora como «Escola de Arqueologia», o que muito nos honra e, naturalmente, significa que se atingiram os objetivos didáticos que se pretendia.

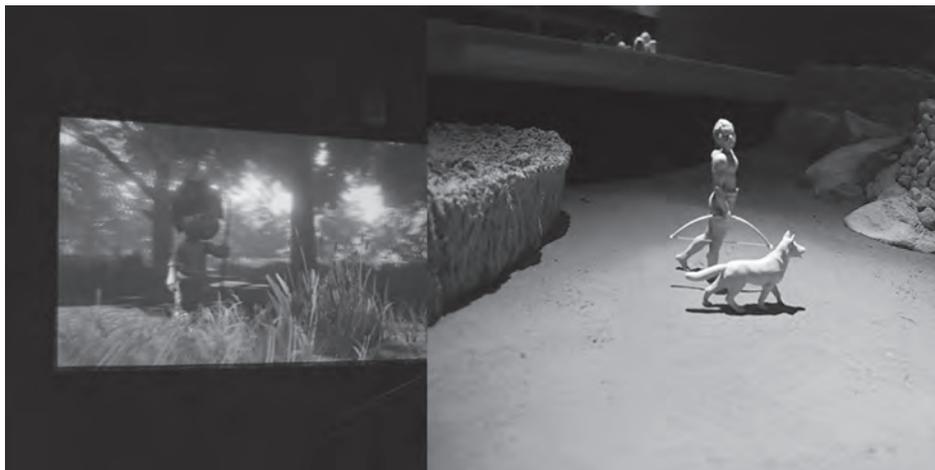


Fig. 6 – Filme 3D e pormenor da maquete do povoado.

aumento de turistas na região e a ampliação da oferta de visitas no concelho, é apresentada a opção de compra de um bilhete conjunto que permite não só visitar este museu, mas também o Fluviário.

Quando o visitante inicia a viagem no tempo, na sala de exposições, é convidado a seguir o Pedritas, uma criança que vivia no Neolítico final e que é a mascote oficial do museu. Neste filme em animação 3D (fig. 6), o observador descobre o quotidiano das populações antigas através dos olhos de uma criança, as suas atividades realizadas no interior e exterior do povoado, bem como os rituais associados à construção de um recinto megalítico como o das Fontainhas, situado na freguesia de Pavia.

O trilho museológico, por entre o labirinto que é a estrutura em madeira, inicia-se na «Apresentação», um módulo cuja finalidade é demonstrar, através de um conjunto de maquetes: i) a distribuição dos monumentos megalíticos do Alentejo e Estremadura Portuguesa; ii) a representação do recinto megalítico dos Almendres, na fase final da sua construção; iii) um povoado fortificado como, por exemplo, o Castelo de Pavia, com reprodução de algumas das suas atividades (fig. 6); iv) a reprodução da estrutura arquitetónica da maior anta de Portugal, a Anta Grande do Zambujeiro, com a exemplificação de como os enterramentos se processavam.

«Vida», o módulo seguinte, tem representados dois povoados, o Povoado da Barroca e o Povoado do Castelo de Pavia. Para a apresentação dinâmica do espólio arqueológico, este espaço incorpora duas mesas interativas. A mesa interativa do Povoado da Barroca, por ser um povoado de transição, Mesolítico/Neolítico, permite a descoberta de atividades que ali se desenvolviam, como o início da agricultura, e a identificação dos instrumentos que eram utilizados. A mesa interativa associada ao Povoado do Castelo de Pavia é uma viagem no

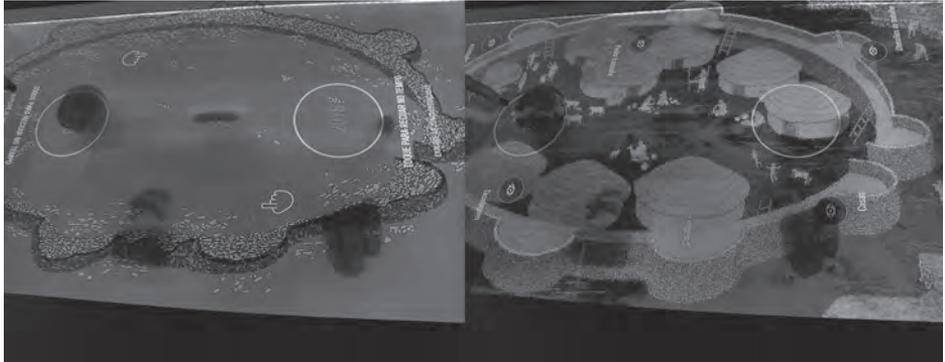


Fig. 7 – Mesa interativa do povoado.



Fig. 8 – Exemplo de um dos jogos interativos e do *bowling*, na sala de atividades.

tempo. Mostra, inicialmente, como seria o povoado quando foi descoberto por Vergílio Correia, no início do século XX (fig. 7). Ativada através do toque, assiste-se ao recuar no tempo e, no final, ressurgue com o aspeto que teria no Neolítico final/Calcolítico, sendo ainda possível, depois, visualizar materiais associados a este tipo de povoados.

A «Morte» é certa... Este módulo está dividido em dois tipos de estruturas funerárias, as antas e as grutas. A própria estrutura em madeira representa a arquitetura destes sepulcros e possui também duas mesas interativas. Na primeira é possível escavar um enterramento existente dentro de uma anta, identificando no seu interior os restos osteológicos do inumado e o espólio associado. Na mesa interativa da gruta, a única colocada na vertical, numa das paredes do museu, é possível iluminar-se o seu interior e ir descobrindo o espólio associado aos enterramentos neolíticos provenientes da Lapa do Bugio, em Sesimbra.

O módulo da «Contemplação» possui um mapa interativo no chão que permite ao visitante caminhar sobre ele, posicionar-se e escolher o que pretende visualizar, monumentos megalíticos ou grutas, através de vídeos e fotografias.

A sala de atividades, localizada no extremo oposto do espaço museológico (fig. 1, n.º 2), suscita a diversão através de um conjunto diversificado de jogos como o *bowling*, a projeção interativa de jogos no chão (fig. 8), ou as mesas com jogos de memória ou *quizzes*. Esta sala permite ainda desenvolver oficinas do projeto pedagógico do museu, como «Quem Quer Ser Um Arqueólogo?», «Pão com Queijo» e «Pinturas Rupestres», entre outras, mas também oficinas realizadas por formadores convidados, como foi o caso da Oficina de Talhe, realizada pelo Doutor Nelson Almeida. Este espaço é também destinado, pela sua grande dimensão, à exibição de exposições temporárias ou à realização de palestras.

4. DA RECIPROCIDADE DO PÚBLICO

A reação positiva do público à exposição e às atividades tem-nos feito crescer e acreditar que o Museu Interativo do Megalitismo de Mora não é apenas mais um museu do interior de Portugal. A inovação faz, de facto, a diferença e o concelho de Mora tem apostado nessa via. É por isso frequente revermos visitantes, que não só gostam das novidades do museu, mas também de voltar à exposição ou à sala de atividades.

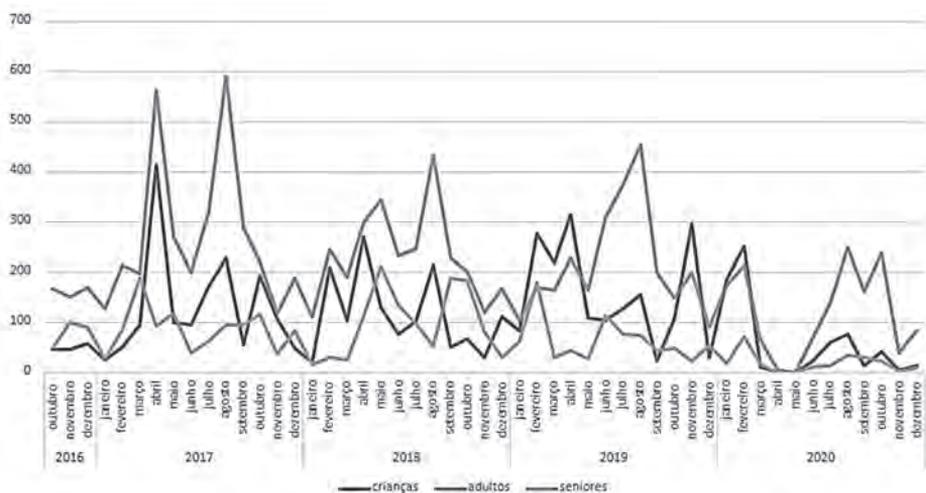


Gráfico 1 – Relação do público por faixa etária (crianças/adultos/seniores) / meses do ano (entre outubro de 2016 e dezembro de 2020)

O público principal são os adultos e as crianças, como é visível no gráfico 1. Os picos representados retratam dois períodos de férias escolares, o da Páscoa e o do verão. Nos meses correspondentes, as famílias, sobretudo, escolhem os concelhos de Mora ou Montargil para descansar/visitar, o que se reflete no aumento proporcional de adultos e crianças. Nos restantes meses, o elevado número de

crianças deve-se sobretudo a visitas de estudo, que chegam a superar o número de visitantes adultos. A programação de excursões seniores não parece carecer de escolha específica no ano, ao contrário do que acontece com as outras duas faixas etárias.

Contudo, esses valores representam períodos do ano específicos e públicos diferentes, não só divididos por faixas etárias como também pelo objetivo da visita ao museu, se em lazer ou educacionalmente. Os números de crianças revelados no gráfico 1 são resultado das visitas de estudo dos alunos de 5.º e 7.º anos e devem-se ao facto de, no primeiro período, os dois anos terem as matérias referentes à Pré-História.

As visitas de estudo do Ensino Secundário e Universitário ao museu são praticamente inexistentes. O Ensino Secundário inicia o programa letivo com a Antiguidade Clássica, no 10.º ano, seguindo até à História Contemporânea, no 12.º ano. Logo, existirá preferência por museus que abranjam a matéria lecionada, razão pela qual o Museu Interativo do Megalitismo está obviamente excluído. Em contrapartida, no Ensino Superior, o diminuto número de estudantes universitários é resultado da falta de fundos para visitas de estudo. As visitas registadas neste segmento são de alunos de Arqueologia da Universidade de Évora.

5. DO NORMAL ÀS SOLUÇÕES DE CONTINGÊNCIA

No mês de fevereiro de 2020 foi identificado um novo vírus que desencadeou uma pandemia mundial. Para erradicar a sua propagação, o governo português acabou por se ver obrigado a entrar em «estado de emergência», com o encerramento de inúmeros estabelecimentos comerciais e culturais, o que afetou, naturalmente, o normal funcionamento do Museu Interativo do Megalitismo. Assim, no ano de 2020, o museu fechou portas entre março e junho, mas, durante esse período, apesar de encerrado ao público, continuou a funcionar. Para incentivar o público a não desistir e a acreditar que dias melhores viriam, mostrámos o que de melhor tínhamos para oferecer. Recriámos, então, o processo de divulgação do património megalítico, através das redes sociais.



Fig. 9 – Exemplo de um dos vídeos disponíveis na página de Facebook do museu.

Durante as campanhas de escavação e as prospeções são criados inúmeros conteúdos digitais que ficam, por vezes, com os arqueólogos. A esses conteúdos deu-se uma nova vida. Foram criadas visitas guiadas *online* e, com a narração de umas das signatárias LR (fig. 9), os vídeos já realizados (dez) permitiram dar a conhecer diferentes tipos de conteúdos, como a apresentação de um sítio arqueológico, de uma peça, ou até mesmo a história do nosso museu.

Ficha Técnica do Núcleo Regional do Megalitismo de Mora

ARQUITETURA

CVBD Arquitetos Associados

Especialidade: Projetual – Serviços de Engenharia

Paisagismo: BOUND – Arquitectos Paisagistas

Sinalética: P-06 Atelier

EXPOSIÇÃO

Comissariado Científico: Leonor Rocha (Universidade de Évora)

Montagem: Leonor Rocha (coordenação) / José Manuel

Frasão / C. M. Mora

Tradução: Sofia Lovegrove Pereira

MUSEOGRAFIA

P06 Atelier + Site – Specific Arquitectura

APOIO/CEDÊNCIA ESPÓLIOS

Museu Nacional de Arqueologia

Direção Regional de Cultura do Alentejo

Direção-Geral de Veterinária

Câmara Municipal de Sesimbra

INTERATIVIDADE E MULTIMÉDIA

Edigma

PRODUÇÃO GRÁFICA

Demetrometro, L.^{da}

BIBLIOGRAFIA

ALVIM, P.; ROCHA, L. (2011) – Os menires do Alto da Cruz: novos dados e algumas reflexões sobre o Megalitismo da área de Brotas (Mora). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 14, p. 41-55.

CALADO, M.; ROCHA, L. (2008) – Sources of monumentality: standing stones in context (Fontainhas, Alentejo Central, Portugal). In DINIZ, M., ed. lit. – *Early Neolithic in Iberian Peninsula Regional and transregional components = Le Néolithique ancien dans la Péninsule Ibérique. Les éléments régionaux et transrégionaux*. Oxford: Archaeopress. p. 61-70. (BAR International Series; S1857).

CALADO, M.; ROCHA, L.; ALVIM, P. (2012) – *O Tempo das Pedras. Carta Arqueológica de Mora*. Mora: Câmara Municipal de Mora.

CALADO, M.; ROCHA, L.; ALVIM, P. (2007) – Neolitização e Megalitismo: o recinto megalítico das Fontainhas (Mora, Alentejo Central). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 10:2, p. 75-100.

CÂMARA, A.; ROCHA, L.; BATISTA, T. (2017) – A Arqueologia aérea: métodos e técnicas para a observação de dólmenes. O caso de Mora e Arraiolos. In *Arqueologia em Portugal 2017 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 529-540.

CORREIA, V. (1914) – Crónica. Excursões arqueológicas ao Alentejo. *O Archeólogo Português*. Lisboa. S. 1, 19, p. 189-192.

CORREIA, V. (1921) – *El Neolítico de Pavia*. Madrid: Museo Nacional de Ciencias Naturales.

DUARTE, C.; ROCHA, L.; PINHEIRO, V. (2003) – A necrópole da 1.ª Idade do Ferro do Monte da Têra (Pavia). In MATEUS, J. E.; MORENO-GARCÍA, M., ed. lit. – *Paleoecologia Humana e Arqueociências: um Programa Multidisciplinar para a Arqueologia sob a tutela da Cultura*. Lisboa: IPA. p. 269-270. (Trabalhos de Arqueologia; 29).

FAUSTINO, A.; ROCHA, L. (2016) – Datação direta e análise de paleodietas dos indivíduos da anta de Cabeceira 4.ª: contribuição para o estudo

- das origens do megalitismo do centro e sul de Portugal. *DigitAR. Revista digital de Arqueologia, Arquitetura e Artes*. Coimbra, 3, p. 53-61.
- LEISNER, G.; LEISNER, V. (1959) – *Die Megalithgraber der Iberischen Halbinsel: Der Westen*. Berlin: W. de Gruyter. II-2.
- MOITA, I. (1956) – Subsídios para o estudo do Eneolítico do Alto Alentejo. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 2. 3, p. 135-176.
- ROCHA, L. (1997a) – *Povoamento Megalítico de Pavia. Contributo para o conhecimento da Pré-História Regional*. Tese de mestrado policopiada. Lisboa: FLL.
- ROCHA, L. (1997b) – Os menires de Pavia, Mora (Portugal). In *Congreso Peninsular de Arqueologia*, 2, Zamora, 1996. Actas. Zamora: Fundación Rei Afonso Henriques. Tomo II, p. 221-228.
- ROCHA, L. (1999a) – *Povoamento Megalítico de Pavia. Contributo para o conhecimento da Pré-História Regional*. Mora: Câmara Municipal.
- ROCHA, L. (1999b) – Aspectos do Megalitismo da área de Pavia, Mora (Portugal). Lisboa: *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 2:1, p. 71-94.
- ROCHA, L. (1999c) – O megalitismo funerário da área de Pavia, Mora (Portugal). Estado actual da investigação. In *Congrés del Neolític a la Península Ibèrica*, 2, Valencia, 1999. València: Universitat de València. p. 604-622.
- ROCHA, L. (2000) – *O Alinhamento do Monte da Têra, Pavia (Mora): resultados da 1.ª campanha (1996)*. Lisboa: IPA. p. 183-194. (Trabalhos de Arqueologia; 16).
- ROCHA, L. (2001) – Povoamento Pré-histórico da área de Pavia. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 4:1., p. 17-43.
- ROCHA, L. (2003a) – O monumento megalítico da I Idade do Ferro do Monte da Têra (Pavia, Mora). Sectores 1 e 2. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6:1., p. 121-129.
- ROCHA, L. (2003b) – *O monumento megalítico do Monte da Têra (Pavia, Mora), Sector 2: resultados das últimas escavações*. Lisboa: IPA. p. 339-350. (Trabalhos de Arqueologia; 25).
- ROCHA, L. (2005) – *As origens do megalitismo funerário no Alentejo Central: a contribuição de Manuel Heleno*. Tese de doutoramento policopiada. Lisboa: FLL.
- ROCHA, L. (2010) – Arte rupestre e sociedades camponesas. Uma associação sistemática no Alentejo Central (Portugal). *FUMDHAMENTOS*. Piauí: Fundação Museu do Homem Americano. IX. Artigo 103.
- ROCHA, L. (2012) – Anta do Monte das Figueiras. In *O Tempo das Pedras. Carta Arqueológica de Mora*. Mora: Câmara Municipal de Mora.
- ROCHA, L. (2015) – A Anta-Capela de Pavia (Mora): novos dados sobre o megalitismo desta área. In MEDINA ROSALES, N., ed. – *Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*, 7, Aroche. Aroche: Ayuntamiento de Aroche, p. 235-250.
- ROCHA, L. (2016a) – Percorrendo antigos [e recentes] trilhos do Megalitismo Alentejano. In SOUSA, A. C.; CARVALHO, A; VIEGAS, C., ed. lit. – *Terra e água. Escolher sementes, invocar a deusa: Estudos em homenagem a Victor dos Santos Gonçalves*. Lisboa: P. 167-177. (*Estudos & Memórias*; 9).
- ROCHA, L. (2016b) – Nouvelles [et anciennes] données sur l'art mégalithique en Alentejo. *ARPI. Arqueología y Prehistoria del Interior Peninsular*. Alcalá de Henares. 4, p. 237-247.
- ROCHA, L. (2017) – Contributo para o estudo da neolitização do Alentejo Central: o povoamento mais antigo na área de Mora (Portugal). *Scientia Antiquitatis*. Évora. 1/2017, p. 83-100.
- ROCHA, L. (2018a) – Museu Interativo de Mora: o primeiro museu de megalitismo em Portugal. *Anuário do Património*. Lisboa. 3, p. 247-251.
- ROCHA, L. (2018b) – Património arqueológico no concelho de Mora: um exemplo de gestão. In ROSAS, L.; SOUSA, A. C.; BARREIRA, H., coord. – *GENIUS LOCI. Lugares e significados = Places and Meanings*. Porto: CITCEM. vol. 3, p. 105-116.
- ROCHA, L. (2018c) – Novos dados sobre o megalitismo de Mora. *Scientia Antiquitatis*. Évora. 2, p. 3-22.
- ROCHA, L. (2018d) – A Anta dos Pardais 4 (Cabeção, Mora) novos dados arqueológicos sobre o megalitismo de Mora. In *Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*, 8, Serpa. Atas. Serpa: Câmara Municipal de Serpa. p. 35-46.

ROCHA, L. (2020) – Datações absolutas para contextos funerários do Sul de Portugal: algumas reflexões em torno das arquiteturas e dos espólios. *Scientia Antiquitatis*. Évora. 2, p. 81-104.

ROCHA, L.; ALVIM, P. (2015) – Novas e velhas análises da arquitectura megalítica funerária: o caso da Mamoa do Monte dos Condes (Pavia, Mora). In *Congresso do Neolítico peninsular*, 5, Lisboa, 2011. Actas. Lisboa: Uniarq. p. 557-563. (Estudos & Memórias; 8)

ROCHA, L.; ALVIM, P. (2016) – Alto da Cruz (Mora, Portugal): um exemplo da diversidade e ritualidade megalítica. In *Congreso del Neolítico en la Península Ibérica*, 6, Granada. Granada: Facultad de Filosofía y Letras Universidad. p. 107. Libro de resúmenes de comunicaciones y pósteres.

ROCHA, L.; ALVIM, P. (2018) – *O Menir do Cabeço da Areia (Brotas, Mora)*. In Senna-Martínez, J. C.; Diniz, M.; Carvalho, A. F., ed. lit. – *De Gibraltar aos Pirenéus. Megalitismo, vida e morte na fachada atlântica peninsular*. Nelas: Fundação Lapa do Lobo. p. 341-352.

ROCHA, L.; CALADO, M. (1996) – Neolitização do Alentejo Interior: Os casos de Pavia e Évora. *Rubricatum*. Gavà- Bellaterra. 2, p. 673-682.

ROCHA, L.; CALADO, M. (2006) – *Megalitismo de Mora: nas fronteiras do Alentejo Central*. Lisboa: Apenas Livros.

ROCHA, L.; CALADO, M., ALVIM, P. (2011) – Carta Arqueológica de Mora. In ALMEIDA, M.^a J.; CARVALHO, A., ed. lit. – *Encontro Arqueologia e Autarquias*. Cascais: C. M. Cascais, p. 155-164.

ROCHA, L.; DUARTE, C.; PINHEIRO, V. (2005) – A necrópole da 1.^a Idade do Ferro do Monte da Têra, Pavia (Portugal): dados das últimas intervenções. In *Simpósio Internacional de Arqueologia de Mérida: Protohistoria del Mediterráneo Occidental*, 3, Mérida. Actas. Madrid: CSIC; Badajoz: Junta de Extremadura; Consórcio de Mérida, p. 605-614.

ROCHA, L.; MATALOTO, R. (2012) – O conjunto megalítico do Monte da Têra. *O Tempo das Pedras*. In *Carta Arqueológica de Mora*. Mora: Câmara Municipal de Mora.

ROCHA, L.; MIRÃO, J. (2018) – Novos dados sobre o megalitismo de Mora: a Anta do Pequito Velho (Mora, Portugal). *Scientia Antiquitatis*. Évora. 2., p. 3-22.

TELES, L.; ROCHA, L. (2017) – Os componentes de tear no Castelo de Pavia. *Arqueologia em Portugal 2017 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 661-670.

OUTRAS FONTES:

Boletim Municipal n.º 116, 2016

Dados Museu Interativo do Megalitismo

O Museu de Lisboa – Teatro Romano e o projeto de investigação «Saudades da Rua da Saudade»*

The Museum of Lisbon – Roman Theatre and the research project «Saudades da Rua da Saudade»

LÍDIA FERNANDES**, CAROLINA GRILO**, DANIELA ARAÚJO***,
MARIA MIGUEL LUCAS****, ANA COSME*****

RESUMO

O projeto de investigação «Saudades da Rua da Saudade» que o Museu de Lisboa – Teatro Romano iniciou em finais de 2016 pretendeu captar algumas das poucas memórias que resistiam na mente dos habitantes mais antigos da zona onde se localiza o teatro romano da antiga cidade de *Felicitas Iulia Olisipo*.

Reconhecida a necessidade do estímulo social no processo educativo, o museu tem procurado uma crescente valorização dos contextos informais de educação, apostando na coesão social e numa crescente humanização das práticas museológicas, entendendo-se que a construção de ligações de proximidade é um fator essencial à sua própria afirmação. Procurou-se uma divulgação do património arqueológico desta área citadina dirigida aos visitantes do museu, mas, especialmente, à população residente, à atual e à mais antiga, que presenciou as primeiras fases de descoberta do monumento romano. Este projeto materializou-se em diversas iniciativas, destacando-se a realização de uma exposição temporária, na galeria de exposições da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, uma publicação e um espetáculo em memória do poeta Ary dos Santos.

Palavras-chave: Teatro Romano – Museu de Lisboa – Memória – Investigação – Território

* Comunicação apresentada no 3.º Encontro Nacional de Museus com Coleções de Arqueologia, que se realizou em outubro de 2018, no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa, Portugal.

** Arqueólogas. Museu de Lisboa – Teatro Romano / EGEAC. *E-mail*: lidiafernandes@egeac.pt, *e-mail*: carolinagrilo@egeac.pt.

*** Antropóloga. Museu de Lisboa / EGEAC. *E-mail*: danielaaraujo@egeac.pt.

**** Arqueóloga. DGPC. *E-mail*: mariamiguel@gmail.com.

***** Antropóloga. Câmara Municipal de Lisboa. *E-mail*: ana.cosme@cm-lisboa.pt.

ABSTRACT

The research project «Saudades da Rua da Saudade» started in 2016 by the Museum of Lisbon – Roman Theatre intended to capture some of the few remaining memories of the oldest inhabitants of the area where the ancient Roman theatre of *Felicitas Iulia Olisipo* was located.

Given the need of social stimulus in the educational process, the Museum has sought an ongoing valorisation of informal educational contexts, while searching for a growing humanization of museological practises, assuming that the construction of a proximity policy is a key factor to its affirmation.

The aim was to display the archaeological heritage of this urban area to the public but mostly to its new and older residents who were witnesses of the first phases of the discovery of the Roman monument. The project had different initiatives, from a temporary exhibition in the gallery of the Junta de Freguesia de Santa Maria Maior to a book print and a concert in memory of the poet Ary dos Santos.

Keywords: Roman Theatre – Museum of Lisbon – Memory – Research – Territory

INTRODUÇÃO

Atualmente, os museus detêm um papel fulcral na sociedade e a sua abrangência de funções tem feito com que sejam considerados não apenas como guardiões do passado, lugares de guarda e preservação de objetos, mas, de igual modo, como locais de preservação da memória.

A noção de museu, o tradicional «lugar das musas», abrange também esta vertente. A palavra «museu» provém do grego, significando os templos ou santuários onde as musas, filhas de Zeus e Mnemósine, habitavam. O termo significa também a biblioteca ou espaço criativo, pois era o local dedicado à música e às artes. «Museu» é, deste modo, sinónimo de casa e memória, de criação e resguardo. E não se pode, ontem como hoje, dissociar estas duas vertentes do atual conceito de museu: a proteção do passado e da memória, mas também a sua reanimação e interpretação. Fazer prevalecer uma destas componentes corresponde a truncar a essência de um museu no seu completo e correto significado e entendimento (Fernandes, 2020, p. 431-445).

Estas questões são tanto mais importantes quando se revê nos presentes dias uma nova definição de museu, alteração substancial de forma e conteúdo que acompanha, afinal, a própria complexificação da sociedade e, do mesmo modo, as novas grandes questões que a evolução social tem acarretado, sendo, ela mesma, causa e efeito dessas novas vertentes, campos de ação e de pensamento.

«Tornar museu» pode, no entanto, suscitar um sentido negativo do conceito, que aproximáramos à ideia de «congelar no tempo» ou de eternizar algo que já não vive. Esta aceção é algo que, hoje em dia, é profundamente oposta ao que se espera que seja a função de um museu.

Atualmente, um museu é muito mais o que faz do que aquilo que tem e, nesta assunção, integram-se as questões «para que serve um museu» e «o que faz um museu». O papel destas instituições passou a abarcar uma dimensão social

muito mais relevante do que antes e ao museu vai-se repetidamente não porque se queira rever uma exposição – embora tal requisito seja sempre válido mas porque acontecem coisas diferentes e/ou porque o que se vai ver se revela importante o suficiente para obrigar os visitantes a voltar uma e outra vez.

É precisamente isto que procuramos fazer no Museu de Lisboa – Teatro Romano. No entanto, não podemos esquecer que tais chamamentos, que levam o público a ir renovada e repetidamente a este e a outros espaços, não se justificam por si. Sem que esteja subjacente uma razão válida, consubstanciada, fundamentada e legítima, não há uma genuína justificação que valide a função do próprio museu. Os museus podem, também, ser locais de entretenimento, mas não é essa a sua razão de ser e decerto que muitos outros espaços, instituições e serviços desempenharão muito melhor tal papel. Não é essa a sua essência e não podem ser definidos apenas como tal.

O desígnio dos museus é outro e é nesse porvir que entendemos as vertentes de reforço social que os museus, cada vez mais, desempenham. Neste contexto, o projeto que encetámos em 2016 e que se revelou de forma mais sistemática e consequente em 2017 e 2018 procurou identificar, mas também incentivar, um reforço social comunitário da área onde se insere o Museu de Lisboa – Teatro Romano.

Mark Taylor (2013) defende que, como lugares onde as pessoas encontram um sentido que identifica o seu modo de vida, os museus têm o potencial de se transformar em catalisadores de mudança social. A utilização deste tipo de estratégias é defendida por uma multiplicidade de autores e escolas desde o advento da Nova Museologia, em meados do século XX, para não recuar aos primórdios oitocentistas de alguns museus. As recomendações da UNESCO para a implementação de boas práticas museológicas traduzem, de alguma forma, o pulsar desses movimentos académicos e de opinião, surgidos em diversos cenários de forma adaptada às diferentes realidades mundiais. Podemos referir aquelas que mais se relacionam com a metodologia e as filosofias de intervenção que nortearam o programa museológico do Museu de Lisboa – Teatro Romano e o projeto «Saudades da Rua da Saudade» que aqui se apresenta, como a *Declaração de Santiago do Chile* (1972) para a fundamentação de uma «museologia integral», a *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* (2006) e a mais recente *Recomendação de Paris, para a promoção dos museus e das coleções, da sua diversidade e do seu papel na sociedade* (2015).

A observação de uma paisagem urbana que todos os dias se transforma determina a perceção das imagens e memórias como um bem cultural escasso e valioso. Sendo um coletor dos passados que regista, conserva, estuda, interpreta, expõe e divulga, o Museu de Lisboa – Teatro Romano está consciente da função científica e social que assume na (re)construção de narrativas e também da importância

da preservação dessas memórias do(s) passado(s) recolhidas no presente. Para esse efeito é necessário conhecer o acervo que lhe cumpre preservar tanto como o meio urbano e a comunidade de vizinhos em que se insere. O processo de colecionar memórias tem ainda a vantagem de levar ao conhecimento das pessoas que as detêm, mapeando as suas histórias de vida, um documento sociológico da maior relevância para a interpretação da cidade. Compete ao museu a função de produzir uma revisão da história que integra tais narrativas. Defende-se, assim, que os museus – numa altura em que o mundo virtual ameaça substituir o real – devem assumir a responsabilidade social e científica de recolher e estudar as (i) materialidades, salvaguardando-as da extinção.

A recolha das histórias de vida por detrás da cidade faculta ainda ao museu a possibilidade de preservar os valores que caracterizam a contemporaneidade, registando, para transmissão futura, o seu pensamento crítico, consciente e/ou inconsciente.

Reconhecida a necessidade do estímulo social no processo educativo, o Museu de Lisboa – Teatro Romano sabe que o humor, a emoção ou a recreação lúdica são, mais do que nunca, ferramentas essenciais ao sucesso e eficácia dos processos de comunicação¹, registando-se uma tendência para a crescente valorização dos contextos informais de educação. Esta tendência, juntamente com a aposta na esfera da coesão social, tem resultado na crescente humanização das práticas museológicas, entendendo-se que o acolhimento e a construção de ligações de proximidade são fatores essenciais à afirmação de um museu na cidade.

No que respeita ao sítio arqueológico do teatro romano, os resultados arqueológicos de dezenas de anos de investigação e escavação possibilitaram o acumular de conhecimentos sobre um conjunto de bens móveis e imóveis, materiais e imateriais que proporcionam diferentes tipos de abordagens temáticas no tempo e espaço da história. A exploração destes temas deve proporcionar o contacto direto com os objetos presentes no espaço museológico e abordar os seus múltiplos aspetos, sentidos e significados, na perspetiva de contribuir para a sua apropriação consciente por parte dos públicos. Os museus foram passando do enfoque no objeto para o enfoque nas pessoas, sobressaindo no século XXI aqueles que trabalham com as pessoas (Holden, 2010), a começar pela comunidade de vizinhos mais próximos e pela forma como se expõem os conteúdos que aborda. O trabalho direto com os públicos a partir do diagnóstico prévio das potenciais expectativas de cada grupo é vital para alicerçar uma relação de conhecimento e confiança com a comunidade e para a construção gradual do valor cultural de um projeto museológico.

¹ Cf., entre outros, Bruno, 2014.

1. O PROJETO «SAUDADES DA RUA DA SAUDADE»: GÉNESE E ENQUADRAMENTO

O projeto de investigação «Saudades da Rua da Saudade» que o Museu de Lisboa – Teatro Romano iniciou em finais de 2016 pretendeu captar algumas das poucas memórias que resistiam na mente dos habitantes mais antigos da zona onde se localiza o teatro romano da antiga cidade de *Felicitas Iulia Olisipo* (fig. 1), cumprindo os propósitos acima enunciados.

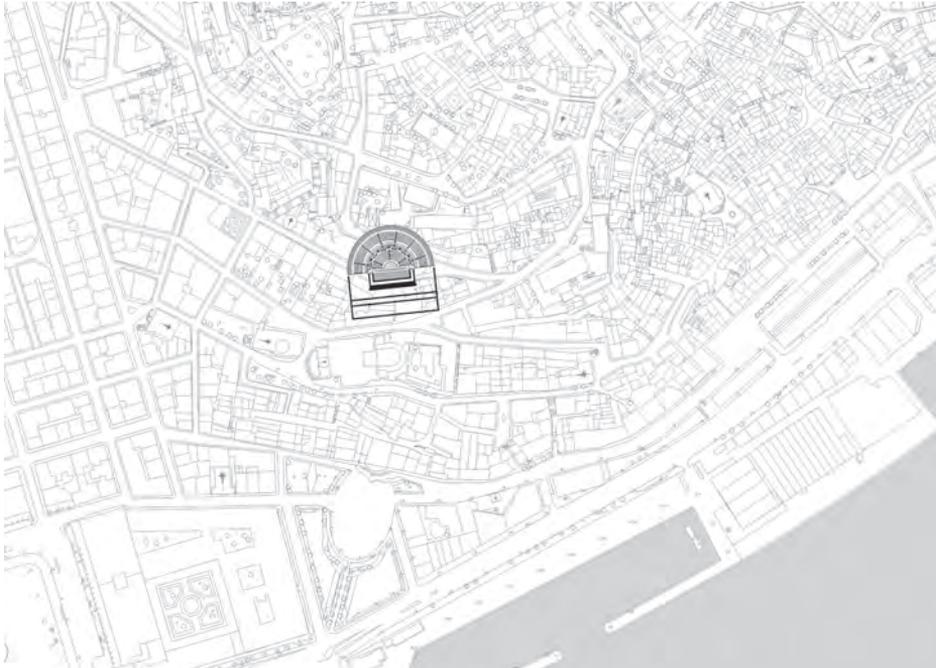


Fig. 1 – Localização do teatro romano de Lisboa entre as ruas de São Mamede e da Saudade.

A descoberta sistemática do local arqueológico ocorreu a partir de 1964² e, pelo impacto que teve, área abrangida e duração temporal de que se revestiu, constitui um marco histórico para a cidade e, em especial, para a população desta área citadina.

As eventuais recordações sobre esses passados, repletos de informações que, de alguma forma, se ligam à descoberta do monumento romano, ou tão-somente pequenas memórias que a memória guardou, deparam-se preciosas com vista a um mais profundo conhecimento das primeiras etapas de descoberta do teatro romano.

² De facto, a descoberta do monumento ocorreu em 1798, na sequência das obras de reconstrução da cidade após o terramoto de 1755, como teremos oportunidade de mencionar.



Fig. 2 – Cartaz da exposição «Saudades da Rua da Saudade», com grafismo de Sónia Teixeira Pinto.

Esse foi, precisamente, o objetivo inicial do trabalho: obter novos dados sobre as primeiras campanhas arqueológicas, perceber qual o impacto que tais trabalhos tiveram na população que habitava o local, ou os incómodos e descontentamentos que esta primeira operação de arqueologia urbana em Lisboa suscitou junto da população (fig. 2).

Foi neste contexto que foram realizadas entrevistas a vários moradores, atuais ou que já o haviam sido, mas que, entretanto, haviam mudado de morada. As conversas, longas e interessantes, mostraram-nos um outro mundo. Uma vivência já totalmente desconhecida para nós e que, talvez por isso, também mais interesse nos suscitou.

Com o desenvolvimento das entrevistas e com a continuação do trabalho de investigação, especialmente nos arquivos da Câmara Municipal de Lisboa – através da consulta dos Processos de Obra de cada um dos edifícios, das imagens do Arquivo Fotográfico e da restante pesquisa bibliográfica realizada –,

a quantidade de informação foi-se adensando e o projeto, inicialmente modesto, foi tomando novos contornos e tornando-se mais ambicioso.

O objetivo do trabalho era conhecer uma outra faceta, mais antropológica, mais atual e humanista do património sociológico que envolveu a intervenção arqueológica de um dos mais emblemáticos edifícios romanos da cidade.

Mas outro dos objetivos subjacentes ao desenvolvimento deste projeto foi, igualmente, dar a conhecer o Museu de Lisboa – Teatro Romano, divulgar o monumento romano e o museu que lhe é dedicado e que permanece, sob os nossos pés, entre a Rua de São Mamede e a Rua da Saudade. O facto de um monumento romano do século I d. C. permanecer no coração de uma capital é, por si, um facto notável, especialmente se pensarmos que sobreviveu ao casario compacto que sobre ele se erigiu, aos muitos terremotos que assolaram a cidade e à pilhagem de quase todas as suas pedras, que permitiram reerguer a cidade após o terramoto de 1755.

As vicissitudes da descoberta do monumento revelam contornos não menos interessantes. O muito esforço de alguns, o azar de algumas situações e as coincidências felizes, em outros casos, uniram-se para forjar uma história plena de episódios insuspeitos, preenchido por pessoas que viveram neste local ou cujo destino, de algum modo, se enredou com o deste antigo teatro romano construído nos inícios do século I d. C.

E como somente se protege o que se conhece, um dos principais e fundamentais objetivos do museu é, como já referimos, dar a conhecer o monumento céptico romano. Abrir as portas a todos os públicos, divulgar o espólio recolhido ao longo de muitas intervenções arqueológicas, transmitir alguns dos conhecimentos que uma longa investigação, iniciada há mais de 50 anos, permitiu recolher constituem algumas das vertentes de atuação e missão do museu. Mas esta missão apenas se pode cumprir se o conjunto de informações acima mencionadas for recebido, percebido e, eficiente e corretamente, rececionado pelo público.

2. AS MISSÕES DO MUSEU: CRIAÇÃO EM 2001 E REABERTURA EM 2015

A reabertura do Museu de Lisboa – Teatro Romano em setembro de 2015, após as obras de renovação e valorização implementadas nos dois anos anteriores, levou a que se preconizasse uma maior divulgação do equipamento museográfico de forma a colmatar o esquecimento a que esteve sujeito ao longo do período de encerramento.

O objetivo que se pretendia era, naturalmente, divulgar o museu, mas também torná-lo mais usufruível por parte do público. Este intuito foi especialmente direcionado à população local, com vista a tornar o museu num centro de encontro e de partilha, um espaço de divulgação do monumento romano, mas, especialmente, da história do sítio.

As tão mencionadas acessibilidades de um museu não se limitam às componentes físicas e, cada vez mais, as acessibilidades das instituições públicas traduzem-se, igualmente, pela forma como a comunicação é feita e pelo modo como os conteúdos são recebidos. A acessibilidade da linguagem é, pois, um dos objetivos a alcançar.

Nesta transmissão de conhecimentos, os meios a utilizar não se podem limitar aos mecanismos tradicionais, têm igualmente de ser motivadores e de ser reconhecidos como um elemento relevante que auxilia o entendimento de uma herança comum. Os museus inserem-se na sociedade, são causa/efeito da cultura social que promove e suscita a sua criação e só desse modo devem ser entendidos.

No entanto, entre a criação do museu, em 2001, com a designação de Museu do Teatro Romano, e a sua reabertura, em finais de 2015, já com a atual designação de Museu de Lisboa – Teatro Romano, a população residente na área envolvente ao espaço museográfico havia sofrido profundas alterações.

Vários vizinhos foram abandonando as ruas, mudando-se para outros locais, ao passo que outros morreram. De forma muito rápida, uma população idosa, conhecedora do local, deu lugar a uma população bastante mais nova, com poucos laços de convivência entre si e um reduzido conhecimento do sítio. Este fenómeno de substituição da população foi acompanhado por uma renovação do

edificado, por um investimento imobiliário que alterou a fisionomia das casas e, especialmente, obrigou e suscitou uma substituição dos seus usufruidores.

Estrangeiros, pessoas mais novas e pessoas com menos constrangimentos económicos passaram a habitar as ruas de São Mamede e da Saudade. Turistas que visitam a cidade em poucos dias passaram a alojar-se na área envolvente ao teatro romano sem dele lhe conhecerem a história ou as peripécias do seu aparecimento e descoberta. São habitantes de curta duração, que aproveitam o sítio privilegiado oferecido por estas ruas, fora do bulício do pitoresco Bairro de Alfama, mas paredes-meias com este bairro, e que as cruzam com destino ao Castelo de S. Jorge ou, a sul, em direção à Baixa Pombalina.

Os elos de vizinhança perderam-se de forma repentina. Os moradores não se cumprimentam na rua, desconhecem-se as caras e ainda mais as histórias de cada um. Desconhecem-se as famílias e o seu local de origem. É uma nova população, são novas pessoas e novos contextos, novas existências que substituem outras, perante a imutabilidade das ruínas de um teatro romano que, entre a Rua de São Mamede e a Rua da Saudade, teimam em permanecer à vista de todos.

Estas artérias, durante muito tempo ocupadas por uma população de baixos recursos económicos, são hoje cobiçadas pela sua vista para o Tejo. Donas de casa, caixeiros-viajantes, trabalhadores fabris, empregadas de limpeza, antigos tipógrafos, vendedores de lojas, antiquários dão hoje lugar a arquitetos, *designers*, negociantes de arte, consultores de empresas, famílias de outras nacionalidades que adotam para si estes novos apartamentos remodelados e apetecíveis.

É uma população diferente, muito distinta da que existia há 40 ou 50 anos, e ainda mais da que aqui habitava no século XIX ou nos inícios do século XX. Uma cidade não é imutável e o seu crescimento implica alterações físicas, mas também modificações do tecido social que a povoa. Estes novos habitantes aprendem



Fig. 3 – Esquina entre a Rua de Augusto Rosa, à esquerda, e a Rua da Saudade. Fotografia do Arquivo Municipal de Lisboa.



Fig. 4 – O mesmo local da imagem anterior em 2017. Fotografia de José Avelar/Museu de Lisboa.

distintamente esta realidade urbana. Olham-na de novo, reconhecendo-lhe novos e diferentes atrativos, aproveitam-na de forma diferente e espantam-se com o que para muitos já é rotina.

No levantamento que inicialmente começámos a realizar sobre as alterações do edificado, principiámos, lentamente, a alargar a área de análise em termos cronológicos. Quando olhamos para algumas fotografias dos finais do século XIX ou inícios da centúria seguinte, é impossível não ficar um pouco saudosista. São imagens mudas que obrigam a um olhar atento de forma a perceber as mudanças entre o antes e o agora (fig. 3 e 4).

As ruas são as mesmas, muitos dos edifícios também, mas as cérceas são agora acentuadamente mais altas. A volumetria desta parte da cidade concedia-lhe uma escala distinta, mais pequena e por isso mais próxima e humana, quase lembrando uma aldeia.

Outra diferença é o facto de os edifícios parecerem mais ocupados do que hoje: roupa estendida, pessoas à janela, editais a anunciar novos produtos que chegavam à cidade ou cartazes de espetáculos que iriam ter lugar, muitas lojas abertas ao público e muitas pessoas na rua. Mulheres e homens em fatos domingueiros ou em roupa de trabalho, atarefados nos seus afazeres, com um olhar intrigado para o obliterador da máquina. Nestas imagens a preto-e-branco é também possível ver a pobreza, as ruas em terra batida, os fatos andrajosos de alguns habitantes. São instantes fotográficos que nos fazem recuar no tempo suscitando um olhar renovado.

3. AS VÁRIAS DESCOBERTAS DO TEATRO ROMANO: UM PERCURSO HISTÓRICO E SOCIAL

A descoberta do teatro romano de Lisboa foi feita por pessoas e, ao longo deste extenso processo de colocar à vista um monumento de tão grandes dimensões, os protagonistas da descoberta marcaram, também eles, a história e influíram no destino do monumento e, afinal, do próprio desenvolvimento da cidade.

Na verdade, os primeiros atores desta longa história sobre a descoberta do teatro surgem em 1798, quando o monumento cénico é inicialmente detetado. O episódio, repleto de personagens, fez, à época, correr tinta nos jornais e gazetas de então e as ruínas que surgiram no local aquando da abertura da Rua de São Mamede, inexistente até à data, suscitaram lutas entre arquitetos e intelectuais, latinistas e até ministros. Uns defendiam a manutenção e conservação dos vestígios então aparecidos, outros preconizavam a continuação dos trabalhos de engenharia e a construção da nova artéria, implicando, assim, a destruição dos vestígios.

Pela defesa da primeira ideia debatia-se um arquiteto italiano. Francisco Xavier Fabri era formado pela Academia Clementina de Bolonha e imbuído dos ecos do aparecimento das célebres ruínas de Pompeia e Herculano e, por tais razões, defensor da manutenção dos vestígios no preciso local onde haviam surgido. No segundo caso encontrava-se Manoel Caetano de Sousa, arquiteto/engenheiro encarregue da remoção dos escombros do terramoto de 1755 que ainda se mantinham por toda a cidade e que igualmente tinha por missão a abertura de novas artérias em Lisboa. Para este arquiteto, também ele da Casa Real, o mais relevante era a continuação dos trabalhos de engenharia, preconizando para o «acidente do aparecimento das ruínas» a remoção dos elementos de valor, como estátuas e inscrições, de forma a possibilitar que se prosseguisse com o planeado. Cada um destes protagonistas tinha vários seguidores e adeptos das respetivas ideias que, em escritos e palestras, faziam a apologia daquilo que, por entre as profundezas da terra, ia surgindo e do destino a dar a tais achados.

Mas o desenrolar político dos acontecimentos e o destino destas duas personagens fizeram com que as ruínas fossem esquecidas e que novos homens entrassem em cena. Com efeito, após a fuga da família real para o Brasil, em 1807, no momento em que decorria a Primeira Invasão Napoleónica, e depois de os proprietários dos terrenos onde havia sido descoberto o monumento terem mandado construir novos edifícios, a relevância daqueles vetustos achados passou para segundo plano. Aqueles que haviam assistido à descoberta das ruínas no longínquo ano de 1798 foram desaparecendo e somente em 1964 uma nova personagem entra em cena.

O destino fez com que um médico – que se tornou arqueólogo por um desaire e desgosto da sua profissão original – se tornasse o novo descobridor daquelas, novamente encobertas, ruínas. O seu nome era Fernando de Almeida, e foi ele que realizou, no rés do chão do n.º 2 da Rua de São Mamede, uma nova escavação arqueológica.

Resultou dessa escavação a redescoberta da área central do teatro, talvez coincidente com a parte identificada nos finais do século XVIII. Descobriu-se de novo a parte inferior do palco, que mantinha o seu revestimento original em *opus signinum* (cimento fino e impermeável). A norte foi identificada parte de uma área semicircular (*orchestra*), onde, em época romana, se sentava a elite cidadina (fig. 5).

Foi ainda identificada a parte inferior das bancadas, as quais aproveitavam o afloramento rochoso natural para a sua implantação, tendo-se encaixado no declive da encosta. No entanto, não foi possível visualizar a parte norte das mesmas, uma vez que os antigos muros e estruturas do teatro romano se prolongavam por áreas subjacentes aos edifícios. A questão que a seguir se colocou foi o que fazer com tais vestígios e, simultaneamente, o que fazer com os edifícios



Fig. 5 – Reconstituição da parte central do teatro romano de *Olisipo*: estrutura do *proscaenium*, *orchestra* e início das bancadas. Desenho de Carlos Loureiro/Museu de Lisboa.

que se sobrepunham ao monumento romano. É neste cenário que entra em cena uma outra personagem: uma mulher, de seu nome Irisalva Moita, que teve um papel decisivo neste processo. Elabora diversos pareceres que tinham por intuito demonstrar que o investimento na descoberta do teatro romano se traduzia num imperativo da própria edilidade. Esta deveria assumir-se, na sua opinião, como a entidade que salvaguardava o património histórico e arqueológico de Lisboa, sobrepondo-se, assim, ao papel do Estado, ao qual cabia precisamente a protecção e defesa do património. O então presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Eng.º António Vitorino de França Borges (que presidiu à edilidade entre 1959 e 1970), é sensível à questão e determina a continuação da descoberta do monumento cénico.

Entre 1965 e 1967 Irisalva Moita, conservadora-chefe dos museus municipais, assume a direcção das escavações arqueológicas no local, ação que desenvolve a par do processo de aquisição dos vários imóveis. São iniciadas várias demolições e resgatados inúmeros elementos arquitetónicos. Até 1971, sete edifícios foram adquiridos, perspetivando-se a compra de outros três. A área escavada alargava-se, colocando à vista mais estruturas romanas e completando-se a informação. O objetivo era, assim, aquele que em 1798 Francisco Xavier Fabri havia preconizado: a descoberta da totalidade do monumento, procedendo-se posteriormente à respetiva musealização (fig. 6).

Com esta posição a Câmara Municipal de Lisboa encetava uma política verdadeiramente original, traduzida pela escavação e colocação a descoberto de um antigo monumento romano, o que implicava a expropriação de edifícios, o rea-



Fig. 6 – Aspeto final da área intervencionada por Irísalva Moita. Perspetiva de nascente para poente das ruínas do teatro romano, c. 1970. Fotografia do Centro de Documentação do Museu de Lisboa.

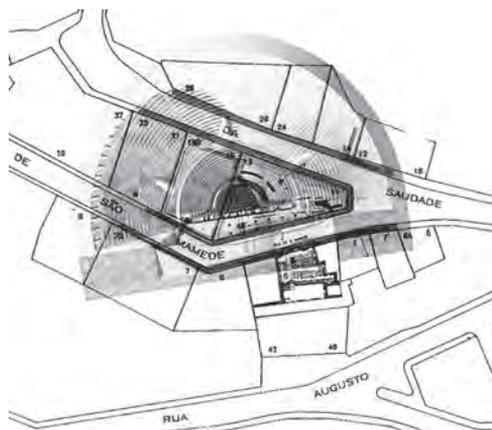


Fig. 7 – Planta com a área que o teatro romano ocuparia sobreposta aos edifícios existentes até à década de 1960. A zona triangular, no centro, é a atual área visível das ruínas do teatro. Desenho de Paulo Sales.

lojamento de pessoas e a compra dos vários imóveis sobrepostos ao teatro. Na década de 1960 teve lugar neste local a implementação de uma política camarária verdadeiramente invulgar que privilegiou o passado da cidade e a sua herança histórica como fator determinante de uma nova fisionomia cidadina (fig. 7).

Este processo foi tão rápido quanto doloroso para as famílias que habitavam nos vários edifícios comprados pela edilidade. É neste ponto que os inquéritos e a recolha de depoimentos que o museu realizou e continua a fazer obtêm uma nova perspetiva e entendimento sobre este processo.

Com efeito, embora para algumas famílias o processo tenha sido bastante complexo, habituadas que estavam ao local onde moravam, para muitas outras tratava-se de uma clara melhoria das condições de vida. Embora as indemnizações decerto não fossem de monta, a contraproposta traduzia-se em habitações novas com condições sanitárias mais modernas. Por estas razões, o processo de expropriação correu de forma, quase diríamos, linear, para o que naturalmente também concorreu o facto de tal operação imobiliária ter sido realizada sob um regime totalitário.

Ary dos Santos, figura bem conhecida da época, habitava então o apartamento no n.º 23 da Rua da Saudade, muito próximo do sítio arqueológico do teatro romano. Este edifício esteve em vias de ser adquirido com vista à sua demolição, uma vez que se pensava que o hemiciclo do teatro se prolongaria até ele. O célebre poeta, bem conhecido pela luta contra o regime fascista em vigor, inicia, então, uma verdadeira luta em nome da população da área, contestando a expropriação dos imóveis destinados a serem demolidos. Realiza abaixo-assinados e faz verdadeiros comícios. Foi através dos depoimentos que o museu recolheu no

âmbito do projeto «Saudades da Rua da Saudade» que foi possível perceber os contornos deste «movimento contestatário» liderado por Ary dos Santos. Ficaram célebres algumas manifestações que o poeta liderou incitando a população a não anuir ao que era proposto pela Câmara Municipal de Lisboa. Uma delas, em particular, ficou na memória de alguns habitantes, tendo tido lugar junto à porta da Rua de São Mamede n.º 3B. Este número é hoje o atual Museu de Lisboa – Teatro Romano e correspondia, então, ao pátio da habitação onde vivia o guarda do sítio arqueológico: Urbano Torgo Rebelo. O pátio era então o local onde se encontravam guardados os muitos elementos arquitetónicos que iam sendo recuperados nas demolições dos edifícios já comprados. Esse local, com fustes de colunas, cantarias, capitéis e outros materiais, representava, desse modo, a materialização da contestação feita pela população (fig. 8).

No entanto, apesar dos apelos de grande dramatismo e cenográficos de Ary dos Santos, a população que conseguiu reunir para a si se unir nesta luta não foi numerosa. Convém ressaltar o facto de os habitantes do n.º 23 da Rua da Saudade constituírem uma verdadeira elite cidadina, composta por artistas e intelectuais que tinham uma perceção distinta da realidade em relação à restante população, na generalidade de baixos recursos e fraca instrução.

Tudo se suspendeu com a «Revolução dos Cravos», em abril de 1974. Os tempos da revolução chegaram e o processo de aquisição e expropriação de imóveis interrompeu-se definitivamente. Os ventos não eram de feição a escavações arqueológicas, uma vez que um mundo novo se abria e os objetivos – de liberdade, de contestação, de modernidade – pouco se adequavam ao longo e demorado processo de colocar à vista testemunhos do passado de um povo que, agora, tinha outros interesses.

No jornal *A Capital* do dia 19 de junho de 1974, num artigo intitulado precisamente «Teatro romano é motivo de discórdia», lê-se que «(...) a crise habitacional verificada em Lisboa não comporta neste momento o desalojamento de muitas centenas de pessoas provocado por uma descoberta de mero valor arqueológico que, neste momento, é contrário aos princípios democráticos do 25 de Abril» (fig. 9). Esta frase é bem elucidativa do espírito da época e tudo fazia prever que o



Fig. 8 – Pátio do n.º 3 da Rua de S. Mamede com os vários elementos arquitetónicos depositados e onde permaneceram até 2001.



Fig. 9 – Excerto do jornal *A Capital*, do dia 19 de junho de 1974, onde se refere que a descoberta arqueológica do teatro, e a consequente expropriação dos edifícios, era «contrária aos princípios de Abril».

projeto de descoberta do monumento cénico romano viesse a ser interrompido, tal como, de facto, aconteceu.

Um tapume de madeira passou a rodear o antigo local das escavações e uma cobertura de zinco serviu-lhe de proteção. Por entre as frinchas das tábuas era possível observar a grande cratera, um enorme buraco onde despontavam alguns muros, mas cuja área era inacessível ao público (fig. 10).

A população foi-se habituando a conviver de perto com esta vedação provisória que se tornou permanente até 1989. A partir desse momento, a Câmara Municipal de Lisboa voltou a mostrar interesse pelo sítio. Foi constituído um gabinete (que funcionou até 1993) e uma equipa camarária recomeçou os trabalhos de escavação. A Rua da Saudade foi interrompida ao trânsito viário, criando-se um passadiço metálico que possibilitava, simultaneamente, o trânsito pedonal e a escavação da área subjacente à rua.



Fig. 10 – O tapume (lado esquerdo da imagem) que passou a rodear o sítio arqueológico do teatro romano. Fotografia do Arquivo Municipal de Lisboa.

Apenas em 1998 se tomou a decisão de criar um museu dedicado ao monumento romano. O local escolhido foi precisamente o n.º 3 da Rua de São Mamede, aquele onde, na porta virada ao pátio e ao Rio Tejo, Ary dos Santos, inflamado, fazia os seus discursos.

Este edifício, do início do século XIX, tinha uma volumetria distinta das restantes construções da rua. De apenas dois pisos e com um muro que delimitava a zona do jardim, ou pátio, este prédio rematava a artéria na sua parte mais alta, junto à confluência com a Rua da Saudade. O imóvel, um dos primeiros edifícios a ser comprado pela edilidade na década de 1960, situava-se defronte do tapume das ruínas. Aquando da sua compra destinou-se este espaço ao



Fig. 11 – Fachada do Museu de Lisboa – Teatro Romano (edifício sul) com frente para a Rua de Augusto Rosa. Fotografia de José Avelar/Museu de Lisboa.



Fig. 12 – Interior do Museu de Lisboa – Teatro Romano (edifício sul), onde se instalou a exposição de longa duração. Fotografia de José Avelar/Museu de Lisboa.

depósito do espólio proveniente das escavações e, simultaneamente, como já referido, a morada do guarda do monumento: Urbano Torgo Rebelo, a sua mulher e dois filhos, que aí habitaram entre 1966 e 2001.

O pátio, ou jardim, ocupava uma área de cerca de 200 m² e era delimitado a sul por um terraço de onde a vista se espriava, tendo apenas como horizonte a margem sul do Rio Tejo. Era aqui que os filhos do guarda do teatro romano, Graça e Rui, brincavam, compartilhando o local com as grandes pedras.

A criação de um museu dedicado ao monumento romano obrigaria à aquisição de um outro edifício, situado a sul e contíguo ao anterior, com fachada para a Rua de Augusto Rosa. De grandes dimensões, seria neste espaço que a exposição permanente se instalaria. Também a história deste edifício é repleta de interesse devido às funções que teve – desde celeiro da Mitra, em época anterior ao terramoto, a tipografia e fábrica de malas, a vida deste edifício passaria, a partir de 2001 e até aos nossos dias, a ser a de um museu dedicado ao monumento cénico de época romana (fig. 11 e 12).

4. PERSONAGENS REAIS DE UM PASSADO: A HISTÓRIA NÃO CONTADA

Reclinado sobre o lado esquerdo, num desalinho habitual, Sileno foi-se acostumando, nos últimos anos, a escutar outros linguajares numa profusão de diálogos que o confundem e saturam (fig. 13).

Desenvolveu, por via dessa saturação, uma particular saudade do tempo em que contemplava, na parte superior dos nichos retangulares do *proscenium*, os intervenientes da arte teatral romana em *Felicitas Iulia Olisipo*. Naquele tempo, falava-se o latim. E o grego, mas essa era uma língua minoritária. Em 1798, Manoel Caetano de Sousa dirigiu-lhe vocábulos que, embora estranhos, reverberavam o latim. Deveria ter dito «statua» e não «estátua» quando, naquela



Fig. 13 – Estátua de Sileno do Museu de Lisboa – Teatro Romano. Fotografia de António Rafael (CML).

manhã de abril, observando a remoção das terras e dos entulhos que o grande terramoto tinha provocado uns anos antes, as pregas da barriga de Sileno ficaram, ao fim de tanto tempo, expostas à luz do dia. Dionísio ter-se-ia rido e ter-lhe-ia dito que emergir desse modo inusitado era motivo para voltarem a encher os odres de vinho e para dançarem ininterruptamente com as lascivas bacantes.

Passariam mais de 150 anos, de silêncios, palavras dispersas, modelações nos vocábulos e um quase esquecimento, até que, em meados de 1960, houve uma voz que se tornou presente, regular, protetora. Urbano Rebelo havia chegado ao então Museu da Cidade, pela mão de Irisalva Moita; era o novo guarda do teatro romano e deveria velar pela segurança da escavação e das peças que se iam arrancando ao pó e à terra.

Integrou, em 2017, uma amostra de residentes e lojistas e de antigos moradores das ruas da Saudade, de São Mamede e Augusto Rosa, e do Beco do Bugio, junto dos quais se procuraram resgatar as memórias associadas ao impacto social das campanhas arqueológicas.

Urbano, Manuela, entretanto falecida (fig. 14), Domingos, Cecília, Isabel, Raquel, Lúcia e Maria do Carmo, com as suas lembranças da venda ambulante do peixe e das hortaliças, dos quartos que se subalugavam para garantir um rendimento extra, das petiscadas de fim de semana com os vizinhos, das fugas dos presos do Aljube, da oficina dos cavalinhos de pau, das ruas cheias de gente que só falava português e das festas de Ary dos Santos, ofereceram-nos vislumbres vários do que terá sido este território de Lisboa desde meados de 1960 até à atualidade. A todos Sileno foi apresentado. E, embora permanecendo em silêncio, soube distinguir claramente essa casta de pessoas que são daquele lugar, e ali pertencem, ainda que tenham ido para longe, dos outros, os muitos que por ali passam e não voltam, montando carroças sem muares que parecem fazer «tuktuk» quando sobem a colina. A esses, Sileno exhibe as pregas da sua barriga enquanto se entretém a repetir *viatorem, viatorum, itinerantur*.

Em 2003, o então Museu da Cidade, através do projeto «Recordar Lisboa Antiga», tinha já recolhido memórias de uma cidade em acelerada transformação. Um dos territórios de atuação tinha sido precisamente a zona envolvente do teatro romano. Nessa altura, através da técnica da elicitação, nomeadamente com recurso a fotografias e filmes antigos, foi possível rememorar experiências e registar uma polifonia de narrativas, pelos testemunhos de Ivone, Carla, Idalina e Argentina. Eram visíveis os sinais de envelhecimento da população e de despovoamento.

mento do centro histórico, que os dados estatísticos confirmavam. Em 2017 voltou a recorrer-se à técnica da elicitación, utilizando-se fotografias antigas e realizando-se entrevistas qualitativas semidirigidas, em casa dos informantes, nas suas lojas ou nas instalações do Museu de Lisboa – Teatro Romano. Procurou-se avaliar que práticas de sociabilidade tinham caracterizado aquele território, que redes sociais se foram forjando, que percursos individuais e coletivos ali se tinham revelado, que pertenças emergiram, e que vida social, económica, familiar e religiosa se tinha constituído naquela vizinhança.



Fig. 14 – Manuela Almeida, uma figura sempre presente nas atividades realizadas pelo museu. Uma vizinha e uma companhia constante. *In memoriam* (1938-2020).

A edição do livro *Saudades da Rua da Saudade. O Teatro Romano e a sua envolvente nas memórias da cidade*, assim como a exposição com o mesmo nome, inaugurada em novembro de 2017 e que se prolongou até março do ano seguinte, fizeram chegar novos testemunhos ao n.º 3A da Rua de São Mamede. Vieram o João, o Miguel e o Alexandre para nos contar, na companhia de Sileno, outras histórias destas ruas. O cruzamento destas narrativas permitiu, por exemplo, mapear a maior parte dos antigos moradores do prédio onde viveu Ary dos Santos e onde também habitaram outros ilustres, como Fernando Tordo, Alexandre O’Neill e Lindley Cintra. Revelaram-se, nesses testemunhos, episódios inusitados que marcaram a história daquelas ruas hoje quase vazias de moradores e repletas de turistas.

*

Urbano Rebelo, o preferido de Sileno, trazia consigo a génese dos transmontanos e a experiência da guerra colonial quando iniciou o trabalho no teatro romano. Começou como vigilante, mas rapidamente lhe foram atribuídas novas funções. Assistiu à demolição dos prédios da Rua da Saudade, depois das sondagens feitas por D. Fernando de Almeida, e recorda com emoção o processo de descascar a terra até se encontrarem os vestígios do teatro romano. Tinha só 23 anos e, com mais quatro homens, aprendeu a usar pás, picaretas, espátulas, colherins e pincéis, sempre sob as precisas e preciosas orientações de Irisalva Moita. Estava também incumbido de dar, a quem ali passasse, as expli-

cações necessárias sobre o trabalho que se realizava nas escavações. Fascinou-se com a delicadeza e a minúcia da reconstrução dos pedacinhos que nada pareciam e que voltavam a ganhar forma e significado nas mãos dos arqueólogos. Tinha tanto gosto no trabalho que não conseguia descansar nos dias de folga; *não podia estar parado!* Passou muitas noites acordado, junto à Casa de Frescos, tendo o rio como horizonte, essa imensidão de Tejo, na companhia das estrelas, e da nespereira e das videiras que ali havia. Foram 38 anos com a função de guarda, que lhe permitiram assistir às transformações daquele lugar, desde as primeiras demolições, passando pela construção do primeiro tapume em madeira em redor das ruínas, até à requalificação do sítio, em 2015. E a um território cada vez mais desabitado.

*

Manuela Almeida nasceu na Foz do Arelho, em 1938, foi criada pelos avós até aos 14 anos e viveu mais de 55 anos numa casa no alto da Rua de São Mamede, onde criou, com o marido, os dois filhos que tiveram. Foi costureira na firma Eduardo Martins, no Chiado, a ganhar três escudos ao dia, e comprou a primeira máquina de costura a prestações. Era a melhor amiga da D. Glória, mulher do guarda Urbano, e não se fazia um Santo António naquela rua sem um bolinho de Manuela para adoçar a boca depois da sardinhada. Ela tinha gosto em participar nas procissões e o marido preferia ir dançar nos Alunos de Apolo. Havia mercearias, drogaria, farmácia, oficinas, escritórios e lojas, esquadra da polícia, sapateiro, talho, armazéns e fábricas que enchiam a rua de pessoas. E vinham os padeiros, os leiteiros e as varinas e as mulheres das hortaliças, como a *Ti Conceição*, vender de porta em porta. Era um tempo em que os prédios de rendimento estavam todos habitados. Mas os anos foram passando e Manuela habituou-se a ver as pessoas a ir embora, até quase não restar ninguém do seu tempo.

*

Domingos da Conceição nasceu em Alfama, em 1926, aprendeu o ofício de encadernador aos 10-12 anos, a ganhar 25 tostões ao dia, e quando se fez a recolha das suas memórias ainda guardava na sua oficina, no Beco do Bugio, muitas das máquinas, dos papéis, dos couros e dos carimbos que utilizou durante décadas. É o último dos últimos dos que ali tinham o seu ganha-pão. Recorda, como Manuela, os pregões dos vendedores ambulantes que circulavam na zona, assim como o impacto das campanhas arqueológicas que marcariam, inexoravelmente, aquela paisagem.

*

João Rabaça nasceu na Rua da Saudade, ainda Manuela não vivia no prédio de São Mamede, e ali permaneceu 34 anos até se casar. O pai era um amante do cinema e partilhava com a vizinhança esta paixão. Abria a janela de casa e, com um projetor Pathé Baby, exibia os filmes da marca no muro do Convento dos Loios, situado defronte do prédio. Até ao dia em que a Guarda Republicana veio e proibiu a continuação do espetáculo, para grande desgosto dos vizinhos. Antes de ir para a tropa assistiu ao início das escavações arqueológicas do teatro romano e partilhou do temor, tal como outros que ali habitavam, de poder ficar sem casa quando se iniciaram as demolições. A sombra do despejo permaneceu até final da década de 1970, arrastando-se o tempo suficiente para serem comprados sete edifícios pela edilidade destinados a serem demolidos ou reconvertidos no âmbito do processo de musealização das ruínas romanas. Ficaram-lhe também na memória os jantares que Ary dos Santos fazia no *hall* do prédio onde viviam. As mesas e os candelabros de prata vinham da casa Benard, assim como os criados de libré que serviam as iguarias aos convidados. Sileno teria apreciado o *gin* e o vinho que regavam os lautos repastos.

*

Alexandre Monteiro nasceu na Graça, em 1966 e fez a instrução primária na Voz do Operário. Desde miúdo que se habituou a calcorrear as ruas em redor das ruínas para ir ter com o avô, que tinha uma oficina na Baixa, ou com a mãe, que trabalhava na Rua do Carmo. Também vinha passar tempo com um colega de escola cujo pai tinha um estúdio no último andar do prédio mesmo ao lado do teatro romano; nos intervalos dos trabalhos da escola, contemplavam a cidade, o Tejo e a luz de Lisboa. Já em adulto, quando trabalhou numa loja da Rua de São Mamede, habituou-se a tomar o pequeno-almoço na leitaria do Sr. Ribeiro. Sempre gostou de guitarras e até teve vontade de aprender a construí-las, mas enquanto isso não acontece continua a tocar e Sileno aprecia as músicas que Alexandre lhe toca na Hora de Baco.

*

Houve um tempo em que Miguel Melo pensava que na Baixa só vivia ele e o ceguinho que tocava saxofone. Nasceu em 1966 e habitou na Rua da Madalena dos dois aos 17 anos. Frequentou a escola primária 111 da Rua de São Mamede e, em casa dos tios, que viviam no mesmo prédio de Ary dos Santos, recorda-se dos ensaios de poesia: «*A berborreia! A berborreia!*», ouvia gritar no andar de cima. O fascínio pelos romanos, alimentado pelos livros do Astérix, levava-o, e

aos companheiros de tropelias, a fazer buracos e a dar pontapés nos tapumes das ruínas para descobrirem que mistérios se escondiam ali.

É possível que Urbano Rebelo tenha espantado os catraios diversas vezes. Quando recorda esses tempos, é a ideia de um universo felliniano que surge; personagens de um filme a preto-e-branco, cada uma com uma particularidade, como o senhor que vestia sempre de preto, a mulher do lenço na cabeça ou a senhora chique que usava grandes chapéus. Muito distintos daqueles que agora ali passam constantemente e que Sileno não entende.

*

Também Ronaldo Bonachi, um ator italiano que vive paredes-meias com o museu, e a sua mulher, Cláudia, artesã brasileira que tem a sua loja na Rua da Padaria, se apaixonaram há muito por este sítio da cidade e são frequentadores assíduos das atividades do museu. Para eles, a qualidade de morar no centro da cidade é suficiente para colmatar a dificuldade de estacionamento ou os problemas de trânsito entre o local de residência e o de trabalho e justifica ainda o preço alto das rendas ou das obras de requalificação:

«Eu estava sozinho e um amigo perguntou-me se queria partilhar a casa com ele e um grupo de estudantes. Chovia na casa e ainda estava instalado o antigo sistema de energia a gás do século XIX. A campinha era um fio que se puxava e fazia tocar uma sineta no alto da escada. Vim ver e vi a paisagem da janela. Disse-lhe logo que ficava com ela para mim. Assinei o contrato e paguei a caução. À medida que os estudantes foram saindo, fiquei cá. Até hoje.» [Ronaldo Bonachi].

*

A jornalista Sofia Pinto Basto já morou no célebre edifício da Rua da Saudade, n.º 23, aquele onde viveu Ary dos Santos, e são precisamente as relações de proximidade entre os vizinhos que mais a satisfaz.

«Fomos vindo muitos [quase todos arquitetos] para cá e fomos ficando próximos e até amigos. Saímos aos fins de semana e encontramos-nos geralmente para coisas relacionadas com os filhos. Da última vez que vi o *e-mail* eram cerca de oitenta. Nunca pensei ter um grupo de amigos assim, tão alargado, em Lisboa.» [Sofia Pinto Basto].

Muitos mais foram aqueles com quem tivemos a oportunidade de falar e que gentilmente acederam a partilhar connosco as suas histórias de vida. Com elas pudemos construir e mapear o nosso território museológico (Araújo, Coelho, Cosme, 2007, p. 36-47; Lucas, 2007, p. 60-67).

5. NOVAS ATIVIDADES PARA NOVOS E ANTIGOS VISITANTES

Em 2017, um ano após o início do projeto – o qual em 2021, e especialmente em 2022, contará com novas linhas de investigação e divulgação –, foi instituído um primeiro programa de apresentação pública que dava a conhecer parte desta rica e diversificada informação. Foram pensados vários eventos, centrados numa exposição onde se contava a história do teatro romano e como este influenciou e moldou a vivência local, as suas transformações e as novas realidades sociais, assim como se tentou mostrar e evidenciar parte deste património imaterial.

5.1. Exposição temporária na Galeria de Exposições da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior

Com este objetivo, foram criadas várias vertentes de divulgação do projeto, como a apresentação de um pequeno livro sobre o mesmo, um folheto institucional, um espetáculo musical no sítio arqueológico do teatro romano e algumas atividades de apoio à exposição, como visitas guiadas que procuraram resgatar algumas das antigas memórias e divulgar o museu neste velho e novo território.

Entre os canais de divulgação do projeto, o mais marcante terá sido a exposição com o nome do projeto, «Saudades da Rua da Saudade», que esteve patente ao público na Galeria de Exposições do edifício da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, entre 9 de novembro de 2017 e 4 de fevereiro de 2018, tendo sido prolongada até 2 de março de 2018, com entrada gratuita a toda a comunidade de vizinhos e ao público.

Esta exposição foi estabelecida através de uma parceria institucional entre o Museu de Lisboa – Teatro Romano e a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior e contou com curadoria de Lídia Fernandes, coordenadora do museu, e *design* expositivo de João Carrasco. Colaboraram igualmente nesta mostra o Arquivo Municipal de Lisboa (CML) e o Regimento de Sapadores Bombeiros da Câmara Municipal de Lisboa.

O seu principal objetivo foi divulgar ao grande público alguns dos resultados do projeto de investigação «Saudades da Rua da Saudade», mais concretamente o território e a envolvente do teatro romano de Lisboa aquando das primeiras intervenções no local. A exposição foi concebida especialmente para o espaço da Galeria de Exposições da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, acedido a partir da Rua da Madalena e do elevador da Rua dos Fanqueiros. A escolha do local foi intencional. Este edifício, remodelado entre 2013 e 2016 de forma a instalar um acesso mecânico entre a Rua dos Fanqueiros e a Rua da Madalena, foi intervencionado arqueologicamente pelo museu (fig. 15).

Esta componente arqueológica realizada pelo Museu de Lisboa – Teatro Romano é um dos fatores mais relevantes, uma vez que habilita o profundo e



Fig. 15 – Edifício da Rua da Madalena onde hoje se localiza o elevador público Rua dos Fanqueiros/ Rua da Madalena, assim como a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior e a Galeria de Exposições. Fotografia do Arquivo Municipal de Lisboa.

abrangente conhecimento histórico e arqueológico que o museu possui, atualmente, sobre este território (fig. 16).

Naquele espaço recém-renovado, ao longo de um percurso organizado em diferentes núcleos temáticos – cerca de cinco (fig. 17) –, procurava-se dar a conhecer ao visitante a história recente do monumento e a sua relação com o espaço e o tecido social envolvente de ontem e de hoje, num local de grande importância social e identitária para este vasto território, que se estende desde a Baixa Pombalina a São Vicente, Santo Estêvão, ao Bairro do Castelo ou à zona da Sé, integrantes na área sob jurisdição da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior.

Um núcleo introdutório localizava-se na escadaria de acesso à galeria de exposições, na qual se materializavam alguns elementos que procuravam dar a conhecer a fisionomia urbana desta zona da cidade antes do terramoto de 1755. O mote era fornecido através da toponímia, com a designação de algumas das artérias e arruamentos desaparecidos com a reconstrução pombalina, e da cartografia antigas, com uma planta da área envolvente ao teatro romano à data do terra-

moto de 1755. Nesta registavam-se igualmente as alterações resultantes da reconstrução pombalina, num conteúdo desenvolvido por Lúcia Fernandes, Rita Fragoso de Almeida e Carlos Cabral Loureiro, do Museu de Lisboa. Um texto introdutório

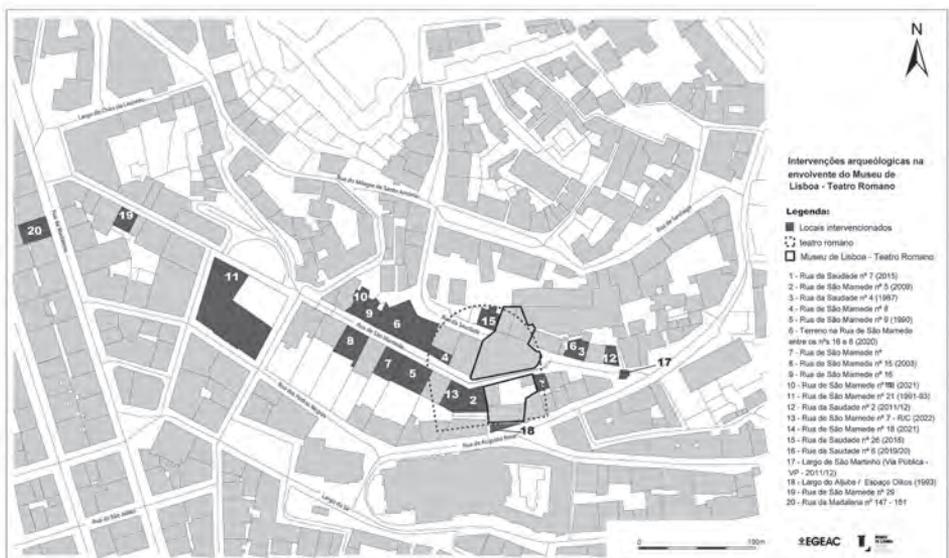


Fig. 16 – Locais intervenções arqueologicamente nas imediações do Museu de Lisboa – Teatro Romano. Imagem de Carolina Grilo.



Fig. 17 – Vista do núcleo 2 da exposição patente na Galeria de Exposições da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior.

apresentava a exposição ao visitante, dando a conhecer o projeto e os seus diferentes olhares sobre a cidade, os antigos e os novos ou renovados edifícios, as gentes de outrora, as atividades e profissões que desapareceram, num contraponto entre o passado e o presente, tendo sempre como referência o teatro romano de Lisboa.

Já no interior da galeria, destacava-se um primeiro núcleo na sala central, dedicado ao teatro romano e ao seu museu. Aí se contava um pouco da sua história recente através de notícias de imprensa e recortes de jornais da época, que relatavam quer algumas das descobertas das escavações arqueológicas no teatro romano, quer as reações da população face à política de aquisição de fogos por parte da Câmara Municipal de Lisboa, com vista à sua demolição para o desafogo das ruínas. Este núcleo era igualmente acompanhado por diversas fotografias a preto-e-branco dos trabalhos arqueológicos e por um cronograma da descoberta do monumento, acompanhado por um texto de sala onde se desvelavam as memórias da história da sua descoberta. Como elemento central, a maquete do teatro romano enquadrava a imponência desta construção e sublinhava a sua singularidade na paisagem.

Desta sala, o visitante acedia a um segundo espaço dedicado à contextualização das memórias e vivências no espaço urbano ocupado pelo sítio arqueológico, um local povoado de gentes e de atividades artesanais e comerciais à época das primeiras escavações, hoje praticamente desaparecidas. Sob a designação de «Comércios de ontem e de hoje», observavam-se pequenos trechos de depoimentos de antigos habitantes e moradores da zona que testemunhavam o grande movimento e circulação de gentes e bens comerciais, transacionados quer na rua,

em regime de porta a porta ou nas múltiplas lojas e oficinas existentes na zona. Estes testemunhos eram ilustrados com fotografias datadas do início do século XX e dos meados do mesmo, pertencentes ao espólio do Arquivo Fotográfico Municipal. Uma pequena mostra de objetos relacionados com algumas destas casas comerciais, latoarias e serralharias, serviços de incêndio e outros ofícios locais auxiliava o visitante a complementar essas mesmas vivências.

Através de um pequeno corredor, um núcleo reduzido, ainda relacionado com esta temática e dedicado a um dos últimos ofícios locais nas imediações do teatro romano, em laboração até aos inícios deste século: a oficina do mestre encadernador Domingos da Conceição, localizada no Beco do Bugio, onde este se dedicou à arte da encadernação de livros por mais de 40 anos, um ofício que aprendeu ainda jovem. Aí se mostrava uma parte dos utensílios e máquinas utilizados na sua oficina e se reproduziam algumas imagens do Beco do Bugio (fig. 18).

A norte deste espaço, uma sala alongada, mais aproximada ao formato de uma galeria, apresentava o quarto núcleo expositivo, dedicado às transformações do espaço urbano. Uma retrospectiva dos mesmos espaços, agora ocupados por novas pessoas. Lado a lado, fotografias aumentadas dos mesmos espaços, registadas nas mesmas perspetivas, pelas lentes dos fotógrafos de ontem e de hoje, permitiam ao visitante explorar o antes e o agora dos mesmos locais e refletir sobre os espaços como se neles se situasse. Os edifícios e as ruas são os mesmos, mas agora marcados por novas valências e pessoas. No fundo da sala exibia-se o documentário concebido pelo projeto, onde se cruzavam testemunhos de antigos moradores e frequentadores do local: comerciantes, trabalhadores e donas de casa, e depoimentos de novas gentes que agora nele habitam: artistas, jornalistas e escritores, testemunhando as novas vivências urbanas, ilustrados com imagens e cenas do quotidiano, tendo como pano de fundo o teatro romano. Alguns objetos e elementos construtivos ou ornamentais dos antigos edifícios, relacionados



Fig. 18 – Vista do núcleo relativo à oficina do encadernador Domingos da Conceição. Fotografia de José Avelar.



Fig. 19 – Vista geral do núcleo dedicado às transformações do espaço urbano: o passado e o presente. Fotografia de José Avelar.

com os conteúdos fotográficos em exposição, estavam igualmente representados (fig. 19).

A exposição finalizava com um último núcleo dedicado ao Museu de Lisboa – Teatro Romano e à sua missão de divulgação do monumento romano e de investigação sobre o passado histórico da cidade. O museu enquanto agente ativo na investigação sobre a história deste território teve um papel interventivo no âmbito da arqueologia urbana, conduzindo trabalhos arqueológicos em diferentes áreas do mesmo e também no edifício no qual esta mostra esteve patente. Neste contexto, a história deste edificado não podia ser esquecida, particularmente o processo de renovação urbana pós-terramoto de 1755, estando também patenteada nesta exposição através de objetos arqueológicos exumados durante os trabalhos de escavação. A estes juntam-se outros recolhidos nas intervenções do teatro romano de Lisboa, seus contemporâneos, testemunhando o impacto daquele fenómeno e a importância do processo de renovação urbana em toda a zona da Baixa e colina, numa ponte entre ambos os espaços.

Ao longo do seu período expositivo, a mostra «Saudades da Rua da Saudade» contou ainda com um pequeno calendário de atividades, das quais se salientaram as visitas comentadas à exposição, organizadas pela comissária Lídia Fernandes, efetuadas a 10 e 24 de fevereiro de 2018.

5.2. Divulgação no edifício da Rua dos Fanqueiros, n.º 170

Em paralelo com a exposição na galeria da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, decorreu uma segunda mostra, cujo principal objetivo foi promover e divulgar o sítio arqueológico do teatro romano de Lisboa e o seu museu, também integrada no projeto «Saudades da Rua da Saudade». Esteve localizada no átrio de acesso ao elevador da Rua dos Fanqueiros para a Rua da Madalena, inserida na programação do projeto e numa extensão da primeira, embora com uma vertente distinta, destinada a captar o grande fluxo de gente que acede à colina e ao castelo a partir da Baixa, moradores, trabalhadores, público ocasional e o grande volume de turistas que diariamente circulavam naquele espaço (fig. 20).

Em função destes objetivos, esta mostra revestiu-se de características distintas, sendo composta por painéis, pensados numa política de itinerância do projeto e em versão



Fig. 20 – Vista geral da mostra patente no átrio da Rua dos Fanqueiros, n.º 170. Fotografia de José Avelar.

bilingue, português e inglês, para maior abrangência, organizados essencialmente com informação visual. O *design* expositivo esteve a cargo de Sónia Teixeira Pinto que, em seis painéis, materializou diversos conteúdos do Museu de Lisboa – Teatro Romano, divulgando o monumento cénico e o seu museu. Aí se apresentavam imagens, desenhos e reconstituições do teatro romano de Lisboa, dos diversos trabalhos arqueológicos realizados, do museu e suas áreas de exposição, bem como das múltiplas atividades desenvolvidas no âmbito da sua programação: visitas guiadas, palestras, concertos, reconstituições históricas, entre outras, na perspetiva de dar a conhecer e divulgar este espaço milenar.

5.3. Divulgação no Museu de Lisboa – Teatro Romano

Esta mostra, embora em formato menor, esteve também patente ao público na receção do Museu de Lisboa – Teatro Romano, durante o mesmo período, procurando complementar e reforçar a divulgação pública do projeto. Deste modo, procurou-se remeter para a exposição em exibição na Galeria de Exposições da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, assim como atrair o público para o museu, criando-se vários polos expositivos que enfatizassem a mensagem a transmitir (fig. 21).

5.4 Espetáculo musical *Saudades da Rua da Saudade*. Tributo a Ary dos Santos (21 de outubro de 2017)

Num território tão ligado ao fado e à música popular, o projeto «Saudades da Rua da Saudade» (assim designado por se tratar de uma das artérias que se localiza sobre o teatro romano) não podia deixar de estar associado a Ary dos Santos, poeta que aí residiu até à sua morte, em 1984, gerador de memórias coletivas muito marcantes neste território. Neste sentido, entre outros eventos do projeto

e na busca da tradição cultural desta área tão antiga da cidade, foi promovido, em outubro de 2017, um espetáculo de tributo a Ary dos Santos.

Este projeto contou com a colaboração dos Flor de Sal (música tradicional/*world music*), constituído por Nuno Faria, José Francisco Vieira e Ana Figueiras, e da fadista Marifá (residente na Mouraria) e teve lugar no sítio arqueológico do teatro romano, sendo também de entrada gratuita a toda a comunidade de vizinhos e ao público. Este evento contou com



Fig. 21 – Vista geral da mostra patente na receção do Museu de Lisboa – Teatro Romano. Fotografia de José Avelar.



Fig. 22 – Folheto institucional com o calendário de eventos do projeto.

Fig. 23 – Imagem do espetáculo de tributo a José Carlos Ary dos Santos. Outubro de 2017. Fotografia de José Avelar.



Fig. 24 – Imagem do espetáculo de tributo a José Carlos Ary dos Santos. Outubro de 2017. Fotografia de José Avelar.

grande afluência de público (227 pessoas) e, mais do que uma homenagem ao poeta, procurou-se revisitar as suas vivências sociais deste território, aliando a tradição à modernidade e fomentando a ideia do museu enquanto espaço de partilha e de novas e antigas identidades e memórias (fig. 22 a 24).

5.5. Publicação

O pequeno livro realizado na altura e que acompanhou todas as atividades desenvolvidas procurou veicular algumas das informações aqui mencionadas.

Num total de 78 páginas, e com o título de *Saudades da Rua da Saudade – O Teatro Romano e a sua envolvente nas memórias da Cidade*, teve textos institucionais de Joana Gomes Cardoso, presidente do Conselho de Administração da EGEAC, de Joana Sousa Monteiro, diretora do Museu de Lisboa, e de uma das signatárias (LF), coordenadora do Teatro Romano. Contou com cinco dos artigos que integraram o projeto, assim como um artigo de Miguel Coelho, presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior.

Dois dos autores eram então antropólogos do Museu de Lisboa, Daniela Araújo e Rui Coelho, enquanto Ana Cosme, também antropóloga, realizou um exaustivo levantamento em 2000 e 2001, aquando da abertura do museu, então com a designação de Museu do Teatro Romano. Carolina Grilo é arqueóloga do Museu de Lisboa – Teatro Romano e Rani Almeida era, na altura, aluna de arqueolo-

logia e encontrava-se a realizar estágio no museu. Por fim, Maria Miguel Lucas é arqueóloga, técnica superior da DGPC e colaboradora neste projeto, sendo também a responsável pela conceção e programação da atividade Hora de Baco, que tem lugar no museu desde a sua reabertura até hoje (2021). O livro, edição do Museu de Lisboa – Teatro Romano/EGEAC, teve *design* gráfico de Sónia Teixeira Pinto³, também ela uma moradora desta zona de Lisboa.

Este pequeno livro é, deste modo, uma singela homenagem a todos os que vivenciaram a experiência única da descoberta paulatina do teatro romano, tendo participado ativamente no seu conhecimento. Mas trata-se também de dar a conhecer todos os que, devido a esta intervenção urbana, foram afetados por ela e tiveram de redirecionar a sua vida e muitos outros para quem este monumento romano marcou indelevelmente o imaginário. Todos, no seu conjunto, fazem parte desta grande, grande história que é o teatro romano da capital portuguesa.

Do mesmo modo, o presente texto procura ser uma forma de divulgação do trabalho então realizado.

Índice do livro *Saudades da Rua da Saudade – O Teatro Romano e a sua envolvente nas memórias da Cidade*:

«Saudades da Rua da Saudade e o Museu de Lisboa – Teatro Romano» (Joana Gomes Cardoso); «Saudades da Rua da Saudade» (Joana Sousa Monteiro); «O projeto “Saudades da Rua da Saudade”. Génese e enquadramento» (Lídia Fernandes); «O teatro romano de Felicitas Iulia Olisipo. Um monumento romano e um museu no centro da cidade» (Lídia Fernandes); «Tão perto e tão longe: a transformação da paisagem urbana da zona envolvente do teatro romano» (Carolina Grilo); «Memórias da saudade» (Daniela Araújo, Rui Coelho e Ana Cosme); «O que a arqueologia nos conta» (Lídia Fernandes, Carolina Grilo, Rani Almeida); «Do teatro à cidade: usos e reusos de um espaço, novas pessoas» (Maria Miguel Lucas); «Novos desafios: a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior» (Miguel Coelho).

³ Tiragem de 1000 exemplares, ISBN 978-989-8167-63-7 e encontra-se à venda em todos os núcleos do Museu de Lisboa, por um preço de 5 € e na Livraria Férin, em Lisboa.

BIBLIOGRAFIA

- BRUNO, A. (2014) – Educação formal, não formal e informal: da trilogia aos cruzamentos, dos hibridismos a outros contributos. *Mediações*. Setúbal. 2:2, p. 10-25.
- FERNANDES, L. (2007) – Teatro romano de Lisboa – os caminhos da descoberta e os percursos da investigação arqueológica. *Al-Madan*. Almada. II.ª série, 15. p. 27-39.
- FERNANDES, L. (2013) – Museu do Teatro Romano (2001-2013): Balanço de uma década de intervenção e novos projetos para o espaço museológico. *Al-Madan*. Almada: II.ª série, 18, p. 51-62.
- FERNANDES, L. (2017) – O projeto Saudades da Rua da Saudade. Génesis e enquadramento. *Saudades da Rua da Saudade – o teatro romano e a sua envolvente nas memórias da cidade*. Lisboa: Museu de Lisboa – Teatro Romano. p. 10-13.
- FERNANDES, L. (2017) – Tão perto e tão longe: a transformação da paisagem urbana da zona envolvente do teatro romano. *Saudades da Rua da Saudade – o teatro romano e a sua envolvente nas memórias da cidade*. Lisboa: Museu de Lisboa – Teatro Romano. p. 28-35.
- FERNANDES, L. (2020) – Do sítio arqueológico ao museu: um percurso (também) didático. *Arqueologia em Portugal/2020 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses e CITCEM. p. 431-445.
- FERNANDES, L.; ALMEIDA, R. F. de (2013) – Um Celeiro da Mitra no Teatro Romano de Lisboa: inércias e mutações de um espaço do séc. XVI à actualidade. In *Congresso Internacional de Arqueologia Moderna*, Lisboa, 2011. Lisboa: FCSH da Universidade Nova de Lisboa. p. 111-122.
- FERNANDES, L.; ALMEIDA, R. F. de; LOUREIRO, C. (2014) – Entre o teatro romano e a Sé de Lisboa: evolução urbanística e marcos arquitectónicos da antiguidade à reconstrução pombalina. *Revista de História de Arte*. Lisboa. 11, p. 19-33.
- FERNANDES, L.; GRILO, C.; ALMEIDA, R. (2017) – O que a arqueologia nos conta. *Saudades da Rua da Saudade – o teatro romano e a sua envolvente nas memórias da cidade*. Lisboa: Museu de Lisboa – Teatro Romano. p. 48-59.
- HOLDEN, J. (2010) – *Culture and Class*. London: Counterpoint /British Council.
- LUCAS, M. M. (2017) – Do Teatro Romano à Cidade: usos e reusos de um espaço, novas pessoas. *Saudades da Rua da Saudade – o teatro romano e a sua envolvente nas memórias da cidade*. Lisboa: Museu de Lisboa – Teatro Romano. p. 60-67.
- TAYLOR, M. (2013) – *Museums are not places to come and worship in silence* (entrevista a Geraldine Kendall – 9.1.2013). [Em linha]. [Consult. 24 jul 2017]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.museumsassociation.org/news/09012013-mark-taylor-interview>.

Da leitura do território ao envolvimento comunitário. Experiências e expectativas do Museu Municipal de Arqueologia de Serpa*

From reading the territory to community involvement. Experiences and expectations of the Municipal Museum of Archeology of Serpa

MIGUEL SERRA **

RESUMO

Aspiração de muitos serpenses, integrados sobretudo no Movimento Associativo Popular, fortemente impulsionado após a Revolução de Abril, o Museu Municipal de Arqueologia de Serpa ganhou corpo com a sua abertura ao público em 1984, com domicílio nos espaços do castelo, herdando vontades até aí centradas na Secção de Arqueologia do Centro de Cultura Popular de Serpa e juntando acervos dispersos por várias localizações.

A necessidade de conferir a este equipamento um novo conceito museológico levou a autarquia, em conjunto com diversos parceiros, a renovar profundamente os equipamentos, as coleções e os discursos expositivos, que seriam publicamente apresentados em março de 2016, com a abertura do novo Museu Municipal de Arqueologia de Serpa.

A profunda mudança levou à necessidade de criar novas memórias e empatias entre a comunidade local e um museu profundamente relacionado com as suas gentes, concretizadas através de uma série de iniciativas de envolvimento e proximidade e lançando expectativas de criação futura de uma forma de relação mais abrangente com o território.

Palavras-chave: Serpa – Arqueologia – Museu – Comunidade – Território

* Comunicação apresentada no 3.º Encontro Nacional de Museus com Coleções de Arqueologia, que se realizou em outubro de 2018, no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa, Portugal.

** Divisão de Cultura e Património – Câmara Municipal de Serpa. *E-mail*: mserra@cm-serpa.pt.

ABSTRACT

An aspiration of many people from Serpa, especially those who belonged to the Popular Associative Movement, strongly promoted after the April Revolution, the Municipal Museum of Archaeology of Serpa took shape with its opening to the public in 1984, with domicile in the spaces of the castle, inheriting desires that until then had been centered in the Archaeology Section of the Center for Popular Culture of Serpa and gathering collections scattered across various locations.

The need to give this equipment a new museological concept, led the municipality, together with several partners, to deeply renovate the equipment, collections, and exhibition speeches, which would be publicly presented in March 2016 with the opening of the new Municipal Museum of Archaeology of Serpa.

The profound change led to the need to create new memories and empathies between the local community and a museum deeply connected with its people, achieved through a series of involvement and proximity initiatives and launching expectations of future creation in a more comprehensive form of relationship with the territory.

Keywords: Serpa – Archaeology – Museum – Community – Territory

1. BREVE HISTÓRIA DE UM MUSEU

O Museu Municipal de Arqueologia de Serpa, designação oficial adotada a partir de 2016, após o projeto de renovação a que foi sujeito, nasceu na década de 80 do século passado, por iniciativa da Câmara Municipal de Serpa. No entanto, este poderia ser um museu centenário, caso as entidades locais tivessem cumprido os desejos da população e de algumas personalidades que referiam a necessidade da sua criação desde os finais do século XIX.

O presente trabalho pretende dar a conhecer os antecedentes que levaram à criação deste museu, explicar a forte ligação com a comunidade local na sua origem e as tentativas mais recentes de reaproximar a população do concelho do «seu» museu, percorrendo-se o papel dos doadores particulares, do trabalho associativo e das iniciativas concebidas para voltar a envolver o tecido local – pessoas e instituições.

De forma mais pormenorizada, iremos expor o conceito subjacente à enorme renovação recentemente sofrida e que culminou na sua reabertura a 24 de março de 2016, detalhando a coleção atual, a ligação com os trabalhos arqueológicos mais recentes na região, os objetivos das atividades desenvolvidas e o seu contributo para a dinâmica cultural e turística local.

Terminaremos com as incertezas geradas pela situação pandémica em curso, longe de serem imaginadas na altura da apresentação da comunicação ao 3.º Encontro Nacional de Museus com Coleções de Arqueologia – Museu Nacional de Arqueologia, 19 de outubro de 2018 –, e com a reflexão que se impôs para minimização dos fortes condicionalismos que se enfrentam.

2. SERPA EXIGE UM MUSEU DE ARQUEOLOGIA

Em 26 de janeiro de 1895, o jornal *O Século* publicava um telegrama expedido de Serpa que noticiava:

«Consta que a Câmara municipal va e fundar uma biblioteca publica, aproveitando para este fim diversos manuscritos valiosos que possui, e a livraria que pertenceu á extincta Companhia Operária.

Tambem se fala na criação, anexa, de um museu archeologico.
Applaudimos jubilosamente»

Deste júbilo nos dá conta José Leite de Vasconcelos nas páginas d'*O Archeologo Português* (1895, p. 18-19), acrescentando breves notas sobre a riqueza arqueológica dos campos de Serpa e sobre o orgulho que os seus habitantes deveriam sentir por a vila ostentar nome com origens ancestrais, derivado de *SIRPENS*, topónimo referenciado numa moeda antiga. Conclui a sintética informação louvando a câmara, caso leve a efeito a criação de um museu arqueológico, apesar das efémeras reticências causadas pela proximidade com o «... rico museu de Beja...» (op. cit., p. 19).

Mas o tempo passaria sem que esta vontade se transformasse em concretização.

Voltamos a encontrar nova referência à intenção de criar este museu-biblioteca municipal 62 anos depois, num recorte de jornal não identificado¹, datado de 16-04-1957 (fig. 1), onde se menciona que este futuro museu será o destino de vários achados arqueológicos encontrados durante a abertura de valas para a instalação da rede telefónica de Serpa.

No entanto, a primeira tentativa para se constituir um museu arqueológico local só avançaria em outubro de 1964, através de uma deliberação da Câmara Municipal, que institui o então designado Museu de Arqueologia Conde de Ficalho, sob a direção do vereador Bento Luís Castelhana, e que seria instalado na antiga Igreja da Misericórdia, no centro his-



Fig. 1 – Recorte de jornal (título desconhecido) com referência ao futuro museu-biblioteca de Serpa, datado de 16 de abril de 1957.

¹ Documento integrante da coleção de José Rodrigues Braga, cedida temporariamente à Câmara Municipal de Serpa no âmbito da exposição «Zé Braga, o Homem e o Amigo. Em prol da arqueologia do concelho de Serpa», Serpa, 25 de maio a 22 de junho de 2018.

tórico de Serpa, servindo para reunir os artefactos dispersos até então recolhidos (Oliveira et al., 2016, p. 18) (fig. 2).

Infrutífera tentativa, mais uma vez, apesar do mérito de se ter conseguido evitar a dispersão de artefactos doados, pois não foi possível reunir as condições e os meios para a materialização do desejado museu arqueológico, que haveria de aguardar mais 20 anos.

Apenas dez anos depois, Portugal vê chegar a Liberdade, com a Revolução de 25 de Abril de 1974, e, entre muitas outras conquistas, é dado um novo impulso ao Movimento Associativo Popular, que conheceu forte expressão no concelho de Serpa.

No setor mais identificado com o associativismo cultural, e face à necessidade de se proteger e valorizar o património histórico e arqueológico num período em que o objetivo de modernização era comum ao meio rural e urbano, com a mecanização no primeiro e as intervenções urbanísticas no segundo, emerge o Centro Revolucionário de Cultura Popular (CRCP), o qual integra diversas secções, entre elas a de Arqueologia, que iria conferir uma importante dinâmica ao aumento do conhecimento arqueológico do território de Serpa. Nestes primeiros tempos em democracia e de construção do poder local, associações como o CRCP constituem-se como autênticos pelouros da Cultura, em autarquias ainda órfãs, muitas vezes, desses atributos. O CRCP acabará por reunir nas suas instalações um imenso espólio recolhido em diversas saídas de campo, organizadas pelos elementos da Secção de Arqueologia, onde se documentam novas descobertas com regularidade, mas também através de doações de muitos artefactos que lhe são entregues, fruto do reconhecimento do importante papel desempenhado na salvaguarda destas memórias há muito olvidadas no subsolo (fig. 3).



Fig. 2 – Materiais arqueológicos no exterior da antiga Igreja da Misericórdia – Museu de Arqueologia Conde de Ficalho. Fotografia de José Rodrigues Braga, 1977.



Fig. 3 – Materiais arqueológicos no Centro Revolucionário de Cultura Popular de Serpa. Fotografia de José Rodrigues Braga, 1977.

Aumenta a visibilidade da arqueologia, com o espírito voluntarioso de muitos ativistas, aumenta o espólio a preservar e a mostrar e aumenta a necessidade de finalmente se avançar com a criação do museu arqueológico.

Seria numa outra estrutura associativa, o Núcleo de Arqueologia da Escola Secundária de Serpa, com membros em comum e devidamente articulados com o CRCP, que se manifesta, novamente, a exigência da criação do museu, em artigo de opinião de Vito Carioca, no n.º 0 do *Boletim do Núcleo de Arqueologia da Escola Secundária de Serpa*, de junho de 1983. O mesmo autor, em conjunto com José Rodrigues Braga, ambos dinamizadores do Núcleo de Arqueologia da Escola Secundária de Serpa e da Secção de Arqueologia do CRCP, assinariam um documento intitulado «Contribuições para o Projecto de Instalação e Manutenção do Museu Arqueológico da Vila de Serpa», que constitui um autêntico guião com as linhas mestras do que deveria ser a missão, os objetivos e a estrutura do futuro museu² (fig. 4 e 5).

Estavam finalmente criadas as condições para que o museu arqueológico passasse do papel para o interior das muralhas do Castelo de Serpa e das paredes da Casa do Governador.



Fig. 4 – Capa do *Boletim do Núcleo de Arqueologia da Escola Secundária de Serpa*, n.º 0, junho de 1983.



Fig. 5 – «Contribuições para o Projecto de Instalação e Manutenção do Museu Arqueológico da Vila de Serpa». Documento policopiado (sem data).

² Documentos policopiados cedidos por Vito Carioca, fundador do Núcleo de Arqueologia da Escola Secundária de Serpa.

3. NASCE UM MUSEU

Uma vez reunido na Alcáçova do Castelo de Serpa o diverso espólio, anteriormente disperso por vários espaços e recolhido ao longo de quase uma centúria, ao qual acresceu o importante conjunto recuperado nas escavações arqueológicas iniciadas na *villa* romana da Cidade das Rosas, sob a direção de Olívio Caeiro e com o apoio do CRCP (Caeiro, 1987), em 1984 abria ao público o Museu Arqueológico de Serpa, com projeto museográfico do arquiteto Mário Varela Gomes e por iniciativa do município serpense (Oliveira et al., 2016, p. 19) (fig. 6).

A própria data de abertura ao público também merece uma explicação, uma vez que, apesar da oficialização em data incerta no ano de 1984, sabemos que na realidade o museu já acolhia espólio arqueológico e público em momentos ligeiramente anteriores, pois existe referência à sua inauguração em maio de 1982 (*Informação Municipal*, 1985, p. 2) (fig. 7).

A inexistência de um documento fundador do museu não permite esclarecer a razão da atribuição do ano de 1984 à sua abertura oficial, quando na verdade já se encontrava em funcionamento.

Seja como for, importa descrever sobretudo o «espírito do lugar», mais do que o momento exato da abertura das suas portas.

Destaca-se o papel de Mário Varela Gomes, autor do projeto museográfico, que assume em Serpa a primeira incursão no conceito de «linha do tempo», que o investigador considerava a abordagem mais adequada a estas tipologias de artefactos e que haveria de desenvolver em outros projetos futuros, bem como a sua predileção por vitrinas trapezoidais (fig. 8), bem patente nos seus projetos em Montemor-o-Novo, Loulé ou Silves (Gomes, 1993; Oliveira et al., 2016, p. 19).



Fig. 6 – Museu Arqueológico de Serpa. Fotografia de José Rodrigues Braga, dezembro de 1985.



Fig. 7 – *Informação Municipal*, 1985. Câmara Municipal de Serpa.

O museu ocupava a Casa do Governador, edifício construído em data incerta durante a Época Moderna e que se localiza no canto sul da Alcáçova, desenvolvendo-se em dois pisos e com a parede de fundo a corresponder à própria muralha medieval do Castelo de Serpa (Nunes, 2018, p. 858).

A coleção do Museu Arqueológico de Serpa assentava em grande parte em doações de particulares, afirmando desta forma o papel da comunidade na sua génese, com contributos de várias personalidades que, cientes da importância pública de muitas peças de que eram proprietários, as doaram desinteressadamente para enriquecimento da coleção do museu – nomes como Bento Castelhana, Carlos Palma Castelhana, Jaime Fernando Costa Borges Lopes, Matias Valente, Maria Amélia da Palma Castelhana Galamba de Almeida, Maria Helena Valle Féria (Oliveira et al., 2016, p. 19). A estes somaram-se muitos outros que, pelas suas lides diárias, iam encontrando materiais que entregavam ao «seu» museu, para além de associações como o já mencionado CRCP. O museu reuniu ainda os diversos artefactos que foram transferidos da Igreja da Misericórdia, espaço de recolha do museu nunca concretizado, para as novas instalações. A tudo isto ainda há que acrescentar o labor de profissionais e amadores, que recolheram e documentaram inúmeros vestígios que depositaram no museu, como Carlos Penalva, Rolando Pelica, Francisco Cabinha, Silvério Rebocho Sargento, José Carlos Pegas, José Rodrigues Braga e muitos mais, a juntar às importantes coleções provenientes de vários trabalhos arqueológicos promovidos por António Monge Soares em diversos locais de Serpa, por Rui Parreira no Cerro dos Castelos de São Brás ou por José Olívio Caeiro na já mencionada *villa* romana da Cidade das Rosas.



Fig. 8 – Museu Arqueológico de Serpa. Fotografia de José Rodrigues Braga, julho de 1985.

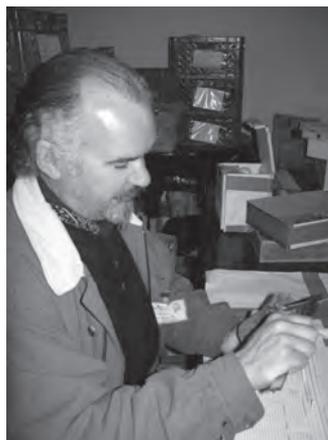


Fig. 9 – José Rodrigues Braga em atividades de tratamento e desenho de materiais no Museu Arqueológico de Serpa. Fotografia da Câmara Municipal de Serpa, 2004.

Particular destaque deve ser atribuído a José Rodrigues Braga, pelo seu papel de sempre na produção de conhecimento e na identificação de inúmeros sítios arqueológicos no concelho, desde as primeiras aventuras com os escuteiros, passando pela intensa atividade desenvolvida na Secção de Arqueologia do CRCP, ou nas colaborações com Olívio Caeiro e Monge Soares. A sua ligação ao museu seria ainda mais umbilical a partir do momento em que se tornou o seu guardião, enquanto funcionário da Câmara Municipal de Serpa responsável por zelar pelo Museu Arqueológico de Serpa, o que lhe valeria a alcunha de «Alcaide», colocada pelas gentes de Serpa pelo afinco com que sempre se dedicou à preservação do património local (fig. 9).

Durante esta primeira fase da vida do Museu Arqueológico de Serpa, que decorreu de 1984 até 2006, o seu funcionamento dotou-se da vontade amadora, que permitiu o usufruto público e o cumprir da missão de salvaguarda do património nele depositado, apesar da escassez de meios humanos e técnicos e da falta de condições dos espaços existentes.

As insuficiências resultantes da falta de um corpo técnico adequado deixaram lacunas inultrapassáveis na documentação e que não permitiram uma reconstituição fidedigna e exaustiva da história do museu, materializadas na ausência de um inventário rigoroso da coleção ou dos dados referentes a visitantes ou a atividades realizadas.

De qualquer forma, e mesmo com as dificuldades enumeradas, foi possível assegurar o apoio a muitos trabalhos e aumentar o grau de atuação, quer na componente de salvaguarda e preservação, quer nas funções educativas.

A Casa do Governador e a Alcáçova eram os espaços centrais do museu. No edifício, o piso inferior continha os módulos de exposição permanente dedicados à Pré-História e Proto-História, uma pequena reserva de materiais e um laboratório. No piso superior podíamos observar as coleções desde a Época Romana ao Período Contemporâneo, um módulo etnográfico, instalado na cozinha do edifício, e um outro espaço de reserva arqueológica (fig. 10 e 11).

Num outro espaço, localizado na parte noroeste da Alcáçova, encontrava-se o designado edifício de apoio, também adossado às muralhas, e que integrava as instalações sanitárias, mais um espaço de reservas e um *atelier* utilizado por um artista local. O edifício de apoio passaria a integrar o museu apenas a partir de janeiro de 2006, como espaço de reservas e laboratório.

Saliente-se ainda a existência, em documentação interna da Câmara Municipal de Serpa, das estatísticas de visitantes do museu, entre 1992 e 2005, que registam a passagem de 255 427 pessoas, apesar de não haver uma separação em relação às entradas do castelo.

Com o passar dos anos, tornou-se evidente que o museu já não possuía as condições necessárias para salvaguarda do espólio à sua guarda e para a sua exi-



Fig. 10 – Museu Arqueológico de Serpa, piso 1. Fotografia de José Rodrigues Braga, 2004.



Fig. 11 – Atividades educativas na Alcáçova do Castelo de Serpa, no âmbito das Jornadas Europeias do Património de 2008. Fotografia da Câmara Municipal de Serpa.

bição com critérios de qualidade, cada vez mais exigentes. A falta de condições de temperatura, humidade e estabilidade colocava em causa a preservação dos materiais expostos e em reserva. Mas também se tornava evidente que a vertente expositiva tinha um discurso e uma forma de apresentação claramente datados (Antunes et al., 2012, p. 442). A avaliação efetuada pela Câmara Municipal de Serpa revelava a exigência de intervir profundamente na renovação do museu e conduzia a um processo de criação de um novo programa museológico que redundava na deliberação tomada em reunião de câmara em 2004 com vista à sua requalificação, dando-se imediatamente início aos trabalhos de tratamento sumário, inventário e organização das coleções (Antunes et al., 2012, p. 442).

O projeto de requalificação do museu envolveu a Câmara Municipal de Serpa como promotora, o então Instituto Português de Museus, através do Museu Nacional de Arqueologia, a Direção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, através da Direção Regional de Edifícios e Monumentos do Sul, da Direção Regional de Monumentos de Lisboa e do Gabinete de Salvaguarda e Revitalização do Património, e o Instituto Português do Património Arquitetónico, substituído em 2006 pela Direção Regional de Cultura do Alentejo. O projeto de requalificação seria alvo de um novo protocolo, em 2008, na sequência da estagnação do projeto, ocorrida após a profunda reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), em 2006-2007.

Resolvidas as perturbações, o projeto viria a assumir como objetivos a profunda reabilitação do espaço e a sua reestruturação conceptual, envolvendo, não só a reformulação do papel do museu, integrado no âmbito de uma Rede Museológica Municipal em criação, mas também a sua dotação com diversos serviços, espaços e equipamentos específicos para apoio às funções museológicas, e ainda a

intervenção de reabilitação arquitetónica do património edificado onde o museu se encontra instalado, incluindo o castelo e parte das suas fortificações (Oliveira et al., 2016, p. 21).

A conceção do Programa Museológico Preliminar concretiza-se em 2006, e no mês de setembro o museu é encerrado ao público, dando início a uma nova fase da sua vida.

4. UM NOVO COMEÇO

Não foi apenas a necessidade de adequar o museu a novas funcionalidades ou a exigência de reabilitar o seu espaço físico que tornaram indispensável a sua renovação total. Também os contributos dados pela arqueologia regional tiveram um enorme impacto, uma vez que revelavam cada vez mais a riqueza patrimonial do território e aumentavam o interesse nos vestígios arqueológicos, cada vez em maior número e melhor conhecidos.

Para além dos inúmeros trabalhos arqueológicos desenvolvidos por António Monge Soares desde a década de 80 do século passado, um pouco por todo o concelho de Serpa, merecem destaque a sistematização e o inventário do património arqueológico de Serpa empreendidos em meados da década de 1990 e que haveriam de ser materializados em publicação no ano de 1997. Este autêntico *corpus* dá a conhecer um total de 322 sítios arqueológicos e 41 monumentos epigráficos (Lopes et al., 1997), revelando o enorme potencial que ainda merecia ser acrescido ao museu.

A partir de inícios do século XXI, o território de Serpa, à semelhança do que sucedeu em outros concelhos do Baixo Alentejo, conhece uma intensificação da atividade arqueológica, claramente associada ao impacto da implementação do Plano de Regadio do Projeto Alqueva, com centenas de intervenções no terreno e um natural aumento exponencial no número de sítios arqueológicos conhecidos, e que hoje se cifra em mais de 800 registos.

Estas novidades sucedem-se em simultâneo com os trabalhos de conceção de um novo programa museológico, e acabariam por ser devidamente integradas neste processo, demonstrando que o museu conseguiria acompanhar e integrar as mudanças no conhecimento que se estava a obter na região.

A própria intervenção no museu ficaria fortemente associada aos trabalhos arqueológicos que tiveram de ser desenvolvidos para a definição do projeto museológico, por se tratar de um local com grande potencial arqueológico e patrimonial, desde logo pela presença do castelo, mas também pela possibilidade de preexistências que teriam de ser devidamente aferidas antes do início das obras no local. Escavações arqueológicas realizadas na área do castelo em 1984 e 1985, mais precisamente na barbacã da Alcáçova, entre a Torre de Menagem e a Torre

da Horta, revelaram a existência de um cemitério medieval e de diversos outros vestígios associados às dinâmicas sofridas neste espaço durante a Idade Média, como seria expectável, mas também a presença de estruturas islâmicas, materiais romanos, estruturas da Idade do Ferro e alguns materiais da Idade do Bronze e do Calcolítico (Soares e Braga, 1986).

Assim, iniciam-se em 2007 as escavações arqueológicas na Rua da Barbacã, n.º 29 a 33, em dois imóveis adquiridos pela autarquia com o intuito de integrar esta área no projeto museológico, como possível acesso principal ao Museu/Castelo (Antunes et al., 2012, p. 441).

Estes trabalhos seriam concluídos em 2010 e os resultados obtidos, com a identificação de uma sequência de ocupação de longa diacronia, desde a Idade do Ferro até ao Período Moderno, incluindo diversas estruturas, levariam à alteração do projeto museológico, que previa para este local a instalação de gabinetes de trabalho, laboratório e reservas, de modo a musealizar os vestígios arqueológicos que ficariam integrados num módulo expositivo dedicado à cidade histórica a concretizar futuramente (Antunes, 2015, p. 332-333). Após a revisão do Programa Funcional do Museu Municipal de Arqueologia de Serpa – Núcleo Envolvente, em abril de 2009, face aos resultados dos trabalhos arqueológicos em curso, dirigem-se as atenções para a área principal do projeto de requalificação, a Casa do Governador e a Alcáçova, iniciando-se a empreitada em abril de 2011, o que obrigou à transferência das coleções para outros espaços de reserva de carácter temporário (fig. 12).

A requalificação do museu envolveu dois projetos distintos, o «Projeto de Reabilitação e Ampliação do Museu de Arqueologia de Serpa – Núcleo do Castelo, Trabalhos de Conservação da Zona 9 das Muralhas», cujas intervenções incidiram na Casa do Governador, no edifício de apoio e na Alcáçova, bem como na reabilitação de parte das muralhas do castelo, e o «Projeto de Demolição e Contenção do Prédio Urbano Sito na Rua da Barbacã», que, como anteriormente mencionado, não ficou integrado no atual projeto museológico, esperando-se uma intervenção futura neste espaço que permita a sua inclusão no conjunto do Museu Municipal de Arqueologia de Serpa. Estas intervenções também ficaram condicionadas a trabalhos arqueológicos preventivos, que decorreram entre junho de 2011 e setembro de 2012, contemplando o acompanha-



Fig. 12 – Início dos trabalhos de requalificação do Museu Municipal de Arqueologia de Serpa. Fotografia da Câmara Municipal de Serpa, 2011.

mento arqueológico e as sondagens de diagnóstico no âmbito de aberturas de valas para infraestruturas, demolições, picagens parietais, limpeza e conservação das muralhas (Nunes e Serra, 2015, p. 1068).

Após a fase de obras sucede-se a implementação do Projeto de Museografia entre 2014 e 2016, e a inauguração oficial, a 24 de março de 2016 (o castelo já havia reaberto ao público a 7 de março de 2014, com uma exposição sobre os trabalhos de requalificação).

A abertura das portas do museu revelou um novo conceito museográfico, assente numa metodologia de interpretação do território, que tinha a intenção de unir a área expositiva patente na Casa do Governador com os vestígios arqueológicos descobertos na Rua da Barbacã – e que formam a base de um futuro núcleo interpretativo da evolução histórica e urbanística de Serpa – e com alguns sítios arqueológicos de referência dispersos pelo concelho, como a *villa* romana da Cidade das Rosas, a barragem romana do Muro dos Mouros ou a área arqueológica de Vila Verde de Ficalho (Oliveira et al., 2016, p. 22, 23).

Apesar desta visão integradora ainda estar por concretizar na sua plenitude, o Museu Municipal de Arqueologia centra-se nas coleções presentes na renovada Casa do Governador e na Alcáçova do Castelo de Serpa, onde se expõe um conjunto de mais de 300 peças, numa distribuição cronológica iniciada no Paleolítico e que termina no Período Islâmico, apoiado por painéis interpretativos ilustrados, ecrãs interativos, projeções sonoras e visuais e um filme documental sobre a ocupação humana do território.

O piso térreo da Casa do Governador possui um pequeno espaço de receção ao público, que também dispõe de algum material de apoio ao visitante e de informação turística, para além de publicações para venda, permitindo de seguida o acesso à área expositiva através da passagem por uma porta com



Fig. 13 – Sessão oficial de reabertura do Museu Municipal de Arqueologia de Serpa, 24 de março de 2016. Fotografia da Câmara Municipal de Serpa.

uma pesada grade de ferro que serve de memória a um tempo recente, quando o edifício serviu como prisão comum, entre as décadas de 1950 e 1970. Esta sala acolhe, numa vasta vitrina central, um variado espólio que espelha a riqueza do património arqueológico concelhio e as novidades obtidas graças às intervenções arqueológicas dos últimos anos. Ao longo da vitrina, dividida entre o mundo dos vivos, com materiais relacionados com o quotidiano das popu-

lações do passado, e o mundo simbólico, centrado sobretudo em materiais ligados a ambientes funerários e a práticas rituais, o visitante pode começar a visita pelos escassos líticos do Paleolítico, período ainda pouco documentado no concelho de Serpa, passando de seguida pelos artefactos da revolução neolítica, relacionados com a agricultura, olaria, pesca, caça ou o trabalho têxtil, pelo Calcolítico, com o surgimento dos primeiros artefactos metálicos e a revolução dos produtos secundários, pela Idade do Bronze, novamente com destaque para a metalurgia, e terminando na Idade do Ferro, em que se exibem peças que relevam o contacto das sociedades indígenas com povos do Mediterrâneo. A outra metade da vitrina exhibe artefactos, maioritariamente do Neolítico Final, do Calcolítico e da Idade do Bronze, correspondentes a oferendas funerárias e que permitem observar as mudanças nas crenças ligadas ao mundo dos mortos. Nas paredes laterais, diversos painéis ilustrados contêm textos de apoio sobre cada um dos grandes períodos retratados e dois ecrãs interativos permitem ver a distribuição dos sítios arqueológicos no território e destacar alguns pormenores. A sala do fundo, no piso 0, permite um ambiente recatado, adequado para o visionamento do filme do realizador João Botelho, que, sob o título *Nos Campos em Volta*, conduz o observador a uma viagem pela história da ocupação humana do território de Serpa, desde o tempo da sua formação geológica às primeiras comunidades humanas e até às civilizações romana e islâmica, recordando lendas como a da Serpente Alada que ainda hoje marca o brasão da cidade e tradições etnográficas de um passado mais recente, mas ainda presente (fig. 14).

O piso superior apresenta a coleção romana, em grande parte devedora das recolhas efetuadas durante os trabalhos arqueológicos realizados na *villa* da Cidade das Rosas, uma das cerca de 60 conhecidas no concelho de Serpa e que mostram o interesse económico dado pelos romanos a esta região. A coleção romana é apresentada em duas grandes vitrinas verticais, que ostentam desde simples objetos do quotidiano a ricas peças em ouro ou vidro, bem como a coleção numismática que atravessa todo o período romano. Na divisória central, são exibidos alguns elementos arquitetónicos e de construção, enquadrados por breves textos com ilustrações e um ecrã onde são ainda mostrados elementos provenientes de



Fig. 14 – Museu Municipal de Arqueologia de Serpa, piso 0. Fotografia da Câmara Municipal de Serpa.

sítios arqueológicos do concelho, mas que se encontram em mãos particulares e no Museu Nacional de Arqueologia, como é o caso da conhecida estátua de Esculápio. A sala do fundo é dedicada à epigrafia e onde, para além das peças expostas, se pode ouvir um relato ficcionado inspirado nas inscrições de algumas epígrafes. Esta sala serve de transição para a Antiguidade Tardia, que integra sobretudo elementos arquitetónicos relacionados com a afirmação do Cristianismo após a queda do Império Romano, sempre enquadrados com textos e ilustrações. O módulo expositivo termina com a vitrina dedicada à islamização do território, com peças cerâmicas, moedas, metais e um molde contendo uma sura do Alcorão, onde a aproximação do visitante ativa um sensor que permite ouvir a sua respetiva recitação em árabe (fig. 15).

Para além do espaço interior da Casa do Governador, o museu articula-se com o espaço da Alcáçova e o próprio castelo. Na Alcáçova dispõem-se materiais arquitetónicos ou pétreos de grande porte, que vão desde um menir pré-histórico aos grandes pesos de lagar romanos, aos capitéis da Antiguidade Tardia, às estelas discoides ou aos marcos territoriais medievais. Até as próprias muralhas do castelo integram uma epígrafe romana reutilizada como mero material de construção (fig. 16).

O edifício de apoio conta com instalações sanitárias, uma cafetaria com esplanada e uma sala polivalente, que permite novas dinâmicas, através da sua utilização para reuniões, conferências, oficinas ou exposições.

Mas o Museu Municipal de Arqueologia não é apenas o conjunto de peças que acolhe e expõe, é sobretudo um elo de ligação à comunidade local, que necessita de ser reforçado.



Fig. 15 – Museu Municipal de Arqueologia de Serpa, piso 1. Fotografia da Câmara Municipal de Serpa.



Fig. 16 – Museu Municipal de Arqueologia de Serpa. Alcáçova. Fotografia da Câmara Municipal de Serpa.

5. UMA DINÂMICA EM CONSTRUÇÃO

Desde a reabertura do museu que se sentiu a necessidade de o dotar de um programa de atividades regular e dinâmico, que permitisse que o entusiasmo criado aquando da inauguração não se esbatesse lentamente, tornando-o um local passivo e estático.

Os números dos visitantes nestes primeiros anos após a reabertura ajudaram a criar expectativas positivas sobre o sucesso futuro do museu e o interesse por ele suscitado, mas também aumentaram a responsabilidade sobre a sua gestão. Logo em 2016, e apenas entre abril e dezembro, o museu registou 11 110 visitantes, numa média mensal de 1234, número que subiu para 12 819 (média mensal de 1068) em 2017, seguindo-se uma ligeira descida em 2018, para um total de 12 041 (média mensal de 1003), e novamente uma grande subida em 2019, com um registo de 15 796 visitantes, o que dá uma média de 1316 visitas por mês. O ano de 2020 não permite grandes contribuições para esta análise, devido ao longo período de encerramento motivado pelas medidas de contenção relativas à pandemia da COVID-19.

Os números, tal como aqui são apresentados, não permitem, no entanto, aferir as dinâmicas criadas e o usufruto do museu por parte dos vários públicos. Sem haver necessidade de efetuar uma análise mais detalhada a estes dados, é normal que a maioria destas visitas seja de visitantes únicos e externos ao concelho de Serpa. No entanto, para despertar um maior interesse entre a população local e convidá-la a (re)visitar o museu, foram concebidas diversas atividades e projetos direcionados para a comunidade. Desde logo tornou-se evidente a possibilidade de cativar os públicos escolares, promovendo visitas guiadas, quer ocasionalmente, quer no âmbito de comemorações ou integradas em outros eventos culturais que ocorrem em Serpa, quer mesmo em estreita articulação com os Agrupamentos de Escolas, e também em períodos de férias, através da organização de visitas e sessões de educação patrimonial dirigidas aos programas de Ocupação de Tempos Livres, organizados diretamente pela Câmara Municipal de Serpa ou por algumas Juntas de Freguesia (fig. 17).

Mas a principal linha de atuação do museu centrou-se na criação de projetos ou atividades regulares, destinados a levar o museu para «fora de portas». A inexistência de um quadro de pessoal espe-



Fig. 17 – Oficina de Educação Patrimonial no âmbito das Oficinas de Verão da Câmara Municipal de Serpa. Fotografia da Câmara Municipal de Serpa.

cífico do museu, e sobretudo de um Serviço Educativo, constitui um fator que limita em muito a capacidade de atuação, mas não impediu a conceção de uma rubrica, em conjunto com o Museu Municipal de Etnografia, intitulada «Peça do Mês», uma atividade comum a tantos museus e destinada a promover regularmente as suas coleções, mas que no caso específico de Serpa consegue chegar a praticamente todos os municípios, através da sua publicação no jornal *Serpa Informação*, da responsabilidade da autarquia, em simultâneo com a divulgação através das redes sociais do município, que permitem um alcance de públicos muito superior a qualquer atividade presencial.

No entanto, e como a ação presencial é indispensável para um contacto de proximidade e uma interação mais humana, concebeu-se um outro projeto, intitulado «Arqueologia nas Freguesias: 7 sítios, 7 histórias», destinado a percorrer sete locais correspondentes à anterior organização administrativa territorial, levando o museu para fora do conforto das suas paredes e tornando-o mais próximo das populações, através de palestras, exposições de documentários ou visitas guiadas, sempre centradas no património arqueológico de cada freguesia (fig. 18).

Em simultâneo com as ações mais dirigidas à divulgação, procurou-se também desenvolver algum trabalho científico sobre as coleções do museu, uma vez que muitas delas permanecem inéditas. A falta de recursos não impede a reali-



Fig. 18 – Sessão do projeto «Arqueologia nas Freguesias», em Vila Nova de São Bento, 2020. Fotografia da Câmara Municipal de Serpa.

zação de alguns estudos científicos através de meios próprios, destinados a colmatar as lacunas de informação sobre alguns artefactos, coleções ou sítios arqueológicos, mas torna indispensável a colaboração com entidades ou investigadores externos, conduzindo à criação de um novo projeto, intitulado «Estudos do Museu». Este projeto possui duas vertentes, uma de apoio a estudantes de licenciatura, mestrado ou doutoramento que se encontrem a desenvolver investigação sobre qualquer tema relacionado com a arqueologia do concelho, e uma outra focada em temas

específicos através de convites dirigidos a investigadores ou apoio a projetos de investigação. Os trabalhos desenvolvidos até ao momento neste projeto foram inclusivamente alvo de uma apresentação pública *online*, integrada nas atividades da Câmara Municipal de Serpa para as Jornadas Europeias de Arqueologia de 2020.

Muitas outras atividades têm sido desenvolvidas, não sendo necessário descrevê-las em pormenor, maioritariamente ocorridas no espaço do museu e

do castelo, como palestras, tertúlias, visitas comentadas, oficinas pedagógicas ou exposições, importando salientar o envolvimento e a participação ativa da população local, o que de certa forma espelha a forte ligação que muitos membros da comunidade ainda mantêm com um museu que tantos ajudaram a criar e pelo qual nutrem sempre um sentimento de pertença.

Destacamos, no entanto, algumas das atividades desenvolvidas, por terem procurado de certa forma recuperar as memórias e as ligações com a comunidade local. Estas atividades foram concebidas para ultrapassar o afastamento que se sentiu de parte da população local após a reabertura do museu, uma vez que o novo projeto museográfico não refletia, como o anterior, a ligação afetiva que muitos elementos da comunidade tinham para com a instituição. Esta situação deve-se, em nossa opinião, ao facto de o museu anterior contemplar um vasto espólio em exposição decorrente de doações de particulares, o que, de certa forma, contribuiria para uma maior ligação e envolvimento entre alguns elementos da comunidade e a instituição. Mas também será de referir o conhecimento de proximidade que havia entre a população e as intervenções arqueológicas ocorridas nas décadas de 1970 e 1980, que se encontravam refletidas nas vitrinas do museu, enquanto o novo projeto museográfico integrou novos espólios resultantes de intervenções arqueológicas profissionais, decorrentes em grande parte do Projeto Alqueva, e que estão menos ligadas ao conhecimento popular e envolvem uma menor participação das comunidades mais próximas. Desta situação resultava um evidente desconhecimento dos nomes dos sítios arqueológicos exibidos nas legendas sob as vitrinas e a surpresa por alguns dos artefactos doados já não integrarem a renovada exposição, sendo substituídos por outros que eram desconhecidos ao olhar das personalidades mais ligadas à história do museu.



Fig. 19 – Exposição de homenagem a José Rodrigues Braga, 25 de maio de 2018. Fotografia da Câmara Municipal de Serpa.



Fig. 20 – Visita ao Castelo de Serpa no âmbito da tertúlia «Castelo, Casa, Prisão: Conversas em torno do morro do Castelo de Serpa», integrada no Dia Nacional dos Castelos de 2018. Fotografia da Câmara Municipal de Serpa.

Assim, conceberam-se, por exemplo, conferências como a que assinalou os 20 anos sobre a publicação da Carta Arqueológica de Serpa, editada pela Câmara Municipal de Serpa em 1997, e que decorreu em novembro de 2017, com apresentação a cargo da coordenadora desses trabalhos, a Professora Doutora Maria da Conceição Lopes; a exposição de homenagem a José Rodrigues Braga, várias vezes referido ao longo do presente texto pela sua inegável relação com o Museu Municipal de Arqueologia de Serpa, e que foi inaugurada no dia 25 de maio de 2018; ou as tertúlias «O Centro de Cultura Popular na História da Arqueologia de Serpa», integradas nas Jornadas Europeias do Património de 2018, e «Castelo, Casa, Prisão: Conversas em torno do morro do Castelo de Serpa», no âmbito do Dia Nacional dos Castelos de 2018, destinadas a reavivar memórias recentes sobre as vivências do património local (fig. 19 e 20).

As propostas para uma participação mais ativa e presente da população local são uma constante nas atividades concebidas, para que o Museu Municipal de Arqueologia se afirme cada vez mais como uma parte integrante da própria comunidade, sem nunca perder de vista o rigor científico e técnico que deverá sempre marcar a sua atuação.

6. REFLEXÃO PARA O FUTURO

Mas o Museu Municipal de Arqueologia de Serpa é, por enquanto, apenas uma pequena parte de um projeto mais vasto, que se cinge a um módulo expositivo dedicado à interpretação do território. Futuramente, o Museu deverá crescer para novos espaços e funções, através da conceção do módulo dedicado à evolução histórica da própria cidade de Serpa, da criação das reservas arqueológicas, essenciais para garantir uma salvaguarda condigna do imenso espólio à guarda da Câmara Municipal de Serpa e que terá todas as condições para crescer exponencialmente nos próximos anos. Os elementos em falta implicam ainda a criação de espaços de tratamento de espólio, de gabinetes de trabalho ou de serviços educativos. Outra ação futura de grande relevância passa pela ligação umbilical com a valorização de alguns sítios arqueológicos dispersos pela área do concelho e ao museu e estação arqueológica de Vila Verde de Ficalho. Completando o projeto com as ações mencionadas, será possível concretizar o que foi definido no projeto de requalificação, que afirmava pretender construir e consolidar relações de proximidade com as populações, atuando como um fator de preservação da identidade local e promovendo um diálogo permanente com o público. Novas exigências surgiram a partir de 2020, num período posterior à apresentação da comunicação ao 3.º Encontro Nacional de Museus com Coleções de Arqueologia, a 19 de outubro de 2018, e que deu origem ao presente artigo. Longe de se imaginar a situação pandémica que ainda se

enfrenta, as expectativas existentes à data eram muito diferentes das que agora se evidenciam.

O encerramento do Museu Municipal de Arqueologia a 16 de março de 2020 quebrou uma dinâmica turística em crescimento e de envolvimento comunitário, que dificilmente poderá ser substituída por outras formas de atuação.

Os escassos meios à disposição do museu, bem como a rapidez e a incerteza da evolução da situação de pandemia, criaram graves dificuldades para se continuar a «mostrar» o museu ao público. Após o efeito de choque inicial e à medida que aumentava a perceção de que a situação vivida não passaria rapidamente, criou-se a obrigação de transferir para o meio digital, através de suportes *online*, as iniciativas habituais e que eram assinaladas de forma presencial, como o Aniversário da Reabertura do Museu, o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, o Dia Internacional dos Museus, as Jornadas Europeias de Arqueologia, as Jornadas Europeias do Património e o Dia Nacional dos Castelos, que constituem o calendário de datas e efemérides assinaladas pela Câmara Municipal de Serpa e que normalmente envolvem a participação do museu.

O recurso à emissão *online* de colóquios e palestras, a adaptação para formato vídeo da apresentação da «Peça do Mês», a publicação regular de textos *online* sobre o património local ou a conceção de novos projetos de divulgação patrimonial centrados nas plataformas digitais passaram a fazer parte da nova normalidade deste como de tantos outros museus e instituições culturais.

Cientes de que o mais importante, e desejado, é o regresso a uma programação presencial de proximidade, este longo período de adaptação e reflexão também serviu para apurar a forma de utilização do mundo digital, identificar lacunas na capacidade de transformar ou conceber conteúdos para uma maior presença *online* e constatar a necessidade de maior investimento tecnológico e de capacitação para integração nestas realidades. Uma aposta futura na digitalização de coleções, prática comum a muitos museus, mas ainda pouco presente em museus de pequena dimensão, será um dos caminhos a merecer maior atenção, o que poderá permitir uma clara melhoria da qualidade dos conteúdos a produzir para o meio digital.

Terminamos sem fazer uma conclusão, pois o momento em curso continua a ser de reflexão e de análise a todas as rápidas mudanças e transformações vividas num curto período, mas que a todos parece imensamente longo, e de expectativa sobre o equilíbrio a manter entre a ação presencial e a digital, que marcarão claramente o futuro próximo dos museus.

BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, A.; GUERREIRO, A.; CASTRO, A.; FIALHO, L.; MANTEIGA, M.; VIEGAS, V.; BRAGA, J. (2012) – Serpa entre a Idade do Ferro e a Época Moderna. Breve leitura dos resultados das escavações arqueológicas realizadas no Castelo. In *Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*, 5, Almodôvar, 2010. Actas. Almodôvar: Câmara Municipal de Almodôvar. p. 441-464.
- ANTUNES, A. (2015) – A intervenção arqueológica no imóvel da Rua da Barbacã n.ºs 29-33 e a requalificação e ampliação do Museu Municipal de Arqueologia. Contributos para a História de Serpa. In *Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*, 7, Aroche, Serpa, 2013. Actas. Aroche: Ayuntamiento de Aroche. p. 331-358.
- CAEIRO, J. O. (1987) – A Cidade das Rosas. *Arquivo de Beja*. Beja. S. 2, 4, p. 111-125.
- GOMES, M. V. (1993) – Museu Municipal de Arqueologia de Silves. *Al-Madan*. Almada. S. 2, 2, p. 84-85.
- INFORMAÇÃO MUNICIPAL (1985). Serpa: Câmara Municipal de Serpa. 2 (Agosto de 1985).
- LOPES, M. C.; CARVALHO, P.; GOMES, S. (1997) – *Arqueologia do Concelho de Serpa*. Serpa: Câmara Municipal de Serpa.
- NUNES, J. (2018) – Leitura diacrónica da evolução estrutural do Castelo de Serpa. Como foi, como é e como poderia ter sido. In *Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*, 8, Serpa, Aroche, 2014. Actas. Serpa: Câmara Municipal de Serpa. p. 849-870.
- NUNES, J.; SERRA, M. (2015) – Projeto de reabilitação do Museu de Arqueologia de Serpa: dados preliminares. In *Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*, 7, Aroche, Serpa, 2013. Actas. Aroche: Ayuntamiento de Aroche. p. 1067-1079.
- OLIVEIRA, M. M.; MATEUS, R.; CORREIA, S. (2016) – Museu Arqueológico de Serpa – História de um percurso. In OLIVEIRA, M. M.; MATEUS, R., coord. – *Museu Municipal de Arqueologia de Serpa. Roteiro*. Serpa: Câmara Municipal de Serpa. p. 17-26.
- SOARES, A. M.; BRAGA, J. R. (1986) – Balanço provisório da intervenção arqueológica já realizada no Castelo de Serpa. *Arquivo de Beja*. Beja. S. 2, III, p. 167-198.
- VASCONCELOS, J. L. de (1895) – Notícias várias: 1. Achado em Amarante: 2. Achado arqueológico destruído: 3. Museu em Serpa. *O Archeologo Português*. Lisboa. S.1, 1, p. 17-19.

Luís de Castro do Rio: Um rosto com história*

Luís de Castro do Rio: A face with history

ANA RAQUEL SILVA**, FILIPE FRANCO***, LUÍS FILIPE LOPES****,
NATHALIE ANTUNES-FERREIRA*****

RESUMO

Na investigação sobre o passado da Quinta do Conventinho, atual Museu Municipal de Loures e antigo convento franciscano arrábido, destacou-se a figura de Luís de Castro do Rio, mercador bem-sucedido, de provável ascendência judaica, fidalgo de solar, padroeiro do convento construído no lugar da Mealhada, Loures, onde viria a ser sepultado.

A perícia efetuada aos seus restos esqueléticos, recolhidos no âmbito da intervenção arqueológica realizada nas criptas da capela do respetivo convento, revelou um homem idoso, de ancestralidade europeia e com uma estatura de cerca de 165 cm.

O seu crânio e mandíbula foram digitalizados tridimensionalmente. O modelo 3D resultante serviu de matriz à elaboração da aproximação facial de Luís de Castro do Rio. O processo assentou em correlações estudadas entre a topografia craniana e o contorno externo da face, assim como na posição social, cronologia e contexto histórico de Luís de Castro do Rio.

Palavras-chave: Quinta do Conventinho – Loures – Pós-Medieval – Aproximação facial – Luís de Castro do Rio

* Comunicação apresentada no 3.º Encontro Nacional de Museus com Coleções de Arqueologia, que se realizou em outubro de 2018, no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa, Portugal.

** Câmara Municipal de Loures, Departamento de Cultura, Desporto e Juventude, Divisão de Cultura, Unidade de Património e Museologia. *E-mail*: ana.silva@cm-loures.pt.

*** Mestre em Anatomia Artística pela Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa. Pós-graduado em Science Illustration na University of California (EUA). *E-mail*: contact.filipefranco@gmail.com.

**** Instituto de Investigação Científica e Tropical (IHMT) e Global Health and Tropical Medicine (GHTM), Universidade Nova de Lisboa, Rua da Junqueira 100, 1349-008 Lisboa, Portugal. Centre for Ecology, Evolution and Environmental Changes (CE3C), Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Campo Grande, 1749-016 Lisboa, Portugal.

***** Egas Moniz Center for Interdisciplinarity Research, Egas Moniz School of Health & Science, Monte da Caparica, Portugal. LCFPEM – Laboratório de Ciências Forenses e Psicológicas Egas Moniz, Egas Moniz School of Health & Science, Monte da Caparica, Portugal. *E-mail*: naferreira@egasmoniz.edu.pt.

ABSTRACT

In the research of the past of the Quinta do Conventinho, current Museu Municipal de Loures and former Franciscan convent, the figure of Luís de Castro do Rio stood out as a successful merchant, probably of Jewish descent and a nobleman, and patron of the convent built in the place of Mealhada, Loures, where he was buried.

The analysis carried out on his skeletal remains, collected as part of the archaeological excavation in the chapel's crypts of the convent, revealed an elderly man of European ancestry and with an estimated height of 165 cm.

His cranium and mandible were scanned. The resulting 3D models served as the base structure for the facial approximation of Luís de Castro do Rio. The process rested on studied correlations between the topography of the skull and the contour of the facial features, as well as Luís de Castro do Rio social position, chronology, and historical context.

Keywords: Quinta do Conventinho – Loures – Post Medieval – Facial Approximation – Luís de Castro do Rio

1. INTRODUÇÃO

Em 1573 iniciou-se a construção do Convento do Espírito Santo, no lugar da Mealhada, junto a Loures, integrado na Província Franciscana de Santa Maria da Arrábida (Piedade, 1728). Um convento pequeno e modesto, conforme ditava a regra e a disciplina daqueles religiosos, apesar da grandiosidade com que o seu padroeiro preferiria tê-lo construído (Piedade, 1728).

Luís de Castro do Rio, mercador bem-sucedido, de provável ascendência judaica (Moraes, 1670), recompensado, juntamente com o seu irmão Diogo, com o título de fidalgo de solar pelo rei D. Sebastião, patrocinou a edificação deste conventinho onde viria a ser sepultado (Piedade, 1728), com a sua mãe, filho e nora. A família Castro do Rio manteve a proteção ao convento pelo menos até à terceira geração (Piedade, 1728). De realçar que, para além do prestígio social que o mecenato concedia aos seus autores, estava igualmente assegurada a salvação das suas almas.

Durante cerca de 250 anos, esta casa albergou dezenas de religiosos franciscanos arrábidos. Com a extinção das ordens religiosas masculinas, em 1834, o edifício serviu de habitação e por ele passaram várias famílias até à década de 1990 do século XX, quando a Câmara Municipal de Loures tomou posse da propriedade, entretanto designada de Quinta do Conventinho, e ali instalou o seu Museu Municipal.

2. LUÍS DE CASTRO DO RIO

Filho de António (ou Antão) Vaz de Castro e de D. Brites (ou Beatriz) de Castro, só acrescentaria o apelido Rio ao seu nome após o rei D. Sebastião conceder

uma *Carta de Brazão d'Armas* a Diogo, seu irmão, em 1561¹, e lhe dar por solar a Quinta do Rio, em Sacavém, com a obrigação de usar o apelido Rio.

Luís de Castro do Rio partilhava e colaborava nos negócios do irmão, Diogo de Castro do Rio, envolvido no tráfico negreiro, no comércio da pimenta e com diversos serviços prestados à Coroa (entre os quais, o abastecimento de navios e entrepostos e empréstimos à Coroa). Faria, também, alguns empréstimos a particulares, especialmente a nobres. Mantinha, igualmente, procuradores fora do reino, de quem recebia letras de câmbio que depois pagava aos herdeiros dos falecidos no Oriente. Investiu em alguns bens fundiários, adquirindo uma quinta na Caparica e casa na Rua do Barão, em Lisboa, e em padrões de juro (Olival, 2002).

Teve dois filhos, Tomé e Luísa. Tomé de Castro do Rio, casado com uma filha do mercador Luís Pinto, administrador da fazenda de Luís de Castro, em 1584, terá desposado, em segundas núpcias, D. Brites de Sousa, filha de João Rodrigues Peçanha, capitão de Armada. Deste enlace terá nascido Maria de Castro do Rio que, desposando Francisco Cyrne da Silva, sucederam no padroado do convento, ao qual consignaram 30 mil réis de um juro que tinham na Alfândega para todos os reparos necessários à casa religiosa e que se manteve por largos anos (Piedade, 1728).

Quando faleceu, em 1579, Luís de Castro foi sepultado num sarcófago em pedra calcária, na cripta (fig. 1) sob o altar-mor da capela do convento. O sarcófago apresenta o brasão de armas esculpido na sua face lateral direita. As armas, constituídas por escudo e duas faixas de água onduladas entre nove arruelas, elmo aberto e, por timbre, um cavalo-marinho, saindo metade deste do elmo cercado por uma onda de água, diferenciam-se das do irmão pela representação de uma flor de lis entre as primeiras arruelas (Moraes, 1670).

A perícia efetuada aos restos mortais encontrados no sarcófago (fig. 2) revelou que os ossos pertenceram a um homem idoso, europeu e com cerca de 165 cm de estatura, sendo este perfil biológico compatível com a informação



Fig. 1 – Sarcófago de Luís de Castro do Rio.



Fig. 2 – Interior do sarcófago, observando-se os ossos do membro superior direito de Luís de Castro do Rio e o seu corpo coberto de cal mortuária.

¹ Chancelaria de D. Sebastião, Livro 2.º de Privilégios, f. 124.



Fig. 3 – Crânio com mandíbula de Luís de Castro do Rio.

histórica sobre Luís de Castro do Rio. Identificaram-se diversas alterações esqueléticas patológicas, designadamente perda de dentes *ante mortem* praticamente integral, cárie enorme num pré-molar superior (fig. 3), osteoartrose em várias articulações, doença degenerativa da coluna vertebral e fratura do processo estilóide do cúbito esquerdo (Antunes-Ferreira, 2015). Foi encontrado sem espólio associado (Silva e Antunes-Ferreira, 2005). As informações recolhidas, na *Cronica da Província da Arrábida*, de que Luís de Castro do Rio «(...) foy enterrado com sua mãe na Capella mor desta Igreja (...)» (Piedade, 1728), e a representação do brasão na lateral do sarcófago, constituíram elementos importantes para o processo de identificação deste indivíduo.

3. A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA

A intervenção arqueológica, de iniciativa municipal, que teve lugar em 2005, iniciou-se pela cripta central da capela conventual consagrada ao Espírito Santo, tendo sido exumados 24 indivíduos nas inumações primárias e pelo menos 11 indivíduos nas reduções ósseas. Identificaram-se indivíduos de ambos os sexos e de todas as classes etárias (Silva e Antunes-Ferreira, 2005; Silva, 2009).

A cripta, localizada sob a capela-mor, apresenta planta cruciforme com três nichos. O acesso é feito através da descida de seis degraus, em pedra calcária, sendo o teto em abóbada e o chão revestido a tijoleira. Ao centro, estava disposto um sarcófago em pedra calcária, de planta retangular, cuja câmara apresenta as faces laterais decoradas com conjuntos de três molduras retangulares; à exceção da face lateral direita, em que a moldura central apresenta esculpido o brasão de D. Luís, todas as outras são lisas. As faces dos topos apresentam uma única moldura, sendo legível, na face virada à entrada da cripta, uma inscrição fúnebre (Silva e Antunes-Ferreira, 2005). A documentação histórica permite datar a cripta como contemporânea da construção do convento (Silva, 2009).

As inumações preenchem a área disponível (14,8 m²): sarcófago, sobre o sarcófago, nichos e espaços entre esta estrutura tumular e os supramencionados nichos. Foram realizadas em caixões que estavam empilhados uns sobre os outros e os corpos foram cobertos por cal mortuária. Identificaram-se, como referido acima, várias reduções ósseas (Antunes-Ferreira, 2015; Silva e Antunes-Ferreira, 2005).

Procedeu-se à abertura do sarcófago por arrastamento da sua tampa com recurso a macacos hidráulicos. Constatou-se que albergava uma inumação primária envolvida por cal e submersa em água.

4. UM ROSTO COM HISTÓRIA

Na investigação sobre o passado da Quinta do Conventinho houve sempre um elemento comum, as pessoas. As pessoas que contribuíram para a construção do convento, as pessoas que o habitaram, as pessoas que o venderam e o tornaram a habitar, as pessoas que hoje nele trabalham e o visitam.

Dessas pessoas, sobretudo as que existiram em tempos idos, conhecemos os seus nomes, as suas vidas e alguns dos seus feitos. Mas, e os seus rostos, as suas expressões, como seriam?

Para responder a estas questões, e enquadrada na investigação que decorre desde 2005 sobre o antigo Convento do Espírito Santo, foi realizada uma aproximação facial a Luís de Castro do Rio.

A aproximação facial é um processo pelo qual se recriam as características faciais de um indivíduo a partir da análise e interpretação dos ossos do seu crânio (fig. 3). O resultado não pretende ser um retrato, mas apenas uma aproximação fiel aos traços fisionómicos sugeridos pelo substrato ósseo. Os métodos utilizados, desenvolvidos ao longo de várias décadas, resultam de uma articulação entre arte e ciência, materializada na combinação de disciplinas como o desenho, a escultura, a anatomia, a bioantropologia, a osteologia e a odontologia (Franco, 2012).

Embora a denominação «reconstrução facial» tenha sido a que mais contribuiu para a divulgação do sistema, «aproximação facial» é a designação sugerida por vários antropólogos, por melhor se adequar às expectativas envolvidas (George, 1987; Haglund e Reay, 1991), já que o resultado final não é mais do que uma determinação não exata, mas aproximada, do que seria o rosto em vida.

A prática da aproximação facial, iniciada no século XIX, teve a sua origem nos exercícios académicos de anatomistas que procuraram atestar a identidade a partir dos ossos de determinadas personalidades históricas, recorrendo à análise comparativa entre os crânios e as máscaras mortuárias ou retratos desses indivíduos (Franco, 2012; Welcker, 1883).

Atualmente, esta perícia mantém um vínculo ativo com o território do estudo antropológico, seja num contexto de investigação forense, seja nas áreas da arqueologia e paleontologia humana. Quando vinculada ao estudo arqueológico e paleontológico, a aproximação facial adquire um propósito didático, assistindo à elaboração de conjeturas sobre as características anatómicas e comportamentais dos nossos antepassados. Aqui, a aproximação facial é em si mesma uma teoria, um veículo de estudo e divulgação que traduz visualmente um determinado *modus vivendi* materializado numa fisionomia plausível. Enquadrada em projetos museológicos, a aproximação facial adquire ainda o papel de promotor de interesse pelos conteúdos expositivos, pois oferece ao visitante a rara oportunidade de se confrontar com os rostos antigos, permi-



Fig. 4 – Feixes laser a incidirem sobre a mandíbula no processo de digitalização. O objeto é colocado sobre uma placa rotativa controlada pelo digitalizador (à esquerda).

tindo a sua identificação imediata com um passado recente ou de milhões de anos.

A aproximação facial inicia-se após o antropólogo fornecer os perfis biológico (sexo, ancestralidade e idade à morte) e patológico coligidos aquando do exame aos restos esqueléticos do indivíduo em questão. A análise detalhada do crânio permitiu anotar características particulares suscetíveis de condicionar a aparência final do rosto, tais como assimetrias, deformações, traumatismos e/ou ausências ósseas e estado da dentição. Foi igualmente efetuado um conjunto de medições cranianas cujos valores foram posteriormente aplicados em fórmulas e princípios gerais que estabelecem correlações

entre a topografia craniana e o contorno externo da face (Franco, 2012).

O crânio e a respetiva mandíbula foram transportados para o Departamento de Zoologia e Antropologia do Museu Nacional de História Natural e da Ciência da Universidade de Lisboa, onde foi realizada a digitalização tridimensional destas peças ósseas, de forma a produzir os modelos tridimensionais que serviram de matriz à aproximação.

A digitalização e edição inicial do modelo 3D foram realizadas usando o digitalizador *3D NextEngine*, com o *software ScanStudio HD 2.0.2*. O digitalizador utiliza tecnologia de triangulação laser para fazer a leitura do objeto; emite um laser na direção do objeto a ser digitalizado (fig. 4) enquanto um sensor capta a luz laser refletida no mesmo, discernindo o ângulo a que esta regressa ao digitalizador e, através de cálculos trigonométricos de triangulação, calcula com precisão a distância do objeto. Esta técnica permite, apenas, a digitalização da superfície externa visível, não sendo capaz de digitalizar estruturas internas do objeto, às quais o laser não consegue aceder. Em modelos muito complexos, como é o caso do crânio, algumas superfícies externas também não se conseguem captar, pois estão em posição sobre a qual não se consegue fazer incidir o laser (e. g. superfície interna do arco zigomático). No entanto, a maior parte da superfície externa e, sobretudo, os pontos necessários para fazer uma aproximação facial são acessíveis.

Para a digitalização de um crânio, dada a sua complexidade, são realizadas diversas leituras, com o crânio colocado em diferentes posições, de forma que o laser possa incidir sobre a superfície em diferentes ângulos. Para tal, o digitalizador tem uma placa rotativa, controlada pelo *software*, que permite uma leitura de

360°. Neste caso, cada leitura foi realizada em dez secções (dez ângulos diferentes em que o laser é incidido sobre o objeto).

Para realizar este modelo, o processo foi repetido cinco vezes, com o crânio colocado em diferentes posições, de forma a cobrir a maior superfície possível, sobretudo em locais em que é mais complicado incidir o laser. Cada uma destas repetições gera um modelo, composto por dez leituras separadas. Estes cinco modelos parciais foram limpos para remover partes em que a leitura tinha menor qualidade, bem como retirar do modelo partes que não correspondam ao objeto em si, pois durante a leitura uma parte do suporte rotativo é também captada pela leitura (fig. 5). De seguida, os diferentes modelos são alinhados manualmente, fornecendo pontos de referência comuns entre os vários modelos gerados. Estes pontos de referência são depois usados para fundir os diferentes modelos, criando um modelo final mais completo.

O modelo final (fig. 6) foi depois simplificado, passando-se de um modelo com mais de 1,2 milhões de pontos e cerca de 2,4 milhões de triângulos para um modelo em que a malha é composta por pouco mais de 218 mil pontos e cerca de 382 mil triângulos. Esta simplificação reduz o modelo a uma resolução que retém informação suficiente para a realização do trabalho de aproximação e que facilita muito o processamento e edição do objeto 3D.

O mesmo processo foi seguido para a mandíbula, digitalizada separadamente.

Os modelos produzidos são seguidamente exportados para formatos de uso geral, como OBJ ou STL (fig. 7).

Os modelos virtuais da mandíbula e do crânio são montados, respeitando-se as relações anatómicas e funcionais sugeridas pela análise da dentição.

O passo seguinte foi a aplicação virtual de marcadores de profundidade dos tecidos moles, os quais permitem fixar valores médios de espessura dos tecidos moles da face em determinados pontos do crânio (Codinha, 2009). Estes pontos são úteis aquando da demarcação do contorno externo do rosto. Após a coloca-



Fig. 5 – Modelo 3D obtido antes da remoção do material que não pertence ao crânio, sendo visível parte da placa rotativa e do braço metálico que sustenta o crânio na posição definida.

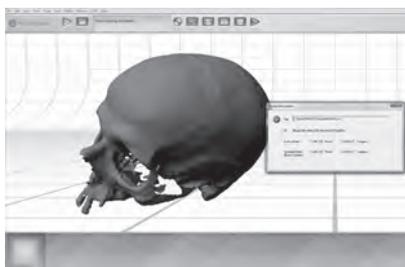


Fig. 6 – Modelo 3D final do crânio, antes da simplificação.



Fig. 7 – Modelo virtual do crânio e mandíbula montados.

ção dos marcadores, procedeu-se à reprodução dos principais músculos da cabeça (fig. 8). A sua modelação considerou os locais de origem e inserção muscular, identificados por análise direta do relevo ósseo, e respeitou as descrições anatómicas e tabelas de dimensões médias publicadas (Gray, 1977; Putz e Pabst, 1997).

A reprodução da musculatura facial é uma fase importante no processo de recriação do rosto, pois assegura uma progressão dos trabalhos assente em regras anatómicas e sem desvios do que é sugerido pela morfologia óssea. Desta forma, reduz-se o grau de interferência subjetiva por parte do executante. Antes de se avançar para a finalização da aproximação 3D, foram exportadas imagens virtuais do crânio com os respetivos marcadores e musculatura, em vista frontal e de perfil. Após a sua impressão em papel, à escala real, as imagens serviram de base a um estudo preliminar, através de desenho a grafite sobre papel vegetal (fig. 9). A translucidez do suporte permitiu que as impressões conservassem o carácter matricial, permanecendo visíveis no decurso da elaboração do rosto. Estes registos gráficos permitiram a utilização direta das distâncias lineares (provenientes das medições cranianas) e a sua aplicação nas referidas fórmulas que, juntamente com tabelas de valores médios, auxiliaram a determinação do contorno aparente do rosto.

As imagens preliminares do contorno da face de Luís de Castro do Rio foram importadas para o programa de modelação 3D, servindo de apoio à aproximação final. O processo foi dividido em etapas correspondentes à modelação dos diversos caracteres faciais, os quais, combinados, são responsáveis pela individualidade do rosto (fig. 10).

Terminada a aproximação, procedeu-se à caracterização do indivíduo utilizando elementos como a sua posição social, período cronológico e contexto histórico.

O rosto foi harmonizado para efeitos de uma representação final mais realista, tendo sido aplicada uma textura simulando a superfície cutânea, incluindo

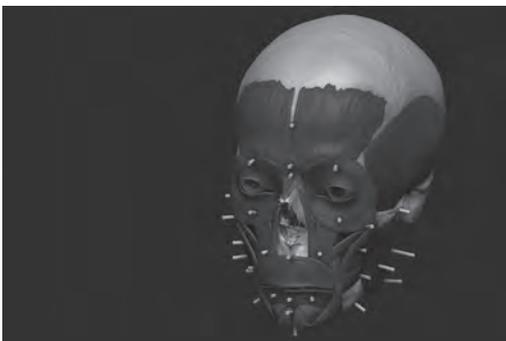


Fig. 8 – Imagem virtual do crânio com os marcadores de profundidade dos tecidos moles e reprodução da musculatura.

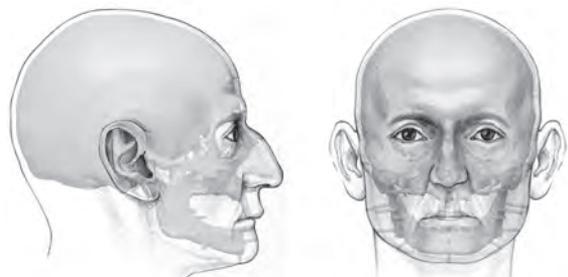


Fig. 9 – Estudo preliminar 2D.



Fig. 10 – Modelação virtual das características faciais.



Fig. 11 – Face de Luís de Castro do Rio após harmonização final do rosto e caracterização da superfície cutânea ao nível da textura.



Fig. 12 – Superfície cutânea após coloração virtual.



Fig. 13 – Imagem final do rosto de Luís de Castro do Rio, integrado no coro alto da capela.

rugos e poros (fig. 11). Na coloração da pele considerou-se que Luís de Castro do Rio seria um indivíduo bastante ativo e regularmente exposto à luz solar (fig. 12). Adotou-se o castanho como cor dos olhos por melhor representar o estereótipo português. O cabelo, pelos faciais e a indumentária seguiram os estilos sugeridos pelas representações pictóricas da época.

Finalmente, a representação virtual de Luís de Castro do Rio foi integrada no cenário do coro alto da capela do antigo convento, previamente fotografado e trabalhado digitalmente, de forma a retirarem-se os elementos modernos (fig. 13).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aproximação facial a Luís de Castro do Rio resultou de um aturado trabalho interdisciplinar que conferiu uma dimensão humana ao objeto de estudo arqueológico e antropológico, revelando o homem por detrás do crânio, estabelecendo uma dinâmica diferente com o investigador e com o público que visita o museu.

A par da natural curiosidade em conhecer o rosto correspondente ao crânio de Luís de Castro do Rio, experimentaram-se várias técnicas científicas e aliaram-se esforços de várias áreas do saber para conhecer melhor o homem que contribuiu para a construção do convento franciscano arrábido do Espírito Santo, em Loures.

BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES-FERREIRA, N. (2009) – Antropobiologia dos indivíduos inumados na Capela do Espírito Santo. In *De Convento a Conventinho. Biografia de um Espaço*. Loures: Câmara Municipal de Loures, Rede Museus de Loures, Museu Municipal de Loures. p. 137-153. Catálogo de exposição.
- ANTUNES-FERREIRA, N. (2015) – *Antropologia funerária e paleobiologia de populações pós-medievais portuguesas: os casos de Nossa Senhora da Anunciada e do Espírito Santo*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- CODINHA, S. (2009) – Facial Soft Tissue Thicknesses for the Portuguese Adult Population. *Forensic Science International*. Amsterdam. 184. DOI: 10.1016/j.forsciint.2008.11.011
- FRANCO, F. (2012) – *Aproximação facial de quatro crânios da Coleção Osteológica Luís Lopes*. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- GEORGE, R. (1987) – The Lateral Craniographic Method of Facial Reconstruction. *Journal of Forensic Sciences*. Colorado Springs. 32, p. 305-330.
- GRAY, H. (1977) – *Gray's Anatomy, Descriptive and Surgical*. New York: Bounty Books.
- HAGLUND, W.; Reay, D. (1991) – Use of Facial Approximation Techniques in Identification of Green River Serial Murder Victims. *American Journal of Forensic Medicine and Pathology*. 12, p. 132-142.
- MORAES, C. (1670) – *Pedatura Lusitana e Hispânica: nobiliário de famílias de Portugal*. Porto: Livraria Fernando Machado.
- OLIVAL, F. (2002) – Juristas e mercadores à conquista das honras: quatro processos de nobilitação quinhentistas. *Revista de História Económica e Social*. Lisboa. 4, p. 7-53.
- PIEIDADE, A. (1728) – *Espelho de penitentes e chronica da provincia de Santa Maria da Arrabida, da regular, e mais estreita observancia da ordem do serafico patriarcha S. Francisco*. Lisboa: Oficina de Joseph António da Sylva.
- PUTZ, R.; PABST, R. (1997) – *Head, neck, upper limb*. Baltimore: Williams & Wilkins.
- SILVA, A. R.; ANTUNES-FERREIRA, N. (2005) – *Relatório de progresso da intervenção arqueológica das criptas e claustro da Capela do Espírito Santo (Museu do Conventinho, Câmara Municipal de Loures)*. Loures: Câmara Municipal de Loures (não publicado).
- SILVA, A. R. (2009) – O Convento do Espírito Santo (Loures): 250 anos de ocupação religiosa. In *De Convento a Conventinho. Biografia de um Espaço*. Loures: Câmara Municipal de Loures, Rede Museus de Loures-Museu Municipal de Loures. p. 34-42. Catálogo de exposição.
- WELCKER, H. (1883) – *Schiller's Schädel und Todtenmaske, nebst Mittheilungen über Schädel und Todtenmaske Kant's*. Braunschweig: Friedrich Vieweg und Sohn.

Normas de redação

A revista utiliza o sistema de «double blind peer review».

Os originais aceites para publicação devem seguir as normas abaixo referidas.

1. Apresentação do texto

O original não deve exceder as 40 p., com as imagens incluídas, e deverá ter em consideração o seguinte:

- 1.1. Texto em ficheiro Word sem formatação. Os originais em língua portuguesa deverão respeitar o Acordo Ortográfico, resolução n.º 26/91 de 23 de agosto.
 - 1.1.1. Título do artigo em português e inglês.
 - 1.1.2. Texto com caracteres em alfabeto árabe deverão ser enviados com a extensão rtf, para não desformatar o texto original.
- 1.2. Texto batido a dois espaços.
- 1.3. Parágrafos recolhidos.
- 1.4. Resumos, bibliografia e legendas das ilustrações, apresentados juntamente com o texto.
- 1.5. Resumo em português e em língua inglesa. Incluir também até cinco palavras-chave, em português e inglês, que caracterizem o conteúdo do artigo.
- 1.6. A revista utiliza o sistema de notas infrapaginais e bibliografia no final do artigo.
 - 1.6.1. As primeiras notas serão as notas com a afiliação dos autores e assinaladas por*.
 - 1.6.2. As notas incluirão apontamentos breves e questões relacionadas com o texto original, sendo numeradas sequencialmente com números em expoente.
 - 1.6.2. A bibliografia no final do artigo é impressa em duas colunas e constitui a lista, organizada por ordem alfabética, de todos os autores citados. Os autores espanhóis devem ser alfabetados pelo penúltimo apelido; os portugueses, pelo último (não contam as preposições).
- 1.7. Cada original deverá apresentar a seguinte uniformização de critérios no que respeita a:
 - 1.7.1. Título do artigo. Exemplo:

Porque é que a arte do Côa se concentra na margem esquerda? Condicionantes geológicas e ambientais para

a formação e conservação dos suportes artísticos do Vale do Côa

Why is the Côa River Valley rock art mainly located on the left bank? Geological and environmental constraints for the rock art panels' formation and preservation

1.7.2. Subtítulo (1). Exemplo:

2. BIOGRAFIA DAS ROCHAS DO CÔA

Subtítulo (1.1). Exemplo:

2.1. Formação

Subtítulo (1.1.1). Exemplo:

2.1.1. Exposição

1.8. Convém assinalar no texto o local ideal para entrar cada ilustração, de modo a respeitar-se, tanto quanto possível, a ideia do autor (tendo em conta o critério de que a ilustração deve aparecer depois do texto a que se refere).

1.9. Por regra, a Direção da revista não aceita a inclusão de dois artigos dos mesmos autores no mesmo volume, exceto em caso de divulgação de uma descoberta relevante ou, de ainda, existirem páginas disponíveis.

2. Referências bibliográficas

São redigidas de acordo com a Norma Portuguesa de 1994 (NP 405-1). No caso de correspondência e documentos eletrónicos deve seguir-se, respetivamente, a Norma Portuguesa de 2000 (NP 405-3) e a Norma Portuguesa de 2002 (NP 405-4).

2.1. Abreviaturas

2.1.1. Solicita-se a utilização exclusiva de abreviaturas nos nomes próprios dos autores.

2.1.2. Quando a bibliografia inclui dois ou mais autores com o mesmo apelido, os respetivos nomes serão indicados por extenso.

2.1.3. Os títulos das publicações periódicas não deverão ser abreviados.

2.2. Autoria

2.2.1. Na bibliografia final, devido a requisitos da investigação atual, permite-se a indicação dos nomes de todos os autores, independentemente do seu número.

2.2.2. Os editores literários e compiladores podem ser tratados como autores, desde que apareçam destacados na página de título. Neste caso, devem acrescentar-se ao nome as abreviaturas ed. lit. ou compil.

2.3. Dados da publicação

2.3.1. No caso de o local de edição e/ou editor não virem referenciados na publicação, utilizam-se as seguintes expressões:

Ex: [S.l.: s.n.], 2000

Paris: [s.n.], 2010

[S.l.]: Hachette, 2015

2.3.2. Se o ano da publicação não vier mencionado, indica-se a data de impressão, *copyright* ou depósito legal:

Ex: imp. 2010 cop. 2012 D. L. 1980

2.4. Série ou coleção

A série ou coleção em que a obra está incluída é apresentada como aparece no documento, no fim da referência:

Ex: (BAR; 2822).

2.5. Exemplos:

Monografias:

ALARCÃO, J. de (1988) – *O domínio romano em Portugal*. Lisboa: Europa-América. 139 p.

LISBOA *Subterrânea* (1994). Lisboa: Soc. Lisboa 94, Museu Nacional de Arqueologia; Milão: Electa. 278 p. Catálogo.

Contribuições em monografias:

HEINZ, C.; THIÉBAULT, S.; VERNET, J.-L. (1993) – Gestion et dégradation de la forêt préhistorique méditerranéenne. In *Le Néolithique au Quotidien*. Paris: Maison des Sciences de l'Homme. p. 12-18. (Documents d'Archéologie Française; 39).

DAVEAU, S. (1994) – A foz do Tejo, palco da história de Lisboa. In *Lisboa Subterrânea*. Lisboa: Soc. Lisboa 94, MNA; Milão: Electa. p. 24-30. Catálogo.

GONÇALVES, V. S. (2008) – Na primeira metade do 3.º milénio a.n.e., dois sistemas magico-religiosos no Centro e Sul de Portugal. In HERNANDEZ PÉREZ, M. S.; SOLER DÍAZ, J. A.; LÓPEZ PADILLA, J. A., ed. lit. – *Congreso del Neolítico Peninsular*, 4, Alicante, 2006. Alicante: Museo de Alicante. vol. 2, p. 112-120.

Artigos de publicações em série:

ALVES, F. J. S.; DIAS, J. M. A.; ALMEIDA, M. J. R. de; FERREIRA, O.; TABORDA, R. (1988-1989) – A armadilha de pesca da Época Romana descoberta na Praia de Silvalde (Espinho). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4, 6/7, p. 187-226.

CARDOSO, J. L. (1995) – O povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). Resultados das escavações efectuadas (1983-1993). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 35:1, p. 115-129. Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular.

Correspondência e manuscritos:

HELENO, M. (1947) – [*Caderno de campo*] *Escavação no castro da Azougada, Moura 1947* [Manuscrito]. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Arquivo Manuel Heleno. APMH 2/1/10/8.

SARMENTO, F. M. (1881) – [*Carta*] *1881 Maio 20, Guimarães [a] José Leite de Vasconcelos* [Manuscrito]. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. CoR JLV 3124/20708.

Material cartográfico:

CARTA MILITAR DE PORTUGAL: FOLHA 339 [Material cartográfico] / Serviços Cartográficos do Exército. – Escala 1: 25000. – Lisboa: S. C. E., 1970.

Documentos eletrónicos:

THACKER, P. T.; BROOKS, B. E.; PEREIRA, C. M. C. (2002) – Detecting Paleolithic Activity Areas Through Electrical Resistivity Survey: An Assessment from Vale de Óbidos, Portugal. *Journal of Archaeological Science* [Em linha]. London. 29:6, p. 563-570. [Consult. 30 jun. 2003]. Disponível em WWW: <URL:http://www.sciencedirect.com>.

VIEGAS, C.; RAPOSO, J. M. C.; PINTO, I. V. (2014) — Almagro 51C (Lusitania occidental). In *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo* [Base de Dados em linha]. [Consult. 26 jan. 2015]. Disponível em WWW: <URL:http://amphorae.icac.cat/tipol/view/75>.

3. Citações

A citação permite identificar a publicação onde se obteve a ideia, o excerto, etc.

3.1. A forma adotada pela revista é colocar no texto, entre parênteses, o nome do autor, o ano da publicação e, se necessário, o ou os números das páginas citadas. Se o nome do autor vier integrado no texto deverá colocar-se, entre parênteses, o ano e os números das páginas.

Exemplos: segundo Encarnação (1984, p. 132-137)
(Jones e Smith, 1986, p. 93)

3.1.2. Quando a responsabilidade da obra é partilhada por mais de três autores indica-se no corpo do texto apenas o nome do primeiro, seguido da expressão et al., em redondo.

Exemplo: (Cavaco, et al., 2013, p. 349)

3.2. Se a bibliografia contiver vários documentos do mesmo autor e editados no mesmo ano, acrescenta-se ao ano de publicação uma letra (a, b, c, ...) na citação e na referência bibliográfica.

Exemplo: «Já em 1963 tinha sido achado por J. Fragoso de Lima (1963a) ...»

3.3. Quando uma obra é citada várias vezes ao longo do texto, pode optar-se pela utilização da abreviatura ob. cit. ou op. cit.

Exemplos: «apesar da opinião contrária de F. Poplin (ob. cit., p. 15) ...»
(Bouchud, op. cit., p. 25)

3.4. Sempre que um documento não tenha sido consultado pelo autor e que a citação seja feita por intermédio de outro autor, devem-se anteceder as citações pela abreviatura cit. por (citado por) ou *Apud* (segundo, conforme).

4. Apresentação de datas

4.1. A revista adota as regras constantes da proposta sobre referência de datas de radiocarbono aprovada no 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular (Porto: Sociedade de Antropologia e Etnologia, 1995. v. 6. (Trabalhos de Antropologia e Etnologia, 35: 2).

4.2. Na citação de datas resultantes da aplicação de outros métodos, devem indicar-se os mesmos elementos requeridos para a referência de datas de radiocarbono (laboratório, número da datação, data obtida e margens de erro), seguidos das siglas que usualmente identificam o respetivo método (TL, U/Th, etc.). Nestes casos, em que a convenção de equivalência BP = 1950 não é seguida e também não se utiliza ou não faz sentido a distinção entre «datas convencionais» e «datas reais», devem ser referidas a anos de calendário, segundo o sistema tradicional português: a. C. (antes de Cristo), d. C. (depois de Cristo).

4.3. A referência a grandezas cronológicas (ex.: III milénio, século IV, terceiro quartel do século II, etc.), não reportadas expressamente a nenhuma data específica de radiocarbono, como tal identificada, ou aquelas que realizem a síntese de datas obtidas por métodos diferentes, seguirão o sistema tradicional português: a. C. (antes de Cristo) e d. C. (depois de Cristo).

4.4. De um modo geral, aconselha-se vivamente, quando tecnicamente possível, a utilização do sistema de referência tradicional português (a. C./d. C.), no pressuposto de que o mesmo corresponde necessariamente a datas reais de calendário e obriga, portanto, no caso de datações de radiocarbono, à prévia calibração das datas convencionais obtidas.

5. Apresentação das ilustrações

5.1. Os originais devem permitir uma redução ao tamanho da mancha, salvo quando se considere absolutamente indispensável recorrer a desdobrável. A mancha é de 20,3 cm x 12,4 cm, devendo ser incluído nela o espaço ocupado pela legenda composta.

5.2. A revista é impressa a uma cor, pelo que a reprodução de desenhos e fotografias será igualmente feita a uma cor.

5.3. As imagens em formato digital (desenhos ou fotografias) deverão ter uma resolução mínima de 300 dpi para uma dimensão mínima igual à largura da mancha (12,4 cm) e enviadas por Wetransfer, nos formatos PSD, JPG, TIFF, RAW, EPS ou vetorial EPS.

5.4. Desenhos ou fotografias, quadros e gráficos deverão ser numerados sequencialmente pelo seguinte critério:

5.4.1. Desenhos ou fotografias

Fig. 1, 2 ...

Nas figuras deverá constar uma escala gráfica.



5.4.2. Quadros

Quadro 1, 2 ...

5.4.3. Gráficos

Gráfico 1, 2 ...

6. Quadros e tabelas

Os títulos dos quadros e tabelas e os dados restantes virão alinhados à esquerda com filetes verticais e horizontais. Exemplo:

Ref.	Tipo Bordo	Perfil Bordo	Dir. Bordo	Pasta	Cozedura	Arrefec.	ENP n.º	ENP dim.	Trat. Sup.
2006.245.8	Não esp.	Arredondado	Reto	Compacta	Oxidante	Oxidante	Escassos	Finos	Alisada
2006.245.9	Não esp.	Arredondado	Reto	Compacta	Redutora	Oxidante	Escassos	Finos	Alisada
2006.245.10	Não esp.	Arredondado	Reto	Compacta	Redutor	Oxidante	Escassos	Finos/médios	Polida

Quadro 3 – Anta do Espragal: morfologia do bordo, pastas e acabamentos dos recipientes cerâmicos

7. Entrega dos originais

Só serão aceites para publicação os originais apresentados segundo as normas de redação da revista, iniciando-se apenas a composição de originais que estejam completos:

- a) Título em português e inglês;
- b) Resumo em português e em inglês, com indicação de três a cinco palavras-chave também nas duas línguas;
- c) Texto original;
- d) Bibliografia;
- e) Legendas das ilustrações;
- f) Ilustrações com qualidade para publicação.

8. Correção de provas

A correção da primeira prova dos artigos a realizar pelos autores, na paginação enviada em PDF, deverá ser efetuada nos comentários do Adobe Reader.

ISSN 0870-094X

